



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Rafael Diogo Pereira

**SOBRE HERÓIS, CORONÉIS E OPERÁRIOS – NOTAS ACERCA DA
DISCIPLINA DO CORPO E DA ORTOPEDIA DA ALMA EM UMA
COMPANHIA TÊXTIL DE MINAS GERAIS**

Belo Horizonte

2014

RAFAEL DIOGO PEREIRA

**SOBRE HERÓIS, CORONÉIS E OPERÁRIOS – NOTAS ACERCA DA
DISCIPLINA DO CORPO E DA ORTOPEDIA DA ALMA EM UMA
COMPANHIA TÊXTIL DE MINAS GERAIS**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Doutor em Administração.

Área de concentração: Estudos Organizacionais.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Janete Lara de Oliveira.

Belo Horizonte

2014

“Notre pale raison nous cache l’infini”!
(A nossa pálida razão nos esconde o infinito!).

Arthur Rimbaud.

AGRADECIMENTOS

É tarefa impossível aqui esgotar os nomes de todos aqueles que me incentivaram, apoiaram e impulsionaram durante o percurso desta tese. O longo intervalo que a comportou foi habitado pelas alegrias e dificuldades inerentes a qualquer jornada que realmente valha à pena. Trajeto entrecortado por períodos de imersão, de crescimento, de distanciamento, de exaustão ou, mesmo, de transe. E, ao fim, a sincera desconfiança de que faria tudo novamente sem sequer hesitar. Afinal, tive o privilégio de seguir a proveniência de minha franca curiosidade, ocupando-me de temas que me instigaram e em mim reavivaram o encanto pelo ofício de investigador. Contudo, tal possibilidade não se deu por acaso.

Nesse sentido, gostaria de primeiramente registrar minha imensa gratidão à professora Dr^a. Janete Lara de Oliveira, que generosamente me orientou e, acima de tudo, permitiu que eu fosse eu mesmo. Sem o seu apoio e seu voto de confiança este trabalho não se concretizaria. Agradeço por toda a força, pela paciência, pelas diversas contribuições e pelos conhecimentos compartilhados durante esses quatro anos de doutorado. Mais do que uma orientadora, a tenho como amiga. Obrigado de coração!

Aos professores do CEPEAD, que contribuíram imensamente para minha trajetória de formação e amadurecimento. Em especial, ao professor Dr. Reynaldo Maia Muniz pela valiosa indicação junto à Universidade Complutense de Madrid. Além disso, não posso deixar de registrar meu reconhecimento pelas inestimáveis reflexões construídas em sala de aula, que alteraram significativamente minha forma de conceber a “Ciência” e o exercício do pesquisador. Agradeço, também de forma especial, à professora Dr^a. Ana Paula Paes de Paula por me mostrar que o desafio da crítica não assenta na cômoda desconstrução do discurso do outro, mas justamente na busca por alternativas que possam responder aos problemas de nosso tempo. Agradeço igualmente pela sua participação na defesa do projeto de tese e pelas inúmeras contribuições levantadas durante este processo. Foi uma honra tê-los como mestres!

Ao professor Dr. Alexandre de Pádua Carrieri pelos ensinamentos compartilhados em suas diversas disciplinas e pela participação em minha banca de

defesa do projeto de tese, cujas críticas e sugestões contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

À professora Dr^a. Paloma Román Marugan que gentilmente me recebeu na Faculdade de Sociologia e Ciências Políticas da Universidade Complutense de Madrid. Agradeço pela simpatia, pelas contribuições e por todo o apoio prestado durante minha estada na Espanha.

À professora Denize Grzybovski pelos apontamentos e sugestões gerados na defesa do projeto de tese.

Aos professores Domingos Antônio Giroletti e Mozar José de Brito, pela participação na banca de defesa da tese e pelas preciosas observações e contribuições endereçadas a este trabalho.

Aos meus pais e irmã pelo suporte, pela torcida e pelos exemplos de luta e coragem que representam em minha vida.

Às sinceras amigas que tive o prazer de cultivar nesta vida e que tornam minha existência singularmente bem povoada: Alexandre Santos, Alysson Gabriel Branco, Alysson Fonseca, Antônio Fabrício Marques, Caio Carvalho, Carolina Belton, Clayton Peixoto Goulart, Daniel Calbino, Danielle Fernandes, Gabriella Ramos de Lima, Guilherme Lopes, Luciana Alves, Ludmila Vasconcelos, Laura Spyer, Marcello Pagano, Mariana Madureira, Mayana Viégas Lima, Osmar Gesualdo Neto, Plínio Reis Monteiro, Renata Hungari, Renata Tostes, Tatiana Malheiros da Mota, Thaís Rezende, Thiago Duarte Pimentel e Wanderson Savoi. Aos meus grandes amigos de Aracaju, sempre presentes em meu pensamento. Obrigado a todos vocês pelo constante incentivo, pelos momentos inesquecíveis e pela compreensão de minhas ausências, que, nos últimos tempos, se fizeram muito mais a regra do que a exceção.

Aos amigos que tive a felicidade de conhecer em Madrid e que tornaram esta passagem de minha vida particularmente excepcional: Alan Gabriel Branco, Anna Carolina Leme, Antônio Dourado, Franco Muniz, Geraldo Andrade, Gessem Carlos, Gustavo Lucas, Janser Gomes, Javier Lomas, Karina Vasconcelos, Laura Muiños, Mara Gomes, Marcelo Ota, María José, Mônica de Queiroz, Paola Sanz, Paris Borges, Priscila Koch, Ramiro de Queiroz, Roberto Santucci, Rosilene Silva, Selime Nedin e

Tomas Sousa. Em especial, agradeço a Camila Silva, Fernando Strauss e Renato Mendes pela fantástica convivência e pelos momentos inesquecíveis que vivemos em nossa república da Calle de Antracita! A Raul Suhet, o brasileiro mais catalão que conheço, o meu muito obrigado por todo apoio logo após minha chegada à Madrid e pela amizade de sempre!

A todos os colegas de doutorado do CEPEAD e pesquisadores do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS) pelo companheirismo e pela cordialidade que tornaram este percurso mais suave.

Aos diretores, gerentes e acionistas vinculados à Companhia Cedro e Cachoeira pela abertura, pela atenção com que fui recebido e pelas inestimáveis informações cedidas. Agradeço imensamente à equipe do Museu Têxtil Décio Mascarenhas, em especial Elisabeth e Junia, pela simpatia e pelo auxílio prestado durante todo o processo de coleta dos documentos. Minha sincera gratidão a todos os aposentados e ex-operários da Cia. Cedro que gentilmente me receberam em suas casas e compartilharam suas histórias de vida. À professora Junia de Souza Lima pela generosidade em compartilhar sua preciosa base de dados sobre a Companhia Cedro. Ao professor Alisson Mascarenhas Vaz pelos relatos e pelas informações compartilhadas.

Ao professor Afonso Celso pela presteza e pela qualidade demonstrada na revisão gramatical deste trabalho.

À equipe do xerox da FACE, em especial à Adriana, pela amizade, pela simpatia e por todo o apoio prestado nesta longa caminhada.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pela concessão da bolsa de doutorado, fundamental para a consecução deste trabalho e, também, por viabilizar a realização da etapa “sanduíche” junto à Universidade Complutense de Madrid.

A todos vocês o meu muito obrigado!

RESUMO

Neste estudo, busquei tratar de sujeitos e de suas inerentes relações de poder, lançando o olhar sobre seus enunciados e seus decorrentes efeitos de verdade. Em suma, sujeitos, poder e verdade constituem temas centrais para este estudo e foram trabalhados de forma entrelaçada e indissociável durante todo o percurso analítico. Meu intuito foi trazer à tona o emaranhado das relações de poder presentes na trajetória destes sujeitos, atravessando diversos planos, como o da família e o do trabalho. Sujeitos que, em algum ponto, tiveram sua existência cruzada pela trajetória de uma das mais antigas indústrias têxteis do Brasil: a Cia. Cedro & Cachoeira. Fundada em 1872, esta companhia já atravessa mais de 140 anos de nossa história, trazendo em seu bojo uma gama de discursos e enunciados capazes de nos dizer muito sobre as práticas que marcaram o cotidiano de suas fábricas e de suas vilas operárias. Além de considerar os enunciados presentes no final do século XIX, gradualmente, abarqueei discursos dispersos por inúmeros acontecimentos discursivos, caminhando dos micropoderes aos macropoderes, da fundação aos dias atuais. A fim de acessar a complexidade dos processos de constituição destes sujeitos e de analisar os regimes de verdade que perpassaram o espaço organizacional e a realidade social deles, foi necessário trabalhar com uma concepção de poder distinta de sua visão ortodoxa ou tradicional. Assim, no tocante à arquitetura teórica deste trabalho, busquei elementos oriundos das obras de Michel Foucault, que analisa o poder sob o prisma relacional, sem reduzi-lo apenas a seus traços negativos ou repressivos. Este influente filósofo francês apresenta uma concepção particularmente relevante para meu intento ao permitir analisar o poder a partir de um campo relacional de forças visceralmente marcado pela emergência dos discursos de cada época. De outro lado, trabalhar com o pensamento de Foucault também implica em reconhecer seu impacto nos aspectos mais basais de qualquer estudo. Ou seja, a fim de não operar de forma inconsistente com as bases desse pensador, busquei abraçar a perspectiva foucaultiana não apenas em termos teóricos, como também em seu sentido ontológico, epistemológico e analítico. Do ponto de vista analítico, o esforço foi direcionado para a construção artesanal de uma proposta analítica baseada em sua concepção sobre o discurso e sobre o poder. O resultado deste misto de empenho e devaneio é o que nos espera nas páginas seguintes.

Palavras-chave: Sujeitos, Relações de Poder, Discursos, Estudos Organizacionais.

RESUMEN

En este estudio, he buscado tratar de sujetos y de sus inherentes relaciones de poder, lanzando la mirada sobre sus enunciados y sus derivados efectos de verdad. En suma, sujetos, poder y verdad constituyen temas centrales para este estudio y han sido trabajados de manera entrelazada e inseparable durante todo el trayecto analítico. Mi intención ha sido traer a la superficie la red de las relaciones de poder presentes en la trayectoria de esos sujetos, travesando diversos planos, como el de la familia y del trabajo. Sujetos que, en algún punto, tuvieron su existencia cruzada por la trayectoria de una de las más antiguas fábricas textiles de Brasil: la Cia. Cedro & Cachoeira. Fundada en 1872, esta compañía ya tiene más de 140 años de historia, trayendo en su interior un abanico de discursos y enunciados capaces de decirnos mucho sobre las prácticas que enmarcaron el cotidiano de sus fábricas y sus villas operarias. Además de considerar los enunciados presentes en el final del siglo XIX, de forma gradual he considerado discursos dispersos por inúmeros acontecimientos discursivos, caminado de los micro hacia los macropoderes, de la fundación a los días actuales. Con el fin de acceder a la complejidad de los procesos de constitución de estos sujetos y analizar los regímenes de verdad que pasan a través del espacio organizacional y la realidad social de ellos, ha sido necesario trabajar con una concepción de poder distinta de su visión ortodoxa o tradicional. Así, en lo que toca la arquitectura teórica de este trabajo, he buscado elementos oriundos de las obras de Michel Foucault, que analiza el poder bajo el prisma relacional, sin reducirlo solamente a sus trazos negativos o represivos. Ese influyente filósofo francés presenta una concepción particularmente relevante para mi intento al permitir analizar el poder a partir de un campo relacional de fuerzas, visceralmente marcado por la emergencia de los discursos de cada época. Por otro lado, trabajar con el pensamiento de Foucault también implica en reconocer su impacto sobre los aspectos más básicos de cualquier estudio. O sea, con el fin de no operar de forma inconsciente con las bases de ese pensador, he buscado abrazar la perspectiva foucaultiana no solamente en términos teóricos, sino que también en su sentido ontológico, epistemológico y analítico. Desde el punto de vista analítico, el esfuerzo ha sido direccionado para la construcción artesanal de una propuesta analítica basada en su concepción sobre el discurso y sobre el poder. El resultado de esa mezcla de empeño y devaneo es lo que nos espera en las páginas siguientes.

Palabras-clave: Sujetos, Relaciones de Poder, Discursos, Estudios Organizacionales.

ABSTRACT

In this study, I sought to address subjects and their inherent power relations, casting my gaze over their statements and their resulting effects of truth. In short, subjects, power and truth are central themes for this study and will be worked inseparably intertwined and throughout the analytical path. My intention was to bring out the tangle of power relations present in the trajectory of these subjects crossing several planes such as family and work. Subjects who, at some point, had their existence crossed by the trajectory of one of the earliest textile industries of Brazil: Cia Cedro & Cachoeira. Founded in 1872, this company spans more than 140 years of our history, bringing with it a range of discourses and statements able to tell us much about the practices that marked the daily life of their factories and their workers' villages. In addition to considering the statements present in the late nineteenth century, gradually I covered dispersed speeches by numerous discursive events, going from the micro to the macro powers, of the foundation to the present day. In order to access the complexity of the processes of formation of these subjects and analyze the regimes of truth that permeated their organizational space and social reality, it was necessary to work with a different conception of power distinct from their orthodox or traditional view. Thus, with regard to the theoretical architecture of this work, I sought elements derived from the works of Michel Foucault, which analyze the power under the relational perspective, without merely reducing it to their negative or repressive traits. This influential French philosopher presents a concept particularly relevant to my intent by allowing the analysis of the power from a relational field of forces, viscerally marked by the emergence of discourses of each period. On the other hand, working with Foucault's thinking also implies recognizing his impact on the most basic aspect of any study. That is, in order not to operate in an inconsistent manner with the foundations of this thinker, I sought to embrace the Foucauldian perspective not only in theory, but also in their ontological, epistemological and analytical. From the analytical point of view, the effort was directed towards the artisanal construction of an analytical proposal based on his conception of speech and power. The result of this mix of effort and wandering is what awaits us in the following pages.

Keywords: Subjects, Power Relations, Discourses, Organizational Studies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bosquejos para uma Arqueogenealogia dos Sujeitos.....	97
Figura 2 – Fachada e interior do Museu Têxtil Décio Mascarenhas	116
Figura 3 – Parte do Acervo do Museu	118
Figura 4 – Mosaico de Fontes constituintes do Corpus de Pesquisa	124
Figura 5 – Esboços para uma sondagem arqueológica.....	126
Figura 6 – Carro de bois levando maquinário para a Fábrica do Cedro.....	129
Figura 7 – Os Fundadores da CCC: Bernardo, Caetano e Antônio Mascarenhas	134
Figura 8 – Companhia Cedro e Cachoeira.....	137
Figura 9 – Vida e Obra de Bernardo Mascarenhas no Diário Mercantil.....	141
Figura 10 – Trecho da Vila Operária da Fábrica de Cachoeira	144
Figura 11 – Tecelagem da Fábrica do Cedro.....	151
Figura 12 – Planta da Fábrica de Cachoeira	152
Figura 13 – Banheiros da Fábrica de Cachoeira.....	180
Figura 14 – Descaroçador da Fábrica do Cedro (Final do Séc. XIX)	185
Figura 15 – Capela do Antigo Convento (Atual Museu Têxtil)	203
Figura 16 – Operárias da Cia. Cedro no Início do Século XX	208
Figura 17 – Norfina Theodoro.....	209
Figura 18 – Operários da Fábrica do Cedro	212
Figura 19 – Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas	225
Figura 20 – Identificação das Seções na Fábrica do Cedro	227
Figura 21 – Cartão de Natal CCC - 1987	228
Figura 22 – Colégio e Santuário do Caraça	229
Figura 23 – Refeitório do Colégio do Caraça.....	231
Figura 24 – Aluno do Colégio do Caraça na Biblioteca.....	233
Figura 25 – Aulas no Colégio do Caraça.....	233
Figura 26 – Mapa da Vila do Cedro	239
Figura 27 – Fábrica do Cedro e Vila Operária em 1883	239
Figura 28 – O Brasão de Caetanópolis	244

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Inadequações conceituais de poder.....	30-31
Quadro 2 – A Influência de Foucault na Produção Nacional	34
Quadro 3 – A Influência de Foucault na Produção Internacional	35
Quadro 4 – Perfil dos Entrevistados	113
Quadro 5 – Relatos Oraís.....	122
Quadro 6 – Riscos percebidos pelos trabalhadores no ambiente de uma indústria têxtil.....	184
Quadro 7 – Classificação de Fregueses da Cia. Cedro (1880 a 1900).....	267

Sumário

Notas introdutórias.....	13
Acepções, Pressupostos e Natureza do Poder nas Organizações.....	20
Foucault: seus pressupostos e sua analítica do poder	32
Observações Epistêmicas	53
Sobre caminhos e desvios – necessário esboço de um não-método	69
A Analítica Artesanal	79
Artefatos, Documentos, Relatos Oraís e Memória	103
A Construção do <i>Corpus</i> e dos Eixos de Análise.....	112
A Saga e o Mito Fundador	128
Chão de Fábrica, Corpos e Disciplina	144
Vila Operária e Engenho da Alma	161
Convento sem freiras, mulheres sem voz.....	194
Enunciados, Positividades e Resistências – a Fábrica de Realidades	210
Disciplina, Teimosia e Fé – a constituição dos sujeitos fundadores	222
A Emancipação	242
A Árdua Marcha para o Progresso.....	265
Da Questão Inglesa à Invasão Chinesa	277
Afinal, qual é a sua tese?	287
Referências	299

Notas introdutórias

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos”.

Fernando Pessoa

Ato ingrato este de iniciar, sintetizar, definir e justificar. Mas qualquer tentativa de se furta a uma introdução irromperá em outra introdução. Acarretará, irremediavelmente, um preâmbulo, um início, uma abertura, resoluta em fugir dos moldes que acaba por reproduzir. Então, façamos a ressalva de ao menos permitir que aqui se demarque, entre alguns pares de conceitos e alusões, o pensamento do autor. Que o assunto possa ser introduzido com suas palavras e preceitos. Que desde o início assuma o risco e a responsabilidade de ensaiar suas ideias sem o cômodo subterfúgio de se esconder atrás das palavras de outrem. Que se delineie de forma honesta uma *outra* introdução.

Dito isso, o que busquei neste estudo foi discorrer sobre sujeitos. Mais especificamente, homens e mulheres que tiveram sua trajetória em algum ponto cruzada pela história da Cia. Cedro & Cachoeira. Indivíduos que, em meio ao trabalho e aos discursos de seu tempo, constituíram-se enquanto sujeitos, criando, reproduzindo e sustentando relações e regimes de verdade. E, no tocante a este estudo, falar de relações é falar de poder, é falar da estreiteza e sutileza sub-reptícia, em que as relações de poder são constituídas. Em suma, o que se busca é desnudar *como as relações de poder foram continuamente moldadas e investidas por indivíduos historicamente vinculados a uma secular indústria têxtil de Minas Gerais*.

Inevitavelmente, este problema veio acompanhado de uma série de desdobramentos importantes. Primeiramente, foi preciso analisar as condições de emergência, a positividade e a efetividade de enunciados e de seus regimes de verdades que revestiram os sistemas de poder e as práticas presentes no cotidiano da empresa estudada. Além disso, foi necessário lançar luz sobre o papel do trabalho, da família e

de outras tradicionais *instituições* – além de suas margens mais evidentes – na constituição e conformação das subjetividades dos indivíduos relacionados à organização, para, então, relacionar as práticas discursivas dos sujeitos aos efeitos reguladores/transformadores decorrentes do processo de construção e (res)significação dos regimes de verdade a partir dos enunciados a eles veiculados.

É fundamental, todavia, que essas questões norteadoras aqui colocadas sejam tomadas em sua precariedade e emergência. Não que este estatuto precário tenha representado uma fatalidade circunstancial a ser contornada; mas, ao contrário, foi assumido como precondição para que os olhos e a mente do pesquisador se mantivessem afoitos por tudo que pudesse negar, furtar-se ou subverter as expectativas contidas nos pressupostos apresentados. Tudo o que se fez exceção e escapou à lógica cartesiana foi mais do que bem vindo por aqui. Estes labirintos e atalhos tortuosos é que devem adentrar a tela de nossas retinas e povoar todo e qualquer debate vindouro.

Sem sombra de dúvidas, a intenção declarada linhas acima suscita uma série de questões que serão endereçadas nas páginas seguintes: poder, sujeitos, relações, enunciados e verdade. Elementos que se mesclam, reforçam e tensionam uns aos outros, sem deixar transparecer de forma unívoca aqueles que constituem daqueles que são constituídos.

Antes, entretanto, caberia a seguinte questão: Por que estudar o poder e suas inerentes relações? Tomarei esta indagação como o ponto de partida para discutir a relevância deste estudo. A questão do poder nas organizações tem sido abordada de forma implícita ou subjacente a diversas outras temáticas, tais como: autoridade, controle, liderança, coerção, processos decisórios, influência e estratégias (FARIA, 2003). Nesse sentido, tornam-se evidentes a relevância e a abrangência do tema para o campo dos estudos organizacionais. Porém, é importante destacar que, muitas vezes, o conceito de poder tem sido apresentado de maneira pouco clara ou trabalhado de forma fragmentada, como um elemento marginal a outros temas tradicionais na Administração. A possibilidade de trazer a temática do poder para a arena central do debate oferece novas alternativas para se pensar as organizações e as práticas que lhe são inerentes.

Outro ponto, mais basal e menos evidente, é repensar a essência que subjaz ao tema “Poder”. Em outras palavras, trata-se de operar um deslocamento, um afastamento teórico e epistemológico das concepções tradicionais que o apreendem, sobretudo, a partir de dois atributos: negativo e localizável. O caráter localizável do poder é ressaltado por diversos autores, como Clegg (1996), o qual argumenta que a noção de poder nas organizações, fundamentada na tradição weberiana, estaria atrelada às estruturas hierárquicas e às relações entre os diferentes níveis organizacionais. Por sua vez, o caráter negativo ou repressivo do poder fica explícito nos trabalhos de autores como Parsons (1967), o qual destaca a coerção como uma das principais formas de exercício do poder.

Para enveredarmos por um caminho distinto, partirei do pensamento de Michel Foucault, que nos habilita a refletir sobre a questão do poder a partir de outro quadro teórico e conceitual. Um primeiro ponto essencial é que para Foucault inexistente uma teoria geral do poder. A analítica de poder foucaultiana representa uma alternativa à visão tradicional, abarcando em suas discussões o caráter relacional do poder, seus mecanismos e dispositivos disseminados pelo corpo social e, ainda, seus efeitos de verdade que recaem, transitam e são apropriados pelos indivíduos. É este emaranhado de relações e discursos que pretendo trazer à tona, evidenciando não apenas a *negatividade*, mas também a *positividade* que emana das relações de poder. Sob esta lógica, o poder não teria unicamente a função de reprimir ou de subjugar; ele apresenta-se como um feixe de relações capaz de produzir sentido para os indivíduos, com desdobramentos efetivos sobre suas ações e práticas sociais.

E o que seriam, afinal, esses regimes de verdade? Conforme será discutido com mais profundidade nas próximas seções, o *status* do que seria verdadeiro nos estudos de Foucault encontra-se totalmente desvinculado de qualquer teor universal ou transcendental. A despeito de qualquer mito de uma “Verdade” recôndita ou libertadora, para Foucault (1992) a verdade é um artefato humano, histórica e socialmente construído, graças a múltiplos sistemas constringentes de poder que produzem efeitos regulamentados de verdade. Ou seja, “a verdade” encontra-se vinculada de maneira circular a sistemas de poder, que a produzem e a amparam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem (FOUCAULT, 1992). Para este pensador, cada sociedade, em sua época, seria detentora de sua política geral de verdade, entendendo por verdade o conjunto de procedimentos regulados para a produção, a divisão, a circulação e o

funcionamento dos enunciados. Assim, o que se busca é constatar “historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos” (FOUCAULT, 1992, p. 7).

Discursos, eis o elemento que confere materialidade e plasticidade às relações de poder. Eis a matéria que ocupará uma posição privilegiada no decorrer da análise. Para tanto, é fundamental destacar que o “discurso” será tratado e entendido como uma prática social e de poder. Ou seja, em sintonia com a perspectiva foucaultiana, os discursos não serão trabalhados apenas como amostras ampliadas da linguagem, falada ou escrita. Tratar os discursos como práticas de poder requer que os reconheçamos pelo seu papel constitutivo da vida social. Assim, partindo da visão de Foucault, as práticas discursivas serão entendidas como historicamente situadas e determinantes na constituição dos sujeitos e na (con)formação de subjetividades (SOUZA, MACHADO e BIANCO, 2008). Além disso, assume-se que tais práticas atuam na construção e na reprodução de objetos sociais, como normas, crenças e valores tidos, em determinadas épocas, como “verdadeiros”.

Mais do que simplesmente me amparar na discussão que Foucault sustenta sobre o discurso, o que busquei foi erguer, de forma contingente e artesanal, as bases de uma arquitetura analítica capaz de balizar o estudo dos enunciados no nível dos sujeitos. Exercício custoso e fundamental para operar genuinamente com os enunciados em sua materialidade e condições de existência, sem apreendê-los como simples estruturas linguísticas, mas como uma função que atravessa os planos da lógica ou da gramática e se ancora a partir dos efeitos de verdade que produz.

Outro ponto que merece ressalvas é o caráter familiar da empresa estudada. As organizações familiares representam o *locus* em que diversas práticas e convenções são estabelecidas, criadas, transformadas e/ou reproduzidas. Estas relações não apenas são travadas entre os indivíduos presentes nos espaços da família e da empresa, como também são continuamente margeadas por uma diversidade de outras *instituições* presentes, em maior ou menor grau, em seu cotidiano. Pensar nas práticas que se articulam sub-repticiamente e emergem no dia a dia das organizações familiares representa um caminho pouco explorado, principalmente ao se levar em conta o enredamento dos sistemas de relações de poder que regem e envolvem tais práticas. Contudo, é fundamental ressaltar a necessidade de abandonar o tradicional construto

teórico “empresa familiar”. A tentativa de operar com a analítica foucaultiana, sem a prudência de realizar o devido afastamento em relação aos pressupostos hegemônicos contidos no discurso do *management*, certamente, resultaria em uma frágil miscelânea epistemológica. Ou, ainda, poderia desdobrar-se em uma tentativa frustrada de adaptação funcionalista, calcada na instrumentalização e manipulação incoerente de elementos isolados da analítica foucaultiana. Ou seja, partir de um modelo funcional e *reificado* de empresa familiar, direcionaria a análise das relações de poder ali presentes, inevitavelmente, para a discussão de sua influência e de seus impactos na eficiência e na “ordem” organizacional. Em suma, percebo o caráter familiar apenas como um aspecto relevante da empresa estudada. Ou seja, o termo *empresa familiar*, quando eventualmente empregado, diz respeito apenas ao *locus* da pesquisa e não a qualquer construto ou teoria que pretenda defini-lo.

A *desnaturalização* das instituições e os deslocamentos estratégicos operados por Foucault em suas diversas obras me parecem uma via alternativa promissora, pois permitem tomar como ponto de partida as relações de poder estabelecidas e reproduzidas pelos sujeitos, ao invés das fronteiras teóricas impostas ao construto *organização*. A analítica foucaultiana foi essencial por permitir apreender a realidade organizacional como um palco de constantes negociações, disputas, táticas de resistência e rearranjos de poder, em que os diversos sujeitos se encontram imersos em jogos de interesses e regimes constringentes de verdade que perpassam e extravasam os contornos das organizações. Assim, foi possível buscar as reverberações das relações de poder ali presentes em outros aparelhos e instituições que a margeiam e que dificilmente seriam considerados em uma abordagem convencional.

Mas, seria possível tatear em busca das diversas margens que emolduram e perpassam as práticas discursivas dos sujeitos? Margens que também são inexoravelmente margeadas? Normas, convenções, saberes e discursos que se articulam e se fragmentam através de um quase sem-número de outras *instituições* e que, em sua positividade, incidem paulatinamente na conformação de subjetividades. Rastros e vestígios fragmentados em discursos e práticas, em relatos e memórias, continuamente reinvestidos, (re)apadrinhados e, ainda assim, anônimos. Trabalhados aqui a partir de um olhar paciente e demorado, as margens e os rastros representam horizontes e pistas, firmamento e resquício, contornos prestes a transbordar e indícios a serem

meticulosamente explorados. Sem dúvidas, as margens representam paisagens promissoras para este trabalho, enquanto os rastros, seu fio condutor.

A fim de dar sequência às ideias iniciais aqui tecidas, na próxima seção serão apresentados alguns quadros teóricos que tratam, direta ou indiretamente, da questão do poder no campo da Administração e que demonstram a pluralidade de correntes que já direcionaram seu pensamento para este tema. Assim, são apresentadas algumas ideias fundamentais sobre o poder, caminhando do enfoque weberiano até a concepção crítica, passando pela abordagem clássica das organizações e pela abordagem estrutural-funcionalista de autores como Parsons, Etzioni, Crozier e Mintzberg. O objetivo não foi esgotar o tema, mas assinalar sua pluralidade e relevância.

Na sequência, caminharei para a discussão de alguns marcos presentes na perspectiva foucaultiana, apresentando seus pressupostos e os principais elementos que compõem a concepção de poder sustentada por Foucault. O intuito é problematizar a proposta de recorte aqui defendida, salientando a forma como a questão do poder será trabalhada nesta tese. Na seção seguinte, discutirei os pressupostos ontológicos e epistemológicos contidos no pensamento de Foucault, evidenciando de que forma serão apropriados neste estudo. O fundamental é alcançar uma proposta capaz de amarrar coerentemente a perspectiva foucaultiana nos planos teórico, epistemológico, ontológico e analítico.

A discussão sobre os meios e as possibilidades para se abordar o plano empírico será endereçada a seguir. Inicialmente, a questão dos métodos científicos tradicionais será problematizada, indicando quais seriam as alternativas para se trabalhar em sintonia com a visão de Foucault. Na sequência, discutirei a demarcação de como os discursos e as práticas discursivas serão apreendidos nesta tese, refletindo sobre possíveis caminhos para sua análise. Logo após, a discussão tratará dos meios utilizados para acessar os sujeitos de pesquisa, desenvolvendo a analítica aqui proposta. A seguir, assinalarei os percalços vivenciados na construção do *corpus* de pesquisa durante a etapa empírica do estudo.

Seguindo, apresentarei a análise dos enunciados que contemplam diferentes dimensões e recortes históricos presentes na trajetória da indústria têxtil estudada. Após uma breve delimitação da trajetória dos “heróis” que habitam sua saga, analisarei o

circuito dos dispositivos e enunciados colocados em movimento no interior das primeiras fábricas de tecido, partindo da época de sua fundação, datada de 1872. Na sequência, o olhar será ampliado para as relações no âmbito das vilas operárias mantidas pela companhia, aglutinando os enunciados dos dirigentes e das diversas instituições tradicionais lá ancoradas. A análise segue ao deslocar-se para a época da emancipação do município, acontecimento singular e relevante para a trama das relações de poder até então constituídas. Finalmente, abordarei os enunciados utilizados pelos dirigentes para acessarem de forma legítima a *ordem do discurso* em outras esferas do poder, com ênfase para as relações mantidas com os representantes do Estado, no final do século XIX e, atualmente, em pleno século XXI. Por fim, evidenciarei as considerações e reflexões acerca da tortuosa jornada empreendida.

Acepções, Pressupostos e Natureza do Poder nas Organizações

“A partir de um certo ponto não há mais retorno. Esse é o ponto que deve ser alcançado”.

Franz Kafka.

O intuito principal desta seção é indicar sucintamente algumas das principais vertentes que se ocuparam do tema “Poder” no âmbito das organizações. Não almejo efetuar um mapeamento que contemple todas as abordagens existentes sobre o tema ou uma análise exaustiva sobre toda a problemática inserida na discussão sobre o poder. Não pretendo tampouco realizar uma busca pelas origens ou pelas mais antigas reminiscências sobre esta temática. Em suma, busco discutir e refletir sobre alguns marcos teóricos que se estabeleceram na trajetória de embates e arranjos conceituais de diferentes autores para, na sequência, demarcar sua distância em relação ao pensamento de Foucault. Ainda, é válido pontuar que a opção por tomar como base o pensamento de Michel Foucault não é assumida, em nenhum momento, como o melhor ou o único caminho para se trabalhar a questão do poder nas organizações. Esta representa apenas uma via capaz de ampliar as zonas de sentido e os campos de possibilidades para esta temática, constituindo uma contribuição enriquecedora para o debate.

Conforme pontua Faria (2003), o poder representa um tema que, na dimensão da teoria, pertence à esfera da interdisciplinaridade, abarcando os campos da Psicologia, Sociologia, Economia, Pedagogia, Direito, História e Administração, recaindo sobre diferentes objetos de análise e apoiando-se em diversas bases conceituais. No tocante ao seu entendimento cotidiano, pertence à esfera dos amplos e imprecisos significados. Neste sentido, o autor indaga: “Qual é a validade de um conceito que se aplica a tantos casos e que tem tantos significados quanto as situações que pretende explicar? Rigorosamente, a validade seria nula” (FARIA, 2003; p. 68).

A fim de trilharmos nosso percurso em meio a essa multiplicidade de tradições teóricas, iniciarei a discussão pelos estudos de Max Weber. A concepção weberiana encontra-se embasada em um modelo teleológico da ação, em que a questão do poder vem intimamente relacionada aos conceitos e às noções de dominação, obediência, disciplina, autoridade, coerção e legitimidade. Para Weber (2009) o poder seria um

conceito sociologicamente amorfo, baseado na probabilidade “de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária, até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação” (WEBER, 2009, p. 211).

Faria (2003) salienta que a dominação nos moldes weberianos se baseia na probabilidade de que seja alcançada a obediência em virtude de uma ação de mando acerca de determinado conteúdo e entre determinadas pessoas. A disciplina refere-se à probabilidade de conseguir obediência de um grupo de indivíduos em virtude de atitudes enraizadas, gerando uma obediência automática e habitual, sem críticas nem violência. Dessa forma, a dominação abarcaria a probabilidade de uma ordem ser obedecida com ou sem disciplina, ou seja; tanto a partir da anuência daqueles sobre os quais o domínio é exercido quanto do rompimento de suas resistências.

Ainda é válido apontar os três tipos ideais de dominação legítimas presentes na abordagem weberiana: a) de caráter burocrático ou racional, baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal), ou; b) de caráter tradicional, baseada na crença cotidiana das tradições vigentes e na legitimidade daqueles que, em virtude das tradições, representam a autoridade (dominação tradicional) e; c) de caráter carismático, baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas (dominação carismática). A cada um dos três tipos de dominação correspondem os tipos de autoridade weberianos: autoridade burocrática, autoridade tradicional e autoridade carismática, respectivamente (WEBER, 2009, p. 141).

Faria (2003) ressalta que no enfoque weberiano, embora o poder não implique disciplina, é necessário considerar o pressuposto de obediência ou de acatamento, seja a partir da força de atos de imposição ou em decorrência de interesses de cooperação. O autor ainda alerta que alguns estudos de poder acabam por levar à certa falsificação da realidade ao negligenciarem que a realização de interesses de grupos também pode se dar a partir da ameaça ou efetiva aplicação de sanções.

Embora alerte que os tipos ideais não podem ser encontrados em sua forma “pura” no plano empírico, Weber (2009) atrela a predominância do tipo de dominação burocrática ou legal não apenas à estrutura moderna do Estado, mas também à relação

de domínio na empresa capitalista privada. Assim, a dominação do quadro administrativo estaria condicionada à administração burocrática, caracterizada por um numeroso corpo administrativo, hierarquicamente articulado. Ou seja, é estabelecida uma nítida conexão do poder com o organograma da empresa, resultando em uma definição do que seria o poder legítimo, como aquele diretamente associado à hierarquia. Dessa forma, para Prestes Motta (1979) a burocracia é entendida como um instrumento de exercício de poder, baseada na autoridade conferida pela estrutura hierárquica. Uma consequência importante desta visão, conforme apontam Hardy e Clegg (1996), seria a proposição de que qualquer poder considerado fora das estruturas hierárquicas deveria ser interpretado como poder ilegítimo, uma vez que a hierarquia representaria a delimitação do espaço em que o poder legítimo encontrar-se-ia circunscrito.

Os estudos de Max Weber desempenharam papel crucial na trajetória de estudos sobre o poder, sendo tomados como base por diversos autores para desenvolverem diferentes teorias sobre o poder. Assim, além de autores tradicionais como Crozier (1981), Pfeffer (1981), Clegg (1989a, 1989b, 1994) e Hardy e Clegg (1996), Weber continua exercendo uma forte influência na produção de artigos recentes, tais como Adair-Toteff (2011), Dean (2010), Avelino e Rotmans (2009), Fleming e Spicer (2008), Lash (2007), Ailon (2006), Courpasson e Clegg (2006), Greenwood e Lawrence (2005), Lounsbury e Carberry (2005), Walton (2005), Gajdushek (2003), Heiskala (2001), Hobson e Seabrooke (2001) e Courpasson (2000).

Dentre os autores clássicos fortemente influenciados pelo enfoque weberiano, destaco os trabalhos de Amitai Etzioni e Talcott Parsons, ligados à teoria estruturalista e à escola funcionalista. Porém, antes de apresentar as contribuições destes e de outros autores, é válido retomar alguns pontos fundamentais que compõem a base epistemológica da concepção funcionalista e que impactam diretamente sua visão sobre o poder.

O enfoque funcionalista recebeu grande influência dos estudos positivistas de Auguste Comte, Émile Durkheim e Valfrido Pareto. Conforme apontam Burel e Morgan (1979), esta perspectiva tem representado um quadro dominante na condução da sociologia acadêmica e no estudo das organizações. Tomando como base o clássico estudo dos autores supracitados e a despeito de seu excessivo esquematismo, é possível

afirmar que este enfoque encontra-se firmemente enraizado na sociologia da regulação e tende a abordar o sujeito a partir de um ponto de vista pragmático e objetivista. Além disso, orienta-se para a busca de explicações de questões sociais como o *status quo*, a ordem e a integração social.

Ainda segundo os autores, a abordagem funcionalista parte do pressuposto de que o mundo social é composto de artefatos empíricos relativamente concretos e de relações que podem ser identificadas, estudadas e medidas por meio de abordagens derivadas das ciências naturais. Assim, persegue explicações essencialmente racionais de assuntos sociais, ligando-se à filosofia da engenharia social como base para a mudança, enfatizando, ainda, a importância de entender a ordem, o equilíbrio e a estabilidade na sociedade e os meios pelos quais eles podem ser controlados, regulados e mantidos (BUREL e MORGAN, 1979).

Com fulcro nessa abordagem, a questão do poder encontra-se relacionada aos conceitos de autoridade, liderança e controle gerencial, fazendo com que qualquer manifestação de poder que não esteja alinhada à busca pela eficiência organizacional seja encarada como ilegítima, devendo ser suprimida para que o “equilíbrio” seja restabelecido. Ou seja, ao surgirem conflitos, estes devem ser tratados como fenômenos estranhos, que necessitam ser corrigidos, com base em uma ação gerencial adequada. Conforme asseveram Souza *et al.*. (2006), a ortodoxia funcionalista concebe o poder de forma instrumental e utilitária, tratando-o como um recurso determinístico e manipulável, restrito à estrutura organizacional. Além disso, o poder é percebido como algo que atua por meio da negação, da repressão e do controle unilateral.

É possível evidenciar, conforme destaca Faria (2004), que o caráter regulador do poder já se faz presente desde o movimento de gerência científica, também conhecido como “enfoque clássico da Administração”, em que os estudos de Taylor, Ford e Fayol já apontavam para a importância de um controle gerencial mais rigoroso sobre os trabalhadores, da centralização do poder nas mãos dos gestores, da necessidade de unidade de comando e da busca incessante pelo aumento da eficiência organizacional.

De forma similar, no tocante às relações de poder, os estudos de Elton Mayo e a escola de relações humanas não ultrapassam a concepção da administração científica, mas apenas aprofundam o que o taylorismo e o fordismo já consagravam, na medida em

que postulavam que a produtividade depende das relações formais e informais que os trabalhadores desenvolvem dentro e fora da empresa, ampliando, assim, a área de atuação e controle da gerência. Além disso, preconizavam a divisão dos operários em grupos, para reduzir as formas de resistência e tornar a coerção cada vez mais implícita. Também incentivavam a especialização das elites administrativas, dando continuidade à separação entre concepção e execução do trabalho (FARIA, 2004).

Caminhando para o enfoque sistêmico/contingencial, é possível resgatar a concepção de Talcott Parsons (1967), para quem o poder consiste na capacidade generalizada de assegurar o cumprimento de obrigações impostas por unidades em um sistema de organização coletiva, que, em caso de resistências, poder-se-ia recorrer à imposição a partir de sanções situacionais negativas. Neste sentido, Parsons (1951; 1967) apresenta quatro formas de exercício de poder: ativação de compromissos, persuasão, incentivos e coerção. Dessa forma, o poder seria um efetivo instrumento de troca ou de coação. Tal concepção está visivelmente inscrita em uma tradição teleológica weberiana, em que o poder é entendido como um potencial para a realização de fins, fazendo com que a mobilização do consenso produza o poder, que, por sua vez, mediante a utilização dos recursos sociais, transforma-se em decisões obrigatórias (FARIA, 2003). Partindo desta concepção, caso as unidades do sistema coletivo sejam entendidas como instituições, seria possível acrescentar a visão de Mills (1975), que afirma que ninguém seria poderoso a não ser que tivesse acesso ao comando das principais instituições da sociedade. Aponta Faria (2003, p. 76):

O poder, como se observa aqui, não pertence ao indivíduo, pois são as posições institucionais que, em larga medida, determinam as oportunidades de se ter e conservar o poder e de se desfrutar das principais vantagens dessa posse, de forma contínua e importante.

Misoczky (2003) considera que para Parsons o poder representaria um fator de manutenção da ordem social, diretamente derivado da autoridade. Neste contexto, a autoridade pode ser entendida como a legitimação institucionalizada dos direitos dos líderes, enquanto a submissão seria a condição de legitimidade do poder.

Outros estudos importantes presentes na vertente funcional estruturalista foram desenvolvidos por Amitai Etzioni, que analisou as organizações buscando estabelecer uma síntese entre as concepções da administração científica e as da escola de relações

humanas (FARIA, 2004). Considerando o custo social decorrente do alheamento e da frustração no trabalho, Etzioni (1974) argumenta que a essência da administração moderna assenta-se em elevar o nível de eficiência das organizações, minimizando ao máximo o nível de insatisfação de seus integrantes. Tal objetivo deveria levar em conta o jogo de poder envolvendo a gerência e seus subordinados.

Etzioni (1974) alega que o sucesso de uma organização depende diretamente da capacidade de controle sobre seus participantes. Entretanto, o autor também alerta que os conflitos organizacionais não devem ser suprimidos a partir de qualquer processo de repressão artificial:

A expressão do conflito permite o aparecimento de diferenças autênticas de interesses e crenças, cuja luta pode conduzir a uma verificação do poder e do ajustamento do sistema da organização à situação real e, fundamentalmente, à paz da organização. Se forem disfarçados, o conflito e sua concomitante alienação latente procurarão outras formas de expressão, tais como o abandono do emprego ou o aumento de acidentes que, no fim, apresentam desvantagens tanto para o operário como para a organização (ETZIONI, 1974).

Embora reconheça a relevância dos conflitos para qualquer organização social, Etzioni (1974) atribui máxima importância à hierarquia interna de poder nas organizações, tendo como variável chave a ideia de obediência no sentido universal. Além disso, no interior das organizações as relações de consentimento seriam assimétricas, com os subordinados possuindo menos poder do que seus superiores. Assim, os detentores do poder devem fazer cumprir as normas da coletividade utilizando para isso três tipos de poder: a) coercitivo, baseado na aplicação ou ameaça de sanções; b) remunerativo, alicerçado no controle sobre os recursos materiais e no sistema de recompensas; e c) normativo, sustentado pela distribuição e manipulação de recompensas simbólicas.

Outro autor relevante, pertencente à corrente funcionalista norte americana, é Henry Mintzberg, que analisa o poder nas organizações a partir dos processos de formação de coalizões internas e externas, que sob o exercício de influências, resultam em configurações de poder capazes de afetar diretamente a produção dos resultados organizacionais (MINTZBERG, 1983). Para o autor, o poder seria a capacidade de influenciar os resultados da organização, tendo em vista a existência de um jogo de

relações de poder em que vários indivíduos buscam influenciar ou controlar as decisões e as ações organizacionais.

Mintzberg (1983) defende que investigar as relações de poder em qualquer contexto organizacional significa identificar como se relacionam os diferentes sistemas de influência ali presentes. O autor indica a existência de quatro sistemas de influências principais: de autoridade, ideológico, de experiência e político. Na visão do autor, os sistemas de autoridade e ideológico estão focados na manutenção do equilíbrio interno da organização, pautando-se, respectivamente, pela criação de regras burocráticas e pelo conjunto de crenças e valores. Os sistemas de experiência e político seriam utilizados pelos indivíduos com o intuito de resistir à coesão e integração, impactando o poder de coalizão interna. Mintzberg (1983) relaciona o sistema de experiência aos critérios de qualificação e conhecimentos, enquanto o sistema político representaria o *locus* de atuação do poder “ilegítimo”, ligado aos conflitos.

Souza *et al.* (2006) apontam que na teoria de Mintzberg as imperfeições de todo o sistema interno de influência, principalmente aquelas relacionadas ao sistema de autoridade, possibilitam uma margem de manobra aos agentes internos, que, por sua vez, dá origem ao sistema de política. Dessa forma, a política se refere ao comportamento de um indivíduo, ou grupo, que tem uma natureza informal, objetivos limitados e tecnicamente ilegítimos, que não se submete a nenhum dos sistemas de influência, embora possa utilizá-los, explorando de forma ilegítima os sistemas de poder legítimos. Portanto, nesta concepção o sistema de política em uma organização caracteriza-se por jogos de poder que têm espaço na coalizão interna, os quais acontecem de forma sutil e intrincada, representando, para o autor, uma forma ilegítima de exercício do poder (MINTZBERG, 1983).

Ao analisar a concepção de Mintzberg, Bittencourt Neto (2005) evidencia que enquanto o CEO detém o poder legítimo e formal na organização, os gerentes intermediários representam o centro nervoso na cadeia de autoridade da organização, desfrutando de poder e *status* em função do tamanho das unidades que gerenciam. Assim, a gerência intermediária utiliza o sistema de autoridade para exercer influência para baixo na cadeia hierárquica de comando e, paralelamente, faz uso dos sistemas político e de experiência para exercer influência no sentido ascendente da hierarquia organizacional (MINTZBERG, 1983).

Ainda segundo Bittencourt Neto (2005), Mintzberg (1983) se aproxima da obra de Crozier (1981), influente autor da linha funcional-estruturalista francesa, ao recuperar a análise desenvolvida por ele, que considera o poder condicionado à incerteza. Crozier (1981, p. 6) define poder como as “relações que todo o mundo mantém com seus semelhantes para saber quem perde, quem ganha, quem dirige, quem influencia, quem depende de quem, quem manipula a quem e até que ponto”. Porém, este jogo não ocorreria de forma harmoniosa, possibilitando a existência de jogos de poder.

De maneira similar a Mintzberg, para Crozier (1981) o poder reside na margem de liberdade de que dispõe cada um dos participantes comprometidos na relação de poder; isto é, em sua maior ou menor possibilidade de recusar a ação que o outro demande. É em torno das regras oficiais e do organograma organizacional que a empresa gera suas próprias fontes de poder, pois são as zonas de incertezas criadas pela estrutura e normas organizacionais que darão uma margem de liberdade para que os membros da organização possam estabelecer relações de poder. Assim, o poder de um grupo, ou indivíduo, sobre o outro, depende de sua capacidade de ação, bem como da capacidade de controlar uma fonte de incerteza que interfira na capacidade da organização em alcançar seus próprios objetivos (CROZIER, 1990). Dessa forma, os atores sociais envolvidos em uma relação de poder tentarão ampliar ao máximo sua margem de liberdade e de arbítrio, para conservar o mais aberto possível o leque de suas possíveis influências. Ao mesmo tempo, tais indivíduos tentarão restringir a margem de liberdade de seus opositores e adversários, limitando seus comportamentos em ações que sejam facilmente reconhecíveis de antemão (CROZIER, 1990).

Outro autor que discute as fontes de poder é Galbraith (1999), que busca identificar o entrelaçamento complexo entre as fontes do poder e os instrumentos por meio dos quais ele é exercido. As fontes de poder, para o autor, são representadas pelas instituições ou atributos que diferenciam os que detêm o poder daqueles que a ele se submetem. A primeira fonte seria a personalidade, ou liderança, que se relaciona às qualidades e características pessoais que dão acesso a um ou mais instrumentos de poder. Outra fonte seria a propriedade, ou riqueza, que confere autoridade ou que viabiliza os meios para comprar a submissão. As organizações seriam a terceira e mais importante fonte de poder, sendo indispensáveis nas sociedades modernas, pois seriam as responsáveis pela submissão e pela persuasão (GALBRAITH, 1999).

Para Galbraith (1999), os instrumentos são divididos em: poder condigno, poder compensatório e poder condicionado. O poder condigno diz respeito à punição por meio da imposição, ou ameaça de imposição, de consequências negativas. Ou seja, refere-se à submissão imposta pela “capacidade de impor às preferências do indivíduo ou do grupo uma alternativa suficientemente desagradável ou dolorosa para levá-lo a abandonar suas preferências” (GALBRAITH, 1999, p. 4). O poder compensatório baseia-se na recompensa positiva, por meio da oferta de algo de valor aos indivíduos que aceitem se submeter. Na visão de Galbraith (1999, p. 5), “a mais importante expressão do poder compensatório é, sem dúvidas, a recompensa pecuniária – o pagamento em dinheiro por serviços prestados –, o que vale dizer, pela submissão aos objetivos econômicos ou pessoais de outros”. Por fim, o poder condicionado “é exercido mediante a mudança de uma convicção, de uma crença” (GALBRAITH, 1999, p. 6). Assim, o poder condicionado é subjetivo, podendo ser disseminado pelas escolas, igrejas, família e mídia, auxiliando na naturalização de um pensamento proveniente do meio econômico-financeiro e presente nas instituições sociais.

Observam-se, algumas semelhanças entre os trabalhos de Galbraith (1999), Crozier (1981, 1990) e Mintzberg (1983) sobre o poder, sobretudo no tocante à crença na existência de fontes de poder. Outro ponto comum entre as visões de Mintzberg e Crozier seria em relação à visão dicotômica do poder, traduzida pela existência de um poder legítimo *versus* um poder ilegítimo. As fontes desse poder “legítimo” seriam a hierarquia, as normas da organização e as prerrogativas legais, em contraposição a um poder ilegítimo, que transita à margem da estrutura e das regras formais da organização. Souza *et al.* (2006) apontam que Mintzberg, como outros autores já discutidos, desenvolvem um pensamento linear do que seria o poder nas organizações – ou seja, criam uma sequência de relações causa/efeito que vão se encaixando e progredindo, com o intuito de construir uma teoria sobre o poder. Nesse sentido, percebe-se que um traço marcante nas obras dos autores que discutem o poder a partir da abordagem funcionalista seria a visão do poder como uma realidade que possui uma natureza, uma origem, uma linearidade e uma essência. Usualmente, entendem o poder como um elemento universal, buscando, por meio de generalizações, estruturar e criar uma teoria sobre o poder nas organizações (SOUZA *et al.*, 2006).

Quanto ao enfoque psicossocial dos estudos sobre poder, é importante destacar as obras de Max Pagès, que trabalha o poder a partir da tentativa de integrar os aspectos

psíquicos do sujeito aos aspectos ditos objetivos, sejam eles políticos, econômicos ou ideológicos. Pagès *et al.* (1987), em sua obra clássica *O Poder das Organizações*, exploram as formas dissimuladas de poder e de mediação existentes nas organizações. Para os autores, “o exercício de poder não consiste em ordenar, tomar decisões, mas em delimitar o campo, estruturar o espaço no qual são tomadas as decisões” (PAGÈS *et al.* , 1987, p. 51). Assim, a organização é percebida como um “sistema econômico-político-ideológico-psicológico” de mediação e ocultação de contradições sociais e psicológicas (FARIA, 2003).

Para Pagès *et al.* (1987, p. 67), “o poder não está mais fixo em uma rede de relações hierárquicas interpessoais, mas encarna o conjunto da organização e se define como a capacidade da organização em submeter os indivíduos a uma lógica abstrata de lucro e expansão”. Nesse sentido, a mediação torna-se um processo multiforme de natureza econômica, política, ideológica e psicológica. A mediação econômica baseia-se na concessão de uma política salarial considerada satisfatória e na abertura de uma perspectiva de carreira. Na esfera política, ocorre a aplicação de técnicas de gestão de recursos humanos que buscam assegurar o respeito aos objetivos da empresa e o envolvimento de seus integrantes. A mediação ideológica se faz presente por meio da geração de um conjunto de valores e conceitos embasados na ideologia própria da organização, com o intuito de impedir o surgimento e proliferação de conflitos internos. Por fim, a mediação psicológica se dá com base na modelagem das estruturas de personalidade dos integrantes da organização. Assim, a organização surge como um sistema orientado para a subordinação e para o enquadramento dos indivíduos, sufocando as contradições nascentes e transformando as contradições coletivas em individuais, para que possam ser melhor exploradas (PAGÈS *et al.*, 1987).

É importante apresentar a vertente crítica nos estudos sobre poder. Faria (2003), cuja obra pode ser vinculada a esta tradição, afirma que a questão do poder sob a égide marxista vai abarcar relações que englobam elementos da infra-estrutura (econômica) e da superestrutura (jurídica e ideológica). Porém, Faria (2003) ressalta que Marx não oferece um conceito preciso de poder, mas o coloca como um produto da necessidade histórica, levando sua análise para as relações de classe e de produção. Para Marx (1970), o poder pode ser compreendido a partir do poder político, organizado e utilizado por uma classe para oprimir outra. A dominação de classes seria resultado de seus antagonismos, inerentes ao modo de produção capitalista, estabelecido num regime de

desigualdade econômica. Tal desigualdade é alimentada pela divisão entre aqueles que possuem os meios de produção e aqueles que possuem apenas sua força de trabalho, implicando a exploração destes últimos pelos primeiros (MARX, 1970). Assim, o poder, por encontrar-se vinculado às relações de produção, não é distribuído aleatoriamente, mas é concentrado nas estruturas que dão suporte a estas relações (FARIA, 2003).

Ao discutir a multiplicidade de teorias sobre o poder apropriadas ou elaboradas pelo campo dos estudos organizacionais, Faria (2003) apresenta um quadro comparativo (Quadro 1) em que constrói diversas críticas acerca de um conjunto de fragilidades ou inadequações conceituais por ele identificadas nos estudos sobre poder.

Quadro 1 – Inadequações conceituais de poder

(continua)

Inadequação ou Fragilidade	Fundamentação da crítica
Analogia entre poder e dinheiro	O poder é considerado um atributo de liquidez ilimitada, podendo ser utilizado sem restrições.
Todo poder é legítimo	Assume-se que não há conflitos de interesses ou, se ocorrerem, que se subordinam aos atos impositivos ou coercitivos.
Poder é um atributo individual	Há um menosprezo implícito às formas de organização da sociedade.
Relações de poder não dependem das formações sociais	Adota-se uma concepção desvinculada das práticas sociais específicas e das estruturas político-econômicas.
Confusão entre poder e bases do poder	Estabelece-se um equívoco conceitual entre poder, autoridade e coerção.
Transferência do conceito de poder para o de causa	Desenvolve-se a ideia simplista de que o comportamento de A causa o de B, confundido poder com temor, respeito unilateral, etc.
Relações de poder baseiam-se na soma zero	A sociedade é concebida como sendo composta de elementos circunscritos e limitados que no limite se equivalem.
Relações de poder são relações de troca	Não se consideram as possibilidades de imposição coercitiva, de relações autoritárias e de mecanismos de politização.
Poder é uma necessidade individual	Estabelece-se uma confusão entre características de personalidade e formas de motivação gerencial.
Relação de poder é uma relação de mando	Desconsideram-se as parcerias, conveniências e alianças estratégicas.

Inadequação ou Fragilidade	Fundamentação da crítica
Poder individual depende do lugar ocupado na estrutura social	Há confusão entre poder e autoridade e uma suposição de que uma estrutura jamais se desagrega.
Poder é informação	Assume-se que apenas a posse de informações no processo decisório já é suficiente para o exercício do poder.
Poder é uma propriedade do Estado	Toma-se o próprio Estado como sendo o poder, dividido em subpoderes, e não como um meio institucional do exercício do poder.
O exercício do poder é unilateral	Presume-se que não existem relações de poder, pois só um o possui e exerce.
O poder é monolítico	Pretende-se que todas relações sociais sejam relações de poder.
O poder é influência de A sobre B	Há uma confusão entre conceitos de poder e de influência no qual aquele é reduzido a este.

Fonte: Extraído de Faria (2003, p. 107-108).

A partir do percurso realizado até o momento, foi possível evidenciar sucintamente a miríade de olhares e concepções existentes acerca do poder. Para Daudi (1986), as concepções de poder podem ser agrupadas a partir de duas perspectivas opostas: a conservadora; e a radical. A visão conservadora apresenta o poder como o exercício necessário para legitimar a autoridade, ao passo que a radical o concebe com o significado de opressão. Para o autor em questão, em ambas as perspectivas o poder encontra-se vinculado à ideia de controle, de dominação, de coerção e de repressão. Ainda tomando como base as duas perspectivas, é válido atentar para o fato de que o poder é apresentado como um atributo polarizador, separando aqueles que o detêm, daqueles que não o possuem. Daudi (1986) assevera que estas abordagens apreendem o poder de forma reducionista, ora percebendo-o como uma disfunção que prejudica a harmonia da organização, ora como um elemento constitutivo da opressão e da dominação.

A partir das provocações levantadas por Daudi (1986), é válido questionar: Quais são as alternativas para se apreender as relações de poder de maneira distinta daquelas em que o assunto foi tratado nos quadros teóricos já abordados? Neste ínterim, é que discutirei na próxima seção a analítica do poder presente na obra do filósofo Michel Foucault, que desponta como uma alternativa instigante para se refletir sobre esta temática.

Foucault: seus pressupostos e sua analítica do poder

“Expliquei então meus sofismas mágicos pela alucinação das palavras! Acabei por considerar sagrada a desordem da minha inteligência”.

Arthur Rimbaud

Filósofo, arqueólogo do saber e historiador nada convencional, Michel Foucault é apontado como um dos mais influentes pensadores das últimas décadas. O conjunto de sua obra é composto por dezenas de livros que tratam desde os temas da loucura e da sexualidade, até a questão do Estado e da “governamentalidade”. Diante de sua extensa produção intelectual, alguns estudiosos buscam sistematizar suas obras a fim de estabelecer o que seriam as diferentes fases de seu pensamento. De acordo com Ortega (2001), a obra de Foucault poderia ser dividida a partir de três eixos: da verdade ou saber, em que o autor concentrou suas obras nos anos de 1960; do poder, nos anos de 1970; e do sujeito nos anos de 1980. Fonseca (2001) aponta que, usualmente, as obras de Michel Foucault distribuem-se de acordo com três diferentes ênfases metodológicas, denominadas: Arqueologia, Genealogia e Ética. Neste estudo, compartilho do pressuposto defendido por Candiotti (2010, p. 11) de que não se pode sistematizar um pensamento que não é sistematizável e “que opera justamente a partir de deslocamentos estratégicos”.

Araújo (2008) reforça que a questão do poder está presente em toda a obra do autor, ainda que seja apresentada de forma ora mais explícita, ora mais implícita. Assim, é possível identificar um percurso de amadurecimento que interliga as obras de Foucault, em que, desde o princípio, as relações de poder e seus efeitos de verdade já estão situados.

Como assinalam Rabinow e Dreyfus (1995), Foucault discutiu em suas obras temas relacionados com a questão da formação dos saberes e dos regimes de verdade, das relações de poder, da construção da subjetividade e do governo de si e dos outros. Foucault desenvolveu sua crítica com base na ideia de “problematização” – ou seja, a elaboração de um domínio de fatos, práticas e pensamentos que colocam e levantam problemas para as diferentes correntes epistemológicas – a partir de um movimento de contínuo questionamento. Por isso, um dos aspectos de destaque de suas obras é a sua

vasta utilização por outros campos além da Filosofia (ALCADIPANI, 2002). Dentre os campos em que as obras do pensador têm fomentado debates e reflexões podem ser apontados a Sociologia, a Ciência Política, o Direito, a História, a Educação (PORTOCARRERO e BRANCO, 2000) e a Administração (MCKINLAY e STARKEY, 1998).

Alcadipani (2002) ressalta que, especificamente no campo de análise das organizações, o uso das ideias de Michel Foucault se faz presente desde o início dos anos de 1980. No contexto brasileiro, podem-se citar como seminais os estudos de Prestes Motta (1981), que discutiu a questão do poder disciplinar nas organizações formais; e o trabalho de Segnini (1986), que discutiu o poder disciplinar no setor bancário. O Quadro 2 reproduzido a seguir, traz uma série de estudos nacionais, publicados em periódicos da área da Administração, que atestam a presença do pensamento foucaultiano no campo dos estudos organizacionais, trabalhado sob diferentes recortes.

Quadro 2 – A Influência de Foucault na Produção Nacional

Periódico	Ano	Autoria	Título
<i>Revista de Administração Contemporânea (RAC)</i>	2014	CARRIERI, A. P.; SOUZA, E. M.; AGUIAR, A. R. C.	Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais.
<i>Revista de Administração Contemporânea (RAC)</i>	2013	SOUZA, E. M.; PETINELLI-SOUZA, S.; SILVA, A. R. L.	O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: da busca pela emancipação à constituição do sujeito.
<i>Brazilian Administration Review (BAR)</i>	2013	CARRIERI, A. P.; DINIZ, A. P.; SOUZA, E. M.; MENEZES, R. S. S.	Gender and Work: Representations of Femininities and Masculinities in the View of Women Brazilian Executives.
<i>Organizações & Sociedade (O&S)</i>	2013	LOPES, F. T.; CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A.	Relações entre poder e subjetividade em uma organização familiar.
<i>Gestão.Org</i>	2012	PEREIRA, R. D.; OLIVEIRA, J. L.; CARRIERI, A. P.	Poder, a Analítica Foucaultiana e Possíveis (Des)Caminhos: uma reflexão sobre as relações de poder em organizações familiares.
<i>Revista ANGRAD</i>	2011	CAVALCANTI, M. F. R.; ALCADIPANI, R.	Em Defesa de uma Crítica Organizacional Pós-Estruturalista: Recuperando o Pragmatismo Foucaultiano-Deluziano.
<i>Organizações & Sociedade</i>	2008	SOUZA, E. M.; MACHADO, L. D.; BIANCO, M. F.	O Homem e o Pós-Estruturalismo Foucaultiano: Implicações nos Estudos Organizacionais.
<i>Comportamento Organizacional e Gestão</i>	2008	ALCADIPANI, R.	Dinâmica de Poder nas Organizações: A Contribuição da Governamentalidade.
<i>Revista Aulas (UNICAMP),</i>	2007	SOUZA, E. M.; DOMINGUES, L.; BIANCO, M. F.; SOUZA, R. C.	Análise Genealógica: o estudo do poder nas empresas sob uma visão foucaultiana.

Fonte: elaborado pelo autor.

Internacionalmente, a utilização das obras de Foucault no campo das organizações se fez mais presente nos trabalhos dos teóricos anglo-saxões, especialmente na Inglaterra (HATCHUEL, 1999). O Quadro 3, apresentado na sequência, assinala a forte influência de Foucault em periódicos internacionais ligados ao campo da Administração.

Quadro 3 – A Influência de Foucault na Produção Internacional

Journal	Ano	Autoria	Título
Organization Studies	2014	Jana Costas; Christopher Grey	The Temporality of Power and the Power of Temporality: Imaginary Future Selves in Professional Service Firms
Organization Studies	2014	Stephen Linstead; Garance Maréchal; Ricky Griffin.	Theorizing and Researching the Dark Side of Organization.
Human Relations	2014	Ahonen et al.	Hidden contexts and invisible power relations: A Foucauldian reading of diversity research
Qualitative Inquiry	2014	Martyn Hammersley; Anna Traianou	Foucault and Research Ethics: On the Autonomy of the Researcher
<i>Philosophy & Social Criticism.</i>	2013	Deborah Cook	Adorno, Foucault and Critique
<i>Organization</i>	2013	Diane Skinner	Foucault, Subjectivity and Ethics: towards a self-forming subject
<i>Management & Organizational History</i>	2012	McKinlay et al.	Governmentality, power and organization
<i>Management & Organizational History</i>	2012	Nick Butler; Stephen Dunne	Duelling with dualisms: Descartes, Foucault and the history of organizational limits
<i>Management & Organizational History</i>	2012	Alan McKinlay; James Wilson	‘All they lose is the scream’: Foucault, Ford and mass production
<i>Organization</i>	2011	Thibaut Bardon; Emmanuel Josserand	A Nietzschean reading of Foucauldian thinking: constructing a project of the self within an ontology of becoming
<i>Organization Studies</i>	2010	Julian Randall; Iain Munro	Foucault’s Care of the Self: A Case from Mental Health Work

Fonte: elaborado pelo autor.

A crescente importância e influência das obras do filósofo, em todos os campos citados, foi acompanhada de críticas e de polêmicas, decorrentes das repercussões suscitadas pelo seu pensamento e pela peculiaridade de seus temas de estudo. Conforme destaca Araújo (2008, p. 7):

Muitas vezes, Foucault (...) é visto como alguém que provoca curiosidade pela relação peculiar entre biografia e obra com sua personalidade controvertida e comportamento escandaloso; ou como um historiador infiel a fatos, um relativista, cético e niilista, ao situar a verdade como produto de relações de saber e poder. A velha esquerda o acusa de insuficientemente combativo e crítico, filósofo menor por se ocupar de temas pouco ortodoxos como loucura, prisão e sexualidade (...). Para os filósofos não é filósofo e para os historiadores não é historiador.

Diante do exposto, é imprescindível destacar que a obra de Foucault representa uma alternativa rica em relação às abordagens tradicionais para se (re)pensar a realidade organizacional a partir de outras bases conceituais, epistemológicas e ontológicas. Nesse sentido, as críticas e as controvérsias geradas por suas ideias nas diferentes áreas do saber fornecem um indicativo de seu potencial de problematização e de sua tendência para alimentar novos debates, sem dúvidas, promissores para a área dos estudos organizacionais.

Ao aludir que Foucault trabalha a partir de bases conceituais e epistemológicas não hegemônicas, faz-se necessário pontuar qual seria seu posicionamento. Alguns comentadores e críticos contemporâneos descrevem o trabalho de Foucault como pós-estruturalista. Porém, na época da publicação de *As Palavras e as Coisas*, em 1966, ele foi frequentemente associado ao movimento estruturalista. Para Araújo (2008), o teor estruturalista da obra em questão pode ser entendido como reflexo do panorama intelectual e do momento histórico em que o livro foi escrito. A autora afirma que Foucault apenas traduziu o papel de relevo que a teoria estruturalista possuía na época, mas nem por isso deve ter toda sua produção inadvertidamente vinculada a este movimento.

[...] ele leu a época, quer dizer, seu olhar de arqueologista analisou o movimento estrutural, reconheceu a importância, mas a obra mesmo não adota o método linguístico-formal que é a marca registrada de um Lévi-Strauss, por exemplo (ARAÚJO, 2008, p. 56).

Entendo que qualquer tentativa de rotular o autor ou enquadrar sua obra se configura como uma opção estéril e improfícua. Ao invés disso, buscarei assinalar alguns pressupostos teóricos e filosóficos sobre os quais o pensador se apóia. Nesse sentido, amparado por uma base nietzschiana, Foucault é essencialmente antimetafísico, antifundacionista e anti-humanista. Porém, como bem aponta Araújo (2008), seu propósito não é meramente desconstrucionista, pois o que o filósofo pretende é desnudar os jogos de verdade presentes em cada época e que incutem determinados saberes como verdadeiros. Os aspectos ontológicos e epistemológicos presentes nos escritos do autor serão discutidos mais detalhadamente na próxima seção.

Ao discutir a questão do poder, Foucault (1988) inicia sua análise pela representação usual do poder na sociedade moderna, caracterizando-a como “jurídico-discursiva”, por estar fundamentalmente centrada na enunciação da lei. Nesta visão, o poder aparece como algo materializado dentro dos limites do cargo, capaz de reprimir e de proibir e que pode ser conduzido de forma racional. Esta visão “jurídico-discursiva” do poder seria proveniente das grandes instituições que representavam o princípio de direito, as instâncias de regulação e arbitragem que se desenvolveram desde a Idade Média: a Monarquia, o Estado nacional e seus aparelhos (FOUCAULT, 1988).

Ao problematizar a concepção “jurídico-discursiva”, Foucault questiona a visão contratualista do poder, baseada, principalmente nas obras de Thomas Hobbes (*O Leviatã*), John Locke (*Segundo Tratado sobre o Governo Civil*) e Jean-Jacques Rousseau (*O Contrato Social*). Nessa perspectiva, o poder seria designado pelo contrato social entre os homens e seus soberanos, sendo que por meio deste contrato os indivíduos se submetem ao jugo do Estado, renunciando parcialmente à liberdade, em troca de segurança e justiça. Conforme aponta Alcadipani (2002), o poder analisado sob o prisma da concepção “jurídico-discursiva” apresenta dois traços essenciais: a relação negativa, em que o poder apresenta um caráter de rejeição, repressão ou exclusão; e a instância da regra – ou seja, o poder seria essencialmente o que preconiza a lei, submetendo tudo a um regime binário: lícito ou ilícito. Além disso, o poder prescreveria uma ordem que funcionaria como forma de inteligibilidade, em que tudo se decifraria a partir de sua relação com a lei (FOUCAULT, 1988).

Como descreve Foucault (1988), por um longo período histórico a representação do poder persistiu intimamente vinculada à lei e/ou ao Estado, tendo por características

a repressão e a capacidade de interdição, em prol do “bem comum”. Porém, ao discutir as mudanças nas formas de punição, provocadas pelo conjunto de transformações socioeconômicas e aprofundadas a partir do século XVII, Foucault assinala a ascensão da técnica, da disciplina e do controle para docilizar os corpos em detrimento do papel da lei.

[...] os novos mecanismos de poder funcionam não pelo Direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle que se exerce em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos. Entramos, já há séculos, num tipo de sociedade em que o jurídico pode codificar cada vez menos o poder ou servir-lhe de sistema de representação (FOUCAULT, 1988, p. 86).

Conforme pontua Alcadipani (2002), o que ocorreu foi uma alteração na ordem das ilegalidades na sociedade, acarretando mudanças na forma de punir, adaptadas às necessidades da nova ordem econômica que emergia. Foucault (1986) evidencia que a reforma nos meios de punição nasceu, concomitantemente, à luta contra o absolutismo dos soberanos e à luta contra as ilegalidades até então toleradas. Assim, o direito de punir desarticulou-se da vingança dos reis, cedendo lugar ao discurso da defesa da sociedade, atrelada ao surgimento da “sociedade disciplinar”. Não se trata mais de marcar sobre o corpo do condenado a desforra dos reis, mas de enxergar os corpos como um bem social, como “objeto de uma apropriação coletiva e útil” (FOUCAULT, 1986, p. 98). Neste sentido, as punições deixam gradativamente de possuir um caráter de expiação para se focarem na *produção de sinais*. Ou seja, o culpado é deslocado do centro para a margem do processo punitivo e aqueles agora que jazem na arena central são justamente os que não incidiram em qualquer infração, é o que Foucault (1986) denomina de “regra dos efeitos laterais”:

A pena deve ter efeitos mais intensos naqueles que não cometeram a falta; em suma, se pudéssemos ter certeza de que o culpado não poderia recomeçar, bastaria convencer os outros de que ele fora punido. Intensificação centrífuga dos efeitos que conduz ao paradoxo de que, no cálculo das penas, o elemento menos interessante ainda é o culpado (exceto se é passível de reincidência) (FOUCAULT, 1986, p. 87).

Na sociedade disciplinar, a violência e sua espetacularização se tornaram apenas mais um elemento dentro do quadro dos mecanismos de controle social, estes passaram a ser prioritariamente regidos por outras funções, como: de incitação, reforço, controle, vigilância e organização das forças submetidas pelo poder. Mesmo nos processos de punição ou correção o que passa a imperar é a necessidade de dobrar as vontades, romper as resistências, conformar as subjetividades, docilizar os corpos. Assim, Foucault (1986) ressalta que no processo de reforma dos sistemas de cálculo das penalidades o que passa a importar

[...] não são mais jogos de representação que são reforçados e que se faz circular; mas formas de coerção, esquemas de limitação aplicados e repetidos. [...] horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, meditação solitária, trabalho em comum, silêncio, aplicação, respeito, bons hábitos. E finalmente, o que se procura reconstruir nessa técnica de correção não é tanto o sujeito de direito, que se encontra preso nos interesses fundamentais do pacto social: é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que ele deve deixar funcionar automaticamente nele. Duas maneiras, portanto, bem distintas de reagir à infração: reconstituir o sujeito jurídico do pacto social — ou formar um sujeito de obediência dobrado à forma ao mesmo tempo geral e meticulosa de um poder qualquer (FOUCAULT, 1986, p. 114).

No tecido social, o poder passou a ser destinado à produção de forças e a seu crescimento e ordenação, muito mais do que a sua supressão ou destruição. Ou seja, o poder foi deslocado para a disciplina, a fim de tornar os corpos dóceis e produtivos (FOUCAULT, 1986). Este tipo de poder foi disseminado por todo o tecido social, alastrando-se e tornando-se “capilarizado”. Assim, ao invés de poderes maciços e usurpadores, muitas vezes, os mecanismos de poder são sustentados por micropoderes, sutilmente refinados e distribuídos por toda a trama social. Porém, é importante ressaltar que esses micropoderes antes de substituírem ou abolirem os macropoderes, servem de sustentáculo a eles e multiplicam seus efeitos (ARAÚJO, 2008).

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvidas adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos

individuais [...]. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente (FOUCAULT, 1986, p. 153).

Foucault (1986) destaca que o poder em nossa sociedade foi recolocado em uma “economia política do corpo”. O corpo, tanto individual quanto coletivo, passou a ser o principal alvo do poder, sendo necessário fazer aflorar todo um *saber* específico que permita atuar sobre ele. Entretanto, não se trata apenas de um saber inclinado para a anatomia ou para a fisiologia dos corpos, mas de um conjunto de técnicas que permitam melhor controlá-lo, docilizá-lo, torná-lo útil (FOUCAULT, 1986). É esse *saber* ou essa *tecnologia política do corpo* que permitiria submeter os corpos e as vontades sem precisar recorrer simplesmente ao uso excessivo da força ou da violência, mas operar a partir de um extenso conjunto de dispositivos e procedimentos difusos, discretos, anônimos, sutis.

Pensamos em todo caso que o corpo tem apenas as leis de sua fisiologia, e que ele escapa à história. Novo erro; ele é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destroçado por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente; ele cria resistências (FOUCAULT, 1992, p. 27).

[...] o corpo está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; *é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder* e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 1986, p. 28 – *grifos nossos*).

É fundamental assinalar que na perspectiva foucaultiana *poder* e *saber* encontram-se conjugados como um par reciprocamente dependente. Para o filósofo, o saber não se encontra protegido por uma aura impoluta que o isola e o diferencia do campo do exercício do poder. Ao contrário, para Foucault (1986), as relações de “poder-saber” são elementos constituintes dos sistemas de poder. Afinal, “o saber não é feito

para compreender, ele é feito para cortar” (FOUCAULT, 1992, p.28). Ou seja, o que o saber produz são recortes legitimados da verdade, sustentando os enunciados e as práticas discursivas que serão apropriados no centro das relações de poder.

Temos antes que admitir que *o poder produz saber* (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (FOUCAULT, 1986, p. 30 – *grifos nossos*).

É nesse ínterim que a disciplina e o *saber* que a acompanha emergem como a tecnologia por excelência da docilização dos corpos, disseminada pelas mais variadas instituições e internalizada pelos indivíduos até mesmo em nível fisiológico. Ou seja, na sociedade contemporânea, os sujeitos têm seus corpos disciplinados a partir de um sem-número de espaços e instituições que atravessam desde a mais tenra idade. Afinal, não importa se aludimos a escolas ou a fábricas, o que se verifica em ambas é justamente um refinado sistema disciplinar em operação. Entretanto, a disciplina não pode ser reduzida simplesmente a uma técnica, mas entendida como uma modalidade de exercício do poder que se desdobra em uma pluralidade de meios e métodos.

A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia (FOUCAULT, 1986, p. 189).

Foucault (1986) insiste que a disciplina não se encontra aprisionada dentro das fronteiras desta ou daquela instituição. Para o filósofo, o caráter efetivo e irrestrito da disciplina se dá justamente na medida em que ela atravessa e se espalha por todo o tecido social, sendo disseminada desde o interior de grandes aparelhos e instituições até as células mais elementares e privadas da sociedade, como a família.

Um dia se precisará mostrar como as relações intrafamiliares, essencialmente na célula pais-filhos, se “disciplinaram”, absorvendo desde a era clássica esquemas externos, escolares, militares, depois médicos, psiquiátricos, psicológicos, que fizeram da família o local de surgimento privilegiado para a questão disciplinar do normal e do anormal (FOUCAULT, 1986, p. 189).

Neste sentido, Foucault (2009) percebe a disciplina como uma força centrípeta, que atua justamente na medida em que isola e circunscreve um espaço em que os dispositivos de poder incidirão continuamente sobre os corpos. É a partir da definição do espaço e de suas normas de funcionamento que os sujeitos poderão ser colocados em um jogo de diferenças, em que são comparados uns aos outros e também em relação às regras adotadas como padrões de referência. Enfim, é a partir da disciplina, da definição das normas e do recorte dos espaços que o processo de *normalização* torna-se possível.

A disciplina estabelece os procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente e, enfim, a partir daí, estabelece a demarcação entre os que serão considerados inaptos, incapazes e os outros. Ou seja, é a partir daí que se faz a demarcação entre o normal e o anormal. A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. Em outros termos, *o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma* (FOUCAULT, 2009, P. 46 – *grifos nossos*).

A delimitação dos espaços é estabelecida a partir de um princípio de *quadriculamento*, fixando cada indivíduo em seu lugar e em cada lugar um indivíduo. Assim, o espaço disciplinar passa a ser decomposto em tantas parcelas quanto corpos há a distribuir, buscando eliminar os riscos e perigos oriundos da aglomeração dos sujeitos e a perda da utilidade dos corpos pela ausência de controle efetivo (FOUCAULT, 1986). A partir do esquadramento dos espaços é possível construir um mapa de coordenadas, capaz de indicar a posição dos sujeitos e atestar o cumprimento de suas funções. Se considerarmos espaços de produção como as fábricas, é importante ressaltar que somado ao processo de *quadriculamento* são articuladas diversas técnicas que visam o controle dos horários, a decomposição dos atos, o cálculo dos movimentos, a vigilância hierárquica, enfim, a busca pelo exato ajustamento entre corpos e máquinas, tal qual rezam os cânones tayloristas tão caros à Administração. O importante é elevar ao máximo a utilidade ou produtividade dos corpos, na mesma medida em que se neutralizem suas resistências.

É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber

onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT, 1986, p. 131).

Outra técnica fundamental apontada por Foucault (1986) é o exame. O exame enquanto mecanismo de objetivação permite abarcar a individualidade dos sujeitos vinculando-os aos sistemas de poder. Os sujeitos são retirados de um “campo de invisibilidade” e passam a transitar por um “campo documentário”, capaz de fabricar sua individualidade descritível, mensurável e celular (FOUCAULT, 1986). Isto é, os sujeitos passam a ocupar uma posição central no sistema de registros, que identifica, descreve, escrutina e classifica os sujeitos, tornando-os continuamente visíveis e prontos para serem comparados entre si. Para Foucault (1986, p.171), o exame representa a simbiose perfeita entre o poder e o saber, constituindo o indivíduo ao mesmo tempo “como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber”. Historicamente, Foucault (1986) aponta que transitamos de mecanismos “histórico-rituais” de formação da individualidade para mecanismos “científico-disciplinares”, em que a noção do *normal* substituiu o ancestral, enquanto o tradicional status do indivíduo cedeu lugar para a *medida*. Para o filósofo, este é justamente o momento em que as “ciências do homem” tornaram-se possíveis, permutando a individualidade do “homem memorável” de outrora, pelo “homem calculável” da sociedade disciplinar.

O exame, cercado de todas as suas técnicas documentárias, faz de cada indivíduo um “caso”: um caso que ao mesmo tempo constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder. O caso não é mais, como na casuística ou na jurisprudência, um conjunto de circunstâncias que qualificam um ato e podem modificar a aplicação de uma regra, é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc (FOUCAULT, 1986, p. 170).

Ainda no tocante aos escritos de *Vigiar e Punir*, Foucault (1986) também dedica toda uma parte desta obra ao estudo do “panoptismo”. Seu marco arquitetural seria o *Panóptico de Bentham*, uma estrutura projetada de forma a organizar unidades espaciais justapostas em um anel periférico, criando o efeito de uma contínua vigilância por uma torre central. Além de utilizada em prisões, a invenção pode ser adaptada aos mais

variados tipos de organizações, como fábricas, escolas ou hospitais, onde a dinâmica disciplinar seja continuamente requerida. A partir do Panóptico é possível automatizar o exercício da vigilância, fabricando efeitos homogêneos de poder.

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores. [...] O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto (FOUCAULT, 1986, p. 177-178).

Ao trazer a discussão sobre o panoptismo, Foucault (1986) é capaz de demarcar as transformações históricas ocorridas no seio dos programas disciplinares, evidenciando que o Panóptico “deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens” (FOUCAULT, 1986, p. 181). Em outras palavras, Foucault apresenta o Panóptico como uma peça de tecnologia política fundamental para a consolidação da sociedade disciplinar. Para Foucault, o Panóptico seria

[...] uma espécie de “ovo de Colombo” na ordem da política. Ele é capaz com efeito de vir se integrar a uma função qualquer (de educação, de terapêutica, de produção, de castigo); de aumentar essa função, ligando-se intimamente a ela; de constituir um mecanismo misto no qual as relações de poder (e de saber) podem-se ajustar exatamente, e até nos detalhes, aos processos que é preciso controlar; de estabelecer uma proporção direta entre o “mais-poder” e a “mais-produção”. Em suma, faz com que o exercício do poder não se acrescente de fora, como uma limitação rígida ou como um peso, sobre as funções que investe, mas que esteja nelas presente bastante sutilmente para aumentar-lhes a eficácia aumentando ele mesmo seus próprios pontos de apoio (FOUCAULT, 1986, p. 182).

Em suma, para Foucault (1986) o panoptismo difundiu-se pelo corpo social, tornando-se uma função generalizada em nossa sociedade. Esse misto de mecanismo e princípio organizador foi capaz de aglutinar a necessidade de controle e vigilância atrelada a uma economia dos excessos ou da violência, tornando o exercício de poder o menos custoso e o mais sutil possível.

Nossa sociedade não é de espetáculos, mas de vigilância; sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade; atrás da grande abstração da troca, se processa o treinamento minucioso e concreto das forças úteis; os circuitos da comunicação são os suportes de uma acumulação e centralização do saber; o jogo dos sinais define os pontos de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos. Somos bem menos gregos que pensamos. Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens (FOUCAULT, 1986, p. 190).

Em suas diferentes obras, Foucault (2009) aborda outras modalidades de exercício do poder, deixando claro que o mesmo transita e se metamorfoseia ajustando-se aos dispositivos específicos de cada instituição e aos diferentes interesses que o investem. Dentre as modalidades discutidas por Foucault, cabe destacar o poder pastoral que se relaciona fortemente ao discurso da salvação, permitindo aos indivíduos se constituírem e avançarem em sua busca existencial. A ética religiosa é capaz de fornecer substância e significado para que os sujeitos desenvolvam suas técnicas de si, se decifrem e se coloquem no mundo. Nas palavras de Foucault (2009, p. 231),

O pastorado está relacionado com a salvação, pois tem por objetivo essencial, fundamental, conduzir os indivíduos ou, em todo caso, permitir que os indivíduos avancem e progridam no caminho da salvação. Verdade para os indivíduos, verdade também para a comunidade. Portanto ele guia os indivíduos e a comunidade pela vereda da salvação. Em segundo lugar, o pastorado está relacionado com a lei, já que, precisamente para que os indivíduos e as comunidades possam alcançar sua salvação, deve zelar por que eles se submetam efetivamente ao que é ordem, mandamento, vontade de Deus. Enfim, em terceiro lugar o pastorado está relacionado com a verdade, já que no cristianismo, como em todas as religiões de escritura, só se pode alcançar a salvação e submeter-se à lei com a condição de aceitar, de crer, de professar certa verdade. Relação com a salvação, relação com a lei, relação com a verdade. O pastor guia para a salvação, prescreve a Lei, ensina a verdade.

É importante atentar para como as técnicas do exercício do poder se moldam e se adaptam conforme o caráter das diferentes instituições que colocam seus mecanismos de poder em funcionamento. Não se trata de uma mera reprodução das tecnologias do poder, mas da contínua ressignificação de suas práticas e da adaptação contingente de suas funções às mais variadas necessidades. A prática pastoral cristã exemplifica muito

bem o nível de inovação e de articulação dos dispositivos de poder aos desígnios e resultados perseguidos.

O pastorado cristão inova absolutamente ao implantar uma estrutura, uma técnica, ao mesmo tempo de poder, de investigação, de exame de si e dos outros pela qual certa verdade, verdade secreta, verdade da interioridade, verdade da alma oculta, vai ser o elemento pelo qual se exercerá o poder do pastor, pelo qual se exercerá a obediência, será assegurada a relação de obediência integral, e através do que passará justamente a economia dos méritos e deméritos. Essas novas relações dos méritos e deméritos, da obediência absoluta, da produção das verdades ocultas, é isso que, a meu ver, constitui o essencial, a originalidade e a especificidade do cristianismo, e não a salvação, não a lei, não a verdade (FOUCAULT, 2009, p. 242).

Diante do percurso traçado até o momento – que representa apenas **uma** possibilidade de interpretação, vinculada a **uma** opção de recorte dentre várias possíveis na obra do filósofo –, é possível evidenciar alguns pontos centrais relativos à concepção foucaultiana de poder. O primeiro ponto a ser ressaltado é discutido por Machado (1992) ao apontar que não há em Foucault uma teoria geral sobre o poder, pois sua análise não apreende o poder como uma realidade que possua uma natureza ou uma essência definida por características universais. Assim, não existe algo unitário chamado poder, mas formas díspares, heterogêneas e em constante transformação, fazendo com que o poder não possa ser apreendido como um objeto natural, mas como uma prática social. Ao trabalhar com a obra de Foucault, julgo que o mais sensato é aludir a uma análise do poder, pois para o pensador o que está em jogo é evidenciar quais são os mecanismos, dispositivos e efeitos que se desdobram do exercício do poder, incidindo em diferentes campos e níveis da sociedade (FOUCAULT, 1999).

Outro ponto diz respeito à ideia de capilaridade do poder. Machado (1992) argumenta que nas análises de Foucault o poder não se encontra localizado em nenhum ponto da estrutura social, mas funcionando como uma rede, ou melhor como um emaranhado, compreendendo o conjunto de mecanismos e relações em que todos encontram-se imersos. Sob este ponto de vista, não há exterior possível ou fronteira para o poder, estando ele disseminado por todo o corpo e estruturas da sociedade. Essa constatação leva a um importante questionamento: Se o poder se coloca de forma intrínseca à realidade social, é necessário considerar que todas as relações sociais são relações de poder? Faria (2003) dirige sua crítica para uma questão similar ao apontar

como incoerente a ideia de um poder monolítico ou onipresente em qualquer relação social. Diante deste aparente impasse é importante aqui demarcar que não considero que todas as relações sociais são relações de poder. Entendo que as relações de poder representam um tipo particular de relações sociais. Mas então como diferenciar as relações de poder dentro do conjunto mais amplo das relações sociais? Simples. As relações que se ancoram em *regimes de verdades* são relações de poder. Ou seja, sempre que se puder identificar feixes de saber/poder utilizados para sustentar efeitos de verdade em um determinado contexto estará configurada uma relação de poder.

É igualmente relevante apontar o caráter não localizável do poder. Foucault (1986) destaca que os dispositivos de poder que incidem sobre a vida social são difusos e raramente formulados em discursos contínuos e sistemáticos. Tais instrumentos são impossíveis de serem localizados ou fixados em um tipo específico de instituição ou em um aparelho de Estado, embora tanto instituições específicas, quanto aparelhos de Estado se utilizem deles. Neste sentido, fica nítido na obra de Foucault seu empenho em desnaturalizar qualquer forma de instituição – incluindo as práticas e os valores sociais – apresentada como natural, determinada e acabada.

Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e forças (FOUCAULT, 1986, p. 29).

A percepção de que o poder não é um atributo localizável e circunscrito às fronteiras de uma instituição gera desdobramentos importantes em relação à forma de visualizar as organizações. Ou seja, as instituições passam a ser percebidas não como detentoras, mas como atravessadas pelo poder. Para Foucault (1986, p. 29), temos “que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas”. Assim, abre-se para a análise a possibilidade e, até mesmo, a necessidade de ir além dos contornos de conceitos como o de “classes” e ultrapassar as fronteiras das organizações a fim de apreender as relações de poder a partir de sua complexa trama de articulações e rearranjos que vão além desses limites. Como elucidava Foucault,

[...] ao analisar as relações de poder a partir das instituições, incorremos no risco de procurar nelas, a explicação e a origem daquelas; quer dizer, em

suma, de explicar o poder pelo poder. Enfim, na medida em que as instituições agem essencialmente através da colocação de dois elementos em jogo – regras (explícitas ou silenciosas) e um aparelho – corremos o risco de privilegiar exageradamente um ou outro na relação de poder e, assim, de ver nestas apenas modulações da lei e da coerção. Não se trata de negar a importância das instituições na organização das relações de poder. Mas de sugerir que é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder e não o inverso; e que o ponto de ancoragem fundamental destas relações, mesmo se elas se incorporarem e se cristalizarem numa instituição, deve ser buscado aquém (FOUCAULT, 1995, p. 245).

A ausência de uma teoria do poder em Foucault e a visão de um poder *quase* onipresente no campo das relações sociais remetem a outro ponto que merece atenção: o caráter relacional do poder. Para Foucault, o poder em si não existe; o que há são práticas ou relações de poder. Assim, o poder é uma relação que só existe como tal e opera sobre o campo de possibilidades e práticas em que se inscreve o comportamento dos sujeitos. Os sujeitos não “possuem” o poder, mas são investidos pelo poder em suas relações, lutas e embates. Maia (1995) argumenta que na analítica do poder de Foucault fica evidente que qualquer agrupamento humano estará sempre permeado por relações de poder, uma vez que a existência deste tipo de relação é inerente à vida social, pois “uma sociedade sem relações de poder só pode ser uma abstração” (FOUCAULT, 1995, p. 246).

Foucault (1992) compreende o poder como um conjunto de correlações de forças que se autoconstituem, produzem e organizam os domínios em que estão presentes e inseridas. O poder é um feixe de relações mais ou menos coordenado, mais ou menos organizado, porém sempre instável (FOUCAULT, 1992). Ele é proveniente de todos os pontos do emaranhado social. Ou seja, para Foucault o poder é uma matriz geral de relações de força em uma sociedade e em um tempo específicos (RABINOW e DREYFUS, 1995). As relações de poder se enraízam profundamente no nexos e no conjunto da rede social, e a cristalização do jogo de forças toma vulto e evidência nos aparelhos organizacionais, na formulação das leis e nas hegemonias sociais (ALCADIPANI, 2002).

Cabe, porém, destacar que o sujeito não se encontra perdido ou simplesmente dominado por este conjunto de relações, pois para Foucault não existem relações de poder sem resistência. Dessa forma, embora o sujeito esteja sempre imerso em uma

constelação de relações de poder, ele desempenha um papel ativo e central ao tomar como o palco de suas lutas e opções as próprias relações de poder das quais faz parte. Conforme ressalta Machado (1992), o caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra o seu exercício não possam ser travadas fora das fronteiras das relações de poder, mas sempre a partir de dentro. Por este motivo, os sujeitos nunca se encontram em posição de exterioridade nem, simplesmente, subjugados pelas relações de poder, mas imersos nelas. “As correlações de poder somente podem existir em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que apresentam nestas relações o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite apreensão” (FOUCAULT, 1988, p. 91). Por isso, os sujeitos jamais estariam aprisionados a uma forma homogênea de poder, pois os choques entre poder e resistência geram novas e infundáveis configurações de poder.

Ao tocar na questão da resistência, também se faz necessário discutir a negatividade e a positividade do poder. Antes, porém, salienta-se que os termos *negativo* e *positivo* não estão sendo utilizados em sua acepção moral, mas a partir dos sentidos de sua efetividade, como repressão *versus* formação ou, ainda, caráter punitivo *versus* caráter produtivo. Para Michel Foucault, a constituição do sujeito não é dada *a priori* e o indivíduo não é massacrado pelo poder. O poder disciplinar não o destrói, mas, ao contrário, o fabrica. Assim, o indivíduo é um dos mais importantes efeitos do poder.

Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1992, p. 7-8).

Foucault considera que o sujeito se constitui na história e é a cada instante fundado e refundado por ela. Ele se constitui historicamente a partir das relações de poder, dos regimes de verdade, das práticas de si e dos discursos que sustentam estas relações. As condições políticas, econômicas e de existência não são um obstáculo para

o sujeito, mas é a partir destas condições que se formam os sujeitos do conhecimento e, por consequência, os regimes de verdade. Assim, as relações de poder são, por excelência, fundamentais na produção da individualidade e na constituição do indivíduo, intimamente vinculada aos arranjos de poder e de saber de sua época (MACHADO, 1992, p. XIX).

O indivíduo é sem dúvidas o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica do poder que se chama “disciplina”. Temos de deixar de descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade, ele produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter originam-se nessa produção (FOUCAULT, 1986, p.172).

As relações de poder e seu efeito de fabricar sentido para os sujeitos encontram-se intimamente arrolados à produção de regimes de verdade. O sujeito está imerso em determinado contexto histórico e, em consequência, a “verdade” por ele produzida também está inevitavelmente vinculada a uma história que, entre acidentes e dispersões, teve seu caráter de verdade esculpido. Foucault, baseado na concepção nietzschiana, evidencia que o sujeito é historicamente formado ao lado de certos tipos de saber, os quais, cada um a sua maneira, produzem verdade. Ou seja, a verdade provém de determinadas condições políticas, de certas relações de poder que não são exteriores ao sujeito, mas sim constitutivas do sujeito de conhecimento (ARAÚJO, 2008).

Conforme ressalta Candiottto (2010), entende-se que o verdadeiro em Foucault jamais designa uma relação com a contemplação da Verdade nem é atributo privilegiado e exclusivo do saber científico em sua pretensa neutralidade. Consiste, menos ainda, numa decifração, que continuamente se sujeita à dúvida de si mesma ao buscar escavar uma verdade escondida na subjetividade. Nesse sentido, aquilo que para as ciências humanas reveste-se com o *status* de verdadeiro para Foucault representa a justificação racional de sistemas excludentes de poder que agem nas práticas institucionais e científicas. Em Foucault, a “verdade” encontra-se desaturizada de qualquer teor elevado, permanente ou universal. Para o autor, toda verdade é interessada e fabricada, constituindo em si mesma, apenas um efeito de verdade, produzido a partir do jogo histórico das vontades impostas e das práticas concretas de poder. Assim, não existe verdade desvinculada do poder ou fora do poder, mas apenas mediante a atuação de

regimes constringentes de verdade, funcionando em determinada sociedade, em uma época específica, ainda que de modo provisório (CANDIOTTO, 2010).

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. [...] O conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro, efeitos específicos de poder. [...] A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem (FOUCAULT, 1992, p. 12-13).

O papel da arqueogenealogia para Foucault não seria realizar o julgamento sobre um conjunto de proposições (científicas ou não), averiguando o que seria verdadeiro ou falso. Seria, em suma, busca detectar as positivities que emergiram dos saberes de determinada época, constituindo regimes de verdades que possibilitaram que algo fosse dito e aceito como legítimo. A genealogia proposta por Foucault, fortemente influenciada por Nietzsche, consiste em uma analítica interpretativa que busca tratar na história e historicamente o conjunto de forças, os dispositivos, os aparelhos, as instituições que produzem efeitos de verdade sobre os corpos, as populações, as ciências e toda uma sociedade.

Nesta atividade, que se pode chamar genealógica, não se trata, de modo algum, de opor a unidade abstrata da teoria à multiplicidade concreta dos fatos e de desclassificar o especulativo para lhe opor, em forma de cientificismo, o rigor de um conhecimento sistemático. [...]. Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. As genealogias não são, portanto, retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata, mas anti-ciências. [...]. Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa (FOUCAULT, 1992, p. 171).

Caberia, então ao genealogista interpretar ou fazer a história do presente, evidenciando quais transformações foram responsáveis pela nossa atual constituição

como sujeitos objetiváveis por ciências, normalizáveis por disciplinas e dotados de uma subjetividade amparada pelas diversas técnicas de si que elaboramos a fim de nos constituir (ARAÚJO, 2008).

[...] atrás das coisas há “algo inteiramente diferente”: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas. A razão? Mas ela nasceu de uma maneira inteiramente “desrazoável” – do acaso. [...] O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia das coisas, é o disparate (FOUCAULT, 1992, p. 17-18).

Nesta seção, busquei evidenciar alguns pontos centrais relacionados à analítica do poder em Foucault, sem o intuito de propor uma única via *par excellence* para o entendimento do pensamento deste filósofo. A seguir, discutirei as questões epistemológicas e ontológicas presentes no pensamento de Foucault, cuja ênfase recairá na distância estabelecida pelo filósofo em relação às filosofias do sujeito, contraposta à sua noção sobre a constituição histórica dos indivíduos.

Observações Epistêmicas

“Quero saber se você vem comigo
a não andar e não falar
quero saber se ao fim alcançaremos
a incomunicação; por fim
ir com alguém a ver o ar puro
a luz listrada do mar de cada dia
ou um objeto terrestre
e não ter nada que trocar
por fim, não introduzir mercadorias
como o faziam os colonizadores
trocando baralhinhos por silêncio.
Pago eu aqui por teu silêncio.
De acordo eu te dou o meu
com uma condição: não nos compreender”.

Pablo Neruda, [1973], 2007.

Rotular, enquadrar, impor determinada filiação ao autor ou à sua obra, não seria uma tentativa efêmera de aprisionar e atribuir limites ao seu pensamento? De pesar cada homem com seu peso e de encaixotar tediosamente cada coisa em seu suposto “devido lugar”? Ou, ainda, não seria um cômodo recurso para se afirmar “Sou isto e pronto!”, uma clássica forma de operar separações e de estabelecer convenientes *incomunicações*? Não me refiro apenas a separações do tipo científico *versus* não científico, ou válido *versus* inválido, mas àquelas que estabelecem quais pensamentos podem ou não dialogar entre si. Que criam e recrudescem fronteiras artificiais com seu efeito de “cordão sanitário” do saber, decretando que a relação entre os grupos de pensadores A e B é simplesmente a de não se compreenderem.

Sem negligenciar o plano epistemológico, o que busco aqui é demarcar o *não posicionamento* deste trabalho. Não se trata de negar o papel dos tradicionais “paradigmas” que há muito se asilaram nas ciências sociais, mas de evidenciar que uma atenta discussão sobre as formas de se apreender o mundo social e seus sujeitos é muito mais esclarecedora que qualquer rótulo. Caso fosse imputada a este estudo uma rigorosa delimitação “paradigmática”, inevitavelmente nos veríamos diante de uma postura reducionista. Ao rotular este trabalho, entendo que, paradoxalmente, incorreria no risco de me isentar da necessidade de enfrentar com honestidade suas questões mais essenciais.

Diante dessa reflexão, não será assumido inadvertidamente qualquer letreiro epistemológico luminoso que *a priori* defina este trabalho. O “*não-posicionamento paradigmático*” aqui assumido implica, na realidade, em uma clara tomada de posição, ao me obrigar a cuidadosamente erigir cada um dos esteios que sustentarão este estudo. Assim, nas próximas linhas buscarei discutir, ponto a ponto, as principais questões que assombram as bases deste estudo e o pensamento labiríntico que o conduz. A intenção é partir dos pressupostos contidos no pensamento de Foucault para evidenciar em que medida este trabalho dialogará com suas bases. Este percurso é fundamental, a fim de construir uma proposta consistente de trabalho capaz de amarrar de forma fidedigna os planos ontológico, epistemológico, teórico e metodológico permeados por uma perspectiva foucaultiana.

Primeiramente, vale refletirmos sobre como o sujeito será apreendido neste estudo. Afinal, a questão do sujeito – em um estudo que busca justamente problematizar como os indivíduos se constituem em meio a seus enunciados e regimes de verdade – representa uma querela central a ser esmiuçada.

Prefiro as linhas tortas, como Deus.
Em menino eu sonhava de ter uma perna mais curta
(Só pra poder andar torto).
Eu via o farmacêutico de tarde,
a subir a ladeira do beco, torto e deserto...
toc ploc toc ploc.
Ele era um destaque.
Se eu tivesse uma perna mais curta,
todo mundo haveria de olhar para mim:
lá vai o menino torto subindo
a ladeira do beco toc ploc toc ploc.
Eu seria um destaque.
A própria sagração do Eu.
(Manoel de Barros, 1997, p. 39).

Conforme ressalta Candiotta (2010), Foucault, influenciado pela conjuntura filosófica francesa da segunda metade do século XX, dá vazão à crítica sobre o caráter universalista do sujeito, que seria pautado por uma subjetividade a-histórica, autorreferente e totalmente livre. Neste contexto, diversos pensadores além de Foucault questionam a noção de um

[...] sujeito cartesiano-kantiano humanista, ou seja, o sujeito autônomo, livre e transparentemente autoconsciente, que é tradicionalmente visto como a fonte de todo o conhecimento e da ação moral e política. Em contraste, e

seguindo a crítica da filosofia liberal feita por Nietzsche, eles descrevem o sujeito em toda sua complexidade histórica e cultural – um sujeito “descentrado” e dependente do sistema linguístico, um sujeito discursivamente constituído e posicionado na interseção entre as forças libidinais e práticas socioculturais (PETERS, 2000, p. 32-33).

Descentrar o sujeito implica justamente negar uma essência transcendental ou metafísica que o defina; é retirá-lo de sua posição central e privilegiada na gênese de uma história linear e teleológica; é negar a existência de uma origem reconciliadora e de um final redentor; é suspeitar das filosofias antropologizantes, que evocam a unidade e a universalidade da figura epistemológica do homem no pensamento moderno; é, enfim, caminhar para uma *ontologia historicizada*. Vale ponderarmos sobre estas questões mais detidamente.

Foucault (1966) discute em sua obra *As Palavras e as Coisas* a constituição histórica de determinados saberes que, a partir de meados do século XVIII, tomaram o homem como seu objeto. Ou seja, as então emergentes ciências da vida, do trabalho e da linguagem tornam possível pensar o homem, que, ao mesmo tempo, é tomado como objeto desses saberes e como sujeito constituinte do conhecimento: eis o homem como o estranho par empírico-transcendental (FOUCAULT, 1966). Partindo dessa noção kantiana, Foucault (1966) constrói sua crítica às filosofias antropologizantes – como o positivismo e a fenomenologia – pautado no argumento de que estas concepções acabam por fazer valer o que constata empiricamente como sendo o que transcende esse teor empírico. Para ele, a filosofia moderna teria sido acometida por um “sono antropológico” em que

[...] a função transcendental vem cobrir com a sua rede imperiosa o espaço inerte e fosco da empiricidade: inversamente, os conteúdos empíricos animam-se, restabelecem-se um pouco, levantam-se e são subsumidos logo num discurso que leva longe a sua presunção transcendental. E eis que nessa dobra um novo sono se apoderou da Filosofia; não já o do Dogmatismo, mas o da Antropologia. Todo o conhecimento empírico, desde que diga respeito ao homem, passa a valer como campo filosófico possível, onde deve descobrir-se o fundamento do conhecimento, a definição dos seus limites e, finalmente, a verdade de toda a verdade (FOUCAULT, 1966, p. 444).

Em resposta às filosofias antropologizantes, Foucault (1966) contrapõe a crítica ao sujeito constituinte, evidenciando a figura do homem como um ser finito e situado.

Araújo (2008) enfatiza que a crítica do sujeito é importante para nos desembaraçarmos desse modelo atemporal de sujeito e em seu lugar considerar os problemas a partir da contingencialidade de nossa época. Ainda para a autora, o antídoto para este “sono antropológico” pode ser buscado nos trabalhos de Nietzsche, que representam um marco essencial no desenvolvimento da crítica às filosofias do sujeito, pois

Nietzsche nos desperta desse sono mostrando que com a morte de Deus, morre também aquele que o criara: aquele homem tendo desaparecido, nada que venha a entronizá-lo novamente deve ser permitido. Ao contrário, é preciso ver que o fim do homem é o fim das filosofias do sujeito, é o fim das filosofias que buscam nele o que o funda, absurdo dos absurdos (ARAÚJO, 2008, p. 115).

Na visão de Peters (2000), no lugar de um sujeito transcendental Nietzsche realça a noção de um sujeito concreto, um ser temporal, corporificado e generificado, que passa pela vida e se depara com a morte e a extinção de seu corpo. Porém, ao mesmo tempo, este sujeito é imensamente maleável e flexível, continuamente colocado sob o jugo de práticas e estratégias de normalização e individualização presentes nas instituições modernas (PETERS, 2000).

A partir de agora, senhores filósofos, evitemos, pois, essa perigosa e antiga farsa conceitual que inventou um "sujeito puro do conhecimento, isento de vontade, alheio à dor e ao tempo", guardemo-nos dos tentáculos de conceitos contraditórios como "razão pura", "espírito absoluto", "conhecimento em si". O que está sendo exigido é conceber um olho que não pode absolutamente ser imaginado, um olho sem qualquer orientação, no qual as forças ativas e interpretativas estão imobilizadas ou ausentes – considerando que são estas que fazem com que ver, seja ver algo –; exige-se do olho, portanto, algo absurdo e sem sentido, a negação do conceito de olho (NIETZSCHE, 1994, p. 142 – *tradução livre*).

Inspirado por esta concepção nietzschiana, Foucault descarta o ideal presente desde o projeto iluminista de um **H**omem universal e transcendental, forjado pela filosofia do sujeito e coroado como elemento fundador da história. Para ele, o **h**omem é um ser constituído pelo seu tempo histórico, e por isso sempre aparecendo como situado e dependente, ao mesmo tempo, “sem pátria e sem data” (FOUCAULT, 1966, p. 432). Por isso, percebe como imperativa a necessidade de desvencilhar-se desse ideal de sujeito, a fim de apontar sua constituição histórica e sempre provisória, finita, marcada por sua inexistência no passado e sua dispersão no porvir (CANDIOTTO, 2010).

É preciso livrar-se do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a *uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica*. É a isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendental com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, 1992, p. 7 – *grifos nossos*).

É importante destacar que a crítica endereçada por Foucault (1992) a esse *sujeito humanista renascentista* representa muito mais uma recusa à noção de um *sujeito constituinte* do que um total rompimento com o pensamento humanista. Em determinadas ocasiões, Foucault (1983) reconheceu a importância de correntes ligadas à perspectiva humanista, ressaltando, por exemplo, as contribuições da Escola de Frankfurt:

[...] se eu tivesse me familiarizado com a Escola de Frankfurt [...] não teria dito várias das coisas estúpidas que disse e teria evitado muitos desvios ao tentar seguir meu próprio caminho – enquanto, nesse meio tempo, avenidas eram abertas pela Escola de Frankfurt (FOUCAULT, 1983, p. 200).

Nesse sentido, é válido apontar que a noção do sujeito universal do Iluminismo também constitui objeto de crítica para estudiosos vinculados a certas correntes do humanismo. Como exemplo, é possível citar o trabalho de Paes de Paula (2008) que, ancorado em uma perspectiva frankfurtiana, propõe a busca por um “neo-humanismo”, capaz de

[...] corrigir as supostas limitações do sujeito humanista, considerando que há, de fato, forças libidinais, inconscientes e estruturais que tentam condicionar o sujeito, mas sem descartar o seu caráter processual e sua capacidade de ação, ou seja, sua possibilidade de, por meio da consciência, libertar-se dessas amarras (PAES DE PAULA, 2008, p.21).

Para Foucault, a crítica ao sujeito constituinte vem acompanhada da necessidade de rompimento com a visão da história linear e causal, embasada na busca de suas regularidades e pretensas leis evolutivas. Ou seja, a noção de um sujeito transcendental – que aprimora sua essência através de uma longa trajetória inteligível, pautada por uma visão histórica evolucionista – só é possível a partir de um projeto de história marcado

pela continuidade, que busca incessantemente interligar em um todo supostamente coerente a origem e o fim deste sujeito supra-histórico.

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas à distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. [...]. Sob formas diferentes, esse tema representou um papel constante desde o século XIX: proteger, contra todas as descentralizações, a soberania do sujeito e as figuras gêmeas da antropologia e do humanismo (FOUCAULT, 2008, p. 14).

A postura tradicional na História é comumente associada às ideias do historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886) e tornou-se a postura dominante da historiografia do século XIX, influenciada pela visão positivista. Conforme elucidada por Iggers (1997), a concepção defendida por Ranke assume a História como uma ciência rigorosa, caracterizada pela objetividade da pesquisa e trabalhada de forma linear, rejeitando explicitamente qualquer especulação metafísica, como também as premissas filosóficas e políticas implícitas a qualquer estudo. Além disso, nesta perspectiva, as únicas fontes consideradas legítimas são os documentos conservados pelo tempo.

Desse modo, em contraposição a uma história linear, Foucault capta a história a partir de suas rupturas e descontinuidades, rejeitando, a um só tempo, o mito de sua origem esclarecedora e a visão teleológica de seu final prometido. O que é trazido para o primeiro plano são as dispersões e sucessões desordenadas, habitadas por sujeitos concretos em constante disputa, apartados de sua remota origem e constringidos a se constituírem a partir dos feixes de poder e de saber presentes em sua época.

A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. Nada que se assemelhe à evolução de uma espécie, ao destino de um povo. Seguir o filão complexo da proveniência é, pelo contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria; é situar os acidentes, os ínfimos desvios – ou, pelo contrário, as completas inversões –, os erros, as fálhas de apreciação, os cálculos errôneos que fizeram nascer o que existe e tem valor para nós; é *descobrir que, na raiz do que conhecemos e do que somos, não há absolutamente a verdade e o ser, mas a exterioridade e o acidente* (FOUCAULT, 1992, p. 21 – *grifos nossos*).

Ao derrubar o mito da origem, Foucault se apóia no pensamento nietzschiano a fim de demonstrar que história clássica sustenta um ponto de referência supra-histórico, que ao ser estabelecido fora do tempo desaba em uma abstração metafísica. Ao invés disso, é importante lançar um olhar capaz de negar qualquer essência atemporal, problematizando em seu lugar a historicidade contingente dos sujeitos. Ao invés de enxergar o passado dotado de uma origem reconciliadora, capaz de nos consolar e saciar nossa necessidade de estabilidade, é necessário reconhecer “que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos” (FOUCAULT, 1992, p.29).

A alta origem é o "exagero metafísico que reaparece na concepção de que no começo de todas as coisas se encontra o que há de mais precioso e de mais essencial"¹: gosta-se de acreditar que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do criador, ou na luz sem sombra da primeira manhã. A origem está sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo; ela está do lado dos deuses, e para narrá-la se canta sempre uma teogonia. Mas o começo histórico é baixo. Não no sentido de modesto ou de discreto como o passo da pomba, mas de derrisório, de irônico, próprio a desfazer todas as ênfases. "Procura-se despertar o sentimento de soberania do homem mostrando seu nascimento divino: isto agora se tornou um caminho proibido; pois no seu limiar está o macaco"² (FOUCAULT, 1992, p.18).

Foucault (1966) ressalta que o homem encontra-se separado da origem que o tornaria contemporâneo de sua própria existência, pois o originário no homem sempre faz referência a um calendário em que o homem não figura. Ou seja, o originário no homem não está ligado ao tempo de seu nascimento ou às reminiscências de sua experiência, mas é apenas um lembrete de que as coisas começaram muito antes dele. Portanto, seria impossível atribuir uma origem a um homem cuja experiência é totalmente constituída e limitada pelas coisas, pela empiricidade de seu tempo (FOUCAULT, 1966). No lugar da história contínua, Foucault propõe adotar uma perspectiva genealógica que busque dar conta de acessar uma “história efetiva”.

A história "efetiva" se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apóia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. Tudo em que o homem se apóia para se voltar em direção à história e apreendê-la em sua totalidade, tudo o que permite retracá-la como um

¹ Citando Nietzsche, em *O Andarilho e sua Sombra*, §3.

² Citando Nietzsche, em *Aurora*, §49.

paciente movimento contínuo: trata-se de destruir sistematicamente tudo isto. É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos. Saber, mesmo na ordem histórica, não significa "reencontrar" e, sobretudo, não significa "reencontrar-nos". A história será "efetiva" na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo (FOUCAULT, 1992, p. 29).

Em suma, na perspectiva foucaultiana

[...] a história é um jogo de forças, sem fio condutor, sem a trama de um sujeito transcendental a percorrê-la inteiramente, tornando-a inteligível, destringendo seu sentido, buscando suas leis progressivas e evolutivas. A história não tem por detrás de si fios causais, não é a busca da origem e nem de um fim remoto. No lugar do retorno a um começo feliz, a temporalidade anônima, dispersa, sem volta. Cada trama histórica desenha uma disposição na ordem do saber, não há um sujeito soberano acima dessas disposições. Ele é tramado por elas. [...] não há um sujeito supra-histórico e sim posições possíveis de subjetividades constituídas, diferentes, porém nunca indiferentes (ARAÚJO, 2008, p. 99-100).

Mas, ao renegar esse modelo de Homem universal não estaríamos matando o sujeito? Não estaríamos apregoando uma ontologia relativista, esvaziando o lugar do mesmo? Ou, ainda, aceitar o fim da soberania do sujeito não seria decretar seu aprisionamento pelas *estruturas* sociais que o precedem e o atravessam?

Foucault foi acusado de eliminar o sujeito ao proclamar a morte do homem em seu livro *As palavras e as coisas*. Mas é importante ter cautela ao analisar esta questão na obra do autor. O polêmico anúncio da morte do homem no contexto desse escrito diz respeito apenas à sua curta existência na ordem do saber ocidental, que remonta há cerca de duzentos anos. Assim, da mesma forma que foi tomado como objeto por estes saberes, nada impede que o homem também seja abandonado pelas novas configurações do saber que podem emergir. Nas palavras de Foucault (1966, p. 502):

O homem é uma invenção, e uma invenção recente, tal como a arqueologia do nosso pensamento o mostra facilmente. E talvez ela nos indique também o seu próximo fim. Se estas disposições viessem a desaparecer tal como apareceram, se por algum acontecimento de que podemos, quando muito, pressentir a possibilidade, mas de que não conhecemos de momento ainda nem a forma nem a promessa, se desvanecessem, como sucedeu na viragem do século XVII ao solo do pensamento clássico – então pode-se apostar que o homem se desvaneceria, como à beira do mar um rosto de areia.

De outro lado, caso o esvaziamento do sujeito seja atribuído a Foucault, devido à crença de que o filósofo professaria uma *ontologia relativista*, contraponho a interpretação de que ele abraça uma *ontologia historicizada*. Ou seja, recusar a noção que entende o sujeito como “a fundação de todo conhecimento e o princípio de toda significação” não implica excluir os diversos sujeitos concretos como uma categoria pensante nem seu papel vital para qualquer análise social. Para Foucault (1995) o importante é abraçar a noção de uma “ontologia histórica de nós mesmos”. Conforme aponta Peters (2000), nesta concepção as narrativas genealógicas tomam o lugar da ontologia ou, mais precisamente, tornam as questões de ontologia historicizadas.

Três domínios da genealogia são possíveis. Primeiro, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade através da qual nos constituímos como sujeitos de saber; segundo, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação a um campo de poder através do qual nos constituímos como sujeitos de ação sobre os outros; terceiro, uma ontologia histórica em relação à ética através da qual nos constituímos como sujeitos morais (FOUCAULT, 1995: 264).

É possível notar uma nítida inter-relação entre esses três domínios genealógico-ontológicos propostos por Foucault (1995) e seus respectivos alvos de interesse nas décadas de 1960, 1970 e 1980: a arqueologia, a genealogia do poder e a ética. Para Noto (2009), a distinção entre a ontologia formal (nos moldes transcendentais) e a “ontologia histórica de nós mesmos” (proposta por Foucault) é trabalhada da seguinte forma:

Em linhas gerais, podemos dizer que a diferença entre uma “ontologia crítica e histórica de nós mesmos” e uma “ontologia formal da verdade” é que enquanto a primeira se pergunta o que é o homem hoje em sua singularidade e particularidade histórica *atual*, a grande questão da segunda seria o que é o homem em geral, isto é, em sua estrutura universal e necessária. Com outras palavras, se uma “ontologia crítica e histórica” pergunta o que é o homem em seu *ser* historicamente constituído, uma “ontologia formal da verdade” pergunta o que é o homem em seu *ser* originariamente constituente (NOTO, 2009, p. 8 – *grifos no original*).

Ao trabalhar com perspectiva foucaultiana, descentrar o sujeito se torna um passo importante a fim de manter uma interlocução coerente com as premissas do filósofo. Esta preocupação essencial pode ser encontrada em alguns estudos

influenciados pelo pensamento de Foucault, como o de Mascarenhas³ (2011) que transitou pelas experiências de trabalho e loucura, assumindo no tocante aos sujeitos uma *ontologia da indeterminação*. Ao apreender o mundo como uma realidade indeterminada é possível rechaçar a busca por qualquer verdade recôndita, abrindo para os sujeitos indefinidas possibilidades para a construção de respostas inéditas e emergentes diante dos problemas próprios de seu tempo e de sua existência (RUIZ, 2003).

O próprio Foucault (2004) reconheceu que outras correntes também se ocuparam da crítica deste Sujeito atemporal, abrindo possibilidades para um pensamento crítico desvinculado de uma busca pela Verdade transcendental.

“O que é nossa atualidade? Qual é o campo atual das experiências possíveis?”. Não se trata de uma analítica da verdade, consistiria em algo que se poderia chamar de analítica do presente, *uma ontologia de nós mesmos* e, me parece que a escolha filosófica na qual nos encontramos confrontados atualmente é a seguinte: pode-se optar por uma filosofia crítica que se apresenta como uma filosofia analítica da verdade em geral, ou bem se pode optar por um pensamento crítico que toma a forma de uma ontologia de nós mesmos, de uma ontologia da atualidade, é esta forma de filosofia que de Hegel à Escola de Frankfurt, passando por Nietzsche e Max Weber, fundou uma forma de reflexão na qual tenho tentado trabalhar (FOUCAULT, 2004, p. 118).

Entendo que caminhar em direção a uma “ontologia histórica de nós mesmos”, abdicando da concepção de um sujeito supra-histórico, não significa anular o sujeito, mas apenas recusar a existência de qualquer essência metafísica atemporal que o defina. Ao descentrar a noção de sujeito, o que aqui proponho é recusar a adoção de qualquer pretense modelo universal que ambicione defini-lo e representá-lo. Assim, não percebo essa desconstrução como a aniquilação do sujeito, mas como a chance de uma retomada do pensar sobre os múltiplos sujeitos a partir de sua historicidade, provisoriamente e finitude.

Butler (1998) aponta na mesma direção ao afirmar que a concepção foucaultiana do sujeito representa um esforço de captar o sujeito como um lugar de ressignificação.

³ Este brilhante trabalho, que mescla seu *necessário* lirismo às trajetórias biográficas dos sujeitos, representa um notável exemplo das possibilidades de se caminhar fora das amarras da liturgia acadêmica. Sua leitura significou um impulso inspirador e um ponto de referência para os passos que busquei ensaiar neste estudo. Léó: espero que me desculpe por encaixotá-lo entre os parênteses do *bacharelês*, que foi tão lúcida e desatinadamente desconstruído por você.

Desconstruir o sujeito não é negar ou jogar fora o conceito; ao contrário, a desconstrução implica somente que suspendemos todos os compromissos com aquilo a que o termo “o sujeito” se refere, e que examinamos as funções linguísticas a que ele serve na consolidação e ocultamento da autoridade. Desconstruir não é negar ou descartar, mas pôr em questão e, o que talvez seja mais importante, abrir um termo, como sujeito, a uma reutilização e uma redistribuição que anteriormente não estavam autorizadas (BUTLER, 1998, p. 24).

Ainda é válido refletir sobre os efeitos de verdade irradiados pela noção universal e supostamente neutra de sujeito. Como bem aponta Bruni (1989), muitas vezes, no bojo de tais concepções de “sujeito” o que se encontra é um mecanismo de operar exclusões. Neste sentido, ao problematizar a questão da “morte do homem” em Foucault (1966), o autor chama a atenção para o viés altamente etnocêntrico camuflado por trás da concepção de um homem “universal”, pois

[...] a “morte do Homem” concerne primeiramente ao Homem branco, adulto, ocidental, civilizado e normal. A morte do Homem nos conduz ao caminho daquilo que foi construído como não-humanidade no Homem: a loucura e o crime. Assim, torna-se claro qual Homem as ciências e a filosofia tomam implicitamente como modelo: o Homem de Razão e o Homem de Bem, senhores da ordem, competentes para o exercício da exclusão do Outro (BRUNI, 1989, p. 200).

Outro exemplo pode ser buscado em Butler (1998) quando a autora salienta que por trás do “universal” existiria, na realidade, um conjunto de “universalidades” culturalmente condicionadas de forma presumida e intransigente, alimentando conflitos e legitimando a violência que lhes são inerentes. Assim, a autora parte para a análise da arena política ao abordar a Guerra do Iraque capitaneada pelos EUA, evidenciando como a definição do “universal” se torna um termo em disputa, em que

[...] o “outro” árabe é entendido como estando radicalmente “fora” das estruturas universais da razão e da democracia e que, portanto, se exige que seja trazido para dentro pela força. Significativamente, os EUA tiveram de revogar os princípios democráticos da soberania política e da livre manifestação do pensamento, entre outros, para efetuar esse retorno forçado do Iraque ao campo “democrático”; esse gesto violento revela, entre outras coisas, que as noções de universalidade são instaladas mediante a anulação dos próprios princípios universais que deveriam ser implementados. Dentro do contexto político do pós-colonialismo contemporâneo, talvez seja especialmente urgente sublinhar a própria categoria do “universal” como o lugar de insistente disputa e re-significação. [...] qualquer conceito totalizador

do universal impedirá, em vez de autorizar, as reivindicações não antecipadas e inantecipáveis que serão feitas sob o signo do “universal”. Nesse sentido, não estou me desfazendo da categoria, mas tentando aliviá-la de seu peso fundamentalista, a fim de apresentá-la como um lugar de disputa política permanente (BUTLER, 1998, p. 17).

A noção de que por trás de cada ideal ou caractere supostamente universal estão enredadas diversas convenções e distorções socioculturais encontra eco nos escritos de Nietzsche, como em *Genealogia da Moral* ou em *Vontade de Potência*, nos quais o autor assevera:

Mas nunca se perguntaram realmente a si mesmos quanto custou nesse mundo a construção de cada ideal? Quanta realidade teve de ser denegrida e negada, quanta mentira teve de ser santificada, quanta consciência transtornada, quanto "Deus" teve que ser sacrificado? A lei é a seguinte: É preciso destruir um santuário para se erigir outro. Mostrem-me um só caso em que esta lei não foi cumprida! (NIETZSCHE, 1994, p. 115-116 – *tradução livre*).

[...] o homem busca um princípio no qual possa apoiar-se para desprezar o homem, — inventa um mundo para poder caluniar e poluir este mundo: realmente estende sempre sua mão em direção do nada, e desse nada constrói um “Deus”, a “verdade”, e por todas as maneiras, juiz e condenador deste ser... (NIETZSCHE, 1986, p.174).

Mundo, mundo
Mais do que vasto
Imundo
Perdido na sina
De seus homens tristes

Em consonância com a discussão ora apresentada, os esforços serão aqui direcionados para apreender a realidade a partir de uma perspectiva *contextualista*, em que o sujeito é compreendido a partir das práticas (históricas, discursivas, de poder) que possibilitam pensá-lo: práticas científico-disciplinares que o objetivam e práticas subjetivantes (*práticas de si*) que permitem ao sujeito conhecer-se e se colocar no mundo (ARAÚJO, 2008). É importante reforçar que essa constituição histórica dos sujeitos não é percebida como uma determinação estanque e definitiva – emoldurada e

emoldurante para cada época e lugar –, mas apreendida como um perpétuo processo de constituição.

[...] se deixou levar por sua convicção de que os seres humanos não nascem para sempre no dia em que as mães os dão à luz, e sim que a vida os obriga outra vez e muitas vezes a se parirem a si mesmos (GARCÍA MÁRQUEZ, 2007, p. 118).

O que pretendo enfatizar é que, embora o sujeito seja constituído de forma histórica e singular, “sua unidade é sempre precária e passível de transformação” (NOTO, 2009, p. 23). Ou seja, mesmo em meio ao assédio das verdades naturalizadas e sob a força dos feixes de relações de poder, os sujeitos possuem uma margem de arbítrio e liberdade para modificarem suas práticas e para romperem com sua realidade.

Em toda cultura há certos modelos singulares de subjetividade que se devem, em última instância, à maneira de pensar de uma época e às forças de poder que conseguem normatizar ou até mesmo impor esta maneira de pensar. Todavia, estes modelos sempre deixarão um espaço de liberdade para que o indivíduo se constitua como sujeito independentemente deles (NOTO, 2009, p. 10).

Neste sentido, os sujeitos desenvolvem e se apoderam de um conjunto de “práticas de si”, ou “técnicas do eu”, compreendidas aqui como o trabalho que o indivíduo desempenha sobre si mesmo para se constituir como sujeito – “sujeito que conhece e que, portanto, é sujeito daquilo que diz como verdade; sujeito político, isto é, sujeito daquilo que faz no contexto das relações com os outros; e sujeito moral, sujeito da conduta que ele tem consigo mesmo no campo da moral” (NOTO, 2009, p. 27).

Ao analisar a experiência da sexualidade e a história da experiência da sexualidade, fiquei cada vez mais consciente de que, em todas as sociedades, existem outros tipos de técnicas, técnicas que permitem aos indivíduos efetuarem um certo número de operações sobre os seus corpos, sobre as suas almas, sobre o seu próprio pensamento, sobre a sua própria conduta, e isso de tal maneira a transformarem a si próprios, a modificarem-se, ou a agirem num certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural e assim por diante. Chamemos a estes tipos de técnicas de técnicas ou tecnologias do eu (FOUCAULT, 1993, p. 207).

Essa questão nos conduz ao último ponto da discussão sobre o sujeito em Foucault: o nível de autonomia conferido aos indivíduos. Para alguns, a perspectiva foucaultiana assenta-se em uma visão estruturalista, que aprisiona o sujeito sob diversas práticas discursivas e feixes de poder, que o submetem e o dominam. Mesmo diante da insistência de Foucault (1992) de que não existem relações de poder sem resistência, para autores como Fairclough (1992) sua noção de resistência subtrai do sujeito o devido espaço para uma ruptura efetiva ou transformação radical das estruturas que o constroem. Embora reconheça que o filósofo trate em diversas obras sobre a questão da mudança e das lutas sociais, Fairclough assevera que

Foucault é acusado de exagerar a extensão na qual maioria das pessoas é manipulada pelo poder; ele é acusado de não dar bastante peso à contestação das práticas, às lutas das forças sociais entre si, às possibilidades de grupos dominados se oporem a sistemas discursivos e não-discursivos dominantes [...]. Foucault certamente insiste que o poder necessariamente acarreta resistência, mas ele dá a impressão de que a resistência é geralmente contida pelo poder e não representa ameaça (FAIRCLOUGH, 1992, p. 83).

Primeiramente, não creio que a resposta para esta questão possa ser encontrada a partir de uma busca obsessiva, que procure extrair das diferentes obras, ou “fases”, do pensador o “verdadeiro” grau de liberdade concedido ao sujeito por Foucault. Em sua extensa produção, sem dúvidas, seriam encontrados indícios contraditórios sobre esta questão. O que realmente importa é tomar uma posição diante destas diferentes críticas e interpretações que recaem sobre sua obra. Neste sentido, a alternativa encontrada por Fairclough (1992) para driblar esse suposto teor estruturalista de Foucault será aqui assumida. Assim, partirei da noção de que entre os sujeitos e as práticas (discursivas e não discursivas) existe uma relação dialógica, em que ele é moldado por tais práticas, mas também é capaz de, continuamente, remodelá-las e reestruturá-las (FAIRCLOUGH, 1992). As considerações tecidas por Butler (1998) sobre a capacidade de ação do sujeito também se revelam de grande valia, ao enfatizar que

[...] o caráter constituído do sujeito é a própria pré-condição de sua capacidade de agir. Em certo sentido, o modelo epistemológico que nos oferece um sujeito ou agente dado de antemão se recusa a reconhecer que a capacidade de agir é sempre e somente uma prerrogativa política. Enquanto tal, parece essencial questionar as condições de sua possibilidade e não tomá-la como uma garantia *a priori*. Ao contrário, precisamos perguntar que possibilidades de mobilização são produzidas com base nas configurações existentes de discurso e poder. Onde estão as possibilidades de retrabalhar a

matriz de poder pela qual somos constituídos, de reconstituir o legado daquela constituição, e de trabalhar um contra o outro os processos de regulação que podem desestabilizar regimes de poder existentes? Pois se o sujeito é constituído pelo poder, esse poder não cessa no momento em que o sujeito é constituído, pois esse sujeito nunca está plenamente constituído, mas é sujeitado e produzido continuamente. Esse sujeito não é base nem produto, mas a possibilidade permanente de um certo processo de re-significação, que é desviado e bloqueado mediante outro mecanismo de poder, mas que é a possibilidade de retrabalhar o poder (BUTLER, 1998, p. 22).

Diante dessa sucinta, porém instigante, discussão sobre sujeitos e estruturas, pode-se questionar se este estudo não caminharia na direção de uma postura pós-estruturalista, sendo o “pós-estruturalismo” aqui entendido como uma resposta filosófica às correntes estruturalistas, que contrapõe o pensamento de filósofos como Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger ao de célebres representantes do estruturalismo como Claude Lévi-Strauss, Louis Althusser e Jacques Lacan. Na visão de Peters (2000), o pós-estruturalismo representa um movimento que busca o descentramento das estruturas, a crítica à metafísica e a recusa à sistematicidade e à pretensão científica do estruturalismo, negando a este movimento a alcunha de megaparadigma das ciências sociais. Entretanto, o pós-estruturalismo não deve ser visto apenas como um movimento de negação e de ruptura, pois ainda mantém em comum com o estruturalismo a crítica ao sujeito humanista, endereçando um incisivo ataque às noções de racionalidade, individualidade, autonomia e autopresença, que são subjacentes a este arquétipo de sujeito (PETERS, 2000).

Em relação à forma de apreender a história, Peters (2000) ressalta que o estruturalismo acaba por apagar a história por meio da análise sincrônica de estruturas (ou seja, a partir do discurso de suas regularidades e continuidades). Por sua vez, o pós-estruturalismo parte em busca de uma história crítica, buscando se debruçar sobre a análise diacrônica da história, focada na mudança, na transformação, na ruptura e na descontinuidade das estruturas. Em síntese,

[...] o pós-estruturalismo questiona o cientificismo das ciências humanas, adota uma posição antifundacionista em termos epistemológicos e enfatiza um certo perspectivismo em questões de interpretação. O movimento pós-estruturalista questiona o racionalismo e o realismo que o estruturalismo havia retomado do positivismo, com sua fé no progresso e na capacidade transformativa do método científico, colocando em dúvida, além disso, a pretensão estruturalista de identificar as estruturas universais que seriam

comuns a todas as culturas e à mente humana em geral (PETERS, 2000, p. 39).

Diante dos aspectos expostos até o momento, é evidente que um fecundo diálogo entre este trabalho e os pressupostos pós-estruturalistas poderia ser estabelecido ou, de fato, já se estabelece implicitamente. No entanto, a resistência em construir rígidas pontes de afiliação permanece. Uma vez que a concepção de sujeito aqui assumida já foi problematizada, essa resistência não mais se refere ao risco de adotar uma postura paradigmática reducionista, como afirmei no início. Ao contrário, dá-se justamente pela hesitação em abraçar um rótulo marcado pela imprecisão e atravessado por uma infinidade de leituras rasas e de mal-entendidos. Como aponta Peters (2000), a discussão sobre o pós-estruturalismo abarca uma complexa trama, costurada por uma diversidade de correntes, fazendo com que o termo escape a qualquer tentativa de uma definição única, sendo, na melhor das hipóteses, apreendido como uma obra em andamento. E, afinal, a esta altura, de que valeria um rótulo?

Uma vez problematizados os aspectos onto-epistêmicos que pautam este estudo, é necessário pensar nos caminhos e nas alternativas para realizar a imersão do pesquisador no contexto estudado. Ou seja: Como partir para o plano empírico, em sintonia com a perspectiva adotada? Como abdicar do conforto proporcionado pela geração de explicações “neutras” ou pela adoção de métodos empiricamente replicáveis? Estas questões serão endereçadas na próxima seção.

Sobre caminhos e desvios – necessário esboço de um não-método⁴

“É uma coisa terrível morrer de sede em meio ao mar. É realmente necessário que se ponha tanto sal na vossa verdade a ponto de torná-la incapaz de satisfazer a sede?”

Nietzsche, 2001.

Métodos sociais generalizáveis-racionalizáveis-replicáveis amparados por um duto discurso neutro. Nada contra aqueles que os apreçam e os manejem com maestria. E, absolutamente, nada a favor. Não se trata aqui de debater qual seria o “método” ou o percurso de pesquisa “ideal”, mas de evidenciar o papel dos “métodos científicos” na produção da verdade. Conforme destaca Candiotta (2010), as ciências do homem, seja em seu viés positivista, histórico-dialético ou fenomenológico, representam conteúdos e formas de conhecimento produtores de verdade. Assim, tal verdade encontrar-se-ia situada ora no objeto, ora no sujeito. Para Foucault (1992), a verdade das ciências do homem não pode ser apreendida por si própria, mas pelas relações de poder que a ensejam, presentes em dada época e sociedade. Ou seja, o discurso das ciências – contando com seu conjunto específico de regras e procedimentos – é capaz de outorgar a determinados saberes o *status* de verdadeiro, enquanto desqualifica a outros como falsos. Candiotta (2010) aponta que aquilo que foi convencionado entre as ciências do homem como verdadeiro, para Foucault representa apenas a justificação racional de sistemas excludentes de poder que recaem sobre as práticas institucionais e científicas.

Ao invés de perguntar a uma ciência em que medida sua história a reaproximou da verdade (ou proibiu seu acesso a esta), não seria preciso antes dizer que a verdade consiste numa certa relação que o discurso, que o saber entretém consigo e perguntar se tal relação não tem ela mesma uma história? (FOUCAULT, 1994, p. 54 – *tradução livre*).

⁴ É fundamental esclarecer que o termo *não método* em nenhum momento é aqui utilizado como sinônimo de ausência ou de abandono das alternativas metodológicas, mas como uma recusa ao formalismo metodológico predominante em certos redutos da academia brasileira. Assim, o que busco é evitar o “metodologismo” denunciado por Gonzalez Rey (2005), que reduz o pesquisador social a um indivíduo cujo intelecto praticamente não intervém no processo de pesquisa e cujo papel se resume simplesmente a aplicar uma sequência de instrumentos metodológicos tidos como legítimos no meio científico.

Em outras palavras, no tocante a este estudo, aceitar a “verdade” desaturizada, emergindo como uma criação humana, requer a capacidade de perceber que o discurso científico não se faz exceção a esta sentença. Foucault (1966) se apropria em seus estudos de diversos elementos da genealogia nietzschiana, evidenciando como determinadas ciências tomaram o homem como seu objeto e sobre ele produziram suas verdades. Assim, para Foucault o teor de “verdade” presente em discursos como o científico representaria nada além de “o critério normativo para impor significações, identificar, dizer o que é verdadeiro e o que é falso, o que está certo e o que está errado, o que é delirante e o que é racional, nada mais do que um modo de operar separações” (CANDIOTTO, 2010, p. 51). Seguindo esse raciocínio, Foucault dá vazão à crítica sobre os “saberes que são batizados retrospectivamente pela história tradicional e pela própria narrativa dos discursos internos das ciências, considerados como um objeto dotado de cientificidade inquestionável, um objeto natural” (RIBEIRO, 2009, p. 23). Um nítido exemplo pode ser encontrado na obra *História da Loucura*, em que Foucault demonstra como o discurso da psicopatologia, a partir do século XIX, se ocupou da loucura como seu objeto, fazendo com que diversas práticas discursivas e não discursivas recaíssem sobre sujeitos que eram por ela nomeados como “loucos” (FOUCAULT, 2005).

Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade" – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro, efeitos específicos de poder"; entendendo-se também que não se trata de um combate "em favor" da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha (FOUCAULT, 1992, p. 13).

Ao problematizar a questão do método – em meio a este estatuto provisório e socialmente construído da verdade –, não busco desviar o foco do trabalho para a crítica da ciência e de seus procedimentos, mas trazer à tona reflexões que devem ser endereçadas antes de prosseguirmos. Um primeiro ponto é que seria demasiadamente ingênuo partir do posicionamento aqui defendido sem assumir que este trabalho também se assenta na produção de determinadas interpretações sobre a realidade, lembrando que *analisar* o social equivale a *interpretar* o social. Portanto, a perspectiva adotada neste trabalho rejeita qualquer tentativa de parir um discurso “neutro” e “verdadeiro”. Além

de doloroso, tal parto seria um tanto falacioso. Consequentemente, a análise aqui empreendida representará apenas uma via de reflexão dentre inúmeras que poderiam ser traçadas. As interpretações aqui construídas, além de carregarem a marca do intelecto de seu autor, encontram-se limitadas pela impossibilidade de se perseguir e capturar toda a complexa trama de elementos discursivos e não discursivos evocados pelos enunciados. Uma empreitada deste tipo levaria a uma busca estéril e infundável por um ideal de origem que se esvazia em si mesmo, pois como adverte Foucault (1992, p. 18), “o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia das coisas, é o disparate”. Ainda, é importante lembrar que, enquanto sujeito, também estou imerso em tais nexos discursivos. Portanto, irremediavelmente, escapam-me diversos elementos que, uma vez naturalizados, tendem a ser ignorados.

Outra questão essencial decorre desta primeira. Já que não se busca a legitimação de um discurso neutro, é aceitável e necessário deixar a subjetividade do pesquisador aflorar. Mais do que uma insistência, o livre exercício e o transbordamento da subjetividade do pesquisador emergem como precondição. Ou seja, minha subjetividade encontra-se impregnada em cada opção teórica elegida, em cada caminho traçado, em cada recorte efetuado sobre a realidade. Por trás de cada análise e pelas sinuosas vias de sua interpretação o que subjaz como princípio organizador não é nada além da subjetividade daquele que escreve, esquadrinha e analisa. Subjetividade que não representa qualquer contradição ou limitação para este trabalho, mas seu traço de singularidade e sua pretensa contribuição. Afinal, trata-se da particular elaboração do discurso de um sujeito, sobre o discurso de outros sujeitos.

Além disso, é imperioso que nos afastemos de caminhos engessados e acabados. É fundamental substituir métodos *prêt-à-porter* por uma amarração singular de possibilidades. Ou seja, o que sustento é a proposta de uma construção metodológica *artesanal*, capaz de nos munir de caminhos e alternativas que atendam especificamente ao escopo desta pesquisa, sem a pretensão de serem reaplicáveis a outros problemas e situações. O que defendo é a importância e a necessidade de se restituir ao pesquisador social um papel central no desenvolvimento das abordagens e caminhos metodológicos, sem isolá-lo em uma posição de mero autômato replicador de modelos objetiváveis. O que se quer, em meio às margens e aos rastros já citados, é alcançar uma alternativa metodológica que permita acessar e fazer aflorar o singular, o particular, o quase sempre

ignorado e envolto nas relações de poder, sem se cair em um discurso pasteurizado e amplamente generalizável. Assim, ao mergulhar no cotidiano e nos enunciados apropriados pelos sujeitos, espero trazer à tona

[...] a história dos pequenos prazeres, dos detalhes quase invisíveis, dos dramas abafados, do banal, do insignificante, das coisas deixadas “de lado”. Mas nesse inventário de aparentes miudezas, reside a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma (PRIORE, 1997, p. 274).

Mais uma vez, este louvável intento se depara com os presumíveis entraves de sua consecução. Afinal, como desenvolver um trabalho em ciências sociais sem abraçar os métodos canônicos consagrados? Como reivindicar a busca por um “não método” sem se perder na trilha das boas intenções que não levam a lugar algum?

Foucault deixa explícito em suas obras que se considera um fornecedor de instrumentos (ARAÚJO, 2008), um cartógrafo, oferecendo seus escritos como uma “caixa de ferramentas”, na qual se podem tomar de empréstimo claves e acordes para uma diversidade de composições. É a partir desta provocação que os caminhos aqui serão trilhados. Ou seja, partirei da obra de Foucault – ou melhor, de um recorte particular e interessado da obra deste autor – com o intuito de construir uma alternativa metodológica viável capaz de acessar os sujeitos e analisar suas práticas e enunciados. Assim, aspectos e elementos tanto da arqueologia quanto da genealogia foucaultiana serão elencados para esboçar uma arquitetura analítica de inspiração foucaultiana voltada para a análise dos enunciados e das relações de poder dos sujeitos que povoam ou povoaram o cotidiano da organização estudada.

Embora alguns insistam em diferenciar um Foucault arqueologista nas obras de 1960 em contraste a um Foucault genealogista nos escritos pós 1970, defendo, em sintonia com a visão de Araújo (2008), que a abordagem genealógica não substituiu a abordagem arqueológica. Entendo que ambas se interpõem e estabelecem conversações, sendo que diversos elementos genealógicos já estavam situados nos escritos arqueológicos do autor, sobretudo a questão dos discursos, como veículos que carregam e distribuem o poder. Em relação à abordagem arqueológica, Foucault (2008, p. 149) esclarece que o termo *arqueologia*

[...] não incita à busca de nenhum começo; não associa a análise a nenhuma exploração ou sondagem geológica. Ele designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo.

Araújo (2008) ressalta que o arqueólogo tem seu ponto de partida na análise das práticas e formações discursivas presentes no saber de uma *época*. Entretanto, é importante apontar que para Foucault (2008, p. 198) a noção de “época” não é abordada como uma unidade básica nem como o objeto da análise, mas trabalhada em sua dispersão e em relação a um conjunto de práticas discursivas historicamente delimitadas. Assim, a “época” é entendida como “um emaranhado de continuidades e descontinuidades, de modificações internas às positivities de formações discursivas que aparecem e desaparecem” (FOUCAULT, 2008, p. 198). De forma semelhante, a arqueologia não deve restringir-se a estudar os enunciados circunscritos a conjuntos formais, rigorosamente delimitados, como os de uma ciência ou disciplina, pois a análise arqueológica assenta-se na capacidade de deslocar esses limites artificiais, multiplicando relações. Ou seja, o campo das disciplinas pode ser considerado na análise arqueológica com o intuito de observar seus desdobramentos manifestos, a fim de se alcançar a trama de suas positivities. Porém, as disciplinas não fixam os limites da análise ou sequer estabelecem seus recortes definitivos, sendo que a qualquer momento as margens deste delineamento inicial podem ser suprimidas. Assim, a arqueologia está continuamente voltada para o plural, trabalhando com uma multiplicidade de artefatos e registros, “percorre interstícios e desvios; tem seu domínio no espaço em que as unidades se justapõem, se separam, fixam suas arestas, se enfrentam, desenham entre si espaços em branco” (FOUCAULT, 2008, p. 177). Em suma:

O horizonte ao qual se dirige a arqueologia não é, pois, uma ciência, uma racionalidade, uma mentalidade, uma cultura; é um emaranhado de interpositivities cujos limites e pontos de cruzamentos não podem ser fixados de imediato. A arqueologia é uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes. A comparação arqueológica não tem um efeito unificador, mas multiplicador (FOUCAULT, 2008, p. 180).

Araújo (2008) ainda enfatiza que para o arqueólogo não interessa se o teor de uma proposição é verdadeiro ou falso, mas de que fundo de saber alguém pôde dizer o que foi dito. Na arqueologia, os discursos e as práticas discursivas ocupam um papel central e por meio da análise enunciativa o que se busca é fazer aparecer o que possibilitou que algo fosse dito *por determinados sujeitos* em um recorte histórico e específico do saber. Nesse ponto, torna-se claro que “o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho” (FOUCAULT, 2008; p. 144).

A descrição arqueológica dos discursos se desdobra na dimensão de uma história geral; ela procura descobrir todo o domínio das instituições, dos processos econômicos, das relações sociais nas quais pode articular-se uma formação discursiva; ela tenta mostrar como a autonomia do discurso e sua especificidade não lhe dão, por isso, um *status* de pura idealidade e de total independência histórica; o que ela quer revelar é o nível singular em que a história pôde dar lugar a tipos definidos de discurso que têm, eles próprios, seu tipo de historicidade e que estão relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas (FOUCAULT, 2008, p. 185-186).

Dessa forma, o discurso não é entendido como um documento ou como um elemento que necessita ter seu significado atravessado e interpretado para se alcançar sua essência. Não se busca o “não dito” ou um discurso oculto. Foucault (2008) se esforça em demarcar a distância da arqueologia em relação à história das ideias e à hermenêutica, enfatizando que

[...] a arqueologia não busca definir os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. [...]. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um "outro discurso" mais oculto. Recusa-se a ser "alegórica". [...]. O problema dela é, pelo contrário, definir os discursos em sua especificidade; mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irreduzível a qualquer outro; segui-los ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-los (FOUCAULT, 2008, p. 157).

Ao articular uma construção metodológica amparada por elementos da arqueologia foucaultiana, não pretendo realizar uma arqueologia estritamente nos moldes da proposta de Foucault (2008), buscando minuciosamente enumerar as formações discursivas que cercam a realidade e os saberes de determinada época. O que

procuro é estabelecer relações (não lineares e não causais) entre o repertório de enunciados evocados pelos sujeitos e o conjunto das instituições, das regras, dos valores e dos regimes de verdade presentes em seu contexto. O importante é colocar em relevo a existência destes enunciados e saberes que ancoram e dão sustentação ao *status* de verdade que emana das práticas discursivas dos sujeitos. Ou seja, buscarei situar historicamente o discurso dos sujeitos em relação ao seu grau de proximidade com o conjunto das formações discursivas presentes e percebidas como “verdadeiras” em sua época e contexto. Enfim, o que se coloca em evidência não é o nível de consciência dos sujeitos ao constituírem seus regimes de verdade, mas a posição ocupada por eles e outros fatores que possibilitaram que seus enunciados fossem tomados como legítimos, traduzidos pela efetividade ou pela “positividade” de suas “verdades” no cotidiano da empresa estudada. Ou seja, o que falam e de onde falam os diferentes sujeitos? Que condições devem satisfazer para poderem falar nesse espaço? Qual é o *status* dos sujeitos que têm o direito legal, tradicional ou livremente aceito de articular tal discurso?

Na análise proposta, as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. Se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva. Renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão – a tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidades para diversas posições de subjetividade (FOUCAULT, 2008; p. 61).

Na visão de Araújo (2008), a arqueologia deixaria pendente a questão de como as práticas discursivas se relacionam com outras práticas de natureza social, econômica ou jurídica. Embora esse vínculo não seja trabalhado de maneira detalhada em *Arqueologia do Saber*, é importante enfatizar que mesmo nesse escrito Foucault já apontava a íntima relação entre as práticas discursivas e as não discursivas. Assim, ao redor das práticas discursivas se desdobraria todo um campo de coexistência e suas consequentes correlações com um campo institucional e com os diversos conjuntos de práticas, acontecimentos e decisões de natureza política, econômica e social.

Nem a relação do discurso com o desejo, nem os processos de sua apropriação, *nem seu papel entre as práticas não discursivas são extrínsecos à sua unidade*, à sua caracterização, e às leis de sua formação. Não são elementos perturbadores que, superpondo-se à sua forma pura, neutra, intemporal e silenciosa, a reprimiriam e fariam falar em seu lugar um discurso mascarado, *mas sim elementos formadores* (FOUCAULT, 2008, p. 75 – *grifos nossos*).

Sem dúvidas, ao deslocar seu olhar para a questão genealógica, Foucault passa a trabalhar com maior ênfase as relações entre saber e poder, evidenciando como os discursos puderam constituir-se historicamente e a partir de que realidades históricas. A genealogia operada por Foucault representa uma analítica focada na problematização das forças, dos dispositivos, dos aparelhos e das instituições que, na história e historicamente, fabricaram realidades e produziram efeitos de verdade sobre indivíduos, corpos e populações (ARAÚJO, 2008).

A parte genealógica da análise prende-se [...] com as séries da formação efetiva do discurso: visa captá-lo no seu poder de afirmação, e não entendo com isso um poder que estaria em oposição ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, em relação aos quais se poderá afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas. Chamemos positivamente a esses domínios de objetos (FOUCAULT, 1996, p. 19).

Fairclough (1992) argumenta que o efeito da genealogia de Foucault sobre sua arqueologia foi acrescentar a questão do poder, sublinhando sua relação circular com os regimes de verdade. Assim, na visão do autor, o deslocamento teórico de Foucault para a genealogia representa um descentramento do discurso em sua obra, elevando a questão dos sistemas de poder ao primeiro plano de análise. Entretanto, o discurso e a linguagem ainda se mantêm situados no coração das práticas e dos processos sociais (FAIRCLOUGH, 1992). Na passagem a seguir, Foucault (1992) deixa muito clara a relação entre o discurso, o poder e a verdade:

[...] de que regras de direito as relações de poder lançam mão para produzir discursos de verdade? Em uma sociedade como a nossa, que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos? Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que

funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. Isto vale para qualquer sociedade, mas creio que na nossa as relações entre poder, direito e verdade se organizam de uma maneira especial. O poder não pára de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade, profissionaliza-a e a recompensa. No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas. Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 1992, p. 179-180).

Para a genealogia foucaultiana, a verdade é produzida no jogo histórico das práticas concretas de poder. Sob esta concepção o próprio sujeito não seria o constituinte da verdade, mas sempre constituído por ela, de modo que a forma para se acessar a verdade repousaria na análise da produção de discursos, evidenciando seu vínculo indissociável com as estratégias de poder (CANDIOTTO, 2010). Assim, abarcando a crítica ao sujeito transcendental e o abandono da história linear, a genealogia foucaultiana preocupa-se em analisar de que modo antigos regimes de verdade se proliferaram – não sem transformações – nas sociedades contemporâneas.

A genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos. Paul Rée se engana, como os ingleses, ao descrever gêneses lineares, ao ordenar, por exemplo, toda a história da moral através da preocupação com o útil: como se as palavras tivessem guardado seu sentido, os desejos sua direção, as ideias sua lógica; como se esse mundo de coisas ditas e queridas não tivesse conhecido invasões, lutas, rapinas, disfarces, astúcias. Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram (FOUCAULT, 1992, p. 15).

Novamente, não pretendo abraçar a genealogia de Foucault como um método fechado, que já contém todas as respostas e direções. O que interessa é percebê-lo como uma via sinuosa repleta de meandros e desvios capazes de nos desvencilhar das paisagens familiares e corriqueiras. Evidentemente, não pretendo de forma leviana

pinçar aqui e ali elementos da analítica de poder de Foucault, desembocando em uma corruptela incoerente e desvirtuada de seus alicerces. Ao contrário, conforme já mencionado, o esforço se concentrará em erigir uma proposta consistente, norteada e atravessada pela perspectiva foucaultiana nos planos ontológico, epistemológico, teórico e analítico. Estabelecer com os escritos deste pensador uma relação de luxúria e deferência, de pilhagem e concessão, de desconfiança e lealdade – eis o grande desafio. Nesta caminhada, sem perder de vista o posicionamento e os pressupostos em que se assentam as bases do autor, meu intuito é erguer uma arquitetura metodológica capaz de desnudar a complexa articulação que subjaz a constituição dos regimes de verdade estudados em uma organização centenária. Regimes apropriados por sujeitos, regimes que recaíram, escrutinaram e marcaram homens e mulheres reais, que em determinados tempo e espaço conviveram e estabeleceram entre si relações de poder e resistência.

A Analítica Artesanal

“Veio me dizer que eu desestruturo a linguagem. Eu desestruturo a linguagem? Vejamos: eu estou bem sentado num lugar. Vem uma palavra e tira o lugar debaixo de mim. Tira o lugar em que eu estava sentado. Eu não fazia nada para que uma palavra me desalojasse daquele lugar. E eu nem atrapalhava a passagem de ninguém. Ao retirar debaixo de mim o lugar, eu desaprumei. Ali só havia um grilo com sua flauta de couro. O grilo *feridava* o silêncio. Os moradores do lugar se queixam do grilo. Veio uma palavra e retirou o grilo da flauta. Agora eu pergunto: quem desestruturou a linguagem? Fui eu ou foram as palavras? E o lugar que retiraram debaixo de mim? Não era para terem retirado a mim do lugar? Foram as palavras, pois, que desestruturaram a linguagem. E não eu”.

Manoel de Barros, 2000.

Reconhecer a multidimensionalidade e o papel constitutivo dos discursos implica, inevitavelmente, uma intrincada tarefa: como analisar as práticas discursivas sem perder de vista toda essa complexidade evocada? Como analisar os discursos sem incorrer no risco de tratá-los como artefatos estáticos e manejáveis? Sem dúvidas, a estatura da proposta contrasta com a desafiadora tarefa de sua consecução.

A busca por alternativas para efetuar a análise do discurso gerou propostas de diversos campos do saber, que tomaram como base a gramática, a lógica, a semiologia e; mesmo, a análise dos *speech acts*⁵. Fairclough (1992) aponta a existência de diversos estudiosos que buscaram sistematizar e operacionalizar a análise do discurso, como Sinclair, Coulthard, Labov, Potter, Fanshel, Wetherell e Pêcheux. Diante dessa variedade de enfoques e possibilidades, é importante esclarecer de qual base partirei para realizar a análise aqui proposta. Inicialmente, é preciso diferenciar a analítica de discurso desenvolvida por Foucault (2008) em relação às abordagens tradicionais.

Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: *como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?* (FOUCAULT, 2008; p. 30 – *grifos nossos*).

⁵ Também conhecidos como atos de fala, essa teoria tem suas raízes na filosofia linguística desenvolvida pelos estudiosos da escola de Oxford, cujas máximas compreendem a noção de que dizer é fazer algo. Para mais, ver Searle (2002).

Na visão de Foucault, a análise de discurso não deve ser igualada à análise linguística e nem o discurso à linguagem. A análise de discurso não se dirige à especificação de frases que são possíveis ou gramaticais, mas “à especificação sociohistoricamente variável de formações discursivas [...] – sistemas de regras que tornam possível a ocorrência de certos enunciados, e não outros, em determinados tempos, lugares e localizações institucionais” (FAIRCLOUGH, 1992, p. 65).

Por viver muitos anos dentro do mato
moda ave
O menino pegou um olhar de pássaro -
Contraíu visão fontana.
Por forma que ele enxergava as coisas
por igual
como os pássaros enxergam.
As coisas todas inominadas.
Água não era ainda a palavra água.
Pedra não era ainda a palavra pedra.
E tal.
As palavras eram livres de gramáticas e
podiam ficar em qualquer posição.
Por forma que o menino podia inaugurar.
Podia dar às pedras costumes de flor.
Podia dar ao canto formato de sol.
E, se quisesse caber em uma abelha, era
só abrir a palavra abelha e entrar dentro dela.
Como se fosse infância da língua.

Manoel de Barros, 2007.

Para Foucault (2008), a gramática, a lógica ou o estudo dos *speech acts* não são capazes de abarcar a análise dos enunciados em toda a sua extensão e complexidade. Ainda que algumas vezes um enunciado possa se ajustar perfeitamente à forma de uma frase gramaticalmente correta, em muitos outros casos podem existir enunciados fora de quaisquer estruturas gramaticais válidas. Ou, ainda, é possível encontrar mais enunciados do que os *speech acts* que se pode isolar. Assim, “um gráfico, uma curva de crescimento, uma pirâmide de idades, um esboço de repartição, formam enunciados; quanto às frases de que podem estar acompanhados, elas são sua interpretação ou comentário; não são o equivalente deles” (FOUCAULT, 2008; p. 93).

É evidente que os enunciados não existem no sentido em que uma língua existe e, com ela, um conjunto de signos definidos por seus traços oposicionais e suas regras de utilização [...]. Se não houvesse enunciados, a língua não existiria; mas nenhum enunciado é indispensável à existência da língua (e podemos sempre supor, em lugar de qualquer enunciado, um outro enunciado que, nem por isso, modificaria a língua). *A língua só existe a título de sistema de construção para enunciados possíveis*; mas, por outro lado, ela só existe a título de descrição (mais ou menos exaustiva) obtida a partir de um conjunto de enunciados reais. *Língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência*; e não podemos dizer que há enunciados como dizemos que há línguas (FOUCAULT, 2008; p. 96 – *grifos nossos*).

Esse caráter fluido, escorregadio, permeável, que marca a modalidade de existência dos enunciados parece fazer com que eles escapem a qualquer tentativa rigorosa de delimitação, aparecendo em diferentes planos de forma residual ou acidental (FOUCAULT, 2008). Tal efeito peculiar não se dá por acaso, pois o enunciado na visão foucaultiana encontra-se em outro nível de existência e, apesar de cruzar os planos da gramática ou da lógica, não se encontra limitado a eles. Por ora, digamos que *o enunciado é o nó em uma rede*.

Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "*mais*" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2008; p. 55).

Mas, afinal, em que consiste um enunciado? A que se refere esse "*mais*" que o permite extrapolar as estruturas gramaticais? Como operar com um conceito tão avesso às tentativas de delimitação? Como compreender o *modus operandi* de um elemento tão pouco tangível?

Enfim, é chegado o momento de esmiuçar seu significado e de discutir como os enunciados serão aqui abordados. Além disso, é necessário discutir como serão trabalhados outros conceitos até aqui utilizados sem muita distinção e que foram cunhados ou (re)elaborados por Foucault (2008) em sua analítica, como: *práticas discursivas, formações discursivas e discursos*. Esta tarefa não é tão simples como parece e não se trata apenas de estabelecer uma lógica causal de determinação entre estes distintos conceitos. Muitas vezes, estes elementos se apresentam em um complexo jogo de diferenças e semelhanças, inscrevendo-se uns dentro dos outros, sem

estabelecer uma relação de linearidade, mas, antes, um contorcionismo regurgitante, que impede a clara definição de quem determina o quê. De qualquer forma, não pretendo impetrar qualquer lógica rígida de concatenações e afiliação. O que importa é nos embrenharmos entre a viscosidade destes conceitos, a fim de construir uma via pertinente. Mais que uma leitura fidedigna e impecável de sua arqueologia, o que me interessa é gerar uma analítica assumidamente *bastarda*, porém manejável. Tão desvirtuada quanto o necessário para ser útil. Afinal, se Foucault nos oferece de bom grado seus escritos como uma “caixa de ferramentas”, então façamos jus a sua oferenda. Começemos pelo enunciado.

Como já foi dito, o enunciado cruza diversos campos, como o da gramática ou da lógica, sem se limitar a eles. Logo, o enunciado não pode ser reduzido a uma unidade do tipo linguística. Ele atravessa e suplanta a língua justamente por não estabelecer com ela uma relação linear ou “horizontal”. O enunciado não é mais um elemento entre outros, não pode ser representado por qualquer tipo de unidade fechada nem, tampouco, é uma “estrutura” (FOUCAULT, 2008). Trata-se de apreendê-lo como uma *função* que é exercida verticalmente em relação a diversos conjuntos de signos. Por isso, Foucault (2008) situa o enunciado em outro nível de existência, pautado por essa função enunciativa, a partir da qual é possível analisar uma série de signos, buscando evidenciar segundo que regras se sucedem ou se justapõem, de que são signos e dizer se o que formam tem valor de enunciado ou não.

Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (FOUCAULT, 2008; p. 98).

Em suma, o que se descobriu não foi o enunciado atômico - com seu efeito de sentido, sua origem, seus limites e sua individualidade, mas sim o campo de exercício da função enunciativa e as condições segundo as quais ela faz aparecerem unidades diversas (que podem ser, mas não necessariamente, de ordem gramatical ou lógica) (FOUCAULT, 2008; p. 120).

Trabalhar com a noção do enunciado enquanto função implica que toda a análise deve levar em conta suas margens. Todo enunciado é composto e delineado por suas margens, que, por sua vez, são povoadas por outros enunciados. A função enunciativa, ao invés de dar um "sentido" a esses conjuntos de signos, coloca-os em relação a todo

um campo de objetos. E é esse campo associado “que faz de uma frase ou de uma série de signos um enunciado e que lhes permite ter um contexto determinado, um conteúdo representativo específico, formar uma trama complexa” (FOUCAULT, 2008, p. 111). Mais do que isso, são as margens e suas condições que permitem ao enunciado alcançar o seu efeito de *verdade*.

Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase (uma proposição) figura em um ponto definido, com uma posição determinada, em um jogo enunciativo que a extrapola (FOUCAULT, 2008, p. 112).

É nesse sentido que cada enunciado pode ser entendido como *um nó em uma rede*, como um ponto em um imenso emaranhado de margens e relações, de modo que não pode existir um enunciado “livre” ou independente, mas sempre costurado a uma série, ou a um conjunto, de outros enunciados, sendo dotado de uma existência específica, exercendo um papel em meio aos outros, neles se sustentando e deles se distinguindo (FOUCAULT, 2008). Não basta dizer uma frase para que haja enunciado, pois, para que a mesma alcance uma existência de enunciado, é necessário associá-la ao seu campo adjacente. É necessário fazer aflorar todo o campo ao qual a proposição faz referência, estabelecendo as possibilidades de emergência e de delimitação do que atribui a um conjunto de signos seu sentido ou do que confere à proposição seu *valor de verdade*. Em suma, é necessário evidenciar “o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado” (FOUCAULT, 2008, p.103). Por isso, na perspectiva foucaultiana a análise dos enunciados está além de uma análise formal ou gramatical, vinculando-se ao exame das relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação que o acompanham. Assim, exige-se do analista certa “desnaturalização do olhar” para reconhecer o nível enunciativo no limite da linguagem.

Ora, por mais que o enunciado não seja oculto, nem por isso é visível; ele não se oferece à percepção como portador manifesto de seus limites e caracteres. É necessário uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo em si mesmo. Talvez ele seja tão conhecido que se esconde sem cessar; talvez seja como essas transparências familiares que, apesar de nada esconderem em sua espessura, não são apresentadas com clareza total. O nível enunciativo se esboça em sua própria proximidade (FOUCAULT, 2008; p. 125-126).

Afirmar que o olhar do investigador precisa ser exercitado para melhor identificar o nível enunciativo, não quer dizer que o que se busca está no nível do “não dito”. Diversas abordagens qualitativas que trabalham com a análise de textos ou entrevistas tentam ir além dos próprios enunciados, buscando evidenciar a intenção do sujeito falante, seu nível de consciência ou, ainda, a trama inconsciente, inculcada de forma involuntária na fala deste sujeito. Contudo, Foucault (2008) é categórico ao afirmar que a análise enunciativa só se refere a coisas ditas e a elementos significantes que foram efetivamente traçados ou articulados, buscando analisá-los no nível de sua existência. Analisar o enunciado em si mesmo não se traduz em uma tentativa de alcançar um nível discursivo oculto ou mais profundo, mas busca tornar evidente a singularidade histórica que permitiu a existência de determinados enunciados e que os coloca à disposição para um sem-número de usos, eventuais reativações ou transformações.

A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido – e nenhuma outra em seu lugar. Desse ponto de vista, não se reconhece nenhum enunciado latente: pois aquilo a que nos dirigimos está na evidência da linguagem efetiva (FOUCAULT, 2008; p. 124).

Outro ponto fundamental a ressaltar é que esse laço de dependência entre o enunciado e suas margens – ou seja, entre o enunciado e a trama de enunciados à qual está ligado – estabelece certas condições, afiança seu “lugar e data”; enfim, circunscreve um domínio que autoriza sua utilização ou apropriação específicas. Em outros termos, na medida em que o campo de coexistência do enunciado sofre perturbações ou transformações, alteram-se as condições de existência, o teor de “verdade” e as possibilidades enunciativas do campo em questão, fazendo com que, eventualmente, uma mesma frase ou proposição possa representar enunciados diferentes a depender do recorte histórico-temporal realizado. Nada mais didático que o exemplo oferecido por Foucault (2008; p.116):

A afirmação de que a terra é redonda ou de que as espécies evoluem não constitui o mesmo enunciado antes e depois de Copérnico, antes e depois de Darwin; não é que, para formulações tão simples, o sentido das palavras tenha mudado; o que se modificou foi a relação dessas afirmações com outras proposições, suas condições de utilização e de reinvestimento, o campo da experiência, de verificações possíveis, de problemas a ser resolvidos, ao qual podemos remetê-las.

Caminheemos mais um passo e examinemos mais detidamente a questão do “lugar e data”, que caracterizam um enunciado, que testemunham sua *materialidade* e que são indicativos de sua *historicidade*. Para Foucault (2008), o enunciado seria demasiadamente repetível para ser igualado a um “acontecimento”, ocorrido e cristalizado entre as rígidas coordenadas de determinado tempo e espaço. De outro lado, o enunciado também estaria profundamente atrelado ao campo que o abarca e o sustenta, para desfrutar da liberdade de uma forma ideal. Ou seja, o enunciado não pode se referir a um conjunto indiferente ou a condições materiais arbitrárias. Nem simples objeto e nem acontecimento ordinário, mas, justamente, dotado de um caráter entre acontecimento (com suas condições e seu domínio de aparecimento) e objeto (abarcando suas possibilidades e seu campo de utilização) que imprimem ao enunciado

[...] uma certa *lentidão modificável*, de um peso relativo ao campo em que está colocado, de uma constância que permite utilizações diversas, de uma permanência temporal que não tem a inércia de um simples traço e que não dorme sobre seu próprio passado. Enquanto uma enunciação pode ser recomeçada ou reevocada, enquanto uma forma (linguística ou lógica) pode ser reatualizada, o enunciado tem a particularidade de poder ser repetido: mas sempre em condições estritas. Essa materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa faz aparecer o enunciado como um objeto específico e paradoxal, mas também como um objeto entre os quais os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem (FOUCAULT, 2008; p. 118 – *grifos nossos*).

Nesse sentido, a materialidade desempenha um papel constitutivo para o enunciado, delimitando sua substância e providenciando para ele um suporte, um lugar e uma data. Ou seja, “as coordenadas e o *status* material do enunciado fazem parte de seus caracteres intrínsecos” (FOUCAULT, 2008; p. 113). Embora o enunciado não deva ser confundido com um fragmento de matéria, sua identidade se modifica a partir de um complexo regime de instituições materiais. Em outras palavras, os enunciados

apresentam um grau próprio de *remanência*. Isto é, são elementos remanescentes que, como Foucault (2008) ressalta, foram conservados devido a um conjunto de *suportes e técnicas materiais* (passando pelo livro, mas não se restringindo a ele); a partir de inúmeras *instituições* (como as bibliotecas, dentre inúmeras outras); e abrangendo determinadas *modalidades estatutárias* (a exemplo dos distintos usos para escritos religiosos, preceitos legais, premissas científicas, etc). Ou seja, Foucault (2008) quer frisar que os enunciados, ao serem investidos por essas técnicas e práticas, são postos em ação na arena das relações sociais, isto é, no âmago das relações de poder, constituindo-as ou transformando-as. É a partir dessa materialidade repetível e remanente que os jogos da memória e da lembrança se desdobram e, eventualmente, reativam ou reinvestem enunciados. Entretanto é válido lembrar que esta possibilidade de reativação dos enunciados encontra-se limitada pelas possíveis alterações em seu campo de adjacência, pois, depois de ditos e disseminados, seus modos de existência, seus esquemas de uso e/ou seu sistema de relações encontram-se continuamente abertos à modificação (FOUCAULT, 2008).

Hoje encontrei dentro de um livro uma velha carta amarelecida,
Rasguei-a sem procurar ao menos saber de quem seria...
Eu tenho um medo
Horrível
A essas marés montantes do passado,
Com suas quilhas afundadas, com
Meus sucessivos cadáveres amarrados aos mastros e gáveas...
Ai de mim,
Ai de ti, ó velho mar profundo,
Eu venho sempre à tona de todos os meus naufrágios!

(Mario Quintana – A Carta)

Toda essa discussão sobre o domínio de existência, a materialidade e a historicidade do enunciado remete a mais uma característica fundamental: os enunciados representam recursos raros. Ou seja, o próprio caráter histórico e contingencial de seu campo de existência faz com que o enunciado surja como um bem finito, ocupando um lugar específico, ostentando uma determinada capacidade de circulação e de troca. Assim, o enunciado emerge como um elemento capital – valioso e cobiçado – não apenas na dinâmica da economia dos discursos, mas também no cerne das relações de poder (FOUCAULT, 2008).

Essa raridade dos enunciados, a forma lacunar e retalhada do campo enunciativo, o fato de que poucas coisas, em suma, podem ser ditas, explicam que os enunciados não sejam, como o ar que respiramos, uma transparência infinita; mas sim coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos, reproduzimos e transformamos; para as quais preparamos circuitos preestabelecidos e às quais damos uma posição dentro da instituição; coisas que são desdobradas não apenas pela cópia ou pela tradução, mas pela exegese, pelo comentário e pela proliferação interna do sentido. Por serem raros os enunciados, recolhemo-los em totalidades que os unificam e multiplicamos os sentidos que habitam cada um deles (FOUCAULT, 2008; p. 136).

Ao refletir sobre a raridade dos enunciados – ou, mesmo, sobre o conjunto de suas características esboçadas até o momento –, parece importante reinserir no debate nosso velho conhecido, recorrente e insistente problema do sujeito. Afinal, toda essa dinâmica envolvida na complexa trama dos enunciados só toma corpo, só ganha relevo, só manifesta sua densidade no emaranhado das relações estabelecidas pelos sujeitos em seu tempo e espaço. Mais do que isso, o acesso ao enunciado enquanto bem raro é mediado por *regimes de apropriação*, em que os indivíduos devem satisfazer certas condições para deles se utilizarem legitimamente (FOUCAULT, 2008). Assim, ao discutir a função exercida pelos conjuntos de enunciados no campo das práticas não discursivas, Foucault (2008, p. 75) dá ênfase à questão dos regimes e dos processos de apropriação do discurso, evidenciando que

[...] em nossas sociedades (e em muitas outras, sem dúvida), a propriedade do discurso - entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao *corpus* dos enunciados já formulados, capacidade, enfim, de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas - está reservada de fato (às vezes mesmo, de modo regulamentar) a um grupo determinado de indivíduos.

Afinal, não é qualquer enunciado que pode ser dito, a partir de qualquer lugar e por qualquer indivíduo. A situação do sujeito em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos é um fator determinante na definição de quais posições este pode ocupar no jogo enunciativo. O ato de enunciação pode exigir que se fale de determinados *lugares institucionais* ou, ainda, que sejam atestados requisitos de outra natureza (FOUCAULT, 2008). Ou seja, o sujeito de um enunciado é definido pelo conjunto desses requisitos e possibilidades que se estabelece em um espaço de exterioridade e que delinea uma trama de lugares distintos para subjetividades possíveis. É nesse sentido que Foucault (2008; p. 105) se refere ao espaço ocupado pelo

sujeito como uma *função vazia*, que pode ser exercida “por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos”. Mais uma vez, não se trata de *esvaziar* a noção do sujeito, mas de evidenciar que o campo discursivo está aberto a uma trama inantecipável de embates, disputas, transformações e apropriações, que se desdobram na realidade concreta de seus diversos sujeitos. Assim, o regime enunciativo desses sujeitos não está atrelado à soberania de um sujeito transcendental nem depende de qualquer noção próxima a uma “consciência coletiva” ou senso-comum, mas se dá a partir desse campo anônimo, cuja configuração e condições estabelecem os lugares possíveis para os sujeitos falantes. No caso das relações estabelecidas no contexto da empresa estudada, é possível questionar: De que posições falam os sujeitos? Que condições devem preencher para que seus enunciados sejam considerados válidos? E, ainda: Que enunciados afloram dos diversos *lugares institucionais* que circundam a organização estudada e quais seus efeitos de verdade sobre os sujeitos a ela vinculados?

A análise dos enunciados se efetua, pois, sem referência a um *cogito*. Não coloca a questão de quem fala, se manifesta ou se oculta no que diz, quem exerce tomando a palavra sua liberdade soberana, ou se submete sem sabê-lo a coações que percebe mal. Ela situa-se, de fato, no nível do “diz-se” – e isso não deve ser entendido como uma espécie de opinião comum, de representação coletiva que se imporia a todo indivíduo, nem como uma grande voz anônima que falaria necessariamente através dos discursos de cada um; mas como o conjunto das coisas ditas, as relações, as regularidades e as transformações que podem aí ser observadas, o domínio do qual certas figuras e certos entrecruzamentos indicam o lugar singular de um sujeito falante e podem receber o nome de um autor. “Não importa quem fala”, mas que o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade (FOUCAULT, 2008; p. 138-139).

O percurso traçado até aqui parece, enfim, acenar para algo menos vago e mais palpável no incerto horizonte em que nos lançamos. Entretanto, como já se esperava, as inúmeras noções tomadas de Foucault sinalizam não para a descoberta de um campo analítico bem definido e linear, mas para a possibilidade de se trabalhar em paisagens marcadas pelo acidente, pelas falhas e pela dispersão. Ao invés de conceitos inteligíveis e facilmente enquadráveis, o que surge são novos recortes e deslocamentos, operados a partir de elementos maleáveis, deixados intencionalmente imprecisos em seus contornos e com implicações difíceis de prever. No tocante ao enunciado, foi possível refletir acerca de um conjunto de caracteres, tornando evidente que

[...] o enunciado não é, pois, uma unidade elementar que viria somar-se ou misturar-se às unidades descritas pela gramática ou pela lógica. Não pode ser isolado como uma frase, uma proposição ou um ato de formulação. Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica. Esta a faz aparecer não como um simples traço, mas como relação com um domínio de objetos; não como resultado de uma ação ou de uma operação individual, mas como um jogo de posições possíveis para um sujeito; não como uma totalidade orgânica, autônoma, fechada em si e suscetível de - sozinha - formar sentido, mas como um elemento em um campo de coexistência; não como um acontecimento passageiro ou um objeto inerte, mas como uma materialidade repetível. A descrição dos enunciados se dirige, segundo uma dimensão de certa forma vertical, às condições de existência dos diferentes conjuntos significantes (FOUCAULT, 2008; p. 123).

Ora, considerando todo esse emaranhando de relações que vemos se esboçar no campo enunciativo, como os enunciados se articulam? Como constituem conjuntos? E como formam os objetos a que se referem? Para Foucault (2008), um conjunto particular de enunciados é regido por determinados sistemas de dispersão e suas regras inerentes, aos quais denominou de “formação discursiva”. A formação discursiva é constituída por um arranjo específico de regras, que garante a regularidade e a formação: de objetos, de modalidades enunciativas, de estratégias e de posições do sujeito. Além disso, essas regras de formação são compostas por amarrações de elementos discursivos e elementos não discursivos, fazendo do discurso uma prática social (FAIRCLOUGH, 1992).

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva - evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade" (FOUCAULT, 2008; p. 44).

Apesar desse indigesto sabor de “regra” que Foucault atrela às formações discursivas, elas não serão aqui trabalhadas como estáticas ou estanques. Serão apreendidas considerando a dispersão temporal de seus elementos e suas inerentes lacunas, acidentes, dissensões, sobreposições, desordens e permutas. Assim, a formação

discursiva é entendida como um intricado feixe de relações que, ao ser colocado em prática, cruza conjuntos de enunciados e determina que operações o discurso deve efetuar para poder falar de certos objetos. Ou seja, é a partir da formação discursiva que se estabelecem correlações que permitem aos enunciados falar do mesmo objeto, elaborar determinados conceitos ou consolidar determinadas estratégias (FOUCAULT, 2008).

Para ser captada em sua singularidade, a formação discursiva deve ser entendida a partir do sistema que rege e possibilita o aparecimento de certos discursos, e não através de qualquer coerência visível e linear que se busque estabelecer entre seus enunciados. Entre os enunciados e a formação discursiva se estabelece uma via de mão dupla – uma *lei de coexistência* –, em que a individualização da formação discursiva é dada pela forma que se organiza o nível enunciativo. Assim, correlativamente, por meio da análise das formações discursivas é possível fazer aparecer a regularidade de um grupo de enunciados. Finalmente, as formações discursivas também atuam nos processos de mudança e transformação de discursos e de práticas não discursivas, permitindo que novos objetos, conceitos e relações sejam continuamente criados e transformados.

[A formação discursiva], também, é o sistema de regras que teve de ser empregado para que uma mudança em outros discursos (em outras práticas, nas instituições, relações sociais, processos econômicos) pudesse ser transcrita no interior de um discurso dado, constituindo assim um novo objeto, suscitando uma nova estratégia, dando lugar a novas enunciações ou novos conceitos. Uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que pára o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais (FOUCAULT, 2008; p. 83).

Outro conceito trabalhado por Foucault, de forma ainda mais anfibológica, é o de *arquivo*. Apesar do termo empregado, este conceito não se refere ao conjunto acumulado e preservado de todos os textos ou documentos que uma cultura deteve em seu poder. O termo *arquivo* representa para Foucault (2008) os sistemas de enunciabilidade e de funcionamento dos discursos, evidenciando “o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria”

(FOUCAULT, 2008; p. 147). Apesar da aparente semelhança entre as noções de formação discursiva e arquivo, Foucault ressalta que este último implica lançar o olhar para os limites temporais do discurso. Assim, o que se busca é diferenciar os modos de atualidade e evidenciar as possibilidades e impossibilidades enunciativas impregnadas em determinados discursos desde seu aparecimento historicamente singular. No contexto estudado, essa noção pode ser útil para delimitar os diferentes feixes discursivos, provenientes de distintas instituições que recaíram em diferentes recortes temporais sobre a realidade dos sujeitos. Afinal, uma considerável parcela dos documentos extraídos do acervo do Museu encontra-se assentada na “orla de nosso tempo”, estabelecendo um limiar de enunciados que pouco a pouco deixaram de ser nossos.

A análise do arquivo comporta, pois, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita. A descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades (e o controle de suas possibilidades) a partir dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos; seu limiar de existência é instaurado pelo corte que nos separa do que não podemos mais dizer e do que fica fora de nossa prática discursiva; começa com o exterior da nossa própria linguagem; seu lugar é o afastamento de nossas próprias práticas discursivas (FOUCAULT, 2008; p.148).

Um passo além – e ainda longe de um desfecho – caminhemos rumo a mais alguns pares de conceitos basais. É o momento de delimitar o significado de *discurso*. Nos escritos arqueológicos, Foucault (2008) define o discurso como um *conjunto particular de enunciados* historicamente constituídos e apoiados em uma mesma formação discursiva. É com base nessa ideia que ele se refere, por exemplo, ao discurso clínico, ao discurso econômico e ao discurso psiquiátrico. Entretanto convém assinalar que Foucault rechaça a ideia de qualquer “discurso ideal”. Em outros termos, para o filósofo não existiriam, por exemplo, dois discursos sobre a economia sobrepostos. O primeiro – derradeiro, atemporal e verdadeiro – decorrente de um longo acúmulo que, pouco a pouco, destilaria sua essência e, um dia, o levaria ao seu final teleológico prometido. Enquanto o outro seria apenas o subproduto de sucessivas rupturas, corrompido e fadado a ser vagarosamente ultrapassado e sepultado pela história. Nesse sentido, Foucault enfatiza que o discurso

[...] não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo (FOUCAULT, 2008, p. 132-133).

Conforme evidencia Fairclough (1992), o discurso participa da constituição das diversas dimensões das estruturas sociais que, direta ou indiretamente, o condicionam. Assim, os discursos auxiliam na construção de normas e convenções sociais e, também, delineiam relações, identidades e instituições. Os discursos são capazes de oferecer representações específicas para a realidade, abrindo posições para os sujeitos sociais e contribuindo, muitas vezes, para o controle e para a reprodução social (FAIRCLOUGH, 1995; 1992). Tais discursos, na visão de Moraes (2010), estão permeados pela relação entre saber e poder, uma vez que, ao produzirem “verdades”, gerenciam a vida social, produzindo, inclusive, efeitos de divisão e desigualdades. Conforme já discutido, para Foucault a produção da verdade em cada época (e de seus discursos inerentes) estaria intimamente associada ao controle e à interdição do que pode ou não ser dito, pois

[...] em cada sociedade, a produção de discurso é imediatamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos, cujo papel é tutelar seus poderes e perigos, domesticar suas casualidades, escapar da sua ponderável, formidável materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Finalmente, cabe descrever o que são as práticas discursivas. Foucault (2008, p. 133) as delimita como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Fairclough (1992) aponta que as práticas discursivas não se opõem às práticas sociais, mas representam uma forma particular desta última. Assim, algumas práticas sociais seriam completamente constituídas por práticas discursivas e em outros casos envolveriam a combinação de práticas discursivas e não discursivas (FAIRCLOUGH, 1992). Fischer (2001) observa que estes “domínios não discursivos”

não devem ser entendidos como determinantes dos acontecimentos discursivos, mas como parte integrante de suas condições de existência. Ou seja, entre as práticas discursivas e as não discursivas não se estabelece uma relação de linearidade explicativa ou de causalidade. O que existe é a possibilidade de “multiplicar relações” ao se realizar o levantamento das descontinuidades e das transformações que marcam todo discurso. Além disso, é possível evidenciar a memória de um enunciado, resgatando os enunciados passados que retoma (FISCHER, 2001).

Com base no exposto, fica nítida a forte relação mantida entre as formações e as práticas discursivas. A principal diferença entre ambas parece repousar no grau de sua especificidade, que faz das práticas discursivas um conjunto de regras mais locais e ainda mais particulares que aquelas constituintes das formações discursivas. Em certa medida e com a devida cautela, pode-se dizer que as formações discursivas ancoram os discursos, assim como as práticas discursivas ancoram os enunciados. Ainda, é possível apontar a íntima inter-relação que as práticas discursivas estabelecem com os discursos, uma vez que elas ativam saberes locais, formando as bases que sustentam e articulam o conjunto de enunciados de cada discurso. Dentre as múltiplas possibilidades de concatenação que podemos estabelecer entre esses diferentes conceitos, é cabível dizer que um discurso (enquanto conjunto específico de enunciados) se apoia na regularidade de uma formação discursiva e, ao mesmo tempo, é sustentado pelos *saberes* constituídos no nível de suas práticas discursivas.

É importante lembrar que a noção foucaultiana de *saber* não se restringe ao campo científico. Há saberes livres de ciências, contudo não há saber desvinculado de uma prática discursiva. Para Foucault (2008) toda prática discursiva pode ser situada pelo saber que ela forma. São justamente esses saberes, constituídos de maneira regular pelas práticas discursivas, que formam a base por meio da qual se desenvolvem proposições, descrições, verificações ou teorias, que podem ou não adquirir um *status* científico. Os saberes formam o antecedente daquilo que pode se tornar “um erro a ser contornado” ou uma “verdade irrefutável”. Além disso, é a partir de determinados recortes de saber que alguns sujeitos tomam posição para falar dos objetos que povoam seu discurso.

Diante dessa emaranhada relação de interdependência e coexistência estabelecida entre os discursos, as formações discursivas, os enunciados e as práticas

discursivas, o que pretendo sublinhar é o caráter constitutivo do discurso. Considerar a efetividade ou a “positividade” dos discursos sobre determinada realidade é reconhecer, como salienta Fischer (2001), seu entrelaçamento com os “domínios não discursivos” da vida social, como as instituições, os processos econômicos, as convenções culturais e todo o conjunto de práticas aí inseridas. Assim, para Foucault (2008; p. 234) o fundamental é

[...] revelar as práticas discursivas em sua complexidade e em sua densidade; mostrar que falar é fazer alguma coisa - algo diferente de exprimir o que se pensa, de traduzir o que se sabe e, também, de colocar em ação as estruturas de uma língua; mostrar que somar um enunciado a uma série preexistente de enunciados é fazer um gesto complicado e custoso que implica condições (e não somente uma situação, um contexto, motivos) e que comporta regras (diferentes das regras lógicas e linguísticas de construção); mostrar que uma mudança na ordem do discurso não supõe "ideias novas", um pouco de invenção e de criatividade, uma mentalidade diferente, mas transformações em uma prática e eventualmente nas que lhe são próximas e em sua articulação comum.

Bem, o que fiz até aqui foi descrever conceitos, tomar de rapina certo conjunto de ideias e de relações que julgo especialmente importantes para meu intento nesta tese. E, na mesma medida, o que fiz foi descartar sem muita cerimônia, sem prévio aviso, toda uma parafernália de termos e de arcabouços que ameaçavam, na primeira oportunidade, atravancar nosso caminho. Estes nos sufocariam e respirar é preciso. Se os escritos arqueológicos de Foucault representam um manancial de recursos ainda pouco explorados, é coerente afirmar que suas múltiplas leituras podem abrir caminhos bem distintos e, até mesmo, antagônicos. Até aqui, diversas escolhas foram feitas e já é possível vislumbrar aonde se quer chegar a partir dessa leitura particularmente oblíqua (ou obliquamente particular). Porém, antes de reclamar o pretensível valor oriundo dessa *arqueologia bastarda*, é necessário cerzir esses pares de conceitos e apontar para as conveniências, as distâncias e os limites em relação às ideias de Foucault. Afinal, há uma certa justiça poética em um bastardo capaz de renegar suas raízes. Muito mais do que erguer uma arquitetura impenetrável, fechada sobre si mesma, é necessário manter algum *vazio* intocado...

A mãe reparou que o menino
gostava mais do vazio
do que do cheio.
Falava que os vazios são maiores
e até infinitos.

Manoel de Barros, 1999.

O primeiro ponto se dirige a uma certa diferença de nuança que é necessário assinalar. Já foi apontado que, ao propor sua arqueologia, Foucault (2008) não teria dedicado tanto espaço à questão do poder (ARAÚJO, 2008; FAIRCLOUGH 1992). Embora em diversas passagens o filósofo sugira a questão do poder como basal, é notório que o tema é trabalhado de forma subjacente na maior parte de seus escritos arqueológicos. Nesse sentido, é fundamental sublinhar a natureza discursiva do poder; isto é, que o discurso será aqui entendido como balizado no campo das relações de poder, tal qual o próprio Foucault posteriormente enfatiza em seus escritos genealógicos. Entretanto, cabe ressaltar que a amarração entre o discurso e o poder não se dá sob uma lógica causal, pois, como alerta Foucault (1994, p. 253) “o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder”. Nas palavras do pensador:

Não, o poder não é o sentido do discurso. O discurso é uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder. Consequentemente, é preciso considerar o discurso como uma série de acontecimentos, como acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado (FOUCAULT, 1994; p. 254).

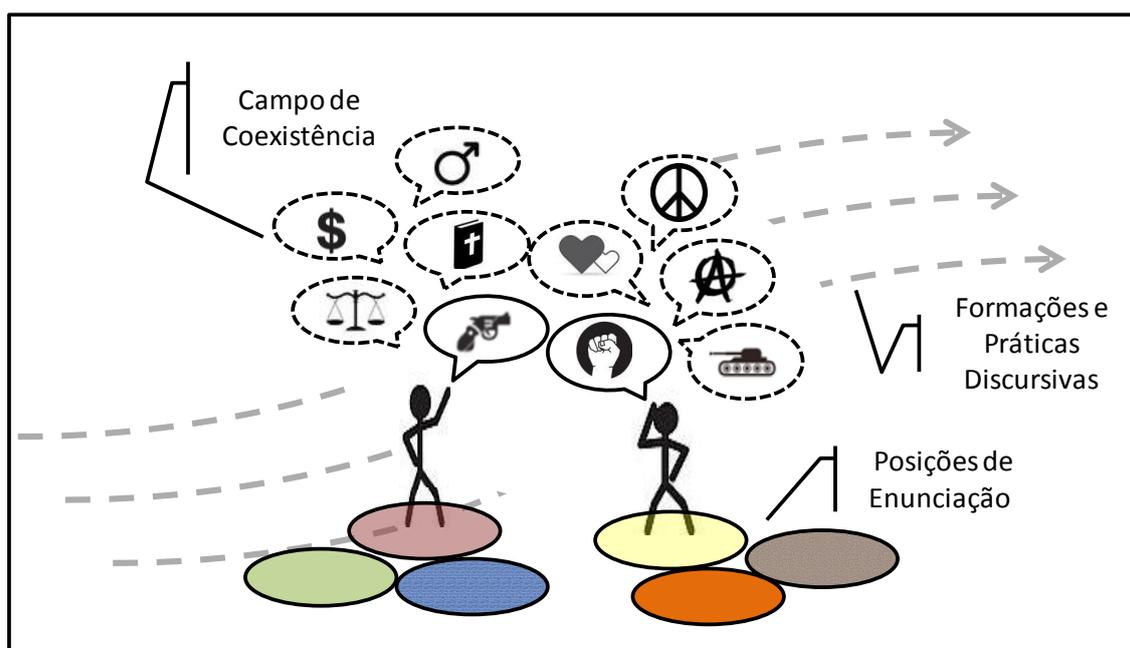
O discurso [...] aparece como um bem - finito, limitado, desejável, útil - que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas "aplicações práticas"), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2008; p. 136-137).

Outra questão diz respeito à ênfase até então concedida por Foucault (2008) aos saberes e às “ciências do homem”. Ora, o que procuro extrair do conjunto de documentos analisados são enunciados que nos digam algo sobre a constituição desses indivíduos enquanto sujeitos e sobre a trama de suas relações de poder. O que busco é fazer aflorar todo um emaranhado de relações de poder e de regimes de verdade sustentados por essas pessoas. Isso não implica fixar a visão nas supracitadas ciências do homem, mas, justamente, deslocar o olhar para a trama discursiva – caótica e mutante – que se sustenta no plano dos indivíduos. Sob essa ótica, determinados *saberes* – formalizados ou não – poderão atrair a atenção, mas apenas à medida que os sujeitos se utilizarem deles em suas estratégias discursivas e para a articulação de seus regimes de verdade. Apesar de toda a atenção inicialmente conferida por Foucault aos domínios das “ciências”, o filósofo deixa claro que

[...] o privilégio real que dei a discursos dos quais se pode dizer, muito esquematicamente, que definem as "ciências do homem" [...] não passa de um privilégio inicial. É preciso ter em mente dois fatos: a análise dos acontecimentos discursivos não está, de maneira alguma, limitada a semelhante domínio; e, por outro lado, o recorte do próprio domínio não pode ser considerado como definitivo, nem como válido de forma absoluta; trata-se de uma primeira aproximação que deve permitir o aparecimento de relações que correm o risco de suprimir os limites desse primeiro esboço (FOUCAULT, 2008; p. 33-34).

Direcionar a analítica para a dimensão dos sujeitos significa caminhar de um plano de “regularidades discursivas” mais decifráveis para um universo desordenado e lacunar por excelência. É dizer que nos acercaremos mais do nível dos enunciados e de suas práticas do que de suas formações e de seus discursos mais sistematizados. Tal deslocamento representa, enfim, um mergulho na “matéria viva” discursiva, onde os indivíduos transitam e se apropriam (conscientemente ou não) de enunciados que permeiam diversos campos distintos e, muitas vezes, contraditórios. Como proceder, então, a essa análise, sorvida nesse nexos discursivo? Ora, a identificação dos enunciados será realizada com base no conjunto de elementos que os definem e os diferenciam, conforme parcimoniosamente já foram indicados. Ou seja, partindo dos documentos e dos relatos orais levantados, o que assumirá valor de enunciado serão aquelas proposições em que for possível distinguir as posições dos sujeitos, o campo de coexistência dos enunciados e as práticas e formações discursivas que os regem e sustentam seu *valor de verdade*. Uma simplória síntese dessas relações é indicada a seguir na Figura 1.

Figura 1 – Bosquejos para uma Arqueogenealogia dos Sujeitos



Fonte: elaborado pelo autor.

Lembrando que analisar posições de enunciação significa evidenciar: as instâncias de diferenciação dos indivíduos; os lugares (institucionais ou não) de onde falam; e os regimes de apropriação e dos requisitos que devem cumprir para ocuparem determinada posição enunciativa. Caso se mostrem úteis, algumas estratégias de persuasão (FARIA e LINHARES, 1993; PIMENTEL, 2008), também podem ser analisadas, como, por exemplo, a construção de personagens no discurso dos entrevistados. Porém, no caso desta estratégia a análise estará centrada não na função que esta pode desempenhar para o enunciador – como, por exemplo, a transferência de responsabilidade sobre sua fala –, mas que tipo de posição de enunciação o sujeito busca alcançar ao articular seu discurso a partir da criação de personagens. Um dos aspectos do discurso frisado por Foucault diz respeito à rarefação dos sujeitos falantes; ou seja, não é qualquer indivíduo que pode enunciar qualquer coisa, em qualquer lugar, pois

[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer certas exigências, ou se não estiver, à partida, qualificado para o fazer. Mais precisamente: as regiões do discurso não estão todas igualmente abertas e penetráveis; algumas estão muito bem defendidas (são diferenciadas e são diferenciantes), enquanto outras parecem abertas a todos os ventos e parecem estar colocadas à disposição de cada sujeito falante sem restrições prévias (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Por sua vez, analisar o campo de coexistência implica: considerar as margens dos enunciados, captá-los em sua materialidade e remanência e compreender como são investidos em seu campo de utilização. O importante é fazer aparecer o jogo enunciativo que situa a existência de cada enunciado em relação a um campo específico de objetos. Ou seja, os efeitos e regimes de verdade veiculados pelos enunciados só podem ser apreendidos a partir de sua articulação com outros enunciados, com seus espaços de diferenciação e com suas condições de existência. Assim, vale lembrar que todo enunciado pode ser caracterizado pelo seu caráter material, histórico e contingencial. Como assevera Foucault,

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 2008, p.31-32).

Finalmente, considerar as formações e práticas discursivas é atentar para o fato de que elas cruzam e municiam justamente o campo de adjacência dos enunciados e as posições possíveis para os sujeitos falantes, articulando: a formação de objetos, as condições de exercício da função enunciativa e o fundo de saber que emana de alguns conjuntos de enunciados. É a partir da análise das práticas discursivas que buscarei desnudar rastros e traços do conjunto de regras ou do sistema de enunciação que foi historicamente articulado, permitindo que os sujeitos assumissem e naturalizassem determinados enunciados e seus inerentes regimes de verdade. Olhar para os regimes de verdade é buscar revelar como seus efeitos recaíram sobre os sujeitos; é buscar problematizar as relações de poder mantidas e reproduzidas pelos sujeitos, permitindo que seus ecos sejam buscados em contextos discursivos e institucionais mais amplos. Isso significa lançar luz sobre suas implicações sociais, políticas ou econômicas, evidenciando seus efeitos também no plano das práticas não discursivas.

Uma vez mais, é importante ressaltar que não percebo rígidas fronteiras entre esses três conjuntos de análise propostos (posições de enunciação, campo de

coexistência, práticas e formações discursivas). Ao contrário, o que se estabelece é uma complexa relação de coexistência e interpenetração entre eles. Neste sentido, durante a análise oscilarei continuamente entre esses diversos planos que apenas para fins explanatórios foram apresentados separadamente.

Antes de prosseguirmos, dois pontos a ressaltar, duas obstinações a insistir. Entendo que os caracteres escolhidos para operar a analítica proposta – e seu ameaçador esquematismo – são apenas um meio (precário e parcial) para realizar um recorte conveniente junto à realidade social que desejo investigar. Em nenhum momento assumo que tal realidade pode ser captada de forma tão opaca e passiva. Ao invés de uma paisagem monótona e inteligível, percebo a realidade social marcada por uma caótica constelação de relações, por um colossal emaranhado colidente, onde se perdem homens e discursos. Todo e qualquer esforço dirigido para torná-la decifrável e coerente é apenas uma tentativa (por vezes, necessária) de dotar o mundo de algum sentido. Exercício custoso, seja este para os sujeitos investigadores em sua pretensão de “conhecer” e “explicar”, seja para os diversos sujeitos em sua constante busca por uma baliza existencial que os afaste de uma vida sem propósito. Enfim, não há nada de indigno em erguer sistemas de significação junto à realidade que nos cerca (morrer e matar por eles é uma outra questão). Creio, apenas, que seria demasiadamente ingênuo supor que ao final alcançaremos qualquer “verdade essencial”.

Olho em redor do bar em que escrevo estas linhas.
Aquele homem ali no balcão, caninha após caninha,
nem desconfia que se acha conosco desde o início das eras.
Pensa que está somente afogando os problemas dele,
João Silva... Ele está é bebendo a milenar
inquietação do mundo!

Mario Quintana.

Mas, afinal, se o caminho já começa destituído de qualquer esperança de se chegar a uma derradeira teoria ou explicação fundamental, por que prosseguir? Caminhar pelo simples sabor da travessia? Não seria um demasiado despropósito? Não seria *enfiar nos mosquitos* todo resquício de lucidez? Apesar de apreciar a travessia e nutrir certa aversão pela lucidez em excesso, estou ciente de que soaria demasiadamente lírico este argumento. Ora, a resposta encontra-se justamente naquilo que para alguns pode parecer um incontornável obstáculo, mas que aqui acaba por mostrar-se de grande

valia: a problematização do estatuto da verdade. A precariedade da verdade (em meio aos discursos que lhe servem de suporte) não representa qualquer barreira, mas, na realidade, um ponto de partida. Em outras palavras, apontar o dedo para o caráter precário da verdade, mostrar que determinados conjuntos de discursos e seu teor de verdade não surgiram por acaso e que não escondem nada de transcendental, é projetar sua sombra na tela da história e fazer aparecer sua fragilidades. É tornar visíveis seus contornos ocultos e suas fraturas, municando as resistências e indicando seu calcanhar de Aquiles. Enfim, é autorizar todo um campo de contestação capaz de gerar certos “contra-efeitos” de verdade e de retroalimentar possíveis frentes de luta e resistência.

Meu papel – e este é um termo por demais pomposo – consiste em mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam; que elas tomam por verdade, por evidência alguns temas que foram fabricados em um momento particular da história; e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída. Mudar algo no espírito das pessoas: esse é o papel de um intelectual (FOUCAULT, 2004, p. 52).

A segunda questão, visceralmente ligada à anterior, diz respeito à resistência. É fascinante refletirmos sobre este complexo emaranhado de enunciados e práticas discursivas que perpassam saberes, que ora trombam e ora se mesclam, que estabelecem relações de reforço e tensão, para então se dispersarem, deixando seus fragmentos pela história. Ora, vale sublinhar que em meio a todo este nexos rizomático de enunciados e relações se formam, se perdem, sofrem, resistem e lutam sujeitos de carne e osso, seres reais, profundamente marcados pelo seu tempo e contexto. Analisar todo esse jogo enunciativo repleto de condições e requisitos pode, por descuido, nos conduzir ao risco de negligenciar o fato de que os sujeitos resistem. Eles resistem continuamente. Não importa se cumprem ou não os requisitos, pois, a partir de toda uma sorte de lutas, estratégias, acasos e imprevistos, há sujeitos que deliberadamente invertem as exigências, subvertem os requisitos e se enunciam. Diante do assédio dos mais diversos enunciados, calcados nos mais tradicionais saberes e insuspeitáveis verdades, existem sujeitos que se negam, sangram e resistem! Mesmo no limite, há o prisioneiro “sem enunciados, sem posições e sem direitos” que em sua resistência desesperada tira a própria vida. Cabe, portanto, bradar que os sujeitos não se encontram perdidos ou simplesmente dominados por este conjunto de relações, pois, conforme já discutido, não

existem relações de poder sem resistência (FOUCAULT, 1992). *Enfim, resistir é também criar formas de se enunciar.*

O velho Leon Tolstoi fugiu de casa aos oitenta anos
E foi morrer na gare de Astapovo!
Com certeza sentou-se a um velho banco,
Um desses velhos bancos lustrosos pelo uso
Que existem em todas as estaçõezinhas pobres do mundo
Contra uma parede nua...
Sentou-se... e sorriu amargamente
Pensando que
Em toda a sua vida
Apenas restava de seu a Glória,
Esse irrisório chocalho cheio de guizos e fitinhas
Coloridas
Nas mãos esclerosadas de um caduco!
E então a Morte,
Ao vê-lo tão sozinho àquela hora
Na estação deserta,
Julgou que ele estivesse ali a sua espera,
Quando apenas sentara para descansar um pouco!
A morte chegou na sua antiga locomotiva
(Ela sempre chega pontualmente na hora incerta...)
Mas talvez não pensou em nada disso, o grande Velho,
E quem sabe se até não morreu feliz: ele fugiu...
Ele fugiu de casa...
Ele fugiu de casa aos oitenta anos de idade...
Não são todos que realizam os velhos sonhos da infância!
(Mario Quintana - Poema da gare de Astapovo)

Ao fim de todo esse percurso, o que presenciamos é o incerto desenhar de uma atípica “arqueogenealogia dos sujeitos”. O que vemos é o invulgar nascimento de uma *analítica bastarda*, cuja dúbia expectativa de vida já conflita com sua questionável serventia. Mas isso não é um problema. Mesmo que só tenha surgido para depois extinguir-se, seu valor não deve ser medido pelo seu potencial de generalização, mas pela sua *condição artesanal*. O que importa é sua capacidade de responder satisfatoriamente às questões aqui colocadas. O que interessa é forjar instrumentos que nos sirvam para atravessar determinada realidade, sendo, sempre que necessário, realinhados ou largados no meio do caminho. Mais que propor uma alternativa impoluta e universal, o importante é apontar para a possibilidade de se construir os próprios instrumentos, de se trilhar os próprios caminhos. Isso não representa uma mera possibilidade, mas um passo necessário para aqueles que pretendem perambular fora das paragens habituais. Por isso, senhores, façamos dos instrumentos e das intenções aqui

esboçados apenas uma centelha inicial para os inusitados “fogos de artifício” que, quiçá, possam advir.

O ideal não é fabricar ferramentas, mas construir bombas, porque, uma vez utilizadas as bombas que construímos, ninguém mais poderá se servir delas. E devo acrescentar que meu sonho, meu sonho pessoal, não é exatamente o de construir bombas, pois não gosto de matar pessoas. Mas gostaria de escrever livros-bombas, quer dizer, livros que sejam úteis precisamente no momento em que alguém os escreve ou os lê. Em seguida, eles desapareceriam. Esses livros seriam de tal forma que desapareceriam pouco depois de lidos ou utilizados. Os livros deveriam ser espécies de bombas e nada mais. Depois da explosão se poderia lembrar às pessoas que esses livros produziram um belíssimo fogo de artifício. Mais tarde os historiadores e outros especialistas poderiam dizer que tal ou tal livro foi tão útil quanto uma bomba, e tão belo quanto um fogo de artifício (FOUCAULT, 1994, p. 24).

Artefatos, Documentos, Relatos Oraís e Memória

debaixo deste teto de telhas encardidas vigas à mostra entre
cadeiras e mesa entre uma cristaleira e um armário diante de
garfos e facas e pratos louça que se quebraram já
um prato de louça ordinária não dura tanto
e as facas se perdem e os garfos
se perdem pela vida caem
pelas falhas do assoalho e vão conviver com ratos
e baratas ou enferrujam no quintal esquecidos entre os pés de erva cidreira
e as grossas orelhas de hortelã
quanta coisa se perde
nesta vida

Como se perdeu o que eles falavam ali
mastigando
misturando feijão com farinha e nacos de carne assada
e diziam coisas tão reais como a toalha bordada
ou a tosse da tia no quarto
e o clarão do sol morrendo na platibanda em frente à nossa
janela
tão reais que
se apagaram para sempre
Ou não?

FERREIRA GULLAR, [1975], 1995.

Em diversas obras, Foucault lançou um olhar sobre o plano empírico, a partir da análise de enunciados e discursos que se entrecruzavam em documentos, registros, artefatos e saberes historicamente edificados. Conforme ressalta Fairclough (1992), embora o foco de análise de Foucault na *Arqueologia do Saber* recaia sobre as formações discursivas que atravessam o campo de diversos saberes, sua abordagem é transferível para qualquer tipo de discurso. Como já visto, o deslocamento do foco da análise para os enunciados dos sujeitos representa um pressuposto já incorporado pela analítica anteriormente construída. Neste sentido, busquei partir de um *olhar arqueológico*, voltado para a análise de registros e discursos historicamente acumulados na organização estudada, colhendo enunciados e retalhos discursivos capazes de alimentar a análise.

Além de trabalhar com documentos, foram consideradas alternativas voltadas para a *produção intencional de documentos*, a partir de contribuições do campo da

História Oral. Considerando a crítica de Foucault ao modelo linear e causal de História, percebo como uma opção coerente trabalhar a partir de uma concepção não *rankeana* e, portanto, não positivista de História. Dessa forma, os documentos escritos e sepultados pelo tempo não seriam as únicas fontes dignas de prestígio, sendo possível, a partir do levantamento de relatos orais de membros familiares e antigos funcionários da organização, produzir documentos a serem utilizados como fontes legítimas de informação. Neste sentido, ao direcionar uma analítica de inspiração foucaultiana para a problematização destes relatos é possível analisar o papel de determinados enunciados na configuração dos regimes de verdades e das relações de poder historicamente estabelecidas no cotidiano da organização pesquisada.

Para Alberti (1990), mais importante que o preenchimento de lacunas deixadas pelos documentos oficiais, a história oral carrega a oportunidade de recuperar o vivido conforme concebido por quem o viveu. Garrido (1993) corrobora ressaltando que as fontes orais são capazes de proporcionar uma riqueza de informações que jamais poderiam ser obtidas a partir das fontes escritas, abrindo possibilidades inesperadas para a pesquisa. Alberti (1990, p. 4) adverte que o trabalho com fontes orais pode ser considerado como uma “produção intencional de documentos históricos”, em que o documento que se torna fonte é produzido deliberadamente a partir dos relatos dos diversos atores inseridos no contexto da pesquisa.

O uso das fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades usualmente marginalizadas ou pouco representadas nos documentos escritos, mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos oficiais (GARRIDO, 1993). Garrido (1993) propõe incorporar as fontes orais como uma fonte documental adicional. Assim, seria possível ao pesquisador estabelecer uma relação dialógica entre as fontes orais e os documentos ou, ainda, utilizar as fontes escritas para estabelecer a distância entre o que foi dito e o que não foi dito. Neste sentido, a utilização de fontes orais não é uma soma de entrevistas independentes entre si, mas configura um conjunto orgânico a ser analisado.

No campo da história oral, é importante demarcar a diferença entre a realização de histórias de vida e de trajetórias de vida. Alberti (1990) observa que, apesar de suas diferenças, ambos os tipos de abordagem pressupõem um recorte biográfico com base

nas vivências e experiências dos sujeitos entrevistados. Entretanto, a autora enfatiza que a história de vida comporta em seu centro a biografia do sujeito compreendida em profundidade, exigindo um logo processo de maturação e demarcação cronológica da vida do depoente. Por sua vez, a trajetória de vida permite estabelecer recortes temáticos sobre o curso de vida dos sujeitos, partindo de períodos específicos ou do envolvimento e da experiência deste sujeito em acontecimentos particulares de sua vida e contexto. Arango (1998) também adota em seus estudos o termo *trajetória*, mas com ênfase na trajetória social entendida como um ciclo ou uma etapa de vida. Para a autora, a trajetória social traduz o encadeamento temporal das posições que os indivíduos ocupam sucessivamente nos diferentes campos do espaço social.

No desenrolar de sua existência, os indivíduos lutam, tomam posse e transitam simultaneamente por várias posições, que traduzem o entrelaçamento entre seus diversos campos de existência. É justamente este caminho que ambicionei percorrer. Partir de *relatos orais* dos sujeitos para desenhar – ainda que de forma parcial e fragmentada – o contexto situacional, a trama de relações e as posições de enunciação que foram naturalizadas por estes indivíduos. Lembrando que o objetivo não foi o de estruturar uma cronologia inteligível e retilínea, mas trazer à baila toda uma gama de contradições, resistências, descontinuidades, deslocamentos e rupturas que marcaram as relações de poder e as práticas discursivas presentes nos repertórios destes sujeitos. Enfim, não busco desatar os nós, mas evidenciar que eles não se deram ao acaso e que a materialidade que sustenta estes nós se constituiu – de forma não inteligível e anônima – a partir de infindáveis embates e rearticulações nos feixes de relações de poder que circundam e atravessam estes diversos sujeitos.

É fundamental salientar que a amarração entre a perspectiva foucaultiana e a História Oral não deve ser costurada inadvertidamente, apresentando seus limites e demandando alguns cuidados. O ponto nevrálgico diz respeito ao foco que tradicionalmente as técnicas de história oral mantêm sobre o sujeito, fazendo com que ele assumira uma posição central e privilegiada na análise, como fonte originária dos discursos. Ora, conforme já discutido, a matéria de análise aqui contemplada assenta-se nos enunciados e nas práticas discursivas. Portanto, este sujeito é percebido não como o gerador, mas como situado e atravessado pelos diversos discursos e enunciados que serão depositários de nossa atenção. Mas, ao operar este deslocamento não estaríamos

diminuindo o papel ou a “importância” do sujeito? Não estaríamos justamente o sujeitando a determinadas “estruturas” discursivas?

A resposta é “não”. Reconheço, sem qualquer embaraço, que a análise arqueológica foucaultiana pode ser empregada, caso assim se deseje, sob uma ênfase “estruturalista”. Contudo, ao operar com alguns elementos dessa analítica, o que pretendo é evidenciar que entre sujeitos e discursos se estabelecem complexos feixes de relações. Que no lugar de um Sujeito supremo, que emerge como a causa ou a origem dos enunciados, existem diversos sujeitos que lutam, se apropriam e transformam os enunciados imersos em uma trama, ao mesmo tempo, caótica, estratégica e contingencial. Reconhecer que determinado autor (ou qualquer sujeito em seu ato de enunciação) não representa o ponto de partida do discurso é abrir diante de nossos olhos uma vasta dimensão em que sujeitos e enunciados transitam por redes e campos de utilização. Sujeitos que, ao nascerem, já se depararam com diversos conjuntos de práticas discursivas e enunciados que os antecedem, tornando-se bens de disputa, contestação, reprodução ou transformação. É entender que os próprios enunciados se “abrem” a diversos usos como espaços anônimos ou vazios. Assim, ao analisar estes enunciados o que busco “é determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 2008, p. 108). Ou seja, não desejo com isso subjugar o sujeito ao discurso, mas, ao contrário, deslocar a noção de um Sujeito enquanto núcleo imutável, para fazer aflorar os diferentes indivíduos em sua materialidade e o feixe de relações que os envolvem: relações caóticas (porque se desdobram em infindáveis malhas de novas relações), relações estratégicas (porque são continuamente permeadas pelas escolhas dos sujeitos em disputa) e relações contingenciais (porque são dotadas de historicidade que as ancoram e as referenciam).

Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva - e perdida no passado, como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei -, o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 2008, p. 118).

Ou seja, ao focar no modo como os indivíduos buscam se utilizar dos enunciados e investi-los em suas práticas discursivas, a preocupação não está em delinear de forma meticulosamente cronológica e linear a trajetória de vida destes sujeitos, mas em captar, em meio às esquinas tortas da memória, relatos e enunciados que digam algo sobre as possibilidades de enunciação e sobre os regimes de verdade que recaíram sobre estes indivíduos e foram por eles reproduzidos ou transformados. E nesse ínterim, buscar evidenciar como estes indivíduos em sua trajetória se constituíram como sujeitos. Em suma, a opção pelos relatos orais representou um meio, e não um fim. Fischer (2005, p. 171), que em seus estudos buscou trabalhar com histórias de vida a partir da concepção de Foucault, adverte:

Adotar história de vida aliada à perspectiva foucaultiana é [...] acima de tudo conceber a linguagem como constituinte da realidade. É entender os depoimentos obtidos via história de vida como fruto de práticas discursivas, as quais por sua vez são históricas, porque contingentes. [...]. Então o que passa a interessar é, fundamentalmente, descobrir as regras que governam e produzem as regras discursivas. Portanto, não se trata simplesmente de uma interpretação diferente. Trata-se de alterar radicalmente a forma de entender as falas, concebendo-as enquanto discursos. [...] Há que se admitir que os sujeitos entrevistados não nos remetem a uma substância e sim a uma posição, que pode ser ocupada por indivíduos variados.

Neste sentido, é preciso resistir ao impulso de especular sobre os motivos e as intenções dos sujeitos, pois, conforme ressalta Foucault (2008, p. 69),

[...] as regras de formação têm seu lugar não na "mentalidade" ou na consciência dos indivíduos, mas no próprio discurso; elas se impõem, por conseguinte, segundo um tipo de anonimato uniforme, a todos os indivíduos que tentam falar nesse campo discursivo. Por outro lado, não são consideradas universalmente válidas para todos os domínios indiscriminadamente; são sempre descritas em campos discursivos determinados, e suas possibilidades indefinidas de extensão não são reconhecidas antecipadamente.

No tocante às imagens fotográficas, Koury (1999) argumenta que a fotografia possui maior poder conotativo do que denotativo, uma vez que remete a múltiplos significados atrelados a determinado espaço-tempo, descortinando valores sociais e subjetivos particulares. Assim, ao possibilitar múltiplas leituras ou interpretações, a fotografia apresentaria uma realidade sob a forma de discurso possível de si própria.

Nas palavras do autor, a imagem “não possui discurso, mas permite discursos nela, sobre ela e através dela” (KOURY, 1999; p. 65). Ou seja, entendo que a partir de fotos de época é possível abarcar determinadas funções enunciativas, que extrapolam os limites linguísticos ou gramaticais.

Difícil fotografar o silêncio.
Entretanto tentei. Eu conto:
Madrugada, a minha aldeia estava morta. Não se via ou ouvia um barulho,
ninguém passava entre as casas. Eu estava saindo de uma festa.
Eram quase quatro da manhã. Ia o silêncio pela rua carregando um bêbado.
Preparei minha máquina.
O silêncio era um carregador?
Estava carregando o bêbado.
Fotografei esse carregador.
Tive outras visões naquela madrugada. Preparei minha máquina de novo.
Tinha um perfume de jasmim no beiral do sobrado. Fotografei o perfume.
Vi uma lesma pregada na existência mais do que na pedra.
Fotografei a existência dela.
Vi ainda um azul-perdão no olho de um mendigo. Fotografei o perdão.
Olhei uma paisagem velha a desabar sobre uma casa. Fotografei o sobre.
Foi difícil fotografar o sobre. Por fim eu enxerguei a nuvem de calça.
Representou pra mim que ela andava na aldeia de braços com Maiakovski –
seu criador.
Fotografei a nuvem de calça e o poeta. Ninguém outro poeta no mundo faria
uma roupa mais justa para cobrir sua noiva.
A foto saiu legal.

Manoel de Barros, 2000.

Alguns aportes oriundos dos estudos etnográficos também podem se mostrar especialmente úteis, mas não no sentido de levar a cabo uma etnografia a partir da descrição das relações de poder presentes nestas organizações. Refiro-me à possibilidade de abarcar um dos pressupostos caros à etnografia, que foi de grande valia para esta pesquisa: a postura de estranhamento. Exercitar o estranhamento constituiu um exercício fundamental não somente em relação ao desconhecido, mas, principalmente, no empenho de “estranhar o familiar” (DA MATTA, 1974), desnaturalizar o conhecido e suas conseqüentes noções, impressões, categorias e classificações que carregamos e introjetamos, muitas vezes, inconscientemente (VELHO, 1994). Esse deslocamento da percepção – buscando desnaturalizar o que se apresenta como dado e derradeiro – foi essencial para identificar diversas verdades naturalizadas pelos sujeitos que, sem a acuidade ensejada pelo ato de estranhar, inevitavelmente escapariam.

Finalmente, é preciso adentrar no campo labiríntico da memória, pois, para trabalhar com relatos orais, é necessário reconhecer a conexão inequívoca entre a fala e

a memória. As palavras de Jorge Luis Borges podem nos proporcionar um preâmbulo apropriado.

Não está no tempo sucessivo,
mas nos reinos espectrais da memória.
Como nos sonhos,
atrás das altas portas não há nada,
nem sequer o vazio.
Como nos sonhos,
atrás do rosto que nos contempla não há ninguém.
Anverso sem reverso,
moeda de uma única efígie, as coisas.
Essas misérias são os bens
que o precipitado tempo nos deixa.
Somos nossa memória,
somos esse quimérico museu de formas inconstantes,
essa pilha de espelhos rotos.

(BORGES, [1969], 1999).

Montenegro (1993, p. 56) sustenta que “a memória é resultante da vivência individual e da forma como se processa a interiorização dos significados que constituem a rede de significações sociais”. Dessa forma, no cerne da memória o tempo cronológico inexistente, sendo que o tempo da memória reflete a experiência singular de um momento de vida, responsável pela percepção e reconstrução da realidade pelo sujeito, de uma forma particular (MONTENEGRO, 1993). Assim, mais importante do que a construção de relatos pautados por uma rígida ordem cronológica, o que interessa é acessar os entroncamentos e as esquinas da memória, dando relevo aos discursos e às possibilidades de enunciação comunicadas pelos sujeitos.

Em seu livro *Lembrança de Velhos*, Ecléa Bosi discute a memória a partir das concepções de diversos autores, dentre eles Bergson e Halbwachs. Iniciando sua discussão a partir da obra *Matière et mémoire*, publicada em 1896, de Henri Bergson, a autora apresenta a memória como aquela que permitiria estabelecer a relação do corpo presente com o passado, sendo ela responsável pela conservação do passado, seja no estado inconsciente ou através de sua comunicação com o presente, sob a forma de lembranças. Assim, a memória representaria uma “força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e inversa” (BOSI, 1983, p. 9).

Partindo para as contribuições das obras *Les cadres sociaux de la mémoire* e *La mémoire collective*, de Maurice Halbwachs, Bosi (1983) ressalta a questão da configuração dos quadros sociais da memória, em que a memória do indivíduo dependeria de sua relação com seus grupos de convívio e com seus grupos de referência, como família, escola, igreja e trabalho, caminhando de um caráter individual para outro socialmente condicionado. Assim, ocorreria um processo de construção social da memória, pois

[...] quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, [constituindo] verdadeiros “universos de discurso”, “universos de significado”, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a História. Este é como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos (BOSI, 1983, p. 27).

É necessário pontuar que a história oral é aqui percebida como geradora de fontes construídas sob a ótica de cada indivíduo, captando o teor dos relatos como uma versão particular do fenômeno narrado, e não como um fato histórico que precisa ser atestado diante de outras fontes documentais. Diversos fatores podem desvirtuar o nível de conformidade dos fatos narrados, como a idade avançada dos entrevistados ou as inevitáveis lacunas da memória. Além disso, é importante ter em mente que a imagem pública e social que o indivíduo ostenta no presente pode ser muito diferente daquela sustentada no passado. Algumas vezes, os relatos podem se apresentar sob a forma de uma fala racionalizada ou ensaiada, principalmente quando o processo de lembrança traz à tona visões de mundo, situações e comportamentos contraditórios em relação aos valores do presente (MONTENEGRO, 1993). Esta questão talvez se coloque como uma limitação para aqueles que buscam extrair da história oral uma versão “verdadeira” dos fatos. Entretanto, no caso desta pesquisa o teor verídico ou reelaborado dos fatos narrados não constitui em si qualquer limitação para o estudo, pois, como já enfatizado, o que aqui interessa é destilar o conjunto de enunciados e as posições de sujeito que os indivíduos buscaram ocupar ao se enunciarem. Assim, parto da premissa de que, mesmo que o indivíduo não tenha o intuito de mentir deliberadamente, sua memória é fundamentalmente parcial e interessada. Neste sentido, ressalta Bosi (1983, p. 16):

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. (...) A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor.

Na próxima seção, busquei estabelecer a distância entre as técnicas e as possibilidades aqui elencadas com a realidade vivenciada durante a fase empírica do estudo. Ou seja, procurei indicar as contribuições e os limites dos aportes aqui indicados durante a consolidação do *corpus* de pesquisa.

A Construção do *Corpus* e dos Eixos de Análise

Como desentranhar o discurso da orla do tempo? Como captar o sentido de algo como o poder? Sem essência, sem matéria, sem lugar...

O que gostaria de compartilhar nas próximas linhas é a forma como o *corpus* de análise foi construído, assinalando os percalços e as escolhas fundamentais que tiveram que ser tomadas durante o percurso. Penso que se apenas enumerasse os documentos levantados e os relatos colhidos estaria me esquivando da responsabilidade de descrever uma parte essencial do trabalho do investigador. Em outras palavras, as dificuldades vivenciadas e os desvios assumidos representam uma importante dimensão do trabalho aqui desenvolvido, pois, ao invés de atestarem a “neutralidade” deste estudo, acenam justamente para o papel central e ativo do pesquisador na produção das interpretações, na definição dos recortes e na geração de sentido para a investigação.

Evidentemente, o primeiro passo deste processo compreendeu a definição de qual seria a organização a ser estudada e a busca pela obtenção de seu aval para a realização da pesquisa. Tarefa difícil, por se tratar de uma pesquisa focada na problematização dos discursos e das práticas historicamente enraizadas na trajetória dos sujeitos, o que implicava identificar empresas antigas, fundadas preferencialmente há gerações. No início de 2013, o nome da Companhia Cedro & Cachoeira (CCC) foi pela primeira vez ventilado como uma alternativa para a pesquisa. Naquele momento, tinha apenas a noção de que se tratava de uma tradicional empresa familiar do setor têxtil. Ao iniciar o levantamento sobre sua história, foi uma grata surpresa tomar consciência da existência de uma empresa que há cerca de 140 anos vem sendo repassada, geração após geração, entre os descendentes da família fundadora. Empresa pioneira que atravessou mais de um século, trazendo em seu bojo uma trajetória mesclada à própria história da indústria têxtil brasileira e que marcou profundamente a realidade das localidades em que foi instalada.

Após o primeiro contato, realizado junto ao presidente do Conselho de Administração, foi possível agendar uma sequência de entrevistas com os atuais gestores, acionistas e membros do Conselho, que gentilmente me receberam no escritório central da companhia, localizado em Belo Horizonte. A primeira rodada de

entrevistas foi conduzida no mês de março de 2013, focando prioritariamente aspectos da história da empresa, da tradição familiar e das práticas organizacionais. As entrevistas foram conduzidas a partir de questões norteadoras abertas, o que permitiu aos entrevistados transitar livremente por outros assuntos correlatos. O Quadro 4 a seguir sintetiza a posição ocupada pelos sujeitos entrevistados e a existência, ou não, do vínculo familiar com a organização. Optei por identificar as posições ocupadas pelos indivíduos em detrimento de seus nomes. Tal opção é coerente com a perspectiva foucaultiana, uma vez que o foco de análise está orientado para as posições de sujeito, independente da identidade pessoal dos entrevistados. Em outras palavras, o que importa é acessar *o que falam e de onde falam*.

Quadro 4 – Perfil dos Entrevistados

	Posição de Sujeito	Vínculo	Duração
Entrevistado 1	Presidente do Conselho de Administração	Familiar	57 min.
Entrevistado 2	Presidente Executivo	Familiar	30 min.
Entrevistado 3	Diretor de RH e futuro CEO	Não familiar	1h e 33 min.
Entrevistado 4	Ex-presidente Executivo	Familiar	1h e 50 min.
Entrevistado 5	Diretor Financeiro	Familiar	32 min.
Entrevistada 6	Diretora do Comitê do Acordo de Acionistas	Familiar	1h e 41 min.
Entrevistada 7	Acionista	Familiar	1h e 32 min.
Entrevistado 8	Coordenador Administrativo	Familiar	1h e 23 min.

Fonte: elaborada pelo autor.

Durante seus relatos, os entrevistados resgataram diversos pontos importantes sobre a história da empresa, acompanhados pela constante evocação do orgulho e da tradição que a companhia representa para eles. Diversos aspectos organizacionais também foram elencados, calcados por um discurso que espelhava a grande familiaridade dos sujeitos com as práticas e com os termos em voga no *mainstream* da Administração. Além disso, também foi ressaltada a problemática presente na indústria têxtil brasileira, com ênfase nos principais desafios atualmente colocados para as empresas do setor, nos âmbitos nacional e internacional.

Foi possível acessar de forma privilegiada a discussão sobre o setor têxtil ao acompanhar a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, ocorrida na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no dia 9 de abril de 2013, a qual contou com a participação de diversos representantes do setor têxtil, incluindo o presidente executivo da Cia. Cedro & Cachoeira, que debateram sobre a importância de medidas protecionista para a indústria nacional.

No tocante à temática do poder, não foram incluídas nas entrevistas questões que remetiam diretamente a este termo. À primeira vista, pode soar um tanto estranho o desenrolar de uma pesquisa sobre a construção histórica das relações de poder e que justamente não se aproprie deste termo ao interpelar os sujeitos. Tal opção se deu por dois motivos: a questão do tabu e a questão do sentido. Primeiramente, é necessário considerar que o termo *poder*, em sua acepção comum, pode remeter os indivíduos simplesmente a aspectos hierárquicos da empresa ou, até mesmo, ao plano dos conflitos organizacionais, que eventualmente afloram no cotidiano de qualquer organização. Dessa forma, para alguns sujeitos a questão do poder pode representar um tabu, induzindo-os ao silenciamento caso sejam diretamente questionados sobre esta temática. O segundo motivo, igualmente relevante, diz respeito à forma como o poder é entendido neste trabalho. Ou seja, conforme já discutido em detalhes, não se busca aqui estudar a questão do poder em termos de hierarquia e autoridade formal ou exclusivamente pela ótica do conflito, mas sim lançar o olhar para o seu caráter *relacional* por meio dos jogos de verdade sustentados pelos enunciados dos sujeitos, analisando os *efeitos de poder* decorrentes de suas práticas discursivas. Reparem que, de uma forma ou de outra, se perguntássemos aos indivíduos “O que é o poder?” ou “Quem detém o poder?” enveredaríamos por uma trilha distante do foco deste estudo. Em suma, desde o início

se tratou do difícil exercício de espreitar o poder onde ele se oculta e se enraíza; isto é, nas estratégias, práticas e discursos dos sujeitos.

Retomando a discussão sobre a primeira rodada de entrevistas, é importante ressaltar que elas contribuíram para consolidar a convicção de que a Cia. Cedro representava um *locus* de análise privilegiado para esta pesquisa. Sua longa tradição, seu caráter familiar e a enorme representatividade que possui perante as comunidades em que historicamente se inseriu foram alguns dos aspectos que chamaram a atenção. De outro lado, esse primeiro conjunto de entrevistas também tornou evidente a dificuldade de se trabalhar com a temática “Poder”. Na fala dos entrevistados, a questão do poder acabou circunscrita à dinâmica gerencial da organização, abarcando pouco do cotidiano das fábricas, dos aspectos simbólicos ou das margens que se esperava suplantar. Considerando o perfil dos entrevistados – pertencentes à alta administração ou ao eixo patrimonial da companhia –, era de se supor que os aspectos gerenciais se manifestassem com mais ênfase em seu discurso. Outro ponto a considerar é que a longevidade da organização foi acompanhada do gradativo afastamento dos familiares do dia a dia da companhia, que passaram a ocupar o papel de acionistas ou membros do Conselho de Administração. Com exceção de alguns diretores e do presidente executivo, poucos familiares atualmente continuam inseridos diretamente na realidade das fábricas.

Ao serem perguntados sobre aspectos históricos da Cedro, alguns dos entrevistados sugeriram uma visita ao museu mantido pela companhia, onde seria possível encontrar documentos capazes de referenciar com mais propriedade detalhes históricos de sua trajetória. Após o devido agendamento da visita, em meados de abril, segui para conhecer o museu, com a expectativa de lá identificar alguns registros relevantes sobre a longa história da CCC. Ou seja, inicialmente, o acervo do museu foi percebido como um recurso heurístico para melhor fundamentar e enriquecer este estudo. Reconheço, nesse primeiro momento, que não fui capaz de suspeitar da imensa importância que o acervo do museu viria a assumir para a presente pesquisa.

Inaugurado em 1983, o Museu Têxtil Décio Mascarenhas, carrega o nome do antigo diretor responsável por sua criação e pela organização de seu acervo. Décio Magalhães Mascarenhas iniciou sua carreira na Cia. Cedro em 1954, como auxiliar de gerente geral, chegando a ocupar os cargos de diretor, em 1973, e de presidente do

Conselho de Administração, em 1977. O museu por ele idealizado localiza-se na cidade de Caetanópolis, a cerca de 100 quilômetros de Belo Horizonte. Está instalado no pátio da Fábrica do Cedro, ocupando o antigo casarão, onde funcionou o primeiro escritório da companhia, em 1872. Seu acervo conta com mais de mil peças, que resgatam a trajetória da primeira indústria têxtil fundada em Minas Gerais. O museu abriga em seu interior antigos teares, imensos maquinários, instrumentos industriais, amostras de tecidos e estampas, carros de bois, plantas das antigas fábricas, fotos e uma vasta base de documentos.

Figura 2 – Fachada e interior do Museu Têxtil Décio Mascarenhas



Fonte: www.cedro.ind.br/br/institucional/museu.asp.

Logo à primeira vista, o museu já impressiona pelo grau de conservação das peças e pela sensação de imersão que impõe de forma instantânea a qualquer pessoa que percorra seus diferentes salões dedicados à história da indústria têxtil. Durante minha primeira visita, fui gentilmente acompanhado por Elizabeth, uma das responsáveis pelo museu, que me apresentou, de forma detalhada, toda a história da companhia, indicando a quais fases correspondiam as principais peças da coleção do museu. Ao final da visita me deparei com um salão preenchido por inúmeras prateleiras que ostentavam antigos tomos de páginas amareladas e uma enorme sequência de caixas codificadas. Aqui me refiro a nada menos do que 140 anos de história, cristalizados em atas, relatórios, balanços, livros contábeis, manuais técnicos, borradores, contratos, recortes de jornais, cartões postais, escrituras, recibos, declarações, memorandos, inventários, folhas de pagamentos, controles de ponto, fichas de funcionários e inúmeras correspondências enviadas e recebidas pelos fundadores, gerentes, diretores, acionistas e operários. Algumas dessas cartas foram escritas há mais de um século e em sua caligrafia repousam os enunciados apropriados e reinvestidos por diversos sujeitos na trama de

suas relações. Ao deparar-me com todo este material, ficou claro que um novo caminho subitamente se abriu para a pesquisa. Indiscutivelmente, colocava-se diante de mim uma importante bifurcação que me interpelava sobre qual trilha seguir.

Do fundo das gavetas
de dentro de pastas
e envelopes
do fundo do silêncio encardido
em folhas de jornal
de um tempo ido
ali
regressa à luz
púido
o murmúrio inaudível
das vozes
no mofo impressas
mudas
ainda que plenas de retórica

É apenas
uma mínima parte
do incalculável arquivo morto
esta que reacende agora
à leitura do olhar
e em mim
ganha voz
por um momento

E penso em tantos falares
que abafados em pastas
e arquivos
esperam por um corpo
de homem
em que
de novo
se façam vivos.

(FERREIRA GULLAR, 2010).

A revelação do precioso arquivo do museu marca o momento de uma importante decisão tomada durante o campo. Não se tratava mais de encarar o museu apenas como uma alternativa para embasar os contornos históricos do *locus* deste estudo, mas da possibilidade de utilizar seus documentos para desentranhar os enunciados dos fundadores, dirigentes e operários lá sedimentados. Embora a possibilidade de se trabalhar com documentos tenha sido considerada desde o início da pesquisa, o deslocamento fundamental permitido pelo acervo do museu seria o de ampliar enormemente o horizonte dos sujeitos de pesquisa. Ou seja, a partir deste ponto, os enunciados presentes nas falas dos entrevistados não seriam os únicos a compor o

corpus de pesquisa, mas poderiam passar a coexistir com os enunciados dos fundadores, dirigentes e outros sujeitos que se projetavam da sombra empoeirada dos documentos. Assim, o museu seria trasladado das margens para o núcleo da investigação. Muito mais do que uma decisão de ordem racional, o que me impulsionou a incorporar os enunciados encontrados no museu foram o fascínio e a curiosidade que em mim despertaram. Afinal, o que seria de uma investigação sem a franca curiosidade do pesquisador? A cada pasta revirada, a cada carta decifrada, a cada livro consultado alterava-se a forma de visualizar o campo, extrapolando as fronteiras dos recortes iniciais idealizados. Havia, finalmente, alcançado o ponto de onde não se pode mais retornar...

Figura 3 – Parte do Acervo do Museu



Fonte: www.asminasgerais.com.br.

Pouco a pouco, o entusiasmo em caminhar de uma relativa escassez para uma quase infinidade de enunciados cedeu lugar à óbvia constatação de que o novo desafio seria organizar e estabelecer um percurso analítico diante de um universo de milhares de documentos. Problema inverso e de proporções respeitáveis. O acervo do museu encontra-se dividido em dois grandes conjuntos: o das caixas box e o das estantes de livros. O primeiro grupo é composto por 957 caixas, identificadas por letras e antecedidas por seus respectivos números. O seu conteúdo é recheado por uma quantidade variável de documentos, de dezenas a centenas, que se dividem por temas e/ou por datas. As caixas numeradas de 1A a 11A, por exemplo, preservam, em sua maioria, as correspondências recebidas pelos fundadores e pelos gerentes das fábricas

de 1872 até 1900, sendo identificadas pelos nomes dos respectivos dirigentes a quem se destinavam ou que as assinavam. Outra grande sequência de correspondências expedidas e recebidas se concentram nas caixas box numeradas de 12A a 137A, organizadas em função mais das datas do que dos sujeitos a quem elas se destinavam. A partir daí, a natureza dos documentos e determinados recortes temporais passam a definir o conteúdo de cada caixa. Existe um inventário do museu, que conta com uma sucinta descrição do conteúdo de cada caixa. Este catálogo foi de grande auxílio para a busca por determinados temas junto à infinidade de documentos conservados no museu.

O segundo conjunto de documentos é representado por uma diversidade de livros que registraram os mais variados aspectos da rotina organizacional. Dentre eles podem-se citar os livros borradores, livros diários, livros contábeis e os livros copiadores de cartas, nos quais estão reunidas as cartas que, quase diariamente, eram remetidas pelos gerentes da CCC. O catálogo de livros do museu indica a existência em seu acervo de 163 livros “Copiadores de Cartas”, divididos entre a Fábrica do Cedro, a Fábrica da Cachoeira e o Escritório Central. Também foram localizados livros pertencentes aos sócio-fundadores Antônio Cândido Mascarenhas, datado de 1869 a 1872, e a Francisco Mascarenhas, compreendendo o intervalo de 1878 a 1887. As cartas são organizadas em cada copiador por ordem cronológica, que variam, em média, de 400 a 450 páginas cada um.

Entre os meses de abril a setembro de 2013, realizei visitas periódicas ao museu, gradativamente, acumulando os registros que alimentariam a análise. Diante de um acervo desproporcional ao tempo que possuía, foi necessário estabelecer critérios norteadores para a busca dos enunciados. O guia principal, sem dúvidas, foi o inventário das caixas box que sintetizam em sua descrição, além do período histórico, o tipo de documento ou a natureza de seu conteúdo. Contudo, em alguns casos, a epítome presente no inventário não foi capaz de espelhar a grande diversidade de assuntos abarcados pelos documentos reunidos em uma mesma caixa.

Em relação aos critérios adotados, inicialmente, o foco recaiu sobre a fundação da companhia e a edificação de suas vilas operárias, com a expectativa de encontrar indícios de como as relações de poder foram estabelecidas entre os membros da família empresária e seus operários, a partir das últimas décadas do século XIX. Os enunciados referentes a esta época nos dão pistas não apenas da construção dos dispositivos

disciplinares no interior da fábrica, mas também dos valores e das práticas disseminados por meio de um seleto conjunto de instituições presentes no seio da vila operária. Foram identificados documentos importantes datados da época da fundação (décadas de 1870 e 1880) até a década de 1950, os quais foram essenciais para a análise dos enunciados e de seus efeitos de verdade. No tocante aos sujeitos, o foco da coleta foi direcionado para as cartas dos fundadores e gerentes, além de recortes de jornais das respectivas décadas. Um extenso conjunto de livros copiadores de cartas, matérias jornalísticas e documentos contidos nas caixas box foi examinado. O universo dos documentos consultados e sua especificação encontram-se listados na Descrição das Fontes Consultadas junto ao Acervo do Museu⁶, reproduzida no apêndice deste estudo (APÊNDICE A). Também foram utilizados recortes de jornais de época encontrados junto ao acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, que congrega uma vasta base de periódicos nacionais que remontam ao início do século XIX.

Outro conjunto de dados de importância fundamental é representado pelas diversas obras já publicadas sobre a Cia. Cedro & Cachoeira. Foram encontrados livros que, sob diferentes perspectivas, trataram da história da companhia e/ou da trajetória da família Mascarenhas. Dentre eles, destacam-se algumas obras escritas por familiares, como as de Alisson Mascarenhas Vaz (2005; 1990), Geraldo Magalhães Mascarenhas (1972), Nelson Lage Mascarenhas (1954) e Paulo Tamm (1940, 1960), cujo teor varia do acadêmico ao romanesco. Também é válido citar a obra de James Wells (1995). Este viajante inglês percorreu os sertões brasileiros no século XIX e em seu livro relatou as visitas que realizou à Fazenda São Sebastião e à Fábrica do Cedro, em meio a sua jornada pelo Brasil. Esse conjunto de livros foi importante por traçar a trajetória da companhia e de suas vilas operárias, além de evidenciar claramente a construção dos mitos e da aura heróica que reveste as figuras dos fundadores. As obras de Vaz (2005; 1990) trazem a transcrição de diversas cartas e documentos levantados pelo autor, sendo adotadas neste estudo também como fontes secundárias de informação.

Outro estudo de particular relevância foi o de Domingos Giroletti, de 1991, intitulado *Fábrica, Convento e Disciplina*. O livro é resultado de seu trabalho de doutorado, defendido em 1987, em que o autor estudou a formação do operariado nacional, tomando como referência os trabalhadores da Cia. Cedro & Cachoeira das

⁶ Durante a análise, todos os documentos colhidos no Museu Têxtil Décio Mascarenhas serão referenciados sob a alcunha “Acervo do Museu”.

últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX. O autor pesquisou com profundidade nos arquivos do Museu Têxtil Décio Mascarenhas, construindo uma sólida base documental. Utilizei-me da obra de Giroletti de forma recorrente, ora como fonte primária de informação, ora como uma genuína bússola, orientando a busca por documentos no Acervo do Museu. Isto é, a partir das referências citadas por Giroletti (1991) foi possível identificar diversos documentos elementares para este estudo em meio ao vasto Acervo do Museu. Contudo, alguns documentos não puderam ser encontrados desta maneira. Fui informado pelos responsáveis do Museu que, desde sua inauguração, ocorreram mudanças na catalogação e reajustes na disposição de diversas pastas e documentos, o que tornou inviável encontrar alguns dos documentos citados pelo autor simplesmente a partir das indicações presentes em sua obra. Dessa forma, sempre que necessário, o estudo de Giroletti (1991) também foi utilizado como fonte secundária de dados.

Outro estudo sobre a CCC que merece destaque é o de Junia de Souza Lima, *De Meninas Fiandeiras a Mulheres Operárias*. Este interessante trabalho é resultado da dissertação de mestrado da autora, defendido em 2009, que focou a análise sobre o processo de inserção e formação da mão de obra feminina na indústria têxtil de 1872 a 1930. Ao tomar consciência de seu estudo, realizei um contato com a autora, em agosto de 2013, com o intuito de compartilhar materiais e trocar impressões sobre a história da Cia. Cedro. No momento de meu contato, Junia dava continuidade a seus estudos sobre a CCC para sua pesquisa de doutorado. A pesquisadora, generosamente, compartilhou toda a sua base de dados, que se tornou uma preciosa fonte para este estudo. Ela havia reunido um formidável conjunto composto por centenas de cartas, dossiês de operários, relatórios, recortes de jornais e fotos, dentre outros documentos. Além de ampliar e enriquecer minha base de documentos, este episódio reforçou minha convicção sobre a importância da cooperação e da formação de redes entre os pesquisadores em torno de seus temas de pesquisa em comum. Sem dúvidas, esta possibilidade representa uma relevante via para a mútua consolidação dos trabalhos e para a criação de pontes de diálogo interdisciplinares.

Concomitantemente ao levantamento dos documentos no museu, iniciei a busca pelos relatos orais de operários aposentados, ex-gerentes e funcionários da Cia. Cedro. Também foi possível entrevistar o professor Alisson Mascarenhas Vaz, que contribuiu ao retomar diversos pontos importantes sobre a história da companhia, da família

empresária e da localidade. Entre maio e julho de 2013, foi possível recolher nove relatos orais, que, somados às primeiras entrevistas, constituíram um grupo de 17 sujeitos de pesquisa. Devido ao critério de confidencialidade assumido junto aos funcionários e operários aposentados foram adotados nomes fictícios, identificando-os juntamente com as suas posições de sujeito no Quadro 5, apresentado a seguir.

Quadro 5 – Relatos Oraís

	Posição de Sujeito	Vínculo	Duração
Entrevistado 09	Sr. Pedro - Operário Aposentado	Não familiar	1h e 26 min.
Entrevistado 10	Sr. Tarcísio - Gerente Aposentado	Familiar	1h e 12 min.
Entrevistado 11	Sra. Tereza - Operária Aposentada	Não familiar	1h e 19 min.
Entrevistado 12	Sr. Vinícius - Supervisor de Fábrica	Não familiar	1h e 10 min.
Entrevistado 13	Sra. Sebastiana - Operária Aposentada	Não familiar	35 min.
Entrevistado 14	Sr. Josué - Ex-operário	Não familiar	1h e 25 min.
Entrevistado 15	Sra. Rosa - Operária Aposentada	Não familiar	1h e 25 min.
Entrevistado 16	Sra. Clarice - Operária Aposentada	Não familiar	1h e 25 min.
Entrevistado 17	Alisson Mascarenhas Vaz - Professor e Pesquisador	Familiar	1h e 23 min.

Fonte: elaborado pelo autor.

O que diferenciou os relatos orais das entrevistas inicialmente realizadas foi o caráter biográfico do processo, que focou a trajetória de vida dos indivíduos, enfatizando, sempre que possível, a relação deles com a história da Cia. Cedro. Os relatos orais coletados junto aos operários aposentados se assemelham no tocante à importância central que a CCC assumiu na vida e na memória destes sujeitos. A partir de seus testemunhos, foi possível resgatar detalhes do cotidiano da fábrica e das transformações ocorridas na localidade, sendo visível a reverência que grande parte dos aposentados ainda demonstra em relação à companhia.

No decorrer do processo de “garimpagem” dos documentos referentes às primeiras décadas da companhia, atentei para uma passagem peculiar na infância dos fundadores da CCC: os estudos em regime de internato no Colégio do Caraça. Andrade (2000) aponta que este colégio, dirigido por padres da Congregação lazarista, representou um centro formador da elite de sua época, recebendo alunos provenientes de famílias abastadas, enviados para receberem uma formação humanista e religiosa. Presumindo a importância que tal formação poderia ter assumido na constituição dos sujeitos fundadores e na internalização de determinados discursos, julguei interessante visitar a Biblioteca do Caraça, onde repousam os vestígios do antigo colégio de padres. Em junho de 2013, realizei uma breve visita ao santuário do Caraça, em que foi possível identificar no acervo da Biblioteca do Caraça documentos sobre a rotina no internato, livros, fotos, regulamentos e listas dos antigos alunos, onde se encontram registrados os nomes dos fundadores.

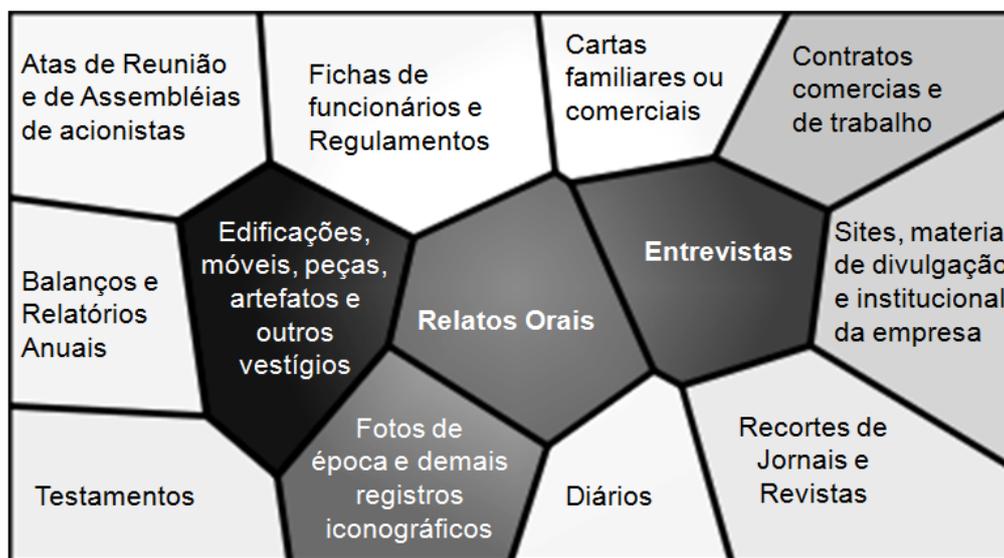
Após alguns meses vasculhando o Acervo do Museu e depois de ter coletado entrevistas, relatos orais e outros documentos por quatro cidades (Belo Horizonte, Caetanópolis, Sete Lagoas e Catas Altas⁷), havia obtido um expressivo volume de documentos sobre a fase de fundação e as primeiras décadas da história da CCC. A partir desse ponto, já seria possível analisar um extenso conjunto de enunciados ancorados nos dois extremos desta trajetória – considerando os discursos dos fundadores e os dos atuais dirigentes. Neste momento, os critérios de busca foram realinhados para a identificação de enunciados atrelados a diferentes momentos históricos, preferencialmente voltados para as épocas referenciadas nos relatos dos aposentados. O objetivo não era estruturar uma cronologia regular, capaz de encadear

⁷ Onde está localizado o Santuário do Caraça.

logicamente as diferentes fases da empresa, mas detectar, justamente na dispersão histórica dos fatos e dos discursos, acontecimentos singulares ou excepcionais que pudessem ter modificado ou ressignificado as relações de poder. Nesse sentido, ao reexaminar o inventário do museu deparei-me com o título “Emancipação do Cedro”, conferido a uma das caixas box (955D).

A ocasião da emancipação política da vila operária, sem dúvidas, representa um momento singular na história da localidade e, conseqüentemente, na trajetória da CCC. Restava agora saber se os documentos traziam alguma indicação sobre as possíveis perturbações ocorridas na trama das relações de poder naquela época. Ao vasculhar o conteúdo da caixa encontrei uma detalhada reunião de documentos e recortes de jornais que transbordava enunciados sobre essa peculiar e conturbada fase na história da localidade. Não tinha mais dúvidas de que dispunha de todo o material necessário para iniciar a análise. A Figura 4 enumera os principais materiais e documentos que constituíram o *corpus* desta pesquisa, formando um genuíno mosaico de fontes.

Figura 4 – Mosaico de Fontes constituintes do *Corpus* de Pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor.

Uma vez concluída a construção do *corpus* de pesquisa, era necessário estabelecer quais seriam os fios condutores da análise. Era importante não perder de vista a concepção adotada em relação à História. Isto é, considerar que a história não será apreendida em sua continuidade ideal e teleológica, mas a partir de sua

descontinuidade e dispersão, tratando os acontecimentos histórico-discursivos em sua singularidade e contingência. Como assevera Foucault (1992, p. 28):

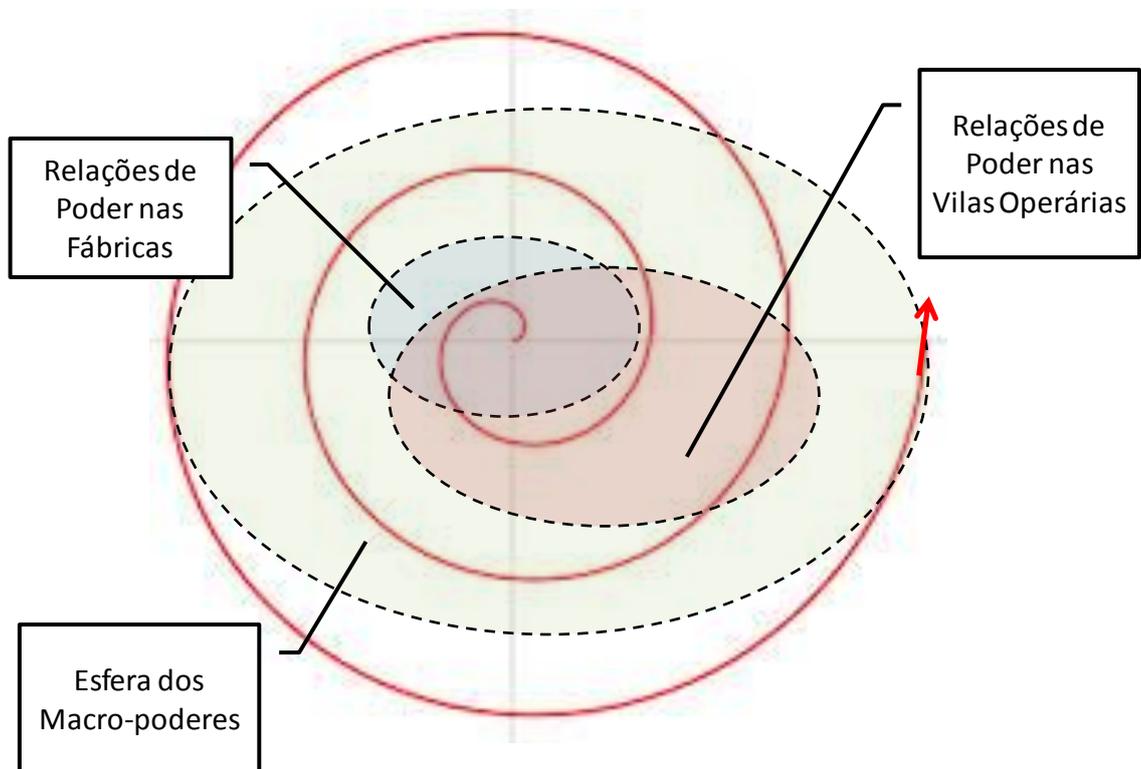
É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na área singular do acontecimento.

Neste sentido, a opção pela construção de eixos temáticos para guiar a análise indica, antes de mais nada, que foram suspensos quaisquer compromissos com a ordem cronológica. Em outras palavras, busquei trabalhar com a história de forma lacunar e fraturada, criando, apenas eventualmente, cadeias cronológicas, para tornar mais inteligíveis algumas passagens. Assim, evita-se o risco de estabelecer relações causais precipitadas ou levianas entre os enunciados e a história da companhia. Dessa forma, este trabalho não busca esgotar – o que seria impossível – a discussão sobre todos os enunciados presentes nessa longa trajetória e, menos ainda, sustentar uma versão derradeira ou “oficial” da história da Cia. Cedro. Afinal, conforme já discutido, a busca por uma história “evolutiva” e cronológica da companhia se adequaria melhor a outros posicionamentos epistemológicos, alguns tradicionais ao campo da História, que, provavelmente, seriam trabalhados a partir de séries inferiores a 140 anos.

A definição dos eixos temáticos constituiu outra questão fundamental, pois se fazia necessário enfrentar o colossal emaranhado de relações e enunciados que já ameaçava, previsivelmente, transbordar dessa miríade de documentos. A imensidão de desdobramentos poderia fazer com que a análise tendesse ao infinito, levando a uma tarefa sem fim. Dito isso, o problema girava em torno de demarcar quais seriam os eixos temáticos a serem percorridos durante a análise. No decorrer da fase de leitura e organização do material, ficou clara a possibilidade de trilhar um sem número de caminhos diferentes. Porém, também transpareceu nitidamente que os diferentes acontecimentos cristalizados no denso conjunto dos documentos permitiriam analisar as relações de poder em planos gradualmente mais dilatados. Ou seja, considerando diferentes momentos da história da CCC, o intento foi principiar pela análise das

relações de poder no interior das fábricas, passando pelas vilas operárias, até alcançar a esfera dos macropoderes, destacando as estratégias utilizadas pelos sujeitos para sustentarem seus enunciados nestas dimensões. Assim, foram consideradas as margens mais evidentes destas interpositividades num movimento em espiral, que, pouco a pouco, distanciou-se do chão de fábrica – levando em conta as inerentes lacunas e rupturas – até transpor outras margens e as margens destas. Evidentemente, não se trata de conceder primazia ou sustentar hierarquias entre os diferentes espaços imbricados na constituição destes sujeitos. Esta opção de recorte foi tomada na estreiteza de uma estratégia que busca contemplar significativas esferas que despontaram como determinantes para as relações de poder na trajetória da empresa estudada. Partindo destas clivagens (Fábrica, Vila Operária e Estado), a Figura 5, sintetiza o caminho projetado.

Figura 5 – Esboços para uma sondagem arqueológica



Fonte: desenvolvido pelo autor.

A análise das relações de poder no contexto das fábricas abrangeu a formação dos dispositivos disciplinares, os jogos de diferenças operados e os regimes de verdade implicados na constituição dos sujeitos operários. Por sua vez, no tocante às vilas operárias, a análise abarcou os enunciados dos dirigentes e dos representantes de diversas *instituições* que recaíram sobre os sujeitos, buscando inculcar novos hábitos e novas condutas. Na sequência, foram endereçadas as transformações nas relações de poder e o papel dos dirigentes diante do processo de emancipação da primeira vila operária da CCC, ocorrido na década de 1950. Por fim, a análise recaiu sobre os discursos sustentados pelos fundadores e atuais dirigentes no plano dos macropoderes, relacionando-os às estratégias almejadas para o setor têxtil. Micro, meso e macropoderes analisados a partir de diferentes recortes temporais, mas ancorados nos discursos cristalizados na trajetória de uma mesma companhia. É fundamental apontar que, independente do eixo considerado, a análise oscilou, sempre que necessário, dos enunciados dos dirigentes para a análise dos enunciados investidos por outras *instituições* ou legitimados por diferentes *saberes*. Esse movimento é essencial para abarcar o campo de coexistência dos enunciados, constituindo, conforme já discutido, um predicado inerente à analítica proposta.

Antes de partirmos para a análise em si, enveredaremos por uma sucinta introdução à trajetória da Companhia Cedro & Cachoeira, que neste primeiro momento será abordada a partir da saga sustentada em torno de seus intrépidos fundadores.

A Saga e o Mito Fundador

*[...] Tropa de todos os baques existentes
De longe tremendo
E rachando os batentes
Mutante até lá adiante
Pois a zoadá se escuta distante
Levando o baque do trovão
Sempre certo na contramão*

*Carrego pra onde vou
O peso do meu som
Lotando minha bagagem
O meu maracatu
Pesa uma tonelada de surdez
E pede passagem*

(Nação Zumbi)

Pouco a pouco, o ruído aumentava, resmungando aurora adentro e fazendo saltar da cama as retinas curiosas e desconfiadas daquela gente do sertão. Iniciou como um rumor distante. Depois, soou como a marcha de uma tropa semeando terremoto, compelindo os mais tementes a um destro sinal da cruz. Até que se viu tropejar manhã adentro a mais extraordinária caravana de que se tem notícia. Imensos carroções, cada um puxado por mais de vinte bois e precedidos por toda a sorte de homens, cansados e empoeirados, que sofregamente se apressavam em tornar viável a passagem do colossal comboio. No bojo dos imensos carros, pilhas de caixotes e indescritíveis estruturas convertiam, num passe de mágica, o temor em arrebatamento. Um misto de procissão e carnaval testemunhado pelos olhares boquiabertos daqueles que se perguntavam, entre a incredulidade e o espanto: “De que se trata?!”.

Já vão algumas dezenas de anos, quando, ainda criança, me acordava o chiar de imenso comboio de carros de boi atravessando, pela manhã, o pitoresco arraial de Santa Quitéria, hoje florescente Vila da Comarca de Belo horizonte, conduzindo maquinismo para a fábrica de tecidos do Cedro [...]. Parece-me ver agora a grande turma de sapadores de enxadas, alviões e pás aos ombros, antecedendo e atravessando o povoado para o conserto e levantamento de pontes nas estradas por onde deviam passar os pesados carros que enormes empecilhos encontravam de serraria até o termo de sua longa e penosa viagem. O estabelecimento de uma fábrica de tecidos no coração de Minas, numa época em que os meios de transportes eram mais do que rudimentares, seria empresa impraticável para espíritos timoratos e tacanhos, não para Bernardo Mascarenhas (Gazeta de Paraopeba, 20 de maio de 1923 – *Acervo do Museu*).

Figura 6 – Carro de bois levando maquinário para a Fábrica do Cedro – Séc. XIX



Fonte: Extraído de Vaz, 2005, p.136.

Imaginem, senhores, a tarefa assombrosa de transportar, em pleno ano de 1871, a marca de 50 toneladas pelos poeirentos caminhos de tropas, desde o final da Estrada de Ferro D. Pedro II, em Juiz de Fora, até os rincões da Fazenda da Ponte, atual Caetanópolis. Estamos falando no transporte por tração animal de mais de 520 caixas e imensos maquinários, percorrendo a distância de aproximadamente 540 quilômetros. Por quase dois meses, esse peculiar comboio avançou a duras penas sertão adentro, prenunciando que um acontecimento ímpar estava por abalar o pacato cotidiano daquelas paragens.

Caminhos tortuosos e apropriados somente ao uso de tropas ofereciam obstáculos a todo instante. A morosidade da marcha era de desesperar, obrigados a parar para acampar à noite e a suspender a marcha durante o dia para descanso dos homens e dos animais. Os problemas eram constantes: um eixo partido, uma roda quebrada por causa do peso excessivo da carga ou do choque com algum buraco do caminho, atrasava tudo. Aqui era um animal que caía e a substituição demandava tempo; ali era a falta da ponte ou a estreiteza do atalho que exigiam o trabalho de sapadores⁸ (MASCARENHAS, 1972, p. 60).

⁸ Sapador era o indivíduo ou o soldado que trabalhava com sapa, isto é, uma pá de pau ou forro com cabo, de levantar terra cavada, sendo essa denominação também usualmente utilizada em referência a um grande número de ferramentas de "sapa" tais como: pás, alvião, enxada, picareta e enxadão.

Mas qual é a origem dessa excêntrica caravana? Que convicção foi capaz de fazer brotar tamanho impropério? Quem seriam os responsáveis por essa combinação de coragem e insensatez? A resposta nos obriga a retroceder alguns anos, quando dois irmãos e jovens sócios decidiam sobre o futuro de sua até então profícua parceria. Seguindo o conselho do velho pai, já haviam acumulado capital negociando gado e, posteriormente, com o comércio de sal. Entretanto, este último começava a decair, devido a uma mudança na rota das tropas, que diminuiram seu movimento pela região, obrigando-os a refletirem sobre suas alternativas. Sem dúvidas, era chegada a hora de alçarem novos vôos.

Verificaram, então, que a sociedade tinha dado um lucro líquido de 108 contos, e convinha ser dissolvida, porque as tropas não estavam mais passando pela fazenda, rumo a Curvelo e Diamantina, preferindo agora os tropeiros ir pelo Saco dos Coxos – o que dificultaria muito as transações aos dois. E eles se puseram, então, a conversar sobre aquilo, lastimando a terminação do negócio, e, terminado o jantar, saíram passeando pelo terreiro da fazenda, e depois se sentaram na escadaria de pedra da Casa Grande, continuando a conversa. O sol lançava seus últimos raios sobre aquela bendita mansão, e apesar do adiantado da hora inda se ouvia, no porão do sobrado, o bater incessante e descompassado daqueles 12 teares de pau manejados pelas negras. [...]. A certa altura Caetano, dizendo a Bernardo que estava pensando em que é que havia de empregar seu dinheiro, lhe perguntou se ele já resolvera alguma coisa sobre sua parte. Poderiam arranjar outra sociedade para explorar qualquer outro ramo de negócio. O que é que Bernardo achava? E Bernardo respondeu apenas com essas grandes palavras: “Pois então façamos uma fábrica de tecer!” (TAMM, 1960, p. 60).

Difícil precisar a exatidão das palavras utilizadas pelos dois irmãos para selar seu destino naquela longínqua tarde já apartada de nosso tempo. O importante a ressaltar é que essa ideia, surgida lá pelos idos de 1865⁹, na mente de dois jovens de vinte e poucos anos realmente foi levada a cabo. Efetiva e exaustivamente, esse projeto audacioso foi perseguido. E, pouco a pouco, o que era vontade e palavra converteu-se na história de uma das mais tradicionais fábricas de tecido do Brasil. Entretanto, nada é tão simples. Antes da abertura da fábrica, os dois irmãos ainda tinham um longo caminho a percorrer. Já de início, despontava uma tarefa essencial: levantar o restante do capital necessário para a montagem do novo negócio.

⁹ Tamm (1960) referencia que a decisão pela abertura da fábrica ocorreu em 1865, quando Caetano tinha 23 anos de idade e Bernardo, apenas 20.

O primeiro a ser consultado sobre o novo projeto foi o velho pai, “Major” Mascarenhas, que, obstinadamente, rejeitou a ideia, considerando demasiada ousadia para dois jovens de tão pouca idade, chegando no auge de sua irritação a afirmar que “lavava suas mãos: o dinheiro era deles, e fizessem dele o que bem quisessem. Mas não contassem com seu auxílio para coisa nenhuma. [...] mas ficassem certos de uma coisa: ele nunca poria os pés na tal fábrica, em qualquer lugar em que ela fosse montada” (TAMM, 1960, p. 176-177). Afortunadamente, eles ainda contavam com a existência de nada menos que 11 irmãos. Era hora de consultá-los. Recusa após recusa, obtiveram o aval de seu irmão mais velho, Antônio Cândido, que aceitou integralizar o capital de 50 contos de que careciam. Bernardo havia idealizado a implantação da fiação em Juiz de Fora, onde já teria negociado a compra da cachoeira de Mariano Procópio. Tal recurso seria fundamental para alimentar uma grande roda d’água, capaz de proporcionar a força motriz necessária para mover as máquinas. Porém, o apoio de Antônio veio condicionado ao cumprimento da seguinte exigência: a fábrica deveria ser instalada nos arredores de Taboleiro Grande, próximo às cercanias da fazenda onde residia, mantendo sob seu atento olhar a peripécia dos jovens irmãos (TAMM, 1960).

Se pensarmos em termos de viabilidade econômica, a localização em Juiz de Fora, defendida por Bernardo, era a que apresentava condições de sucesso do empreendimento. Existia um mercado local em expansão, estava próxima do grande centro consumidor do País e havia facilidade de transporte para o escoamento da produção. A exigência de Antônio Cândido tinha, em princípio, todas as características de inviabilidade: falta de mercado consumidor local, afastamento do principal centro consumidor do País e péssimas condições de transporte. Mas foram exatamente estas condições que permitiram uma consolidação mais rápida do empreendimento. [...] Isolada no sertão, onde as condições de transporte eram as piores possíveis, sua produção não sofreu a concorrência do produto estrangeiro e muito menos das fábricas do Rio de Janeiro, o que certamente teria ocorrido caso fosse instalada em Juiz de Fora. Com isso, e por ser a primeira fábrica instalada em Minas Gerais, pôde criar um mercado próprio, que estava fortemente defendido da concorrência externa (VAZ, 1990, p. 48).

Acertada a questão financeira e também a nova localização para o empreendimento, Bernardo iniciou a busca por outro recurso essencial: o saber sobre a produção têxtil. Dedicou quase dois anos a visitar e a estudar as fábricas de Santo Aleixo, no Rio de Janeiro, e a de São Luís, em São Paulo. Tamm (1960, p. 180) salienta que durante esse período Bernardo

[...] levantava-se de madrugada, entrava em todas as seções com os primeiros operários que chegavam e trabalhava ao lado deles. Lidava por toda parte, desde o cômodo em que estava o descaroçador de algodão até a última seção de remessa dos fardos já encaixotados – e foi, assim, pouco a pouco, ficando conhecedor de tudo que se passa numa fábrica de tecidos.

Uma vez concluído seu levantamento nas fábricas de tecidos instaladas no Brasil, Bernardo dirigiu-se aos Estados Unidos da América, onde iniciou um novo ciclo de imersão nesse universo. Lá, realizou visitas às fábricas americanas, aprofundou seus estudos em Física e Mecânica e pesquisou cuidadosamente qual seria o maquinário ideal para levar ao Cedro. Após um ano e meio, retornou triunfante ao Brasil, ostentando o contrato de aquisição de 18 teares, assinado com a companhia Linger Hood & Co e datado de 27 de setembro de 1870 (TAMM, 1960; MASCARENHAS, 1972). Nessa época, os ventos raramente eram favoráveis aos irmãos Mascarenhas, de tal sorte que o prazo de entrega do maquinário, estabelecido em seis meses, sofreu atrasos que fez dobrar o tempo de espera. Assim, apenas em setembro de 1871 as 50 toneladas de máquinas adquiridas por Bernardo desembarcavam no porto do Rio de Janeiro (VAZ, 1990).

Aqui, retomamos nosso ponto de partida e reencontramos Bernardo vencendo, légua após légua, a aspereza dos sertões. Carregou por quase dois meses seu espírito e sua futura fábrica no lombo dos animais. Teimosamente cruzou as trilhas dos mascates, marcadas por terrenos acidentados e montanhosos, até, finalmente, despontar no Cedro. Enquanto isso, Caetano providenciava todas as instalações necessárias para o pleno funcionamento da fábrica, fazendo brotar em meio ao nada as sementes do inesperado surto industrial que estava por vir.

Elaborada a planta, logo puseram mãos à obra. Caetano cuidando das providências. A madeira, pela enorme quantidade necessária e qualidade, pois somente a aroeira do sertão era bastante resistente e incorruptível para assegurar a estabilidade e a durabilidade da construção, e pelas dimensões exigidas, teve de ser procurada em longas distâncias. [...] O ano de 1871 foi todo dedicado à construção do edifício da fábrica e de residências para o pessoal, desde a do gerente até a do mais simples operário, pois ali nenhuma casa existia além da sede da Fazenda da Ponte (MASCARENHAS, 1972, p. 58-59).

A fábrica já estava de pé. O maquinário finalmente fora das caixas. Tudo indicava que o delírio industrial dos irmãos Mascarenhas estava prestes a ser posto em marcha. E agora, o que faltava? Apenas a chegada do técnico estrangeiro, responsável pela montagem dos equipamentos... Qual não teria sido a decepção de todos ao descobrir que este se recusara a seguir viagem no lombo de um burro, retornando ao seu país de origem logo após chegar ao Brasil? Tamm (1960, p. 182) ironiza assim essa passagem:

Uma tarde estavam todos sentados, como de costume, ao redor dos maquinismos, na cobertura que Caetano fizera para protegê-los, quando surgiu a figura do camarada, que voltava sozinho, ao passo tardo da besta, puxando as rédeas de uma outra... Ninguém compreendia aquilo. Onde é que estava o inglês que Mané Côco fôra buscar? E porque é que ele, que partira tão alegre, voltava assim com aquela cara tão chupada e tão triste? – É que o tal maquinista inglês, depois de ter atravessado o Atlântico e de ter vindo desde Londres até Juiz de Fora – preferira voltar para a Inglaterra só para não montar naquela besta que o camarada lhe apresentava e nela vir até o Cedro... Que decepção para todos! E que raiva Caetano e Bernardo tiveram daquele “bife” idiota que vinha atrasar a montagem das máquinas com aquela sua estupidez de não querer montar no burro! Pois ficasse ele sabendo – dizia Caetano, dono do animal – ficasse sabendo que aquele era o melhor burro que havia em todo o sertão!

A verdadeira odisseia tupiniquim dos irmãos Mascarenhas parecia não ter fim. Mesmo após Caetano anunciar a vaga de maquinista no *Jornal do Comércio* nenhum candidato se apresentou (TAMM, 1960). Somente em fevereiro de 1872, após a chegada de dois técnicos trazidos diretamente de Nova York, é que as máquinas foram devidamente instaladas e, pela primeira vez, foi ouvido no sertão mineiro o compasso ritmado dos teares trazidos por Bernardo. O calendário marcava dia 12 de agosto de 1872 quando, finalmente, foi inaugurada a Fábrica de Tecidos do Cedro, cuja sociedade havia sido registrada sob a razão: Mascarenhas & Irmãos (VAZ, 1990).

Figura 7 – Os Fundadores da CCC: Bernardo, Caetano e Antônio Mascarenhas



Fonte: *Acervo do Museu*.

Uma tarde, nessa ocasião, estava o velho Mascarenhas na varanda da fazenda quando um camarada, apeando da besta, lhe entregou um embrulho mandado por Bernardo e Caetano. E ao abri-lo dele caiu uma carta daqueles filhos dizendo-lhe que, “aquilo que lhe mandavam de presente era o primeiro pedaço de pano tecido na Fábrica do Cedro. Que ele o recebesse, pois, com o mesmo entusiasmo com que eles o tinham fabricado.” [...] Na madrugada seguinte, muito cedo, o Major mandou “Picapau” arrear a besta de estimação e partiu com ele para o Cedro a fim de abraçar os dois filhos, e lhes testemunhar nesse abraço todo seu orgulho pela obra que tinham realizado contra sua vontade. E nem queria se lembrar mais daquela sua irritada declaração de que “nunca lá poria os pés...”. Caetano e Bernardo o receberam radiantes, e lhe mostraram logo, em pleno funcionamento, as máquinas que Bernardo tinha comprado. – E ao ver tudo trabalhando tão compassadamente, e ao ouvir o barulho do maquinismo, e a ordem em que todos os empregados trabalhavam, e o batido regular dos teares – então é que o velho Mascarenhas não se conteve mais: trêmulo de emoção, e com os olhos úmidos abraçou aqueles dois filhos, e lhes disse, engasgado, com um nó na garganta: - “Vocês me venceram, meus rapazes!” (TAMM, 1960, p. 103-104).

O início das operações da fábrica veio acompanhado de resultados expressivos, sinalizando que a desmedida empreitada valera todo o esforço. Mascarenhas (1972) indica que, ao finalizar o ano de 1872, a fábrica já havia sido capaz de colher uma tímida parcela de lucro e, que, a partir do ano seguinte, já passara a trabalhar a máxima capacidade. Além disso, em apenas três anos de funcionamento os sócios teriam sido capazes de recuperar todo o seu investimento. Diante dos progressos testemunhados, alguns irmãos se interessaram pelo negócio e, capitaneados por Pacífico Mascarenhas, apresentaram a proposta de ingressar na sociedade. Entretanto, nessa altura, Bernardo, Caetano e Antônio não estavam mais interessados em angariar novos sócios. Diante da

recusa, Pacífico decidiu que montaria, em sociedade com os irmãos Victor e Francisco e com seu cunhado Luiz Augusto Barbosa, de forma independente, uma nova fábrica de tecidos, em Curvelo. Em 29 de outubro de 1873, surgiu uma nova sociedade no sertão: a “Mascarenhas Irmãos & Barbosa” (MASCARENHAS, 1972).

Embora [Antônio, Bernardo e Caetano] recusassem a entrada de novos sócios, sugeriram que fundassem uma outra fábrica, para a qual dariam todo o apoio, principalmente através da experiência que já haviam adquirido, sendo que Bernardo se prontificou a elaborar todos os estudos referentes à instalação, desde o projeto do prédio até a escolha e montagem das máquinas. Aceita a ideia, trataram de escolher o local para o estabelecimento da fábrica, bem como constituírem a firma que a exploraria. O local escolhido, em terras da fazenda da Cachoeira, de propriedade de Luiz Augusto, encontrava-se a nove quilômetros de Curvelo, possuía excelente queda d’água e estava localizada no centro de uma zona produtora de algodão (VAZ, 1990, p. 71).

A fim de honrar os compromissos assumidos com os irmãos, Bernardo partiu novamente para o exterior, no início de 1874, em busca dos maquinários para a Fábrica da Cachoeira. Dessa vez, Bernardo iniciou sua trajetória por uma temporada em Paris, e logo após, seguiu para a Inglaterra, lá permanecendo por cerca de oito meses, para, em seguida, visitar as fábricas dos Estados Unidos. Em carta datada de 13 de abril de 1874, reproduzida por Tamm (1960, p. 193-194), Bernardo escreveu de Manchester para seus irmãos dizendo:

Aqui estou há oito dias, vindo de Londres, de onde vos escrevi. Tenho visitado as principais fábricas de máquinas da Inglaterra, entre as quais a de Platt Brothers & Co. é a mais notável. Emprega 7.000 homens em suas oficinas, e suas máquinas são as que gozam de melhor reputação. Com efeito, nada deixam a desejar. [...] Qualquer dia seguirei para Nova York para observar as americanas, e conforme sua qualidade penso que voltarei a Manchester se assim convier para comprar as inglesas que são excelentes. Não tenho mais razão de ter aquele receio que lá tinha sobre máquinas inglesas, pois as vi trabalhando admiravelmente em S. Paulo e em Macacos. [...] Não se encontram nunca máquinas prontas, de sorte que tenho de esperar, ou fazer encomenda, se não receber ordem em contrário, apesar de aumentarem bastante minhas despesas – tal é a vontade de sair-me bem desse negócio. Logo que fizer a encomenda enviarei a planta da casa, o que é impossível fazer-se já sem saber da qualidade e da quantidade das máquinas.

Após retornar ao Brasil, Bernardo acompanhou, passo a passo, a construção da fábrica de Cachoeira, sendo o ano de 1877 “todo dedicado ao ajustamento da maquinaria, recrutamento e seleção do pessoal e à organização do trabalho, tanto da

fábrica como do escritório. Estava, assim, criada a segunda fábrica de tecidos da família Mascarenhas” (VAZ, 1990, p. 75). Na visão de Vaz (1990), as visitas de Bernardo às grandes indústrias têxteis do exterior – como a *Platt Brothers*, citada no trecho acima – teriam operado uma transformação em sua forma de visualizar o negócio, passando a enxergar como uma opção interessante a possibilidade de unificar as duas fábricas. Entretanto, ao compartilhar essa ideia com os irmãos, encontrou fortes resistências de ambos os lados. Embora os motivos para tal resistência não tenham ficado muito claros, Vaz (1990) trabalha com a hipótese de que a má situação econômica encarada pela fábrica do Cedro na época seria um dos principais empecilhos. De fato, de 1875 a 1877 a empresa enfrentou um período marcado por uma grave crise econômica mundial, com reflexos negativos para a economia brasileira, acarretando a retração do meio circulante e uma crise de mercado (VAZ, 1990). Além disso, em 1877 ocorreu uma ruptura no açude que era responsável por providenciar toda a força motriz da fábrica do Cedro, gerando grandes dificuldades de morosa solução. Assim, por mais de cinco anos a proposta de fusão de Bernardo permaneceu no esquecimento.

Cerca de dez anos após a fundação da fábrica do Cedro, o cenário daquelas paragens, pouco a pouco, havia sido alterado. No lugar daquela paisagem bucólica, nos arredores da chamada “Fazenda da Ponte” já se via desenhar os primeiros traços de um florescente povoado, fruto da fundação da Vila Operária. Paralelamente, em toda província de Minas Gerais novas fábricas de tecido passaram a ser construídas, tornando a disputa pelo mercado regional cada vez mais acirrada (VAZ, 1990). A partir de 1881, diante desse panorama de crescente concorrência, os irmãos Mascarenhas passam a perceber a questão da fusão como um assunto cada vez mais promissor. Era chegada a hora de unir forças para manter a vantagem sobre os concorrentes. Gradativamente, as negociações avançaram, lançando as bases para a efetiva fusão das duas fábricas (MASCARENHAS, 1972). Tamm (1960, p. 196-197) reproduz uma carta, datada de 24 de janeiro de 1883, de autoria de Bernardo, enviada aos irmãos da fábrica de Cachoeira, revisando e apresentando algumas propostas para a fusão das companhias:

Desejando prestar um pequeno serviço para a organização da nossa Companhia, remeto-vos um projeto de estatutos para esclarecer mais a discussão dos estatutos definitivos que tem de ser aprovados pela assembleia geral. No projeto que organizei ampliei mais as vistas, estabelecendo um capital respeitável, deixando campo para novos empreendimentos, se a Companhia os quiser para o futuro realizar; o mecanismo administrativo está bem colocado ao alcance da compreensão de qualquer acionista, e as

atribuições de cada um estão bem explícitas. Tratei também do fundo de reserva, que omitiram no projeto que de lá veio. Ora, um bom fundo de reserva é a garantia de uma Companhia bem organizada, e é o que dá crédito e firmeza às suas ações. Por isso não me descuidei dele. Denominei a Companhia – “Cedro e Cachoeira” – de preferência ao nome que de lá veio – “União Industrial” –; já as nossas firmas muito conhecidas e acreditadas em toda a Província desaparecem perante a organização da nova sociedade. Acho, pois, justo se conservem os nomes das duas fábricas que fundamos e que são também muito conhecidas. Espero que a semente que lancei há 8 anos dará os frutos que sonhei em 1874, quando extasiava-me diante dos altaneiros estabelecimentos manejados por poderosas companhias inglesas. Se as minhas ideias fossem postas em prática quando iniciei a idéia da fusão, que encontrou alguma indiferença e obstáculos próprios daqueles tempos – “outro galo nos cantava” – já estaríamos 4 ou 6 anos adiante. Contudo, a árvore plantada não morreu e brevemente espero ver-lhe os abençoados frutos.

Finalmente, em abril de 1883, estava criada a nova Sociedade Anônima, fruto da fusão das duas companhias dos irmãos Mascarenhas, a “Companhia de Fiação e Tecidos Cedro & Cachoeira”, cujo estatuto foi votado no dia 4 de abril e publicado no dia 25 do mesmo mês no *Diário Oficial*. Vaz (1990) salienta que, a julgar pelo curto intervalo de três meses que separa a constituição da Cia. Cedro da publicação do decreto¹⁰ que regulamentou o funcionamento das sociedades anônimas no Brasil, é presumível que a Companhia Cedro & Cachoeira seja a primeira sociedade anônima de capital privado brasileira.

Figura 8 – Companhia Cedro e Cachoeira



Fonte: Extraído de Vaz (2005, p. 235).

¹⁰ Decreto 8.821, de 30 de dezembro de 1882.

Desde a sua fundação a Cia. Cedro & Cachoeira atravessou mais de 140 anos, mesclando sua trajetória a diversos marcos históricos de nosso país, como a abolição da escravatura, a proclamação da República e os diferentes ciclos econômicos que se sucederam desde então, marcados por crises, turbulências e períodos de expansão. O fato é que a empresa perdura até os dias atuais, cujos dirigentes, geração após geração, foram confrontados com as respectivas contingências de seu tempo, seja pelas mudanças econômicas, pela necessidade de modernização das fábricas, ou mesmo, pelo presente desafio imposto pela entrada dos produtos chineses. Atualmente, a Cia. Cedro possui uma capacidade de produção de 168 milhões de metros quadrados de tecidos por ano e emprega cerca de 3.000 funcionários, distribuídos entre as suas diferentes fábricas¹¹, escritório central e centrais de distribuição.

A sucinta introdução à saga dos irmãos Mascarenhas ora apresentada permite evidenciar a orbe de fatos e de discursos que cercam a fundação da Cia. Cedro, alicerce fundamental de nosso *locus* de análise. Além disso, foi possível resgatar algumas das célebres façanhas atribuídas às figuras dos fundadores, que já sinalizam como suas *posições de sujeito* historicamente se deslocaram de jovens visionários para lendários “capitães da indústria”.

As obras referenciadas nesta seção foram escritas por familiares pertencentes a diferentes gerações, que se debruçaram sobre a história da família e da companhia de tecidos Cedro & Cachoeira. Dentre elas, a mais antiga é a de Paulo Tamm, originalmente escrita em 1940, com o título “A Família Mascarenhas e a Indústria Têxtil em Minas”. Sua segunda edição foi publicada em 1960, sob o título: “Uma Dinastia de Tecelões”¹², relatando de forma visivelmente romanceada a epopeia vivida pelos primeiros descendentes da família Mascarenhas no Brasil. Tamm (1940, 1960) narra desde a chegada do bisavô dos fundadores da companhia Cedro, que teria desembarcado de Portugal ainda no final do século XVIII, até os feitos das gerações seguintes, evidenciando nesse percurso o drama da construção das primeiras fábricas de

¹¹ As quatro fábricas pertencentes à Companhia estão localizadas nas cidades de Caetanópolis (Fábrica do Cedro); Sete Lagoas (Fábrica Geraldo Magalhães Mascarenhas) e; Pirapora (Fábrica Victor Mascarenhas e Fábrica Caetano Mascarenhas).

¹² Exemplares originais das duas obras podem ser encontrados na “Coleção Mineiriana”, pertencente ao acervo da Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.

tecido no interior do sertão. A obra segue em tom de homenagem aos fundadores e demais familiares que deram continuidade ao legado de Antônio, Bernardo e Caetano. Por sua vez, o livro de Geraldo Magalhães Mascarenhas, publicado em decorrência da comemoração do centenário da empresa, em 1972, busca recontar especificamente a história da companhia Cedro & Cachoeira, recorrendo à obra de Tamm, dentre outras, e também a um vasto conjunto de atas, cartas, balanços e relatórios acumulados no acervo da companhia. Em ambas as obras transparecem o respeito e a reverência à memória dos fundadores e de seus descendentes, acompanhados de um natural silenciamento sobre os eventuais conflitos que porventura estiveram presentes em tão longa trajetória. Sobre o teor da obra de Tamm, Vaz (2005, p. 80) ressalta:

A obra de Paulo Tamm – Uma dinastia de tecelões – tem o mérito de ter dado início aos estudos sobre as fábricas de tecidos criadas pelos Mascarenhas na segunda metade do século XIX, no sertão da Província de Minas Gerais, e de despertar o interesse sobre a genealogia da família, embora tenha sedimentado versões de fatos que hoje sabemos serem fruto de sua fértil imaginação. Os autores que depois dele estudaram a Cia. Cedro e Cachoeira, ou mesmo aspectos dela, acabaram por incorporar em suas obras as mesmas versões apresentadas por ele, ou por falta de tempo para vasculhar os preciosos arquivos da empresa ou por acreditar que ele o tivesse feito, fazendo de sua obra uma fonte confiável. Eu próprio [...] utilizei-me fartamente dela, embora ressaltando seu pouco rigor científico.

No tocante ao teor romanesco, é necessário fazer uma ressalva ao trabalho de Alisson Mascarenhas Vaz (1990), intitulado “Cia. Cedro e Cachoeira: história de uma empresa familiar – 1883-1987”, que é resultado da atualização de sua tese de doutorado em História, a qual versou justamente sobre a trajetória da companhia Cedro, buscando destacar o desdobramento histórico de seus aspectos econômicos, financeiros e sociais. Nesse sentido, embora o autor reconheça a utilização de dados oriundos da obra de Tamm (1960), seu texto prima pela escrita acadêmica, situando-se no campo do *saber* da História e conferindo maior peso ao papel dos documentos. Assim, enquanto Vaz (1990) busca apoiar-se prioritariamente na lógica dos documentos para recontar a história da companhia, os outros dois trabalhos (Tamm, 1960; Mascarenhas, 1972) transitam mais livremente entre o histórico e o anedótico, recorrendo tanto a documentos conservados ao longo do tempo quanto, aparentemente, à memória e aos “causos” de família repassados de geração para geração.

Diante da natureza da base histórica utilizada nesta primeira seção, cabe refletirmos sobre a seguinte questão: O teor da narrativa desenvolvida, que pendulou entre o documentado e o romanceado, não constituiria uma fraqueza no tocante à autenticidade histórica de tais acontecimentos?

Ora, não podemos perder de vista que no presente estudo o “verdadeiro” não é balizado pelo grau de legitimidade dos documentos, mas pelos efeitos de verdade que tais discursos ensejam. Em outras palavras, ao invés de nos perguntarmos: “Até que ponto tal narrativa corresponde à exatidão histórica dos fatos?”, devemos nos questionar “Quais foram os efeitos de verdade irradiados pela construção discursiva que se fez em torno da figura desses fundadores?”.

Partindo do segundo questionamento, é possível evidenciar que as três obras reforçam o papel heroico protagonizado pelos fundadores, fazendo com que suas figuras se revistam de discursos de verdade sobre o valor do trabalho e do esforço que recaíram sobre seus descendentes, como também sobre todos aqueles vinculados às fábricas e às suas comunidades. Nesse sentido, tomando como base a obra de Tamm (1960), é possível estabelecer um paralelo com as estruturas comumente utilizadas na construção de contos e fábulas¹³. Ou seja, de forma similar a um conto literário, é possível isolar na obra de Tamm (1960) um percurso em que os protagonistas são colocados diante de um problema, assumem um desafio, lutam bravamente por sua consecução, obtêm sucesso e alcançam seu reconciliador final feliz.

É fundamental apontar que a elevação dos fundadores a personagens míticos se deu ao longo de décadas, por meio de um processo difuso, em que um sem-número de discursos foram construídos, retroalimentando a imagem até hoje cultuada nos âmbitos da empresa e da família. Assim, nenhuma das obras aqui citadas é percebida isoladamente como a *origem* de tal construção, mas apenas como mais um fragmento no nexo de relações e enunciados que marcam sua gênese.

A fim de atestar a força que cerca a imagem dos fundadores, destacam-se os trechos a seguir, que, em diferentes épocas, ocuparam-se em manter avivado o exemplo e a memória desses personagens históricos, reativando e/ou recriando seus efeitos de

¹³ Uma discussão mais aprofundada de tais estruturas pode ser encontrada no estudo de Wood Jr. e Paes de Paula (2002), em que analisam a construção das “histórias de sucesso” propagadas pela literatura “*pop management*” tomando como base as estruturas dos contos de fadas.

verdade sob diferentes matizes. Foram encontradas inúmeras matérias de jornais rendendo homenagens aos fundadores, recontando a saga da fundação e, dessa forma, reforçando a aura heróica dos mesmos.

Figura 9 – Vida e Obra de Bernardo Mascarenhas no Diário Mercantil



Fonte: Diário Mercantil, 11/05/1947, ano 36, nº 10370 – Acervo do Museu.

O primeiro trecho reproduzido a seguir é uma crítica literária publicada no *Jornal Minas Gerais* sobre a obra de Paulo Tamm. Seu autor realiza a fusão entre a figura dos fundadores e o que seriam as “virtudes mineiras”. Esse discurso busca construir uma identidade cultural idealizada nos atributos e nos exemplos desses personagens, oferecendo um *modelo moral* que deveria ser seguido pelos “verdadeiros” cidadãos mineiros.

“A Família Mascarenhas e a Indústria Têxtil em Minas” não é uma simples história da montagem de teares em humildes arraiais do Brasil. É a história de grandes mineiros transmitindo a outros, através dos anos, o exemplo de vidas perfeitas, dignas de imitação. [...] E o livro não é, como se verifica pela leitura das primeiras páginas, de interesse restrito, mas livro que bem pode ser considerado dos mineiros, por ser a história de homens bem intencionados, abnegados e simples, que serviram a seu país na indústria e na política, deixando-nos admiráveis exemplos de inteligência, modéstia, honradez e perseverança, que são virtudes mineiras (Jair Silva – *Jornal Minas Gerais* – 14/04/1940, citado por Tamm, 1960, p. 12).

Nos próximos trechos, a extraordinária jornada dos irmãos Mascarenhas é retomada, enfatizando, a um só tempo, o heroico e o simbólico e amarrando novamente a questão do progresso e do valor do trabalho. A alcunha do “ABC da indústria têxtil” é construída a partir das iniciais dos fundadores e somada à curiosa invenção dos “mosqueteiros tupiniquins”, que se unem para trazer o desenvolvimento e a riqueza para o sertão.

Resolveram em 1870 montar uma fábrica de tecidos. Os dartagnans eram Antônio Cândido, Bernardo e Caetano Mascarenhas, cognominados o ABC da Indústria Têxtil de Minas. [...] Inaugurada a fábrica do Cedro em 12 de Agosto de 1872, distante 120 léguas do Rio de Janeiro – e tendo em vista os bons resultados alcançados, outros filhos de Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas [...] associaram-se e fundaram a fábrica de Cachoeira, numa fazenda próxima de Curvelo. Um por todos e todos por um, sacramentaram, no cruzamento das benditas esgrimas de Alexandre Dumas, sacrário do trabalho racional – o brado Mosqueteiro repercutiu no então solitário Vale do Paraopeba (Jornal Cidades, 12/03/1995 – *Acervo do Museu*).

Um século nos separa da lendária aventura daquele ardoroso moço mineiro – Bernardo Mascarenhas que varou os sertões de Minas carregando tóda a pesada maquinaria de uma fábrica de tecidos nos lombos de centenas de burros que formavam a mais fantástica procissão do progresso e do pioneirismo audaz sob os céus das Américas (Jornal Estado de Minas, 26/05/1960 – *Acervo do Museu*).

Nos excertos a seguir transparece o discurso dirigido às próximas gerações, familiares ou não, que deveriam assumir a responsabilidade de dar continuidade ao exemplo desses homens, mantendo o desenvolvimento de Minas Gerais à altura do restante do País. No último trecho, a questão do orgulho é ressaltada em referência ao papel dos fundadores, sem perder de vista o lastro dos valores mineiros, reafirmando a importância desses personagens para a família e, também, para Minas Gerais.

Aqueles que no presente tem a responsabilidade de preparar o futuro não podem esquecer os ensinamentos do passado: Esta verdade se aplica a todas as atividades do homem. Assim, a ação foi criadora desta empresa que no dia de hoje completa um século deve ser por justiça ressaltada, cuja lição, deve servir de exemplo aos que hoje se esforçam para que Minas siga o Brasil no seu ritmo de desenvolvimento (Rondon Pacheco, 12/08/1972 – *Acervo do Museu*).

Orgulhamo-nos, em especial, da nossa origem e do sentido de pertencimento a um tronco familiar mineiro, do qual emergiram três irmãos fundadores – Antônio Cândido, Bernardo Mascarenhas e Caetano Mascarenhas – que tiveram a ousadia e a competência para tornar realidade o sonho de empreender, com capital privado, de origem agrária, a primeira indústria brasileira a fabricar, em escala, produtos têxteis a partir de pequenas cidades

de nosso interior da Minas mais profunda (Discurso do Presidente do Conselho de Administração, durante o evento de comemoração dos 140 anos da Cia. Cedro, 2012).

Também é válido apontar que, além de sustentarem o mito da saga dos heróis fundadores, os discursos e os regimes de verdade que cercam a trajetória da empresa foram capazes de imbuir uma aura de santidade junto à figura histórica de alguns membros da família empresária, que se tornaram símbolos de devoção para pessoas da comunidade e familiares, como atestam os relatos a seguir.

Então aqui a Policena Mascarenhas Barbosa era conhecida pelo espírito caridoso, pela assistência que sempre deu aos pobres e necessitados na cidade de Curvelo [...]. Ao falecer, surgiram diversas famílias que sustentava em segredo. Após sua morte, muitas pessoas a ela têm recorrido e obtido muitas graças, acima de tudo sobre a localização de objetos perdidos. Vários são falados que alcançaram o que pediram, e atribuem à intercessão de Policena Barbosa a obtenção desses favores. A devoção de Policena Mascarenhas cresce a cada dia. Seu túmulo é constantemente visitado e sempre é coberto de flores e rosas por alguém que vem agradecer uma graça alcançada, sabe? Então, é diferente, eu mesmo rezei várias vezes, e muitas vezes eu encontrei. Outras coisas eu não encontrei não (Entrevistado 8 – Coordenador Administrativo).

A Policena, na hora que perde alguma coisa, aí você reza que você acha. Todo mundo reza pra ela e, aqui na empresa, a gente acha que ela encontra rumos também. Quando está tudo perdido, reza pra Policena que vai mostrar rumo, mostrar direção. Então, é toda uma cultura que empurra, que a gente... Tem gente que não acredita que empresa possa ter essas coisas, mas eu acho que aqui essas coisas ajudam (Entrevistada 6 – Diretora do Comitê do Acordo de Acionistas).

Enfim, é diante desse panorama, que mescla lenda e história, discursos e valores, homens e heróis, que partirei para a análise dos enunciados, colhidos em diferentes acontecimentos históricos, a partir de múltiplos discursos, difusamente espalhados em mais de 140 anos de história.

Chão de Fábrica, Corpos e Disciplina

“La iglesia dice: El cuerpo es una culpa.
La ciencia dice: El cuerpo es una máquina.
La publicidad dice: El cuerpo es un negocio.
El cuerpo dice: Yo soy una fiesta”.

Eduardo Galeano, 2006.

A Fábrica do Cedro, como vimos, foi construída no perímetro da Fazenda da Ponte, em plena zona rural, léguas distante do povoado mais próximo. Diante desse isolamento, os fundadores foram compelidos a edificar uma vila operária, providenciando as casas e todos os serviços básicos necessários à fixação dos operários no entorno da fábrica. Weid e Bastos (1986) salientam que a construção de vilas operárias era uma realidade verificada em diversas indústrias têxteis surgidas no Brasil no final do século XIX. As autoras ainda ressaltam que “tal modelo correspondia à estratégia desenvolvida pelo empresariado têxtil de então visando garantir uma mão de obra fixa, hábil e sob seu controle, numa época em que ainda não se havia formado um exército industrial de reserva” (WEID e BASTOS, 1986, p. 158).

Figura 10 – Trecho da Vila Operária da Fábrica de Cachoeira



Fonte: *Acervo do Museu*, S/D.

Uma vez contornado o problema estrutural, outra importante necessidade se colocava: a questão do recrutamento, tarefa especialmente ingrata no contexto dos sertões de Minas no final do século XIX. O motivo? Tal mão de obra simplesmente não

existia. No lugar de um operariado formado e abundante, o que se via era uma massa de indivíduos sem qualquer experiência fabril, lutando pela sobrevivência em meio às dificuldades próprias de seu tempo. Giroletti (1991) corrobora tal afirmação ao indicar a composição social dos primeiros operários da Cia. Cedro.

Os operários foram recrutados entre: a) artesãos, sobretudo carpinteiros, ferreiros e pedreiros [...] b) camponeses ou trabalhadores rurais constituíam a segunda base social, a mais importante de todas. [...] c) uma terceira fonte de recrutamento de operários era formada de um estrato heterogêneo do ponto de vista étnico, social, cultural e individual, de difícil classificação. É um agrupamento composto de vários tipos de despossuídos ou “desclassificados sociais”. [...] Eram libertos, escravos, ex-escravos, mestiços, filhos naturais ou indivíduos livres, mas pobres e despossuídos. Além desta origem, a maior parte do operariado era formada de indivíduos frágeis do ponto de vista social ou individual: menores, órfãos e mulheres (órfãs e viúvas, moradoras dos conventos) (GIROLETTI, 1991, p. 70).

Vale apontar que a falta de especialização dos novos operários era, até certo ponto, compensada pelo baixo custo da mão de obra. O padrão reinante de pobreza, somado à escassez da oferta de empregos, acabava por tornar os baixos salários oferecidos pela fábrica opções atraentes para grande parte desses sujeitos, assombrados pela falta de alternativas. No processo de recrutamento, foram utilizadas, prioritariamente, as indicações de familiares e conhecidos, que gozavam de uma extensa rede social devido à sua forte influência na região. Além disso, a ajuda de padres e de outros representantes da Igreja também desempenhou um papel central nos processos de recrutamento. O papel da Igreja e a predileção por indivíduos e famílias pobres ficam evidentes nos trechos apresentados a seguir.

Barroso é cunhado do Padre Pedro e disse-me que lá se obtém muitas moças boas e muito pobres que é gente que precisamos (Carta de um dos gerentes da CCC – 16/07/1894 – Caixa Box 5A – *Acervo do Museu*).

[...] Tendo o Dr. Pacifico me informado que V. Revma. se dirigira ao Revmo. Padre Rollim no sentido de obter admissão de moças nos serviços das fábricas desta Companhia, peço ao Revmo. o obséquio de entender-se com o nosso amigo Mortmer para promover a vinda de 15 ou 20 moças, que não sejam meninos, de 14 anos para cima, sadias e desembaraçadas para o trabalho [...] (Carta do gerente da CCC para o Padre datada de 27/08/1894 – Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 1894, p.442, *Acervo do Museu*).

Os empregos que aqui temos não são de altos ordenados a não ser os de maquinistas ingleses; o nosso amigo não ignora que os empregos de operários não estão ao nível de um moço como o Sr. Júlio Olímpio Mourão, que está habilitado a obter um bonito ordenado em qualquer estabelecimento (Livro Copiador de Cartas, CA, 1878 a 1880, fl. 187/188 - *Acervo do Museu*).

[...] Se puderes arranjar por aí alguns órfãos ou mesmo se tens aí meninos disponíveis sem família, que nos possa mandar uns 6, estimarei muito - 25\$000 por ano, tendo roupas, escola, remédios etc... 100\$000 no fim de 4 anos [...]. (Carta do gerente da fábrica do Cedro, datada de 30/10/1885 - Caixa Box 2A – *Acervo do Museu*).

[...] Uma viúva ainda forte com quatro filhas, todas muito honestas e pobríssimas, portanto muito precisadas de ganhar a vida e muito trabalhadeiras, moradoras em Jequitibá, pede-me para ver se arranjo-lhes emprego aí na fábrica. Acho-as boas para isso [...]. (Carta de Caetano Mascarenhas datada de 04/03/1886 - Caixa Box 11A – *Acervo do Museu*).

À primeira vista, pode parecer curiosa a opção pela mão de obra livre, considerando o contexto escravocrata da época. Ainda mais se levarmos em conta que os fundadores estavam bastante familiarizados no trato com escravos, uma vez que foram criados pela família na Fazenda de São Sebastião, que utilizava largamente a mão de obra escrava. Assim, é cabível questionar: O que levou os sócios a optar pela utilização de mão de obra assalariada? Para Vaz (1990), a resposta não repousa apenas na “visão” industrial ou nos “valores” progressistas dos jovens fundadores, mas em uma decisão racional de natureza econômica, que levava em consideração o custo-benefício de imobilizar um grande volume de capital com a compra de escravos. Nesse sentido, ao analisar as condições do tráfico de escravos daquela época, Vaz (1990, p. 52) ressalta:

Como o tráfico havia sido interrompido em 1850, seu preço havia aumentado, e a elasticidade da oferta, que sempre fora limitada, restringira-se ainda mais. [...] para 1872 [ano de fundação da Cia. Cedro], o preço nominal do escravo era Rs. 650\$000. Com base neste preço, 70 escravos, que seriam necessários para o funcionamento da fábrica, representariam Rs. 48.500\$000. Sabendo-se que o capital integralizado foi de Rs. 132:000\$000, e que, para a compra das máquinas, foram investidos Rs. 44:788\$000, ou seja, 34% do capital, a compra dos escravos iria representar um investimento da ordem de 37% do capital, superior, portanto, ao feito para a aquisição do maquinário. Por outro lado a adoção de uma mão de obra exclusivamente escrava acarretaria outras despesas fixas, tais como cuidados médicos, alimentação, vestimenta, habitação, vigilância, reposição, etc., o que aumentaria o custo operacional da fábrica. Adotando-se o trabalho assalariado, além de não haver necessidade de imobilização de capital, parte substancial do que era pago ao operário voltava para o empregador sob a forma de pagamentos de aluguel na vila operária, compra de gêneros alimentícios, medicamentos e

vestuários no armazém da fábrica, assistência médica, etc., evitando-se inclusive, uma saída monetária, o que diminuía a necessidade de capital de giro.

Mascarenhas (1972, p. 74) enfatiza que na Cia. Cedro os fundadores “encetavam um novo estilo de trabalho, executado somente por homens livres, uma nova forma de relações entre dirigentes e empregados, em condições extremamente avançadas para a época”. Vaz (1990) e Giroletti (1991) colocam em xeque essa afirmação ao indicarem que, apesar de a maioria dos operários vinculados à Cia. Cedro ser realmente constituída por trabalhadores livres, existiu uma pequena parcela de escravos que trabalhou na fábrica desde sua fundação até a abolição. Com base nos documentos preservados no museu da companhia, é possível verificar que os três fundadores, além de outros familiares, alugavam seus escravos particulares para a fábrica e que a Cia. Cedro & Cachoeira chegou a comprar alguns deles, conforme constam nos livros contábeis, borrador e livro diário:

Temos a dizer-lhe que, quanto aos dias que o escravo Manoel trabalhou são 212 dias que a razão de 150\$000 por ano contando-se os 300 dias úteis a 500 réis são 106\$000 (Carta endereçada a Antônio Cândido Mascarenhas de 05/02/1878 – Livro Copiador de Cartas, 1872-1879, fl.358 – *Acervo do Museu*).

Pago a Bernardo Mascarenhas por 3 e meio dias de serviço de seu escravo Anacleto a 800 = 2\$800, dia 17-05-1879 (Livro Diário n.º 1, fl. 704 – *Acervo do Museu*).

Incluimos nesta a conta de seus escravos que aqui trabalhavam e levamos a crédito de sua conta os Rs. 80\$000 dos ditos serviços (Carta endereçada a Caetano Mascarenhas de 27/10/1879 – Copiador de Cartas, 1872-1879, fl.108 – *Acervo do Museu*).

Recebi por mãos do Sr. Cap. Theophilo Marques Ferreira, gerente da Fábrica do Cedro, a quantia acima de um conto e trezentos e cinquenta mil réis, importância pela qual vendi à Companhia Cedro e Cachoeira o meu escravo Joaquim, que acha-se desde 18 do corrente no poder da mesma, ficando eu obrigado a passar a respectiva escritura. Cedro, 27 de Julho de 1883 (Caixa de Correspondências Recebidas – 1883 *citado por* Giroletti, 1991, p.119).

Antes de hontem, tendo eu recebido telegrama expedido da Corte no dia 9, às 6 horas da tarde, anunciando que n’esse dia passou em 1ª discussão a extinção imediata do elemento servil, para conciliar as cousas a maneira, convidei aos proprietários de escravos que trabalham aqui alugados e com ordens em dar-lhes imediactamente plena liberdade. No número dos libertos inclui sob minha imediata responsabilidade o escravo Theodoro que ficou satisfeito e trabalhando recebendo salário. Não podia proceder d’outra forma

visto como ficaria ele e um escravo do Canabrava aos serviços cativos que desgostosos poderiam abandonar os serviços, o que não seria conveniente. Faço-te este aviso na certeza de que a Cia. não reprovará o passo que dei, pois há muito que não deveria possuir escravos. [...] (Carta assinada por Francisco Mascarenhas em 15/05/1888 – *Acervo do Museu*).

Indivíduos livres, escravos e libertos, viúvas, órfãos ou, mesmo, famílias inteiras provenientes de diferentes lugares da província, mulheres, homens e crianças, algumas vezes, ligados apenas pelo laço comum com a pobreza, sem falar na inusitada figura dos mecânicos ingleses, perdidos em meio a toda essa turba – eis a heterogênea massa de trabalhadores da Cia. Cedro no final do século XIX. É a partir de toda essa pluralidade de sujeitos que se constituiu o grupo social que povoou as casas da companhia. É nesse ínterim que afloram enunciados acompanhados de seus regimes de verdade. Como veremos, esses enunciados foram sustentados por feixes discursivos que se amarram a diferentes regimes de verdade e atravessam diversas posições de sujeito. Diante deste destoante grupo de sujeitos, mais um desafio despontava: a *disciplina*.

Imaginemos, agora, há um século, em pleno sertão de Minas, onde ninguém poderia sequer vislumbrar o que significava o trabalho industrial, a transformação que se deveria operar em cada trabalhador para dotá-lo dos conhecimentos necessários ao exercício de sua função, à proteção das máquinas, a de sua própria pessoa contra acidentes; *fazê-lo compreender e aceitar a disciplina. Transformá-lo em trabalhador da indústria, disciplinado, diligente, cômico de seus deveres e apto a cumpri-los*, eis o grande trabalho a ser executado daí por diante, pelos dirigentes da Fábrica do Cedro (MASCARENHAS, 1972, p. 66 – *grifos nossos*).

Como formar e disciplinar sujeitos para trabalhar com maestria no ritmo ditado pela máquina? Da porta para dentro da fábrica, era necessário criar e fazer operar um sistema disciplinar capaz de ajustar os corpos ao novo regime de produção. Da porta para fora, por sua vez, seria fundamental aplicar uma certa *ortopedia da alma*, fazendo aflorar novos hábitos e condutas até então estranhas para a maior parte daquela gente. Em suma, era necessário domar os impulsos infrutíferos e fomentar a devoção pelo trabalho. Afinal, “o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 1986, p. 28).

Iniciarei a análise pelo Regulamento Interno, que foi criado com o intuito de normatizar as condutas dos operários dentro da fábrica. Este documento se integra a um

amplo conjunto de dispositivos disciplinares e comunica aos operários, a partir de uma dimensão explícita e formal, quais são os deveres e as posturas exigidas para o trabalho.

É proibido dentro da Fábrica:

1º - Desobedecer ou faltar o respeito aos superiores.

2º - Fumar – usar de phosforos ou qualquer material explosivo.

3º - Brigar, espancar, promover conflictos.

Penas – Expulsão para os desobedientes – fumantes – e desordeiros se forem maiores – e para os menores – correcção pelos Pais ou Tutores.

4º - Deixar seu lugar, machina ou repartição, para passear ou conversar com pessoas de outras machinas ou repartições.

5º - Sair da fábrica sem licença por escrito do administrador ou mestres.

6º - Quebrar vidraças, sujar, escrever ou fazer caricaturas nas paredes.

[...]

10º - Passar de uma para outras repartições sem autorização dos mestres.

11º - Escrever, ler livros, jornais ou outra qualquer distracção incompatível com a boa ordem do trabalho.

12º - Trabalhar assentado – ou outra qualquer posição inconveniente – trabalhar em qualquer outro serviço estranho aos interesses da fábrica.

13º - Falhar, sem dar aviso ao Mestre Geral que só concederá licença por moléstia.

14º - Usar de castigos phisicos de qualquer natureza para seus subordinados devendo os incorrigíveis e desobedientes ser apresentados ao Mestre Geral – que os remetterá ao escritório do Gerente para os fins convenientes.

[...]

* Não se admite na fábrica operários que não estejam decentemente vestidos. Mesmo com roupas grossas próprias do trabalho, porém que não estejam rotos ou maltrapilhos, ou excessivamente immundos.

(Regulamento Interno, 1872 – Acervo do Museu – *português transcrito do original*).

Os artigos do Regulamento acima reproduzidos sinalizam para o *Pacto de ordem e obediência*, preconizado pelo documento e imposto a todos os operários. Do ponto de vista da posição dos sujeitos, os preceitos do regulamento emanam diretamente dos administradores e proprietários da Companhia. Ou seja, tais discursos são oriundos de um lugar institucional *diferenciado e diferenciante*, assumindo, dessa forma, maquinalmente, o valor formal de verdade. Analisada sob o prisma desses dois princípios (ordem e obediência), a função enunciativa que atravessa o documento se liga ao conjunto de proibições (brigar, fumar, desobedecer, transitar livremente, faltar, etc) como também já delinea o regime de docilização que recai sobre os corpos e sua distribuição espacial (não se afastar das máquinas, trabalhar em pé, assumir postura corporal adequada, não conversar, não se ausentar de seu setor, apresentar-se com vestimentas limpas e “decentes”, etc.). Tais enunciados também se articulam aos documentos que regem as obrigações relacionadas às diferentes funções dentro da

fábrica. Assim, caberia ao mestre geral “observar e fazer cumprir pelos seus subordinados as disposições deste Regulamento, [...] repreendendo aos empregados negligentes ou mal-procedidos, sujeitando-os a multas nas contravenções e enviar os incorrigíveis ao escritório do Gerente [...]” (“Das Obrigações do Mestre Geral” – *Acervo do Museu*).

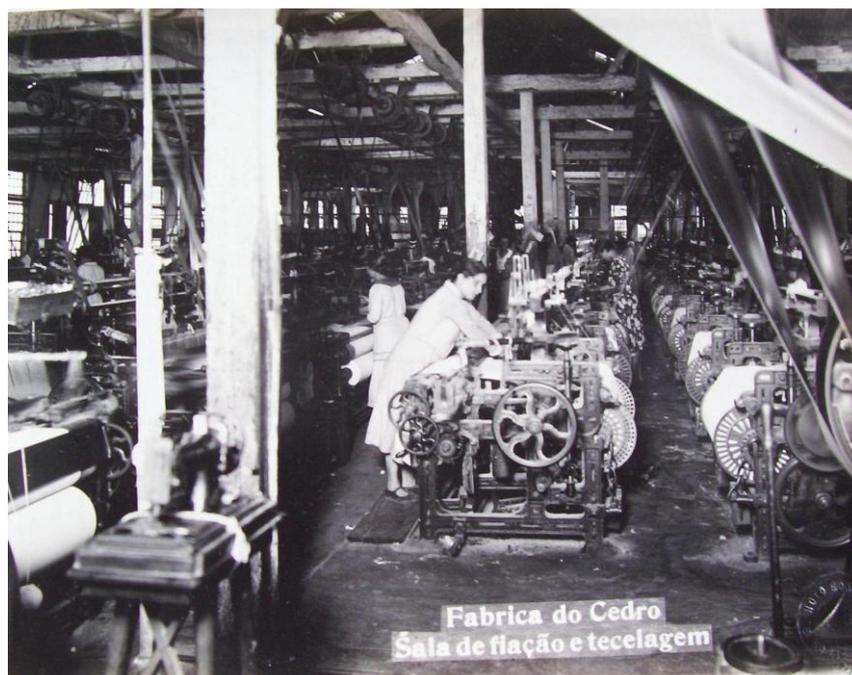
Apesar do teor repressivo dos regulamentos, é importante ressaltar que eles engendram uma política de “acionamento” da violência ao enfatizar, no 14º artigo, por exemplo, a proibição de utilizar castigos físicos de qualquer natureza para com os subordinados. Esse teor “dosador” do regulamento denota a tendência de substituição dos castigos corporais por multas, expulsões e outros tipos de sanções que, em muitos casos, não se baseavam no uso excessivo da força. Assim, as práticas disciplinares recobrem-se de matizes mais sutis, tornando “o exercício do poder o menos custoso possível” (FOUCAULT, 1986, p. 191). Ou seja, esta operação é fundamental por estender o exercício do poder a uma multiplicidade de indivíduos de forma discreta e quase invisível, mas com a máxima acuidade e extensão de seus efeitos. Além disso, o refinamento dos procedimentos disciplinares torna visível um conjunto de “micropenalidades”. Isto é, passa a ser possível penalizar, até mesmo, os desvios de conduta mais ínfimos e tênues, acentuando o caráter formativo e açambarcador da disciplina sobre os corpos.

À Sra. Debrandina Almeida dos Santos, aplicamos-lhe a pena de suspensão disciplinar, com perda dos salários, a partir desta data, pelo prazo de 11 dias, pelo motivo de falta de respeito com seu chefe (Documento assinado pelo Gerente da Fábrica da Cachoeira em 12/12/1953 – *Acervo do Museu*).

A articulação entre a noção de “ordem” – subjacente ao regulamento analisado – e sua materialização no plano das práticas disciplinares pode ser visualizada até mesmo na distribuição espacial das máquinas e do esquadramento dos setores no interior da fábrica, que distribui, individualiza e localiza todos os sujeitos em sua planta. Isto é, a construção do sistema disciplinar vem acompanhada de processos de *individualização* e *normalização* dos sujeitos. A partir dessa medida, cada indivíduo sabe que lugar deve ocupar, o que deve ser feito e a cada momento é possível utilizar tais coordenadas para monitorá-los dentro desse sistema. Ou seja, máquina e indivíduo passam a operar como um par reciprocamente dependente. Nesse contexto, uma máquina parada se transforma

em um eficiente dispositivo de alerta ao denunciar a pausa indevida ou a ausência de seu ocupante. Entre máquina e indivíduo estabelece-se um *continuum* disciplinar, em que a primeira regula, dita e “fiscaliza” o ritmo de trabalho, somando-se aos outros aparatos disciplinares. Uma vez acoplados homem e máquina, “percorrendo-se o corredor central da oficina, é possível realizar uma vigilância ao mesmo tempo geral e individual; constatar a presença; a aplicação do operário, a qualidade de seu trabalho; comparar os operários entre si, classificá-los segundo sua habilidade e rapidez” (FOUCAULT, 1986, p. 133).

Figura 11 – Tecelagem da Fábrica do Cedro



Fonte: Acervo do Museu, S/D.

A divisão espacial e seu efeito de *individuação* pode ser percebido a partir da análise da planta da fábrica (Figura 12), que originalmente já previa a calculada gestão dos espaços para melhor operar a disciplina sobre o corpo dos operários. A preocupação com o controle e com a prática do monitoramento fica explícita em diversos documentos, como aquele que trata das obrigações do Mestre Geral, em que se lê:

A fábrica é dividida em repartições todas sujeitas às ordens e fiscalização do Mestre Geral – que são: Portaria – Fiação – Urdupe – Tecelagem – Tinturaria – Ferraria e Carpintaria. Compete ao Mestre Geral [...] 3º - Percorrer assiduamente e fiscalizar com minuciosidade todos os serviços das diversas repartições tendo mto em vista, a boa ordem e organização do

trabalho [...] 5º - Fazer com que haja toda a pontualidade nas horas de chamada e saída – e que estejam todos em seus lugares. (“Das Obrigações do Mestre Geral” – Acervo do Museu – *português transcrito do original*).

Figura 12 – Planta da Fábrica de Cachoeira



Fonte: Vaz (2005, p. 179).

Depois de amplamente disseminado e conhecido por todos os operários, o *Regulamento* cumpria mais uma função fundamental (e, talvez, a mais importante): a de operar separações. Compulsoriamente incorporado pela massa de trabalhadores, o *Regulamento* assume o valor de *léxico da verdade*, passando a demarcar separações entre o certo e o errado, o lícito e o ilícito, o louvável e o reprovável. Ou seja, a partir dele é que se coloca em prática todo um jogo de diferenciação entre os próprios sujeitos, balizando suas relações de poder. Para alcançar esse grau de introjeção, as regras contidas no *Regulamento*, além de cotidianamente evocadas e inspecionadas no chão de fábrica e avivadas durante as sanções ou aplicações de multas, também eram apresentadas como pré-condições durante o recrutamento de novos operários, tornando-se partes integrantes de seus contratos. O contrato de trabalho, muitas vezes, apresentava como cláusulas algumas das principais regras do regulamento. E, por ser juramentado, configurava-se como um *contrato moral* do funcionário com a companhia,

assumindo contornos como: “Eu, José Alves da Silva, aceito de minha livre vontade todas as condições deste contrato, as quais prometo cumprir, fiel e escrupulosamente, sob minha palavra de honra” (Trecho de um contrato de trabalho, datado de 20/09/1883 – Caixa de Correspondência Recebida – *citado por* Giroletti, 1991, p. 188). Assim, diante de qualquer desvio de conduta, os enunciados sobre o valor da ordem e da obediência podiam ser reativados e recodificados, tomando como referência os parâmetros do *Regulamento*. Giroletti (1991, p. 147) descreve a prática de punição operada na Cia. Cedro da seguinte forma:

A aplicação da “correção” seguia um ritual. O operário faltoso era enviado ao Escritório situado em lugar central. Ficava do lado de fora, esperando em evidente desconforto físico e psicológico. Devia ser notado por todos. Depois de uma demorada espera, vinha a repreensão do gerente na presença do pai ou responsável e dos funcionários. Dependendo do delito ou da reincidência, seguiam-se castigos corporais como a aplicação da palmatória ou mesmo a exposição ao “tronco” localizado defronte das fábricas ou em lugar de evidência. A “correção” prolongava-se no meio social. Os efeitos das reprimendas ou dos castigos corporais aplicados no interior da fábrica estendiam-se ao convívio social da família e da vila. O ser chamado ou ser encaminhado ao escritório já era motivo de humilhação, desprestígio e desonra para o punido, seu pai ou responsável. A sociedade tomava imediatamente conhecimento do fato. Os envolvidos eram vítimas de gracejos e pilhérias. No interior da família, a punição desdobrava-se no acerto do pai com o filho pela falta cometida e a humilhação sofrida.

Nesse sentido, as punições publicamente testemunhadas na fábrica serviriam, sobretudo, ao objetivo de *produzir sinais*. Os “exemplos” oriundos dessa produção de sinais representam um recurso disciplinar formidável não apenas sobre o “transviado”, mas principalmente sobre os espectadores devido a seu valor *pedagógico*. É a partir desse processo que seria possível reconstruir e formar o sujeito obediente, dócil, de comportamento previsível e guardião dos bons hábitos. Sob esta lógica, um castigo aplicado secretamente, deixaria de cumprir uma parte vital de sua função.

Essa lição legível, essa recodificação ritual, devem ser repetidas com toda a frequência possível; que os castigos sejam uma escola mais que uma festa; um livro sempre aberto mais que uma cerimônia. A duração que torna o castigo eficaz para o culpado também é útil para os espectadores. Estes devem poder consultar a cada instante o léxico permanente do crime e do castigo. Pena secreta, pena perdida pela metade. Seria necessário que as crianças pudessem vir aos lugares onde é executada; lá fariam suas aulas cívicas. E os homens feitos lá reaprenderiam periodicamente as leis. Concebamos os lugares de castigo como um Jardim de Leis que as famílias visitariam aos domingos (FOUCAULT, 1986, p. 100).

Analisar o regime disciplinar implementado na Cia. Cedro exclusivamente sob seu viés repressivo ou negativo seria negligenciar outra dimensão fundamental do poder: a produção de sentido. O indivíduo se constitui através das relações de poder. E é através do poder que seus rituais e regimes de verdade são construídos e sustentados. Como insiste Foucault (1986), o poder produz realidade. A constituição desses indivíduos como sujeitos operários não poderia ser diferente. Afinal, uma jornada de trabalho que inicialmente variava de 12 a 14 horas por dia requer mais do que um repertório de punições para ser mantida. Partindo para o campo de adjacência dos enunciados que rezam sobre “*o valor da ordem e da obediência*”, encontra-se outro – mais difuso e mais esparso – que continuamente e insistentemente é evocado: “*o valor do trabalho*”. Este enunciado também opera no nível do jogo de diferenciações, sendo utilizado, muitas vezes, sob seu viés *positivo* ou afirmativo.

[...] O trabalho é a lei suprema da humanidade e a preguiça é cancro roedor, causa da miséria e que muitos prejuízos têm dado a esta fábrica. Nos nove anos que Vmcê. tem trabalhado aqui, tem desenvolvido sempre uma atividade de dedicação tão acima do comum que raras têm sido as companheiras que lhe têm igualado. Se seu trabalho nos tem sido lucrativo, *seu exemplo muito mais vantajoso nos tem sido*. É, portanto, nosso dever, hoje, no dia do seu casamento, manifestar-lhe o quanto lhe somos gratos, pedindo-lhe que haja de aceitar o pequeno adjutório, que incluso lhe oferecemos. Que Deus abençoe o seu consórcio são os votos dos respeitadores e obrigados, Mascarenhas e Irmãos [...]. (Carta enviada para a operária Hermenegilda Mitz, datada de 05/02/1881 – Livro Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 1881 a 1883, p.486 – *Acervo do Museu – grifos nossos*).

Percebam que no trecho anterior a função enunciativa se amarra claramente ao valor do trabalho, sendo operado por meio de sua faceta produtora de sentido. Assim, ao trabalhar de forma exemplar, a funcionária seria cumpridora da “lei suprema da humanidade”, alcançando um *status* ímpar diante do corpo de operários e tornando-se merecedora do reconhecimento e da gratificação recebida. Ou seja, a partir de um discurso enaltecedor do “exemplo de dedicação” da operária, novamente, coloca-se em movimento o jogo de diferenças entre o trabalhador e o preguiçoso, entre a virtude e a indolência. Mau exemplo, punido; bom exemplo, exaltado. Verso e reverso, moeda de duas faces. Fecha-se o ciclo de mútuos reforços e colocam-se a todos os sujeitos modelos opostos: um a ser abnegadamente perseguido; o outro forçosamente evitado.

No tocante à posição dos sujeitos, o enunciado acerca do valor do trabalho atravessa não apenas os lugares de onde se enunciam os dirigentes, como também perpassa outras posições de sujeito e diversos lugares institucionais. Basta lançarmos o olhar para recortes de jornais de época que circulavam pela região, e a questão do valor do trabalho aflora, cercada de suas “*verdades*” e amparada por uma diversidade de fundos de saber. Os trechos reproduzidos a seguir evidenciam que o discurso dos dirigentes não ecoou no vazio, mas em meio a outros que aclamavam o trabalho como obrigação moral ou como resposta “para todos os males”.

[...] O trabalho: é preciso dizer que para os desgostos mais acerbos, para as aventuras mais vergonhosas, para os incidentes que todo homem desejaria arrancar de seu passado, há um remédio soberano: o trabalho. Soffres? Trabalha! Deves? Trabalha! Faltastes ao teu dever? Trabalha. Perdestes uma a uma todas as esperanças? Trabalha! Pensas na morte? Trabalha, trabalha sempre, por que o trabalho te absorverá, te consolará! (Arthur Azevedo – *Jornal O Operário*, Anno I, Ed.34, 03/08/1904, Bello Horizonte – *português transcrito do original*).

Parece que o trabalho teve sua origem no paraíso terrestre quando o primeiro homem transgredindo o divino preceito foi condenado a procurar no seio da terra em festa os meios de prover a própria sub-existência. Hoje o trabalho só poderia ser considerado um castigo para os ociosos, pois que para aqueles que reconhecem ser a actividade corporal um meio de conservação das forças do organismo e de obter a satisfação de todas as necessidades da existência, passou elle a ser um hábito, uma distração sem a qual o tédio necessariamente se implantaria entre os povos. Realmente só elle nobilita o homem e lhe proporciona dias mais felizes. Pouco importa se é rude, penoso ou suave desde que seja lícito é sempre honroso. O organismo vivo quasi que não se gasta com o trabalho; ao contrário augmenta, cresce vitaliza-se. Comprovam este acerto os músculos, que com o trabalho progridem, distendem-se e embellezam o corpo. Há trabalhos próprios para cada sexo, como os há para todas as idades e condições. Aparentemente o trabalho physico é mais exaustivo, mas a pratica tem demonstrado que o trabalho intellectual traz muito maior cansaço. Trabalhar é vencer: labor omnia vincit. Na lucta pela vida só são victoriosos os que empregam toda a sua intelligencia, todo o seu vigor physico nas lidas de sua profissão. Trabalhar para o próprio proveito e para o engrandecimento da Patria é dever inilludível de cada cidadão. Nem d’outro modo teem os povos conquistado a sua grandeza. Tomemos para exemplo os Estados Unidos da América do Norte, paiz novo e no entanto o mais próspero de todo o mundo. Essa felicidade daquele grande povo não foi uma dádiva do céu nem a herança accumulada em longos annos das gerações passadas, foi só e só o resultado do trabalho. Essa é a força da nação. Que nos falta a nós brasileiros para conquistar igual posição perante as nações adiantadas? [...] O que nos falta é a verdadeira escola de trabalho. [...] (O Divulgador, Anno I, nº 5, Villa de Paraopeba, 16/09/1923 – *português transcrito do original*).

O trecho acima é especialmente representativo pelo conjunto de *saberes* que se mesclam e o extrapolam. Ainda que a referência a eles não seja explícita e nem todos possam ser considerados saberes científico-formais, o importante é frisar o papel deles na construção dos regimes de verdade e nas práticas discursivas que se fazem em torno do trabalho. Inicialmente, é possível perceber a alusão a um fundo religioso cristão, ligando o surgimento do trabalho ao mito do pecado original. Na sequência, o trabalho é apresentado como um hábito natural, que levaria o homem ao caminho da felicidade e que deveria ser abraçado independente de quão penoso possa ser. A seguir, o saber biológico é evocado de forma ainda mais direta, ao se exaltar os benefícios do trabalho para o organismo e também ao tentar sustentar um recorte de gênero a partir dele. A matéria ainda faz menção à célebre expressão do poeta Virgílio, explorando a simbologia do “vitorioso” concatenada ao imperativo da devoção ao trabalho. O próximo deslocamento é realizado para a esfera política, designando o trabalho como parte do dever patriótico de todo cidadão. Ainda, sustenta o argumento simplista de que a dedicação cega ao trabalho seria a chave para a emancipação econômica do Brasil, tomando como base o exemplo de nossos “esforçados” vizinhos norte-americanos. É interessante notar como a “verdade” sobre o trabalho é destrinchada a partir desses múltiplos prismas, desembocando na curiosa trajetória teleológica que liga em um extremo o trabalho ao mito do surgimento da humanidade e em outro, com a realização dos mais elevados deveres morais do indivíduo. O que se constrói é uma *retórica do trabalho* que não permite escapatória. Em suma, o que busco ilustrar por meio destas matérias de jornal é a formação desses complexos feixes discursivos que recaem sobre os sujeitos e como um único enunciado pode ser sustentado por inúmeros recortes e saberes.

Caminhando para outro exemplo emblemático, é possível tatearmos sobre o *valor do trabalho* ao nos debruçarmos sobre outra matéria jornalística que circulou na região, publicada pelo jornal *O Divulgador* e reproduzida a seguir na íntegra. Nela, a questão do trabalho é acessada ao se problematizar sobre sua antípoda: a vadiagem.

Querendo saber o número exato de mendigos que nos sábados, formando legiões de pedintes, percorrem as ruas da nossa villa, implorando a caridade, pedindo de porta em porta “uma esmola pelo amor de Deus”, mandamos trocar 4\$000 em cobs de 40 reis que é aqui a moeda que a gente dá mais aos pobres, e, das 7 horas da manhã até as 6 da tarde, ou melhor até as 18 horas, como está em moda dizer, havíamos distribuído daquelle dinheiro, 2\$600, o que quer dizer que nós temos aqui 65 mendigos, 65 pessoas que

vivem de esmolas! Mas a verdade é que esse número tão grande pode ser extraordinariamente diminuído de um momento para outro se as nossas autoridades policiaes quizerem applicar a mathematica no caso e entrarem a fazer uma subtraçãozinha ahi... É que no meio daquelles infelizes que veem implorar à caridade, há muitos que veem explorar a boa fé do nosso povo bom e caridoso. Disso podemos dar provas contando o seguinte facto: sabbado ultimo, dentre os muitos mendigos que nos vieram pedir esmola, appareceu um que pela sua constituição phisica, pelos seus ares alegres, estava mostrando ser um homem sadio, com aptidões para trabalhar e ganhar honestamente a vida mas que (por via das duvidas...) achou melhor viver mais folgadamente... à nossa custa e, fingindo-se doente, veio mendigar. O mendigo despertou-nos logo curiosidade e perguntamos-lhe então quaes eram os seus incommodos etc... etc. O homem, poz a trouxa no chão para contar o caso melhor, e disse-nos tantas coisas tristes, sentimentaes, que quase deixavamos correr as lagrimas dos nossos olhos... se fossemos idiotas que nos deixássemos levar por conversa fiada... Finalmente, apoz ouvirmos a narração tristissima da vida do mendigo, cheia de peripécias e de amarguras, observamos que na sua perna direita havia uma ferida ou coisa similhante, pois ella estava toda amarrada de tiras de panno sujo humidecido de sangue... Quizemos ver a tal ferida. O homem derreteu-se em desculpas esfarrapadas e se oppoz formalmente a isto. Insistimos. Entendíamos de pharmacia, conhecíamos alguns remédios bons para certas feridas e podíamos indicar-lhe um que as vezes, quem sabe? podia melhorar muito ou até mesmo curar a sua. Nada! O homem não o quis. Desconfiamos e zaz-traz seguramo-lo e desamarramos os pannos. Sabem o que era a ferida? Um pedaço de carne podre collocado sobre a perna e o mendigo gemia de dor quando caminhava!!! É preciso que as nossas autoridades acabem com estes abusos, o que não é difficil de fazer (O Divulgador, Ano I, nº 2, Vila de Paraopeba, 13/03/1921 – *português transcrito do original*).

Na matéria acima transcrita, é interessante notar o grau de requinte do engenhoso “experimento” levado a cabo com o intuito de realizar algo próximo de um “recenseamento” dos mendigos da localidade. Também é digna de atenção a detalhada e convincente narrativa, cujo clímax culmina com o desmascaramento do mendigo impostor. Novamente, o jogo de diferenças ganha relevo ao opor “os que trabalham” aos “sem trabalho”. Mas dessa vez esse jogo é operado em um nível socialmente mais amplo, contrastando o povo “bom e caridoso” com a suposta “vilania” daquela legião de desocupados interessados em viver sem trabalhar. Assim, um dos efeitos de verdade oriundo do regime erigido é condenar a prática de esmolas ou caridade dirigida àqueles que não trabalham, ao buscar alertar os “piedosos e ingênuos” cidadãos sobre o risco de serem enganados por farsantes. Ou seja, o caso do mendigo espertalhão é utilizado para balizar e generalizar todo o conjunto dos 65 “recenseados”, colocando a todos, no mínimo, como *potencialmente* dissimulados.

Em segundo plano, a questão dos pedintes emerge como um “caso de polícia”, que demanda a rápida ação do Estado. Como detentor do monopólio da violência, caberia ao Estado, a partir de suas autoridades policiais, solucionar o “problema” dos mendigos. Apelar para o aparelho repressor do Estado pode soar um tanto exagerado, mas, se, novamente, direcionarmos nossa atenção para o campo de adjacência dos enunciados que tratam do “valor do trabalho” e realizarmos um deslocamento analítico para sua antítese (a vadiagem), encontraremos uma interessante reverberação no campo do *saber jurídico*. Afinal, na época da matéria jornalística em questão, publicada nos idos de 1921, as práticas de mendicância e de vadiagem eram realmente consideradas crimes presentes no Código Penal de 1890¹⁴, onde se lê no capítulo XII – “Dos Mendigos e Ébrios”:

Art. 391. Mendigar, tendo saúde e aptidão para trabalhar:

Pena - de prisão celular por oito a trinta dias. [...]

Art. 393. Mendigar fingindo enfermidades, simulando motivo para armar á commiseração, ou usando de modo ameaçador e vexatório:

Pena - de prisão celular por um a dous mezes.

(Português transcrito do original).

Já no capítulo XIII, “Dos Vadios e Capoeiras”, o mesmo Código Penal de 1890 estabelece como crime:

Art.399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão celular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a *estabelecimentos disciplinares industriaes*, onde poderão ser conservados até a idade de 21 annos.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes.

(Português transcrito do original – grifos nossos).

¹⁴ O crime de vadiagem já estava prescrito no livro quinto das ordenações Filipinas (século XVI) e, revisão após revisão, foi mantido nos códigos penais brasileiros de 1890, 1930 e 1942. A partir da década de 1940, a vadiagem passou de crime para contravenção penal (Decreto-Lei 3.688/41) (BRETAS, 1997). Apenas em 2007, é aprovado o Projeto de Lei 4668/04 que revoga as penalidades aos acusados por vadiagem e mendicância no Brasil. Dentre os argumentos presentes na justificativa do projeto de lei destaca-se: “Parece evidente que a simples pretensão de punir aqueles que a sociedade já condenou à exclusão social, à fome e ao desespero revela uma crueldade insuperável em nosso ordenamento jurídico” (JORGE, 2004).

A partir da análise do Código Penal acima transcrito, é possível transitar do plano dos “micropoderes” para o plano dos “macropoderes”, em que fica evidente o papel do Estado no ajustamento compulsório dos indivíduos ao trabalho. Portanto, a necessidade de manter os corpos úteis e geradores de riqueza para a “Nação” é explicitamente requisitada. Basta o sujeito não ocupar seu tempo de forma produtiva que já estaria incorrendo em crime. Mais do que nunca, a ideia do trabalho como “dever patriótico” (que já nos é familiar) é reforçada e sustentada pelo aparato jurídico-legal. Entretanto, dessa vez os discursos partem de *posições de sujeito* detentoras de um *status quo* diferenciado, como a figura reificada do “Estado”, emanam de *lugares institucionais* dominantes, como das instituições jurídicas, e possuem a *materialidade e a remanência* das leis. Assim, qualquer indivíduo sem ocupação – não importa se devido à escassez de empregos ou simplesmente por livre escolha – torna-se vulnerável ao enquadramento nos termos da lei. Tal mecanismo de controle se revela especialmente útil para reger e comandar a força de trabalho, sobretudo em relação às minorias pobres, impondo a obrigatoriedade do trabalho e combatendo a *subversiva* figura do *malandro*¹⁵. Em situação de flagrante ociosidade, o indivíduo contaria com o prazo de quinze dias para buscar trabalho e, em caso de insucesso, poderia ser reinserido *à força* no sistema produtivo. Para os teimosos e reincidentes, o *exemplo* deveria ser mais drástico, implicando a perda da liberdade por até três anos em colônias penais localizadas em sítios distantes. Fábrica-Sociedade-Estado. Dos micropoderes aos macropoderes, não há fronteira aparente.

Interessante notar que uma das vias de “(re)inclusão” recomendadas pela lei seria justamente a *disciplina industrial*. Porém, o trabalho na indústria não era enxergado como uma alternativa disciplinar apenas para os dirigentes do Estado, uma vez que algumas famílias enviavam seus filhos rebeldes ou preguiçosos para serem “endireitados” sob a tutela dos gerentes da Fábrica do Cedro. Isso evidencia que a fábrica, em certos casos, compartilhava com a família o papel de “educar”, disciplinar e moralizar os sujeitos. Essa função fica clara no trecho da carta apresentado a seguir, em que o salário a ser recebido pelo rapaz, que foi enviado à Cia. Cedro pela família, representa uma preocupação secundária. Ao contrário, a formação disciplinar é

¹⁵ Roberto Da Matta (1981), em seu seminal estudo, retrata a figura do malandro justamente como “um ser deslocado das regras formais da estrutura social, fatalmente excluído do mercado de trabalho, aliás definido por nós como totalmente avesso ao trabalho e altamente individualizado, seja pelo modo de andar, falar ou vestir-se” (DA MATTA, 1981, p. 204).

ênfatizada, cuja família concede “carta branca” aos gerentes para castigar o jovem, se necessário.

Ahi vai esse rapaz, que trabalha regularmente de carpinteiro. Não podendo estar perto do Curvello onde está muito empastado, o Pacífico pedio-me para t'e remetter. É da D. Luiza, a quem creditarás pelos jornais do rapaz. Pagarás o que vires que elle valle, podendo mandá-lo castigar se for preciso, para o que tens carta branca (Carta trocada entre Gerentes da CCC, datada de 06/01/1886 – *Acervo do Museu*).

Vila Operária e Engenho da Alma

Se nem bem me lembro
Era março ou novembro
Mas era um dia claro
Daqueles dias quentes
Cor de folha e aroma verde

Padre Malaquias se esforçava
Em nos explicar
Porque já nascemos em pecado
Eu que, se bem me lembro
Nem me sentia culpado

– Todos nós nascemos danados!
– Mas seu padre, o que é que eu faço?
– A Palavra, filho, é a salvação!
– Então o que tenho eu que falar?
– Não é falar, é fazer...

Fiquei calado
Entre sério e encabulado

E depois de saber
De minha visceral e prévia culpa
Padre Malaquias nos presenteou
Com as premissas de nossa crença
Escrituras, mandamentos, doutrina
A palavra e sua sina

Obediência, retidão e salvação!
Ou rebeldia, pecado e perdição!
Mas há tantas portas
E só dois caminhos?
Teimei que era simplório o raciocínio

Mas então me ocorreu
Na minha mente de menino
Lampejo repentino
– E como fazem os índios?
Nus e perdidos
Onde a Palavra não se infiltra
E o fazer não determina?

– Os índios, meu filho
Entre o exílio e a inocência
Onde a palavra não pôde alcançar
O Senhor se apressou em anistiar
Assim já os salvou
E em sua ignorância, os perdoou

– Ora! Então, melhor seria ter nascido índio!
Pensei, mas não falei
Falei só por dentro
Cismeie em pensamento
Mas,
Não seria mesmo?

A análise do campo de adjacência dos enunciados levada a cabo na seção anterior já delineou alguns dos regimes de verdade que circularam pelas vilas operárias. Meu intuito nas próximas linhas é mergulhar no nexos de discursos e de suas relações que permearam a realidade dos sujeitos residentes nas vilas operárias da Cia. Cedro & Cachoeira, evidenciando a força de seus regimes de verdade. Iniciarei por uma tradicional *instituição* que, pela sua influência e pela enorme representatividade para os operários, não poderia ser deixada de fora: a Igreja. A doutrina religiosa representa uma via importante no amoldamento dos sujeitos, em relação tanto ao trabalho quanto à aceitação das duras condições de vida que enfrentavam. Mais do que isso, entendo que a religião pode fornecer parâmetros de moralidade que, uma vez introjetados, influenciam as *práticas de si* desses sujeitos. Para indivíduos devotos, a ética religiosa perpassa seus processos de *baliza existencial*, orientando – imperativamente ou coadjuvadamente – as práticas que estes sujeitos utilizam para se decifrar, se reconhecer e se colocar no mundo. No contexto da vila operária, o traço religioso esteve presente desde a fundação da fábrica, sendo tal afirmação atestada pelas cartas que abarcam esse tema.

[A] Diretoria deliberou contratar um padre e um boticário com botica para a Fábrica da Cachoeira [...] e concorrer com a quantia de cem mil réis para o contrato com o Padre, [...] para que, com a possível brevidade, seja aí estabelecido o culto religioso, mesmo por já ter sido construída uma capela podendo contar com 200\$000 réis para contratarem um sacerdote que aí vá celebrar Missa mensalmente (Carta datada de 10/11/1890 - Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, 1890/91, fl. 34 – *Acervo do Museu*).

Os operários desta fábrica pediram-me para fazer-te lembrada uma caridade que há tempos já lhes fora concedida por seu intermédio e da Companhia, de uma missa mensal nesta fábrica, principalmente agora que já temos a nossa Capela; dizem eles que isso fora concedido, mas que depois, com a idéia de levantar-se aqui um apostólico (o que ficou inteiramente malogrado), paralisou-se; porém verificada a impossibilidade da paróquia por isso renovam eles o pedido de execução daquela promessa, aliás anteriormente já decretada, [...]. Na afirmativa, pergunto-te se posso contratá-lo com o Padre Chiquinho de Curvelo ou se o farás dali, pois que os operários acham-se mui desejosos (Carta datada de 13/07/1892 – Caixa de Correspondências Recebidas – 1892, citado por Giroletti, 1991, p. 163-164).

Outra passagem que sinaliza para a forte devoção dos moradores da vila operária pode ser vislumbrada no trecho de uma reportagem datada de 1904, que narra “fervorosamente” a passagem do bispo pelo povoado do Cedro.

Desusado movimento notava-se aqui desde hontem, véspera do festivo dia destinado para a recepção solemne e entusiastica do Ex.^{mo} Sñr. D. Joaquim Silvério de Souza. [...] Estandartes de todas as cores com HOMENAGEM AO BISPO DE BÁGIS, e bandeiras de muitas nações, balouçavam agitadas brandamente pela perfumada briza da manhã. [...] Às 2 e meia da tarde, um apito intenso e vibrante feriu o espaço, retumbando por toda a parte. Outros de diversas caldeiras a vapor acompanharam este, n'uma estridulação atordoadora. Foguetes cortaram o ar n'um estalar de bombas sem fim. Dynamites pareciam obrigar a terra a tremer de contentamento. O sino a repicar. Homens, mulheres e creanças corriam para o ponto de reunião geral. [...] – Era o Ex.^{mo} Sñr. Bispo que chegava ao ponto principal da entrada. Vinha n'um trolly puxado por uma linda parelha de cavallos russos, que foi retirada pelo povo para o conduzir á mão até o segundo arco. [...] *D'ahi seguiu-se o cortêjo para a casa do Sñr. coronel Caetano Mascarenhas, por entre flores e festões; o sino a repicar; bombas a estalar; apitos ensurdecedores; tudo arvores, tudo bandeiras, tudo música!...* [...] Após o jantar saíu S. Ex. em visita á capellinha de S. José, e, em seguida, à *fabrica, que foi posta em movimento durante um quarto de hora, voltando depois para a praça do escriptorio, onde tomou o trolly que o aguardava.* [...]. (Jornal “O Taboleirense” – Ano 2, nº. 26, Taboleiro Grande, 23/10/1904 - *português transcrito do original – grifos nossos*).

É notória a estreita relação mantida entre os dirigentes da fábrica e os representantes da Igreja. O trecho anterior sinaliza que a casa dos dirigentes da fábrica representava um habitual ponto de passagem para as autoridades religiosas. Como vimos, desde o primeiro momento, os contatos com os sacerdotes foram utilizados para auxiliar no recrutamento de operários para fábrica de tecidos. Mas o laço que se consolidou entre Fábrica e Igreja vai muito além, culminando em um arranjo de mútuos reforços, capaz de promover padrões sociais que interessavam a ambas as instituições. O modelo de família nuclear monogâmica, a valorização da obediência e da disciplina, o cerceamento dos impulsos libidinais e a defesa dos preceitos de moralidade são exemplos de questões solidariamente trabalhadas e reforçadas pelos discursos dos sacerdotes e dos dirigentes. Como bem coloca Giroletti (1991, p. 241):

A implantação da família monogâmica estável, se do ponto de vista doutrinário realizava o projeto da Igreja, na ótica das fábricas representava o protótipo de manifestação da sexualidade ideal, porque assegurava o equilíbrio psicofísico, a reserva das energias dos operários para serem gastas no trabalho e as condições adequadas para sua reprodução.

Basta recorrer à gênese histórica do Brasil para verificarmos que a influência da Igreja esteve presente desde os primórdios da colonização (VICENTINO e DORIGO, 1998). O pacto entre a elite empresarial e a Igreja constituiu, igualmente, uma tradicional aliança fortemente presente na história nacional. Os benefícios e as vantagens colhidas desse consórcio não constituíam exclusividade do contexto da Cia. Cedro, mas há muito já haviam sido percebidos e articulados em diversos pontos do Brasil. O excerto da reportagem reproduzida a seguir demonstra nitidamente tal imbricamento, em que a religião é apontada como um fator importante na *contenção política* dos embates entre patrões e operários em uma fábrica de tecidos e em uma usina de açúcar.

[...] Sem a religião, afirma o dr. Menezes, nada poderemos fazer no sentido de salvar a nossa pátria dos males que, na Europa, têm sido ocasionados pelos “*erros dos patrões e industriaes, de um lado, e os erros dos operários do outro*” [...] em Pernambuco, sendo director de duas importantes fábricas – da “*usina de assucar de goyana*” e da “*fábrica de tecidos de Camaragibe*”, conseguiu dar a esses estabelecimentos uma organização modelo, salvando da miséria os seus operários, tornando-os bons cidadãos, [...] e trabalhadores, úteis à família e a pátria, felizes enfim. Foi empregando esforços com o intuito de aproxima-los da Religião, de aproxima-los de Deus, inspirando-lhes sentimentos nobres e santos, [...] fazendo-os venturosos e concorrendo, ao mesmo tempo, para a grandeza, para o desenvolvimento das duas fábricas sob sua direção.[...] (Jornal O Pobre, Edição: 15 – 19/08/1900 – Juiz de Fora – *Acervo do Museu – português transcrito do original*).

No tocante aos enunciados vinculados ao valor do trabalho, a aproximação com o *saber religioso* foi capaz de reelaborá-los sob a máxima da “*salvação espiritual pelo trabalho*”. Essa operação pode ser visualizada no trecho anterior, em que a religião é apontada como o código de transformação que seria capaz de converter os operários em seres “venturosos” movidos por “sentimentos nobres e santos”, a um só tempo, “úteis à família e à pátria”. No contexto da Cia. Cedro a inflexão entre o discurso do trabalho e o da religião, bem como as mercês decorrentes da associação entre ambos, fica nítida nos trechos a seguir.

Fundou-se a Cia. Cedro e ela existiu, existe e deverá existir para com teimosa ocupação ao trabalho que retirando o espírito do mal dê ao corpo saúde, ao espírito sanidade e à alma santidade (“Memorial” apresentado na Assembleia de Acionistas em 11/03/1945, pág. 7 – *Acervo do Museu*).

Recentemente notável *orador sacro* na Cedro disse “não existem essas invejas que turbam as relações entre patrões e empregados conhecendo cada classe aqui seus deveres e direitos que são devidamente compreendidos e respeitados”. Muito concorreu para este feito industrial os velhos de S. Sebastião com seu proceder, exemplo, conselhos, homilia e testamento moral onde se realça como que os atos básicos da vida. *Temor a Deus, Fé, Religião* (“Memorial” apresentado na Assembleia de Acionistas em 11/03/1945, p. 9 – *Acervo do Museu – grifos nossos*).

Que se destine 50 contos para ir completando a Capela do Cedro dotando-a agora com uma pia batismal, coro, organ, regulador público e torre conforme de há muito projetado. Que se ofereça a todo pessoal operário da Cia. um almoço com renovamento de sal de batismo que significa asseio ou higiene e também como sal da hospitalidade que significa estima e conforto (“Memorial” apresentado na Assembleia de Acionistas em 11/03/1945, p. 12 – *Acervo do Museu*).

As passagens anteriormente destacadas evidenciam o enredamento da ética religiosa com o *valor do trabalho* no discurso dos dirigentes, que chegam a aclamar a “missão” da companhia em função da *salvação espiritual* dos sujeitos. No segundo trecho, é interessante notar que o enunciado sobre a utilidade da religião no processo de despressurização da tensão de classes é reforçado ao se destacar que a posição do sujeito é ocupada por um “notável orador sacro”, deixando clara a inegável sobreposição entre o discurso da Fábrica e o da Igreja. Além disso, a devoção religiosa é apresentada como um legítimo legado de família, ao referir-se aos valores repassados pelo patriarca e pela matriarca – “os velhos de São Sebastião”. Tais passagens revelam a curiosa síntese entre o *poder disciplinar* e o *poder pastoral* no contexto da Cia. Cedro.

Se tatearmos pelos alicerces do discurso religioso cristão, torna-se óbvio que grande parte de seus enunciados encontra eco, forçosamente, nos cânones bíblicos. Assim, as liturgias orquestradas pelos sacerdotes e orientadas pelas *(re)interpretações* dos textos bíblicos são apresentadas a partir de um *recurso discursivo* especialmente convincente para os fiéis: elas assumem o *status* da “palavra de Deus”. Ou seja, apesar de os sacerdotes ocuparem a *posição de enunciação* no discurso religioso, é importante atentar que quando eles se remetem às escrituras sagradas, a *posição de sujeito* do enunciado é projetada para a esfera divina. Isto é, a própria figura de “Deus” ou de seus apóstolos emerge como enunciativa das condutas morais que se colocam como condição para a salvação das almas. Esse procedimento permite que os padres e os dirigentes da fábrica se desloquem do centro para as margens do discurso, em prol de

uma *instância superior* cuja *verdade* jamais deve ser desafiada. Considerando ainda que as missas no Brasil eram celebradas até 1965¹⁶ somente em latim, somando-se isso a elevada taxa de analfabetismo verificada entre os operários, fica clara a dependência deles em relação aos padres tanto para a tradução quanto interpretação dos princípios da ética cristã.

A articulação entre os imperativos de obediência e disciplina subjacentes ao saber religioso pode ser verificada em inúmeras passagens dos escritos bíblicos. Naturalmente, considerando a extensão e a complexidade dos textos religiosos é possível encontrar uma rica variedade e tipos de discurso, incluindo alguns visivelmente antagônicos. É importante frisar que não busco aqui, ingenuamente, reduzir todos os textos bíblicos à lógica da obediência servil ou simplesmente repetir o mantra – mais do que comprovado – da “religião como o ópio do povo”. O que me interessa é sublinhar que, *de fato*, alguns preceitos contidos no saber religioso foram *apropriados*, *ressignificados* e *utilizados* para subsidiar determinados regimes de verdade, garantindo suas inerentes relações de poder. A título de ilustração, são destacadas a seguir duas passagens bíblicas que articulam muito bem a construção da obediência e da sujeição como pré-requisitos para a salvação e que sugerem o peso desse tipo de discurso sobre os operários da época.

Cada qual seja submisso às autoridades constituídas. Porque *não há autoridade que não venha de Deus*, e as que existem foram instituídas por Deus. Assim, aquele que resiste à autoridade opõe-se à ordem estabelecida por Deus; e os que a ela se opõem atraem sobre si a condenação. Em verdade, as autoridades inspiram temor, não porém a quem pratica o bem, e sim a quem faz o mal! Queres não ter o que temer à autoridade? Faze o bem e terás o seu louvor. Porque ela é instrumento de Deus para teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme porque não é sem razão que leva a espada: é ministro de Deus, para fazer justiça e para exercer a ira contra aquele que pratica o mal. Portanto, *é necessário submeter-se*, não somente por temor do castigo, mas também *por dever de consciência*. É também por esta razão que pagais os impostos, pois os magistrados são ministros de Deus, quando exercem pontualmente este ofício. Pagai a cada um o que lhe compete: o imposto, a quem deveis o imposto; o tributo a quem deveis o tributo; o temor e o respeito a quem deveis o temor e o respeito (ROMANOS, cap. 13, Bíblia Sagrada, 1989, p. 1462 – *grifos nossos*).

¹⁶ A partir do Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, foram debatidos diversos temas como os rituais da missa, os deveres de sacerdote e a relação da Igreja com os fiéis e os costumes da época. Após essa série de conferências o formato da missa foi alterado e, ao invés do Latim, passou a ser celebrada no idioma de cada país, com o padre de frente para o público.

Admoesta-os a que *sejam submissos aos magistrados e às autoridades*, sejam obedientes, estejam prontos para qualquer obra boa, não falem mal dos outros, *sejam pacíficos, afáveis e saibam dar provas de toda mansidão para com todos os homens*. Porque também nós outrora éramos insensatos, rebeldes, transviados, escravos de paixões de toda espécie, vivendo na malícia e na inveja, detestáveis, odiando-nos uns aos outros. Mas, um dia apareceu a bondade de Deus, nosso Salvador, e o seu amor para com os homens. E, não por causa de obras de justiça que tivéssemos praticado, mas unicamente em virtude de sua misericórdia. Ele nos salvou mediante o batismo da regeneração e renovação, pelo Espírito Santo, que nos foi concedido em profusão, por meio de Cristo, nosso Salvador, para que a justificação obtida por sua graça nos torne, em esperança, herdeiros da vida eterna (TITO, cap.3, Bíblia Sagrada, 1989, p. 1525 – *grifos nossos*).

Considerando as passagens anteriores, é interessante notar que no primeiro trecho o enunciado sobre a “*legitimidade da submissão*” é sustentado a partir da transposição do poder divino para as autoridades. Dessa forma, resistir às autoridades torna-se sinônimo de desobedecer diretamente a Deus. É também visível o jogo de diferenças operado a partir do contraste maniqueísta entre o bem e o mal, fabricando os pares antitéticos do “*bom-obediente-louvido*” versus o “*mau-desobediente-temeroso*”. Além disso, o exercício de submissão é apresentado como um “dever da consciência”. De maneira similar, a segunda passagem trabalha o mesmo enunciado, estabelecendo conjuntos binários pouco coerentes, chegando a sugerir uma forçada equiparação entre os sujeitos “questionadores” com indivíduos “insensatos, maliciosos, transviados, invejosos”. A resposta para todos esses vícios? A *mansidão* e a *obediência*.

A influência da Igreja sobre a vida social dos trabalhadores da vila operária se expande sobre uma infinidade de aspectos e encontra ressonâncias através das gerações. A religiosidade continua com um caráter acentuado na região e tal presença ainda hoje pode ser facilmente percebida na fala dos operários aposentados. O papel da Igreja esteve presente até mesmo na regulação do tempo de lazer dos operários, controlando os horários de permanência nos espaços públicos por meio de um toque de recolher, que antigamente era comunicado todos os dias pelo repicar do sino da igreja. Tal artifício de regulação social não foi arquitetado apenas pelos sacerdotes religiosos, mas também possui raízes na própria disciplina fabril aplicada pelos dirigentes da CCC e estendida para a vida social na Vila Operária.

Aí chegava depressa pra tomar banho de bacia, não existia [chuveiro]. Esquentava a água pra tomar banho de bacia pra fazer um “*foot*”. Ali, a gente ficava passeando pra lá e pra cá e os rapazes parados. Era o “*foot*”, era namorar... Era a coisa mais interessante. [...] E aí tinha outro detalhe... Aí podia ficar até tantas horas que podia ficar no “*foot*”. Dava nove horas ali, o padre, o pastor que tivesse ali, dava o sinal. Quando eles davam o sinal, todo mundo tinha que ir. E se passasse também da hora, os pais buscavam. Não deixava não (Sra. Tereza – operária aposentada da Cia. Cedro).

Por fim era às quatro da tarde que eu saía [da fábrica]. [...] Ia pra casa, arrumava as coisas, e depois pra igreja. Depois, assim, mais tarde, porque nessa época, aqui na comunidade, tinha missa todos os dias, né? Então, eu não perdia, né?

– *Então a senhora ia todos os dias à missa?*

Todos os dias. Chegava às quatro horas. Era tudo chão, poeira. Varria o terreiro, até capinava o quintal. Às vezes capinava num dia, sabe? Cada dia eu fazia um pouco. E aí, quando estava dando à tardinha mesmo, eu tomava banho, jantava e ia pra missa. Todos os dias. (Sra. Sebastiana – operária aposentada da Cia. Cedro).

Essa discussão revela elementos das condições existentes da porta da fábrica para fora, evidenciando como se organizava o espaço e as relações no contexto da vila operária. Já foi dito que os donos da fábrica eram detentores dos empregos e das moradias. Entretanto, suas posses e sua influência iam muito além, chegando, em alguns momentos, a abarcar todos os recursos e serviços essenciais existentes nas vilas operárias. Esta, sem dúvidas, representava a extensão do poder da fábrica. Difícil afirmar se a opção por centralizar todos esses serviços se deu simplesmente em decorrência da necessidade inicial de prover toda a estrutura elementar ou se tal estratégia, desde o início, foi concebida como parte fundamental do sistema disciplinar idealizado pelos dirigentes da Companhia. O fato é que os donos da fábrica foram, por muito tempo, os únicos responsáveis pelo abastecimento dos gêneros básicos de subsistência, mantendo-se como donos do armazém e do açougue. Ainda se mantiveram como donos das terras para o plantio e das áreas de pesca, como rios e lagoas, existentes na região. Controlavam também o abastecimento de água e, a partir de 1929, com a inauguração da usina hidrelétrica “Pacífico Mascarenhas”, a Cia. Cedro torna-se responsável pela geração e distribuição da luz elétrica para suas fábricas e para toda a localidade. Finalmente, eles também foram responsáveis por implantar e, inicialmente, gerir os serviços de transporte, *policimento*, educação, saúde e lazer para os trabalhadores. Os trechos a seguir resgatam alguns desses marcos.

Os proprietários sustentam duas escolas nocturnas de primeiras letras para os dois sexos que são frequentadas por 70 alunos. Dos 130 empregados da fábrica 63 sabem ler e escrever (Carta datada de 19/03/1882, assinada por Mascarenhas Irmãos – *Acervo do Museu – português transcrito do original*).

Foi criado em cada fábrica da Companhia um armazém, montado em condições de bem servir aos operários, fornecendo-lhes todos os gêneros de primeira necessidade, mediante a porcentagem máxima de 10%, tendo eles as fazendas de qualquer de suas fábricas pelo custo e carreto, excetuando-se, porém, as bebidas alcoólicas, que serão fornecidas pelos preços comuns do comércio (Caixa de Correspondências Recebidas, 1893 – *Acervo do Museu*).

Devido ao espírito progressista do Sr. Coronel Caetano Mascarenhas acha-se prestes a ser inaugurada a água potável tirada da Taquara [...] (Jornal *O Tabuleirense*, Anno II, nº 20, Taboleiro Grande, 03/05/1904).

Inaugurou-se, a 14 do corrente, neste lugar, o cinema cedrense, de propriedade do nosso amigo major Annibal Pinto Mascarenhas. A machina projectora que foi ha pouco adquirida, no Rio, é excellente [...]. Merece elogios o major Annibal que não mediu sacrifícios para a montagem desse centro de diversão e que procura, assim, contribuir para o progresso desta localidade (Gazeta de Paraopeba, Ann XII, nº 691, Villa de Paraopeba, 21/05/1922 – *português transcrito do original*).

Olha, nessa época, ela [a Cia. Cedro] representava... Como que eu posso colocar pra você? Nessa época, ela representava uma coisa forte pra comunidade, porque era a única que prestava serviço pras famílias, pra comunidade, né? Era a única. [...]

E a energia elétrica, como era nessa época, em 1954?

Misericórdia! (risos) Era difícil demais, saía da serra do Cipó e tinha as horas. Tinha as hora pra gente ter luz. Porque a eletricidade, a luz na casa tinha as horas. [...] Seis horas [da tarde] era ligada. E sabe como que chamava, que a comunidade colocou o nome?

Tomatinho.

Por que tomatinho?

Porque ela não “lumiava” nada e a gente ficava doida pra ver o rosto dos namorados, e não dava pra ver (risos). [...] [A luz era] fraquíssima, fraquíssima. Era dela mesmo, essa energia era dela mesmo, da companhia Cedro (Sra. Tereza – operária aposentada da Cia. Cedro).

O monopólio sobre praticamente todos esses serviços e a força política adquirida pelos dirigentes da fábrica chega a sugerir a imagem de uma anacrônica vila de “traços feudais”, paradoxalmente, ligada ao surto progressista e industrial do qual constituiu o epicentro. As quantias cobradas pela Companhia pelos aluguéis, pela luz e pelos gêneros alimentícios (retirados em consignação) eram descontadas diretamente na folha de pagamentos ao final de cada mês. Apesar de os valores cobrados pelos serviços serem referenciados como relativamente baixos ou em alguns casos gratuitos, devido ao salário igualmente baixo pago aos operários, o desconto em folha fazia com que alguns

trabalhadores não chegassem sequer a receber o salário em espécie. Ou seja, toda sua remuneração voltava para os dirigentes da fábrica, para amortizar suas dívidas.

[...] é na qualidade de jornalistas independentes que temos advogado a causa que pleiteiam os operários da fábrica do Cedro: o aumento dos salários [...] a maior parte dos que ali labutam honradamente, cooperando para o engrandecimento da Cia. Cedro e Cachoeira, não é remunerada com a devida equidade. Há ali, por exemplo, pais de família que vencem 2\$000 réis diários, moços que ganham 1\$500 e meninos que recebem \$500, o que fora de dúvida, num tempo destes, não é suficiente, nem para “se passar mal” (Gazeta de Paraopeba, Villa de Paraopeba, 15/09/1918, Ano VIII, nº 507, p. 1).

Quando falava que o pagamento ia sair, meus colegas: “Ô, vai sair o pagamento!”. E eu ia lá no cantinho e tal, dentro da seção e rabiscava meu nome lá escondidinho. “Ô [Pedro] o pagamento foi bom demais!”. E eu recebia zero no pagamento. Porque o pagamento do meu pai não dava pra sustentar minha família. E ali foi muitos anos que eu recebi zero, mas eu nunca desesperei... Sempre aquela humildade, sempre Deus me ajudou e aí que eu cheguei no ponto que eu tô hoje (Sr. Pedro – operário aposentado da Cia. Cedro).

O armazém fornecia tudo para os operários, pertencia ao Sr. Aníbal. Não se comprava com dinheiro, tudo anotado e quando se recebia o salário, se pagava a dívida. Alguns nem recebiam o salário, que ficava tudo no armazém (Relato de Dona Lia, operária aposentada da Cia. Cedro – extraído de LIMA, 2009, p.188).

Igualar a vila operária a um feudo seria, sem dúvidas, precipitado. Entretanto, as “funções de Estado” e o papel político assumido pelos dirigentes da companhia são inquestionáveis. Os trechos reproduzidos a seguir representam exemplos emblemáticos do quanto as relações de poder foram por um longo tempo marcadas pelo uso de “prerrogativas de Estado” por parte dos dirigentes da Cia. Cedro:

Como todo mundo ficou sabendo, o gerente da Companhia, para vingar-se do Sr Mariano Cardoso que aqui reside e é moço de caráter independente (qualidade esta que constitui um verdadeiro perigo para quem a possui), mandou cortar à noite o cano que levava água ao chafariz do alto do cruzeiro, onde se abastecia o Sr. Cardoso (Gazeta de Paraopeba, 28/02/1915, Ano IV, nº 203, p.3).

A fim de evitar questões ou mal-entendidos com fulano de tal (cita o nome do operário), *ficam proibidas quaisquer transações* comunicações com o referido Sr. ou seu preposto, devendo notificar (cita o nome de outros dois chefes) sobre este ponto. As relações-comunicações a que me refiro são compra ou venda de material, lenha ou operação de açougue, mesmo a dinheiro à vista. *Quem infringir esta ordem será sumariamente dispensado*

do cargo. Quanto ao serviço de luz, recibo será enviado ao Escritório Geral [localizado em Belo Horizonte, a cerca de 100 km de distância] para a respectiva cobrança direta, não devendo ser ao mesmo apresentado por este escritório (Carta assinada pelo gerente da Cia. Cedro, década de 1930, citada por Giroletti, 1991, p. 161 – *grifos nossos*).

Como as normas regulamentares, proibindo a organização de “batuques” nas residências dos operários ou impondo o sossego público, não eram seguidas nos arrabaldes, o gerente da Cedro passou a acobertar, segundo um informante, a ação de determinado “justiceiro popular”, um misto de “bandido e moralizador”, que se encarregava de desfazer as reuniões, de espancar os frequentadores, quebrar as violas, vasilhames, pratos, móveis... sem que fosse molestado pelos empresários ou denunciado à polícia. A Companhia sempre solícita na manutenção da ordem pública, no desarme de tumultos e no cumprimento da lei, nada fez para que estes espancamentos e estas violências cessassem. O banditismo era pragmaticamente tolerado porque funcionava como um aliado na ação disciplinadora e moralizadora empreendida pelos empresários (Giroletti, 1991, p. 160).

A Cia. Cedro também chegou a formar sua própria guarda privada incumbida de garantir a segurança da fábrica e o “sossego” da vila operária. Com a atuação desse corpo policial particular, os dirigentes da companhia passaram a deliberar até mesmo sobre o direito de ir e vir dos moradores da vila, repreendendo agressivamente aqueles que eram flagrados alcoolizados ou em atividade suspeita. Assim, como já citado, foi instituído o toque de recolher, acionado pelo repicar dos sinos a partir das 21h. Desse horário em diante estavam suspensas todas as atividades sociais, sendo permitido aos operários circular apenas em caso de emergência ou portando uma autorização por escrito da Companhia.

Foi criado um corpo de ronda neste lugar, não se podendo transitar à noite na rua que vai do escritório ao Moinho, sem que se requeira licença ao guarda respectivo ou se apresente um salvo conduto. Informaram-nos mais, brevemente será decretado o estado de sítio neste lugar [...]. O inspetor de quarteirão desta fábrica acaba de mandar confeccionar duas camisas fortes, dizem, para serem metidas nas pessoas que se embriagarem aqui, as quais ficarão ainda sujeitas a uma surra (Gazeta de Paraopeba, 30/08/1914, Ano IV, nº 177, p. 4).

O cidadão Josias Diniz Mascarenhas, Delegado de Polícia desta Villa Paraopeba, na forma da lei, FAZ saber aos que o presente edital virem, ou d'elle noticia tiverem, que, de acordo com os dispositivos dos artigos 369 e seu paragrapho e 370 do Código Penal, não consentirá d'ora avante, jogos illicitos claramente especificados nos alludidos artigos e paragrapho. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou lavrar o presente edital que será publicado pela imprensa local e affixado em logar mais publico da Villa (Nota que circulou na imprensa local, datada de 30/09/1915 – Acervo do Museu – *português transcrito do original*).

A partir dos trechos anteriores, também fica clara a estreita relação mantida entre a companhia e as autoridades policiais, aparentemente fortalecida pelos laços de parentesco existentes entre o delegado e os dirigentes. Considerando que os dois trechos referem-se ao mesmo período (1914-1915), é possível inferir que a atuação da polícia no plano formal da *Lei* reforçava a busca pelos padrões morais requeridos dos operários, ao mesmo tempo em que ignorava a violenta repressão orquestrada pela milícia privada da fábrica, sem intervir em sua atuação, realizada paralelamente ao poder público.

Nesse ínterim, é importante abordar um dos principais instrumentos empregados na regulação social da vila operária: o *Regulamento Externo*. Enquanto o *Regulamento Interno* cuidava da disciplina e da conformação do sujeito à máquina no interior da fábrica, sua dimensão externa buscava vaticinar, de forma igualmente disciplinar, sobre as condutas exigidas para a permanência do indivíduo na vila operária. Este dispositivo reproduz e se comunica diretamente aos preceitos morais que se buscava incutir no ajustamento da subjetividade dos operários. O controle de suas condutas e hábitos não importava apenas dentro da fábrica, mas, na realidade, se estendia aos aspectos mais rarefeitos de sua vida social e familiar.

É proibido:

§ 1º. Consentir ou dar em casa jogos, batuques ou reuniões immorais, consentir bebedeiras, desordens, espancamentos e tudo mais que perturbar o sossego público.

§ 2º. Invadir quintais ou casas. Subtrair frutas, galinhas, roupas ou outro qualquer objecto contra a vontade de seu dono. Inquietar ou faltar o respeito às famílias.

§ 3º. Lançar nas ruas ou praças animais mortos ou moribundos e immundícies de cheiro desagradável.

Pena para os § 1º e 2º - Multa de Rs. 5\$000 – Rs. 10\$000 - na reincidência – Expulsão pela 3ª vez – além de usarmos dos direitos que a lei concede nos casos de furtos, etc. [...]

§ 5º. Rabiscar paredes dos edifícios com pinturas ou inscrições immorais ou caricaturas de qualquer natureza. [...]

§ 8º. Fazer algazarras pelas ruas, praças ou casas, perturbando o sossego público – principalmente depois das nove horas da noite.

§ 9º. Conservar águas estagnadas, lamas podres ou quaisquer immundícies nas testadas de frente e de trás de suas casas, que deverão se conservar sempre limpas.

§ 10º. Criar porcos, cabritos ou carneiros soltos nas ruas devendo ser peiadas as cabras que amamentarem crianças. [...]

§ 12º. Utilizar-se de imóveis, materiais, ferramentas, utensílios, lenhas ou quaisquer objectos pertencentes a fábrica.

(Regulamento Externo, 1872 – *Acervo do Museu – português transcrito do original*).

No Regulamento em questão, é possível isolar o enunciado aqui denominado “*a conversão dos hábitos*”, que se traduz nitidamente nas transformações que se buscava inculcar nas condutas e nas práticas cotidianas do operariado em formação. O documento enfatiza o controle do ócio e da sexualidade, a proteção à propriedade privada, os cuidados de higiene e os padrões sanitários que deveriam ser adotados nos lares e o imperativo da preservação da moralidade, dos *bons costumes* e da família monogâmica. Em suma, o *Regulamento Externo* foi capaz de aglutinar os principais elementos que deveriam ser impregnados na *alma* dos operários da CCC. Tais preceitos morais eram levados em consideração, inclusive, para a contratação de novos operários, buscando-se sempre que possível eliminar quaisquer brechas que pudessem dar margem a comportamentos reprováveis.

[...] Para ser admitido como operário precisa preencher as seguintes condições: [...]

e) Ter *boa conduta, bom nome e boa moralidade*, sendo dispensável imediatamente quem fugir deste caminho ou perder o bom nome.

f) Não serão aceitos viciados como embriagados, gatunos, sujos, qualquer mão de vício, enfim sendo os preguiçosos dispensados logo que venham a descobrir este vício pelo fato de só fazerem o serviço suscetível de ser visto. *O exemplo de preguiça é de muito mau efeito e este vício pega, um preguiçoso só, pode por todo um corpo de operários inútil e por isto precisa ser dispensado.*

g) Não é permitido no serviço pessoas que sustentam pessoas inválidas e sem emprego e quando tiverem hóspedes avisar ao gerente para este saber quais as pessoas e quem estão. [...]

Cada operário no ato de ser contratado sem discrepância de nenhum terá o gerente de expor e esclarecer todos os princípios [...] cientificando-lhes que serão aceitos uma vez que concordem com os mesmos e recebam e *acatem visitas domiciliares feitas pelo gerente* bem como os conselhos que lhe der no sentido de melhor dispor a casa e suas dependências, sobre esse assunto a Cia. tomará conhecimento do bom ou mau procedimento dos operários fora da fábrica e dos domínios da Cia., castigando-os com suspensão ou expulsão os que praticam maus atos e tomando nota dos bons atos. *Um bom operário pode ser dispensado por ser um mau homem* (Carta assinada pelo Gerente da CCC - Livro Copiador da Fábrica do Cedro 1916-1917, p.131-140 – *Acervo do Museu – grifos nossos*).

Seu serviço compreenderá: ajudar o mestre da repartição da tecelagem, sob cuja direção trabalhará, havendo-se com todo esmero na fiscalização e limpeza das máquinas, [...] portando-se com todo o respeito e seriedade para com todos os empregados, *máxime para com as senhoras*, que sob sua direção trabalharemos (Trecho de contrato datado de 12/02/1887 – *Acervo do Museu*).

[...] Eu poderia arranjar um tear para o Herculano, no tecer, mas imagino que rapaz solteiro, em contacto com moças é o diabo. Aparecem logo namoricos, cousas e lá se vai tudo a razo (Carta assinada pelo Gerente, datada de 12/04/1886 – *Acervo do Museu*).

O *peso moral* presente nos processos de contratação fica evidente nos trechos reproduzidos anteriormente. Dentre os critérios para a contratação, destacam-se o bom *nome* e a boa *conduta* dos indivíduos, bem como a capacidade de manutenção dos mesmos. O enunciado sobre o *valor do trabalho* permeia todo o documento, a partir da condenação da *preguiça* e de seu elevado potencial de “contágio” nas práticas dos sujeitos operários. Além disso, não bastava apenas aceitar se submeter às regras juramentadas no contrato; o operário devia, literalmente, abrir as portas de sua casa para as visitas dos gerentes. Tais visitas, longe de serem sociais, eram conduzidas como *inspeções*, realizadas para averiguar o grau de ordem e de moralidade mantido pelo operariado em seus lares. Esse procedimento reflete muito bem o nível de interpenetração entre o público e o privado, em que os dirigentes da Cia. questionavam sobre a situação *laboral* de todos os membros da família (afinal, a presença de “vadios” não seria tolerada mesmo fora das fábricas) e, ainda, deveriam ser informados até mesmo do “perfil” dos hóspedes recebidos pelas famílias em suas casas. Esse *exame*, que individualizava e avaliava cada família, permitia aos dirigentes delinear um *mapa disciplinar* da vila operária, checando o grau de consistência moral de seus empregados, a fim de constatar se o *bom operário* também era um *bom homem*, merecedor de habitar as casas da companhia. Além disso, era possível inventariar e classificar as famílias, operando separações, ao se distinguir as “melhores” das “piores”, a partir da comparação com os parâmetros morais estabelecidos.

O esparso tempo livre dos trabalhadores também demandava o olhar atento dos dirigentes. Inicialmente, a Cia. buscou combater os “jogos, batuques ou reuniões imorais”, proibindo e utilizando de *todos os meios* ao seu alcance para sufocar tais manifestações. Por muito tempo, apenas as festividades religiosas ou as celebrações oferecidas pela própria companhia foram toleradas. Entretanto, pouco a pouco, foram concedidos aos operários alguns espaços de lazer e algumas atividades foram incentivadas, sendo a maioria controlada e administrada pela Companhia. Dentre as opções de lazer, é possível assinalar a formação do time de futebol da Cia. Cedro, a criação do cinema, o surgimento de uma banda formada pelos operários e a fundação de

um clube recreativo, onde ocorriam os bailes da cidade. Mesmo décadas após a fundação, o respeito aos padrões morais e o bom comportamento continuaram a representar condições *sine quibus non* para que os operários pudessem acessar e usufruir destas opções, conforme ilustram as regras do clube recreativo, datadas da década de 1950, reproduzidas a seguir.

A administração deste clube, que sempre manteve no empenho de proporcionar às famílias que aqui frequentam, um ambiente alegre e de recreio agradável, pede aos senhores frequentadores, por obséquio, observar o seguinte:

1. Não provocar desordens
2. Comparecerem convenientemente trajados e é indispensável a gravata
3. Dançar decentemente e com respeito
4. Não é permitida a entrada de assistentes sem gravata e mal trajados
5. Fica expressamente proibido a entrada de pessoas alcoolizadas e armadas
6. As damas ficarão também obrigadas a trajar a calça convenientemente
7. É aceito a presença das empregadas domésticas uma vez que procedam a contento
8. Fica proibido a frequência de menores sem a companhia dos pais ou responsáveis (Regras divulgadas pela Diretoria do Clube Recreativo da CCC, datadas de 23/12/1954 – *Acervo do Museu*).

O cerceamento do tempo livre do trabalhador e seu direcionamento para atividades consideradas sadias pela Administração da fábrica cumpriam, ao menos, duas funções importantes. A primeira era preservar os padrões morais que estavam sendo, gradativa e *custosamente*, inculcados nos indivíduos. A segunda era resguardar o “sossego público”, a fim de garantir que os operários contassem com um ambiente tranquilo e com um tempo de repouso adequado para recuperarem suas forças para o trabalho. Assim, não havia tolerância para os operários que se entregassem à boêmia ou a vícios, desperdiçando levemente suas energias. Na carta reproduzida a seguir, trocada entre dois gerentes da CCC, fica claro o papel reformador que se esperava deles. Isso torna evidente a faceta positiva do poder, voltada para fabricar realidades, sustentar sinais e produzir sentido. Ou seja, a função dos dirigentes nunca se limitou a apenas fiscalizar e punir, mas também *convencer, converter e formar* uma nova visão de mundo para os operários. No documento abaixo, o enunciado sobre a *conversão dos hábitos* se liga claramente a uma “*onto-missão*” de solidariedade humana abraçada pelos gerentes em prol da constituição de sujeitos de “alta e pura” consciência.

[...] Quanto a sua vida íntima, tão ligada a sorte do funcionário deverá ter todo o cuidado em estar sempre bem alojado em lugar limpo e arejado e devidamente resguardado [...] para produzirem o necessário vigor; repouso reparador é da maior importância e só é possível naqueles que tenham sua consciência bem alta e pura e sem ele a necessária solidez e nitidez de idéias inerentes a este cargo bem como a segurança de ação podem faltar, sacrificando o futuro do mesmo funcionário; muitas vezes um homem menospreza estes atos básicos da vida e vícios e males se infiltram degradando-o e destruindo-o. *Evitar todo excesso material ou moral ou intelectual* usando de tudo sem abusar de nada. Estribado num tal procedimento *aconselha-o aos seus subordinados, convencendo-os das vantagens* que daí advirão, *esta será uma obra de solidariedade humana muito moral e muito meritória*, em alguns casos será mesmo uma obra de caridade (Carta assinada pelo Gerente da CCC, Livro Copiador da Fábrica do Cedro de 1915-1916, p. 122-24 – *Acervo do Museu*).

Dentre os vícios combatidos pelos dirigentes, a questão do alcoolismo desponta em diversos documentos como um dos desregramentos mais comuns. Apesar de a venda de bebidas alcoólicas ser permitida na vila operária, seu consumo excessivo era mal visto pelos dirigentes, que dispensavam os ébrios ou tentavam operar *corretivamente* sobre eles. A embriaguez constituía um duplo problema: fora da fábrica, afrontava a austera moral exigida dos moradores da vila e podia perturbar o sossego público; dentro da fábrica, elevava os níveis de absentéismo, fazia cair a produtividade e podia gerar acidentes de trabalho, trazendo prejuízos de ordem financeira. As cartas exibidas a seguir tratam do caso de um operário demitido em decorrência do alcoolismo. Após um tempo “exilado” da vila operária, o ex-empregado voltou implorando pelo seu antigo posto de trabalho.

O Henrique apareceu cá em estado deplorável de miséria, lamentando sua triste sorte e as desgraças que foi vítima. Tencionava passar por ahi, para de joelhos pedir-te perdão, [...] viajou perseguido de todas as infelicidades, chegou de pés inchados, de caminhar e muito triste. Trouxe-me carta do Antônio pedindo-me para arranjar-lhe algum emprego e dizendo-me que estava com muito dó do Henrique. Este cujo encontro com o filhinho comoveu-me muito, apresentou-me a carta do Antônio, e eu disse-lhe que tudo dependia de você, e que, só você é que poderia dar ordens a respeito [...]. Prometeu que nunca mais tocará em bebidas, que foi a causa principal de sua grande desgraça. Com seus infortúnios, às vezes perdia a paciência e tinha vontade d’algum acto de loucura, mas havia uma força oculta que o chamava à paciência... era o amor ao filhinho [...]. Enfim, aqui está o homem e eu disse-lhe que como tinhas de vir cá, pela semana santa, conversasse contigo. Está doente de moléstias resultantes da febre amarela de que foi atacado no Rio. Não lhe dou os teares sem que primeiro converse contigo [...] (Carta assinada pelo Gerente, datada de 12/04/1886 – *Acervo do Museu – português transcrito do original*).

O tal Henrique já me aborrece aqui e não tenho remédio senão fazê-lo tomar rumo, pois já está n'uma cachaça dannada e já veio aborrecer-me no escriptório. É mesmo causa ordinária e indigno de ser nosso empregado. Não o quero nem pagando-me elle. Ainda por cima, tenho dó de sua pobre mulher (Carta assinada pelo Gerente, datada de 30/04/1886 – *Acervo do Museu – português transcrito do original*).

Outras fontes documentais retratam casos similares, denotando claramente que, sempre que possível, os dirigentes empregavam dispositivos disciplinares, recorrendo, por exemplo, à aplicação de multas ou advertências, com o intuito de dissuadir os operários a largarem o vício. Giroletti (1991) narra o caso do Mestre Vitta, que ocupava um cargo de chefia na produção e que repetidas vezes apresentara-se embriagado. Por ser considerado tecnicamente superior e, portanto, de grande valia para a companhia, ao invés da expulsão, seu quadro de embriaguez foi punido com a transferência entre as fábricas da CCC. Assim, era possível preservar a moralidade do lugar sem perder a mão de obra qualificada do funcionário. Os dirigentes chegaram a lavrar um “*pacto de abstinência*” com o operário que previa uma pesada multa em caso de reincidência no vício. Com o passar das décadas, esse tipo de “pacto” cedeu lugar a advertências respaldadas pelas leis do trabalho.

Tenho prometido, ao Sr. Gerente da Fábrica do Cedro, deixar de tomar bebidas alcoólicas, de maneira a não cumprir corretamente com os meus deveres de empregado, sob multa de 200\$000 (duzentos mil réis) por cada vez que beber, que serão aplicados como esmola à Matriz de Taboleiro Grande, ficando desde já o mesmo autorizado a entregar por minha conta a quantia supra, Cedro, 15-05-1900, As. Fernando Vitta (Caixa de Correspondências Recebidas, 1900 – *Acervo do Museu*).

Pedimos-lhe para abster-se de bebidas alcoólicas, mesmo fora do estabelecimento, porque isto tem acarretado prejuízos à empresa devido à sua pouca disposição para o trabalho e a tremura que lhe atrapalha as mãos para emendar fios na engomadeira – Artigo 481 da Consolidação das Leis do Trabalho (Carta assinada pelo Gerente da CCC e enviada para o operário Orestes Gomes de Souza, datada de 28/06/1954 – *Acervo do Museu*).

Giroletti (1991) argumenta que a persistência demonstrada pelos dirigentes no caso do Mestre Vitta era justificável por se tratar de um operário de excelente formação e que ocupava cargo de chefia. A posição elevada tornava o valor desse “ato de salvamento” especialmente importante não apenas por resguardar a mão de obra

especializada, mas principalmente por representar um *exemplo* valioso de *conversão* a ser ostentado diante de toda a massa de operários. Afinal, os exemplos deveriam começar por aqueles hierarquicamente superiores. Contudo, converter os hábitos e operar sobre as almas não era tarefa simples. O caso protagonizado por *Mister James* traduz muito bem a estatura do desafio enfrentado pelos gerentes da CCC.

Tendo eu viajado para S. Sebastião a despedir-me de minha mãe, no sabbado p.p., em minha ausência houve aqui sennas desagradáveis motivadas pela embriaguez em que sempre vive o Sr. James (não dentro da fábrica por que eu não consentiria) [...] a pretexto de brigas ou más repostas da inglesa ao inglês velho, o Sr. James deu-lhe muita pancada, e como ninguém soubesse n'esse dia passou-se em segredo. No domingo embriagou-se o Sr. James, e começou com novas surras em sua mulher, com grande escândalo e gritaria, e com revólver e espingarda a querer atirar na coitada; nesse ínterim veio um empregado acudir o barulho e arrancar a mulher das garras de tal homem, e foi esbofeteado pelo Sr. James. O empregado, vendo-se insultado, agarra o inglês e dera-lhe muita pancada, deixando-o soffrivelmente esmurrado e algum tanto contundido, *não tanto quanto merecia*. O compadre Ricardo mandou o inspector do quarteirão intimá-lo para conter-se senão seria remetido para o Curvello. Chegando e sabendo de tão desagradáveis ocorrências que poderão ter trazido consequências bem funestas, *chamei o Sr. James ao escriptorio, li o artigo do contracto* em que diz: poderá ser dispensado se perder as qualidades necessárias para mestre geral, e perderá a multa depositada para garantia do contracto, etc, etc... Fiz-lhe ver o seu procedimento infame, *a falta de respeito ao estabelecimento*, a constante embriaguez em que vive etc. e que a primeira vez que tais sennas se repetirem eu o dispensaria, pois que não me inspira confiança alguma com seu mau procedimento e falta de respeito a seus subalternos, a ponto de ser espancado por um d'elles e com toda razão [...] *Não reprendhi o empregado, antes louvei o seu procedimento* uma vez que desagravou o seu caráter ofendido pelo inglês bêbado e insolente. A mulher inglesa, esteve escondida e dormiu no mato receosa de ser assassinada. [...] O inglês velho vive sempre embriagado, e na minha opinião, eu os despacharia todos se as cousas não melhorassem, ao contrário *a falta de respeito e confiança desmoralizará isto aqui*, o que não convém, *mui principalmente partindo a desmoralização do mestre geral do estabelecimento* (Carta assinada pelo gerente da CCC, datada de 09/06/1888 – *Acervo do Museu – português transcrito do original – grifos nossos*).

No episódio acima retratado, salta aos olhos o “talento” demonstrado pelo mecânico inglês em acumular transgressões. A um só tempo, recaem sobre ele as queixas de embriaguez, espancamento e tentativa de homicídio, denegrindo sua imagem diante dos dirigentes e de seus subordinados. O *ritual disciplinar* deflagrado após o ocorrido é demarcado pela ida do Sr. James ao escritório do gerente, que *reaviva* para o inglês bufão as regras contratuais que abarcam o que seria a conduta esperada de um

Mestre Geral e o ameaça com a perda da multa contratual em favor da Companhia. A função enunciativa que atravessa o documento se liga e justifica a imperativa necessidade de conversão dos hábitos ao destacar que a *desmoralização*, as más posturas e a quebra do pacto de confiança poderiam arruinar a fábrica, principalmente quando a descompostura parte de um indivíduo que ocupa um alto posto, como o de Mestre Geral. A valorização da ordem e da moral é nitidamente exacerbada pelo enaltecimento da atitude do operário subordinado que surrou seu chefe, buscando defender sua honra. Pela gravidade do caso, pode-se inferir que uma segunda chance foi concedida ao Sr. James, pela dificuldade em encontrar outro profissional que pudesse prontamente substituí-lo no cargo.

Sem dúvidas, os casos de bebedeira representavam um problema que afetava tanto a vila operária quanto a fábrica, podendo gerar impactos negativos na taxa de produtividade desta última. No entanto, o álcool estava longe de constituir a maior fonte de insalubridade ou o principal detrator da saúde dos trabalhadores. Cabe lembrar que o vigor dos operários era periodicamente confrontado por toda sorte de moléstias, provenientes das condições de trabalho, de problemas sanitários ou de doenças endêmicas da região. A ignorância sobre os princípios básicos de higiene por parte da maioria dos trabalhadores acentuava a agudez da situação. Surtos de malária, febre amarela e coqueluche são referenciados em algumas cartas, dando ideia das mazelas que assolavam o sertão de Minas no final do século XIX.

[...] A temperatura deste últimos dias tem estado muito agradável, tendo o número de óbitos pela febre amarela decrescido bastante, mas ainda assim, não acho muito prudente a sua vinda já, apesar de ter urgente necessidade da sua presença. Se achares que nada te poderá suceder então pode vir, porque o medo é pior. [...] (Carta trocada entre gerentes da CCC, datada de 08/04/1896 – *Acervo do Museu*).

Sinto que teus meninos estejam de coqueluche e tenho fé de que passarão a salvo essa epidemia que bem incommoda aos coitados pequeninos. [...] (Carta assinada por Caetano Mascarenhas, datada de 17/10/1888 – *português transcrito do original – Acervo do Museu*).

Estado sanitário: Conserva-se regular, a não ser um ou outro caso destacado de intermitente epidemia de sarampo que no mês de novembro e dezembro agravou-se com intensidade. Morreram repentinamente três mulheres durante o ano, e alguma crianças em consequência de bronquite (Carta assinada pelo Gerente Francisco Mascarenhas, datada de 30/12/1891 – *Acervo do Museu*).

Organizei o novo convento [...] e fiz um bom banheiro e latrina, e está tudo organizado com as melhores condições higiênicas, tudo muito arejado, pois as pobres operárias dormiam em cubículos infectos e havia sempre grande número de enfermas, o que não há mais (Carta assinada pelo Gerente, datada de 05/10/1887 – *Acervo do Museu*).

O estado sanitário aqui é o que agora vai me dando bem o que pensar, pois tem aqui só em uma casa duas moças bem mal e uma delas me parece não escapará, o que para nós aqui será terrível, *em vista da má fama* que aqui tem. Vai o portador para veres com o Bahia passar aqui uma visita e socorrer a esses doentes que de certo morrerão a míngua se não se acudir prontamente, pois, bem *deves calcular que celeuma haverá com um só caso de morte* que aqui se dê. É de muita urgência montar-se já uma farmácia aqui e isto sem perda de tempo, e mandar chamar o Antonino para tratarmos de comprar por aqui mesmo ou Jequitibá alguns remédios e trazer para aqui (Carta assinada por Caetano Mascarenhas, datada de 15/12/1893 – *Acervo do Museu*).

Na ausência de serviços públicos de saúde e de saneamento, os dirigentes da fábrica assumiram para si o ônus das políticas sanitárias. Além das preocupações humanitárias, um grupo de operários parados por motivos de saúde correspondia a um conjunto de teares inoperantes. Sem falar que a “má fama” decorrente de óbitos causados por epidemias poderia afugentar os operários residentes e dificultar o agenciamento de novos trabalhadores. Além das reformas estruturais levadas a cabo, também era necessário promover novos padrões de higiene entre os operários. Mas como fazer aflorar entre os sujeitos novos hábitos sem recorrer apenas a estratégias repressivas?

Figura 13 – Banheiros da Fábrica de Cachoeira



Fonte: *Acervo do Museu, S/D.*

A estratégia posta em prática foi iniciada pelo patamar mais basal. Um dos primeiros serviços de higiene oferecidos aos operários foram os “Banheiros de Vitalidade da Fábrica do Cedro”, acompanhados de um regulamento e seus preceitos. A iniciativa consistia em oferecer um banho semanal a cada operário, que deveria previamente agendá-lo, comparecendo na data e no horário estipulados. Na parte superior da capa de apresentação do folheto dos serviços de banho, estava inscrita a *rubrica religiosa*: “Sêde sobretudo limpos e asseados – Papa Leão XIII”. Os preceitos que acompanhavam o regulamento exaltavam os benefícios de se tomar banho regularmente e, além disso, decompunham o ato de se banhar, detalhando cada etapa elementar envolvida no processo. Também se somava aos banhos conselhos sobre a importância de outros hábitos higiênicos, como escovar os dentes, cortar as unhas e aparar os cabelos.

O banho, pois, *cura certas moléstias*, atalha muitas outras, perfectibilisa as pessoas sadias que delle faz uso e *constitue prazer delectável* para pessoas perfectas, como *para todo vivente sobre quem Deus faz cair a chuva benéfica do Ceu*. [...] Antes do banho, que não deve ser usado com estomago cheio, deve-se limpar os entre dentes com palito ou fio de linha, escová-los e à bocca com sabão commum e gargarejar, enxaguar a garganta com água desinfectante ou pura; cortar as unhas dos pés e das mãos, aparar a barba (se a tiver) e uma vez por mez aparar o cabello. Os banhos de chuva, neutros ou frios, devem ser tomados de 2 jactos, sendo o primeiro rápido para molhar o corpo, feito o que se esfrega com toda força com bom sabão, fazendo a massagem enérgica da pelle e músculos. Em seguida tomam-se um jacto para enxaguar a fundo, sem deixar nenhum sabão na pelle. [...] Após o banho é indispensável usar roupa limpa para que a pelle não reabsorva os venenos perigosos que contem a roupa suja. [...] Ainda hoje discutem os sábios a vantagem de enxugar, ou não, o corpo após o banho (Regulamento Interno dos Banheiros, S/D – *Acervo do Museu – português transcrito do original – grifos nossos*).

É importante ressaltar que neste caso a função enunciativa sobre a *conversão dos hábitos* se traduz diametralmente no detalhamento sistematizado do hábito que se desejava difundir. Uma das formas mais eficientes de inculcar um novo hábito era operar paralelamente ao sistema disciplinar, enveredando pela seara *positiva* do poder. Ou seja, o sucesso do novo hábito dependia do grau de coerência e de significação que o envolvia. O hábito precisava *produzir sentido* junto ao universo simbólico dos operários. Portanto, para fomentar um novo hábito, os dirigentes buscaram, antes, justificar sua necessidade e importância, recorrendo, sempre que possível, à ancoragem

religiosa, como revela a referência ao papa. Na sequência, o desafio consistia em decompô-lo e decifrá-lo em suas parcelas mais ínfimas, tornando-o o mais inteligível possível para aqueles a quem se destinava. E, finalmente, era fundamental viabilizar o acesso aos materiais e às estruturas necessárias. Como era de se esperar, a ação moralizadora também se fazia presente no documento, ao delimitar regras claras para o uso dos banheiros. Ou seja, o estímulo ao novo hábito era simetricamente acoplado ao sistema disciplinar vigente. No trecho apresentado a seguir, é possível evidenciar essa complementação, destacando em um extremo a exaltação *positiva* das qualidades de um povo “de bons costumes e amantes do progresso”, caminhando logo após para a exposição das proibições que condicionavam o uso dos banhos. As penalidades para os infratores podiam variar desde a interdição aos banhos por alguns meses até, em casos mais graves, à expulsão da fábrica.

A Administração da Fábrica do Cedro, com o fim de proporcionar todo vigor e salubridade a seus operários, e, ao mesmo tempo, facultar-lhes meio de aperfeiçoar-se e valorizar-se, cria o SERVIÇO DE BANHOS. [...] Entregando este melhoramento a seus dignos auxiliares e operários, espera a Administração que *todos concorram para a conservação moral e material desta instituição*, coisa aliás fácil de conseguir de um *peçoal de bons costumes e amante do progresso*, como é o pessoal do Cedro. [...] É expressamente proibido, como em todo domínio desta fabrica, offender a um ou mais companheiros com *gestos ou palavras immoraes*, gritos dentro dos banhos como fora delle; é preciso que haja boa harmonia, boa combinação e devido trato social. [...] É expressamente proibida a frequência de 2 pessoas no mesmo banho ou latrina; sendo igualmente *prohibido andar descomposto nos corredores* e salas, devendo cada um sahir e entrar no seu banho *devidamente vestido e decente*. [...] É prohibido ficar ao redor da casa de banhos tentando olhar ou gritar para os que estão dentro e praticar actos reprováveis (Regulamento Interno dos Banheiros, S/D – *Acervo do Museu – português transcrito do original – grifos nossos*).

A *conversão dos hábitos* era perseguida em seu sentido *lato*, compreendendo desde as noções básicas de cuidado e asseio com as casas e os corpos até a constituição moral dos sujeitos. Uma técnica que se mostrou especialmente útil foi a do *aconselhamento*. Aconselhamento regido e reforçado pela confecção de manuais que propunham mais do que simples ações de ordem higiênica, pois vinham imbuídos de um inegável *êthos* moral. Afinal, não era por acaso que um de seus mais representativos exemplos carregava o título de “Conselhos para uma Vida Feliz”.

A primeira demarcação ostentada por esse manual se liga ao *regime de apropriação* envolvido. Ou seja, diz respeito ao lugar do sujeito e ao recorte de saber adotado. Embora os dirigentes façam questão de enfatizar que foi deles que partiu a iniciativa, era igualmente importante frisar que o documento foi redigido por uma *autoridade médica*, que falava a partir do *saber médico*. Ou seja, tal manual continha “toda a *verdade*” sobre o corpo e sua plena manutenção, *enunciada* por aqueles que detinham o conhecimento e o direito socialmente reconhecido de fazê-lo: os médicos. Contudo, logo na introdução do manual, que foi redigida pela Direção, já fica nítido que a *verdade médica* caminharia de mãos dadas com a moral vigente, como veremos a seguir.

A administração da FABRICA DO CEDRO tendo verificado que muitos dos males, senão todos, que tanto deprimem e fazem sofrer o homem, amargurando-lhe a existência e inutilizando-o para o trabalho, são, principalmente, *devidos à ignorância e ao descuido dos que os contraem*, resolveu pedir conselho a *uma das mais esclarecidas summidades medicas do paiz*, o Exm.º Sr. Dr. Miguel Couto, que traçou um regimen hygienico de defeza, dentro do qual o individuo se manterá em immunisação permanente como se o revestisse diamantina couraça. [...] A vida é um bem precioso, que se deve zelar, e, em tal zelo além do interesse próprio, *deve também haver respeito e gratidão pelo dom divino que recebemos*. O homem são é uma força nobre; *o enfermo é uma inutilidade* que, como o seu soffrimento, com a sua fraqueza torna-se um *ser incommodo, vexame para si próprio, peso para os seus e elemento nullo, quando não prejudicial à espécie*. A vida que recebemos é uma fortuna e aquelle que a dissipa é o pior dos pródigos. Assim, o nosso primeiro dever consiste em zelar e defender o thesouro que temos. Vivamos e sorrindo, isto é – cultivando a alegria, que é a flor da saúde. E, para que vivam felizes todos os seus auxiliares aqui lhes offerece a administração da FABRICA DO CEDRO os preciosos segredos contidos, como talismans de ventura, nos CONSELHOS do DR. MIGUEL COUTO PARA CONSERVAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA VIDA (Conselhos para uma Vida Feliz, 1917, p. 3 – *Acervo do Museu – português transcrito do original – maiúsculas no original – grifos nossos*).

O trecho acima revela o denso amálgama de enunciados que conferem aos “Conselhos para uma Vida Feliz” sua substância de verdade. Os enunciados sobre o valor do trabalho, a salvação divina e a conversão dos hábitos se mesclam e dialogam entre si, sustentando a importância da adoção de *hábitos* que preservem a saúde e a vida (entendida como um *dom divino*), a fim de permitir que o homem cumpra seu *dever* com o *trabalho* e alcance, dessa forma, a felicidade. O *jogo de diferenças* aqui operado sinaliza para a contraposição do *sujeito sadio* como “força nobre” *versus* o *sujeito*

enfermo, referenciado como um fardo inútil, vergonhoso e maligno até mesmo para a própria espécie. Ou seja, adoentar-se era um demérito para o operário, sinalizando que ele próprio, por ignorância ou desleixo, não soubera zelar responsabilmente pela sua saúde.

É notório que o manual de conselhos vem acompanhado de um *total silenciamento* sobre os efeitos das longas jornadas de trabalho¹⁷ ou sobre as demais condições do ambiente da fábrica, que, obviamente, são capazes de responder por uma parcela significativa dos adoecimentos. Giroletti (1991, p. 211) aponta, por exemplo, que “muitas ou quase todas as doenças respiratórias que atacam os operários fiandeiros são ocasionadas pela poeira e calor excessivos, pela falta de umidade do ar e por outros condicionantes específicos”. Tal visão é corroborada pelo estudo de Santo, Paula e Pereira (2009), que analisaram os riscos existentes para a saúde de trabalhadores em uma indústria têxtil de Minas Gerais a partir da percepção de 81 operários – o Quadro 6 aponta os principais elementos levantados.

Quadro 6 – Riscos percebidos pelos trabalhadores no ambiente de uma indústria têxtil

Riscos apontados	Manhã		Tarde	
	n	%	n	%
Ruído	25	30,86	29	35,80
Calor	23	28,39	35	34,58
Ventilação deficiente	7	8,64	13	16,04
Umidade	6	7,40	5	6,18
Exposição a substâncias perigosas	7	8,64	5	6,18
Gases	5	6,18	4	4,94
Poeira	25	30,86	26	32,10
Corantes	1	1,23	0	-
Estresse	14	17,28	22	27,16
Trabalho monótono	3	3,70	4	4,94
Trabalho sob forte pressão	1	1,23	1	1,23
Horas-extras	6	7,40	2	2,46
Posturas incorretas	21	25,92	14	17,28
Esforço físico	7	8,64	13	16,04
Movimentos repetitivos	18	22,22	10	12,34
Transporte manual de peso	8	9,88	12	14,28
Acidentes com máquinas	24	29,62	20	24,69
Acidentes com queda	4	4,94	7	8,64
Outros	1	1,23	0	-

Fonte: Santo, Paula e Pereira (2009, p.194).

¹⁷ As jornadas de trabalho podiam chegar a 14 horas diárias, sendo que apenas a partir de 1912 ela é reduzida para 10 horas diárias, conforme noticiado na *Folha do Cedro* em 12/05/1912, Ano II, nº 57, p.1.

Além dos problemas de insalubridade, os maquinários utilizados na indústria têxtil oferecem riscos de acidentes capazes de ferir, incapacitar ou, até mesmo, gerar óbitos. As máquinas do final do século XIX e do início do século XX eram ainda mais perigosas do que as atuais, o que pode ser comprovado pelo grande número de relatos e extensos registros de acidentes de trabalho preservados no museu¹⁸.

Figura 14 – Descaroador da Fábrica do Cedro (Final do Séc. XIX)



Fonte: extraído de Vaz (1990, p. 57).

Um operário, chefe de família, perdeu um braço, trabalhando no descaroador. Para casos tais seria muitíssimo humanitária qualquer medida que a Comp^a. tomasse para atenuar dificuldades a esses que invalidam-se em seu serviço (Relatório Geral de 1892 assinado pelo Gerente da CCC, datado de 15/03/1892 – *Acervo do Museu*).

Temos a lamentar a morte desastrosa de uma empregada que foi agarrada pela sola de um filatório, deixando a todos consternados e amedrontados a ponto de se retirarem alguns empregados (Relatório do Gerente para a Diretoria, datada de 31/12/1896 – *Acervo do Museu*).

¹⁸ As Caixas Box 233A e 275B contêm uma série de registros de acidentes, compreendendo desde lesões leves até casos de acidentes fatais, que evidenciam o elevado risco envolvido na operação do maquinário têxtil.

[...] Um moço lá que eu trabalhava com ele, chegou a perder a mão. Na época, [...] ele trabalhava na frente da máquina e eu trabalhava atrás, quando eu ouvi os gritos, corri lá que... [...] Tinha um lugar que rodava o motor e tinha um tanto de dente e ele foi tirar uma bucha com o motor rodando. Então ele [...] enfiou a flanela com um pau pra tirar a bucha e aí puxou a mão dele. Quando eu escutei os gritos ele perdeu a mão toda. [...] Eu que socorri. [...] eu que peguei a mão, ficou tudo pulando lá dentro, a mão dele... [...] E as moças viam eu passando na seção com ele e elas ia gritando, e as moça desmaiava tudo (Sr. Pedro – operário aposentado da CCC).

Retomando a análise dos “Conselhos para uma Vida Feliz”, após a introdução, o Dr. Couto assume definitivamente o *lugar de sujeito* e, utilizando uma linguagem acessível, discrimina todo um conjunto de práticas e procedimentos básicos que garantiriam a saúde do trabalhador, como: a maneira certa de preparar os alimentos; a forma correta de se respirar; a importância do consumo diário de água devidamente filtrada; a necessidade de se combater o sedentarismo através de atividades físicas; a importância das horas de sono para o organismo, etc. Cada um desses temas educativos trazia implícita a questão da disciplina e do ajuste dos hábitos à rotina de trabalho na fábrica. Destaca-se, por exemplo, que “deitar-se e acordar-se cedo era uma regra da natureza” ou que as horas das refeições deveriam ser “reguladas com disciplina exata”, ajustando, assim, os horários do indivíduo às rigorosas escalas da fábrica. Após disseminar os cuidados básicos relacionados à higiene, à nutrição e ao repouso, o discurso sustenta uma formidável correspondência entre as precauções com o *corpo* e os cuidados com a *alma*.

Todo abuso, material ou moral, prejudica a saúde e compromete a alma. O que é benefício, quando tomado em porção bastante ou realizado com methodo pode acarretar a ruína se o empregarmos discricionariamente, com abuso. Nada mais útil do que o fogo, que é claridade e calor; em excesso é o incêndio. [...] Corpo e alma pedem cuidados idênticos. Se nos inficionamos frequentando lugares immundos, sítios escusos, de ar confinado, deitando-nos em enxergas em que ferve vermina sórdida, transmissora de enfermidades as mais cruéis, se nos servimos de utensílios sujos, logo sentimos no corpo os rebates da contaminação. O mesmo se dá com a alma dos que se acamaradam com gente de má vida ou seguem vadios dos que se encafiam em tavernas, madraçamente, ou seduzem para vícios deprimentes. O tempo que se perde em más companhias volta-nos, mais tarde, em miséria e remorso. [...] Um relaxado de si é, duas vezes criminoso porque, não só se inutilisa, a si, como, procriando, gera infelizes degenerados. O homem justo deve ter sempre em mente que elle é depositário de uma alma, bem divino, que lhe cabe transmittir puro como o recebeu, e de um corpo sahido das mãos de Deus, que elle não tem o direito de profanar (Conselhos para uma Vida Feliz, 1917, p. 7 – Acervo do Museu – português transcrito do original – grifos nossos).

No excerto acima, corpo e alma são *discursivamente entalhados*, sugerindo que as práticas dos sujeitos sobre *um* afetariam reciprocamente ao *outro*. Mais do que um *jogo de diferenças*, o que se estabelece é uma delicada *operação de síntese*, cujo *efeito de verdade* alimenta a ideia de uma *justaposição aglutinadora* entre corpo e alma, sustentando a lógica de que a alma seria vulnerável aos danos desferidos contra o organismo, e vice-versa. Assim, esse *discurso clínico* sustenta para o indivíduo que, ao expor seu corpo a *vícios perniciosos* ou sua alma a *comportamentos imorais*, ambos se contaminariam e pereceriam. Eis o par dependente e conjugado: *corpo e alma* como *unidade*. Para qualquer erro ou descuido *parcial*, o dano seria irremediavelmente *integral*. Portanto, para se manter como um indivíduo sadio e, portanto, operário ideal as dimensões físicas e morais deveriam ser igualmente resguardadas.

O trecho analisado ainda guarda o mérito de estabelecer uma *insólita* ponte entre o *saber médico* e o *saber religioso*. Mesclado ao discurso “neutro” e “científico” da Medicina, encontram-se alusões diretas à alma como um *bem divino* que nos foi presenteado por Deus e que, portanto, deveria ser resguardada de qualquer infame tentativa de *profanação*. Percebam que ao invés de um sacerdote religioso, o discurso é inteiramente sustentado pela figura de um médico, demonstrando claramente como os sujeitos carregam (conscientemente ou não) a base de seus valores para suas práticas discursivas.

É igualmente importante indicar mais uma inusitada construção discursiva, mormente por se tratar de um discurso da Medicina. O autor parece recusar a lógica *darwinista* e em seu lugar caminha para algo similar à visão *lamarckista* – embora esta já fosse ultrapassada em sua época. Jean-Baptiste de Lamarck foi um naturalista francês que, em 1809, havia proposto a lei da transmissão hereditária de *características adquiridas*, mas teve sua teoria derrubada por Darwin. Entretanto, nosso autor foi capaz de inovar, sugerindo o que parece ser uma espécie de “*lamarckismo da alma*”, em que um indivíduo moralmente ou espiritualmente “degenerado” seria capaz de transferir “onto-geneticamente” sua “maldição” para seus descendentes. Imaginem senhores, que por esta via, até mesmo a preguiça ou a luxúria se tornariam heranças hereditárias plenamente justificadas! Ironias à parte, é fundamental analisar *quem fala, de onde fala e para quem fala*. Esse conjunto de especificidades, calcadas no discurso de uma *autoridade médica* para uma *população religiosa e carente*, confere a legitimidade e o

valor de verdade para esta delicada costura cerzida entre o *discurso clínico* e o *discurso religioso*.

Outra dimensão importante margeada pelos conselhos do Dr. Couto é a família. A família enquanto *instituição* pode ser entendida como uma agência de poder, continuamente assediada e espreitada por uma série de instituições, como a Fábrica e a Igreja, que, conforme já discutido, empenharam-se em defender o ideal de uma família nuclear, monogâmica e patriarcal. No texto em questão, a família emerge como uma esfera imprescindível ao amoldamento dos sujeitos, deslocando o enunciado sobre a necessidade de *conversão dos hábitos* para a infância dos indivíduos, fase em que eles seriam mais “maleáveis” diante do processo de ajustamento moral e disciplinar. Dessa forma, a *socialização dos sujeitos*¹⁹ seria já realizada dentro dos moldes deontológicos exigidos, tornando o processo menos custoso do que seria a conversão de hábitos para indivíduos já maduros. No primeiro trecho destacado a seguir, evidencia-se a visão do Dr. Couto sobre o papel da família. Na sequência, é reproduzida uma matéria de jornal disseminada na mesma época na região, em que se pode perceber a simetria entre os dois discursos.

O homem deve sentar-se à mesa com o espírito tranquilo e bem disposto [...]. A mesa é um lugar sagrado, de respeito como um altar e de alegria honesta, porque é nella que a família se reúne, parte, distribue e communga o pão de Deus. [...] O que, tendo assumido o compromisso de um lar, descuida-se de si e esquece os seus deveres de honra é indigno do nome de homem, porque não só se deprava como trai a confiança da que se entregou à sua proteção, como furta à Pátria sacrificando um dos elementos do seu poder creador. [...] *A criança deve ser educada e corrigida desde o berço – é no barro molle que o oleiro afeiçoa o vaso.* Se na criança, ainda tenra, foram notados vícios ou deformações, *quasi sempre herdados*, como o peccado original, entrando a tempo o tratamento não será difficil aperfeiçoá-la, repondo-a no typo integral da especie (Conselhos para uma Vida Feliz, 1917, p. 6-8 – *Acervo do Museu – português transcrito do original – grifos nossos*).

A *educação moral* pertence, antes de tudo e a acima de tudo, ao lar da família: É ahí que se argamassa a base para a formação do character completada cá fora na frequência dos meios honestos [...]. Para que uma arvore medre, sem tortuosidade e aleijões, o jardineiro ampara-lhe o crescimento inicial com estaqueamentos adequados constituindo, por assim dizer, a *orthopedia vegetal*: graças a esse cuidado, o pequeno arbusto vae atirando para o ar a tenra e verde ramagem, vae se alentando aos poucos, vae subindo, recto e firme, e acaba transformando-se em arvore frondosa e de vida consolidada. Pois *se temos tanto cuidado com os simples vegetaes, como*

¹⁹ Berger e Luckmann discutem os processos de socialização primária e secundária dos indivíduos como um processo de construção social. Para mais, ver Berger e Luckmann (1985).

os não teremos, incomparavelmente maiores, com os nossos filhos – sangue do nosso sangue, carne de nossa carne, hóstia sagrada em que communga o nosso profundíssimo affecto? O descuido dessa educação inicial no lar é a causa efficiente dos grandes males que affligem e abastardam o espírito humano, dando em consequência o quadro sombrio das misérias moraes que começam no individuo e se alastram nas grandes collectividades. [...] Caminhamos, em terreno escabroso, num declive extenso, para o abastardamento da raça, para a frouxidão do organismo physico e para a completa deturpação da personalidade moral. [...] (Gazeta de Paraopeba, Anno XII, nº 707, Villa de Paraopeba, 07/09/1922).

É possível estabelecer um paralelo entre ambos os textos, os quais, com base em diferentes analogias, debruçam-se sobre uma mesma problemática: a *ortopedia da alma*. Enquanto o Dr. Couto compara a educação da criança à modelagem do barro ainda mole, o discurso jornalístico faz analogia ao escoramento que as plantas mais frágeis demandam para sua correção e fortalecimento. O *efeito de verdade* oriundo dessas construções análogas alerta para os riscos decorrentes da deformação e do abastardamento moral dos indivíduos, com consequências funestas para ele e toda a sociedade. Assim, a família é trazida para o lugar central do discurso, tornando-se a responsável pela formação e pelo amoldamento de sujeitos depositários da máxima retidão moral. O que se observa é a transformação do enunciado da *conversão* dos hábitos em *introjeção* dos hábitos. É necessário inocular no sujeito, na idade mais tenra possível, os alicerces de significação de seu mundo. No caso das fábricas têxteis, era necessário ensinar desde cedo a disciplina do corpo, as noções básicas de higiene, o valor da obediência e a necessidade de submissão. É válido lembrar que existiam “operários” que cruzavam os portões da fábrica entre os oito e doze anos de idade²⁰, crianças que antes mesmo de se colocarem no mundo já trabalhavam sob o jugo da *disciplina industrial*. Era fundamental desde cedo revestir suas almas com as mortalhas da moral, do trabalho e do temor a Deus. Afinal, que melhor maneira haveria de formar sujeitos dóceis e disciplinados senão fazê-los acreditar desde que nasceram que esta era

²⁰ O 1º Relatório Anual da Cia. Cedro e Cachoeira, datado de 19 de fevereiro de 1884, revela que no exercício do ano anterior as duas fábricas contaram com 101 menores vinculados ao seu quadro de funcionários, sendo 63 meninos e 38 meninas. Considerando que nessa época o número de operários perfazia um total de 264, a mão de obra infantil representava 38,2% deste total. Outra referência surpreendente foi encontrada em uma nota do professor Alisson Mascarenhas Vaz, conservada no Museu, onde se lê: “1959 – 19 de março – Em virtude do falecimento de José Antônio da Silva, que trabalhou na empresa durante 71 anos, tendo sido admitido quando contava com 8 anos de idade, a Diretoria determina que se perdoe a sua dívida de CR\$ 64.300,40 que corresponde ao saldo devedor pela aquisição de sua casa própria” (Caixa Box 230B – *Acervo do Museu*).

a única realidade existente? Fazendo-os crer que a realidade social é algo dado, como a gravidade, sem qualquer espaço para contestação?

[...] Como a ave é feita para voar é o homem feito para trabalhar; o trabalho deve abordar até conseguir e isto antes de tudo os modos de dar ao homem o mais profundo conhecimento e a melhor prática no cumprimento de todos os deveres que tem para consigo, para com a humanidade, para com a natureza e para com Deus; é só cumprindo bem estes deveres que terá o homem direitos perante estas entidades e à menor falta de deveres segue-se a perda de direitos espirituais, materiais e aparece o mal, cuja causa nem a todos é dado ver. Cumprindo os deveres e usufruindo os direitos o homem tem a nobreza dos atos, a sã consciência e é digno [...] É pelo trabalho ainda que o homem pode e tem o dever de alargar sua experiência e a compreensão sobre si, sobre as coisas e fatos que o rodeiam, sobre sua profissão que lhe garanta a subsistência e sobre a sua classificação e ação perante a sociedade. [...] É pelo trabalho abençoado e que produza bom efeito, que o homem auferir o direito de subsistir. No entanto, *o trabalho, o saber e a sã consciência*, que são a fina essência da vida, necessitam de uma base material física para terem valor, existirem e produzirem o bem; esta base é *o corpo* do homem, cujo cultivo motivou estes conselhos. [...] As más companhias de pessoas viciadas ou doentes de mal pegajoso, os desocupados, as más palavras, as más idéias, os maus costumes, as imagens obscenas, os maus sentimentos, o trabalho improdutivo, a má consciência, são a verdadeira miséria da vida. [...] Não cumprindo os deveres para consigo e para com a natureza, o homem contrai doença; não cumprindo os deveres para com a sociedade, ele atrai para si o desprezo público e o cárcere não é feito para outra gente; não cumprindo os deveres para com Deus, o homem adquire o remorso nascido do foro íntimo e sobre ele pesará a justiça divina que tarda mas não falha. Os que cumprirem o seu dever, na sua própria virtude, encontrarão a recompensa e ser-lhes-á dado um dia ver do alto a beleza inenarrável do universo e da vida e obter uma morte decente. [...] (Conselhos para Uma vida Feliz, versão empresarial, S/D – citado por Giroletti, 1991, p. 231-232 – *grifos nossos*).

A primeira versão dos “Conselhos para uma Vida Feliz” foi revisada e reelaborada pelo gerente da CCC que ocupou o cargo entre 1915 e 1927. Giroletti (1991) denomina essa nova variante do manual de *versão empresarial*, por se adaptar de forma mais contundente às necessidades da companhia na formação e educação dos operários. O trecho acima reproduzido resume bem o teor contido na dita versão empresarial, abarcando todos os pontos de intervenção possíveis sobre o corpo e a alma do operário. Nela é possível perceber a aglutinação de todos os enunciados analisados até aqui, cerzidos de maneira a ostentar suas diferentes modalidades e *instituições de origem* (atestando sua força) sem perder de vista os efeitos de verdade específicos que se buscava incutir sobre o corpo operário. O temor a Deus, o valor do trabalho, o cuidado dos corpos, as penas morais e os castigos sociais, *tudo* estava dialogicamente

enredado, desembocando no final teleológico e transcendental prometido ao homem: a salvação para os cumpridores de seu deveres ou a punição divina para os indignos.

Independente de todo o empenho, a conversão dos hábitos representava um desafio moroso. Era necessário operar sobre as almas, dobrar os impulsos, desarmar as resistências, converter os ímpetos mais indóceis. Mas se ao final tal operação fracassasse, sempre se podia recorrer a um último recurso: a *expulsão*. Recurso drástico que, a um só tempo, reativava o *valor do exemplo* e eliminava a chance de “contaminação” dos demais operários pelos vícios daqueles considerados “desviantes”. É fundamental ter em mente que a expulsão da fábrica correspondia ao banimento da vila operária. Portanto, a radicalidade de tal intervenção a tornava similar à pena de exílio, pois, ao obrigar o indivíduo a abandonar seu emprego e seu lar, automaticamente, ele era forçado a se desligar de todos os laços sociais estabelecidos em sua comunidade.

O meu compadre Lages foi despachado d’aqui por ter sido pilhado fumando no depósito de algodão descaroçado. Não vi senão vestígios, e ele nega formalmente o crime, dizendo ser vítima de calúnias, o que não duvido. Já vês que, mesmo *para moralidade e exemplos de outros ele não pode continuar aqui*. É bom trabalhador, e a mulher é boa operária nos fusos. Li a ele uma bula. Se ele te servir, continuará aí, e se não, o despacharás [...] (Carta trocada entre Gerentes da CCC, datada de 17/11/1885 - Caixa Box 14^a – *Acervo do Museu – grifos nossos*).

Há aqui uma operária, filha de uma família de Montes Claros, que é moça atrevida e malandra, e que *não quer se sujeitar a ordem e nem a ninguém da fábrica*. Deixou o tear sem dar satisfação a pessoa alguma, e a mãe, que tem mais 3 filhas, quer mandá-la para o Convento daí. [...] Peço-te para que neste sentido sejas ainda mais pontual para com o pedido dessa empregada insubordinada, e não a aceites aí para que torne-se *mau exemplo* para as irmãs que aqui ficam. É preciso que essa sujeita fique a toa em casa até que a velha se veja na necessidade de mandá-la para a fábrica (Carta do Gerente para o Superintendente da CCC, 1891 – Caixa Box 11A – *Acervo do Museu – grifos nossos*).

Nos trechos anteriores, o valor do *exemplo disciplinar* fica claro, tratando-se, nos dois casos, de falhas cometidas durante o expediente de trabalho no interior da fábrica. Por sua vez, os casos de alcoolismo já discutidos remetem a um problema que tanto atingia o âmbito externo da vila como impactava o âmbito interno da fábrica. Entretanto, outros tipos de “deslizes” cometidos apenas *fora* do ambiente de trabalho também eram punidos com a penalidade máxima de expulsão. Dentre eles, é possível

destacar os desvios de conduta ou os atentados à moralidade, demonstrando claramente a atuação dos dirigentes no cerceamento da sexualidade de seus operários.

O Sr. Clarindo foi despachado do serviço por ter declarado uma moça empregada da fábrica que ele lhe convidara para atos imorais, por vezes a diversos brinquedos também ilícitos, sendo ela chamada para dar explicação, declarou, em vista da Abadessa e do maquinista chefe, estes fatos (Carta assinada pelo Gerente - Caixa de Correspondências Recebida, 1897 – Caixa Box 26A – *Acervo do Museu*).

Tem esta por motivo principal avisar-te que devido ao incorreto comportamento do tintureiro [...], o qual procurou seduzir neste local uma empregada, moça de família, o que ficou automaticamente comprovado por uma carta escrita pelo próprio punho do mesmo à mesma moça, despachei-o hoje deste estabelecimento [...]. O tal tintureiro é uma droga das mais ordinárias, seduziu e mandou raptar uma mocinha ingênua; e *para exemplo e moralidade do lugar vou processá-lo*, assinando como parte no processo (Carta assinada pelo Gerente da Fábrica da Cachoeira, datada de 30/08/1900 – Caixa Box 30A – *Acervo do Museu – grifos nossos*).

Vi-me obrigado a expulsar o mestre Pitta d'esta fábrica, em vista de seu procedimento, metido em namoros com uma antiga rapariga do convento. Despachei a rapariga e ele acompanhado-a pôs-lhe casa no Curvelo onde estão talvez. Talvez te tenhas esquecido de indagar para Piratininga, ao pároco de lá, se Benedito Avelino da Silva é casado lá. Vi-me também obrigado a desterrar a noiva para S. Sebastião, por que os namoros estavam tomando proporções irregulares, e eu receava alguma fuga. Houve muito choro etc, mas tudo está em seus eixos. Se não pedistes informações que também foram pedidas de cá, pelo Vigário, é bom que peças para ver se o homem é mesmo casado. *Se for solteiro, faz-se á já o casamento*, e se casado, receberá cá mesmo o castigo que merece, como *ente miserável e indigno de viver entre gente honesta* (Carta do Gerente para o Superintendente da CCC, datada de 30/08/1885 – Caixa Box 3A – *Acervo do Museu – grifos nossos*).

O tal Benedito [...] pregou-nos uma das do cabo. Depois de muito indagar, obtive com grandes dificuldades certidão e atestado de pessoas fidedignas de Piratininga, provando que é casado, o monstro que pela terceira vez quis casar-se. [...] Enviuvou-se, casou-se de novo, abandonou a mulher na miséria e veio arranjar casamento aqui o animal. *Foi tocado do estabelecimento como um cão danado* (Carta trocada entre Gerentes da CCC, datada de 12/04/1886 – Caixa Box 11A – *Acervo do Museu – grifos nossos*).

A força da autoridade dos dirigentes sobre, praticamente, *todos* os aspectos da vida social nas vilas operárias fica evidente nas cartas reproduzidas. Não se trata mais da disciplina no *interior* da fábrica, da assiduidade, da dedicação, do ritmo ou da postura do operário, mas da regulação *externa* de sua vida e de seus hábitos, mesmo nas esferas mais íntimas de sua existência. O controle e a administração exercidos pelos

dirigentes abarcavam e atravessavam os âmbitos social, familiar e privado dos operários, impondo um *modelo de moralidade* a fim de cercear seus comportamentos, suas paixões e sua sexualidade. As situações descritas revelam as práticas que se articulam ao enunciado da “*conversão dos hábitos*”, em que se vê nitidamente a interferência dos dirigentes na vida privada dos operários. Os dirigentes da fábrica assumem o papel de “*verdadeiros*” guardiões da moral, realizando uma “cruzada” pela manutenção dos *bons costumes* na vila operária e pela defesa da instituição do casamento monogâmico “abençoado por Deus”. Amparados pela gama dos dispositivos disciplinares até aqui evidenciados, podiam, a bel prazer, realizar investigações sobre a vida dos indivíduos (contando, inclusive, com a colaboração das autoridades e de representantes da Igreja); dar entrada em processos judiciais; instituir a realização de casamentos *compulsórios*; ou, mesmo, expulsar os *indesejáveis* da vila operária. Patrão, Senhorio, Coronel e Juiz, todas as insígnias amalgamadas em um único sujeito, todos os poderes convergindo para uma única missão: transpor a concepção de mundo dos dirigentes para a vida desse *novo modelo* de operário, fabricado e lapidado pela disciplina fabril.

Se considerarmos que o sistema disciplinar traduzia-se pelo *exercício do homem sobre o homem*, as práticas de conduta fomentavam o *exercício do homem sobre si mesmo*. Naturalmente, essas *práticas de si* foram amparadas e continuamente assediadas pela trama dos valores morais e dos hábitos preconizados como *ideais* pelos dirigentes da fábrica e demais representantes das principais *instituições* que cercavam o cotidiano desses sujeitos operários. Nesse sentido, considero arriscado estabelecer uma linha de corte rigorosa separando os *dispositivos disciplinares* das *práticas de si*. Parece-me mais adequado partir da ideia de que entre ambos se estabelecia uma labiríntica relação de reforço e tensão, ora com as *práticas disciplinares* colidindo com as *práticas de si* dos sujeitos, engendrando resistências, ora com as práticas de poder fornecendo elementos e substância para os mesmos sujeitos construírem a significação de seu mundo e desenvolverem as práticas de si necessárias para se decifrarem e nele se colocarem existencialmente. Eis os pares: poder e resistência; poder e positividade.

Convento sem freiras, mulheres sem voz

Outra importante e peculiar instituição mantida pela Cia. Cedro & Cachoeira foi o Convento²¹. Apesar da forte conotação religiosa ostentada pelo nome, o convento era uma instituição laica, nascida da necessidade da fábrica de recrutar e formar sua mão de obra fabril. Em essência, o convento da Cia. Cedro era um pensionato exclusivamente feminino, erigido com o objetivo de acolher moças pobres, órfãs ou viúvas interessadas em empregar sua força produtiva nos serviços da fábrica. Representava uma dupla economia de custos para Cia., pois eliminava a necessidade de construir novas casas para famílias inteiras de operários e, ao mesmo tempo, privilegiava a contratação de moças por ordenados ainda mais baixos do que aqueles pagos aos demais trabalhadores. Mas que mulheres estariam dispostas a trabalhar por salários ainda mais baixos que os praticados? Naturalmente, aquelas em severa condição de pobreza. Tal situação acabava por representar um pré-requisito para a contratação.

Tenho ainda a comunicar-lhe que por um amigo a quem incumbi de agenciar trabalhadoras para esta Companhia, fui informado de que obteve para o trabalho das fábricas 15 ou 20 moças; mas que são *excessivamente pobres* e por isso pedem algum dinheiro em adiantamento para poderem fazer as despesas necessárias com os preparativos da viagem. Se convier ao amigo fazer o adiantamento exigido, queira transmitir suas ordens, a fim de que eu possa providenciar sobre a ida dessas moças [...] (Carta enviada por um comerciante da região do Serro para o Gerente da CCC, datada de 02/11/1896 – Caixa de Correspondências Recebidas, 1896 – Caixa Box 25A – *Acervo do Museu – grifos nossos*).

A moça que vai chama-se Rozalinda e ainda não foi por ser muito pobre e por esse motivo encontra dificuldade para sua viagem, mas até o meado de junho próximo ela aí estará (Carta enviada ao Gerente da Fábrica do Cedro, datada de 26/04/1892 – *Acervo do Museu*).

Outra vantagem relacionada ao perfil dessa mão de obra seria a constância e a estabilidade no trabalho. Os solteiros e as moças do convento eram considerados os

²¹ Vaz (2005) indica o ano de 1882 como o de início do funcionamento do Convento da Fábrica de Cachoeira, com capacidade para 60 moças. O autor ainda aponta que apenas em 1886 seria inaugurado o Convento da Fábrica do Cedro. Giroletti (1991) evidencia que os conventos da companhia existiram até a década de 1920, indicando o ano de 1926 como o mais provável de seu fechamento. O autor ainda ressalta que “em meados da década de 1920, a oferta de operários e operárias qualificados, filhos de tecelões, já era suficiente para suprir as necessidades das fábricas, a ponto de dispensar o concurso de instituições como o Convento para recrutar e formar trabalhadores fabris”. (GIROLETTI, 1991, p. 190).

melhores empregados, pois “não dão falhas e se adoce algum é uma falha só” (carta assinada por um gerente da CCC, datada de 12/04/1887 – recuperado por Giroletti, 1991, p. 173-174). O convento é assim descrito pelo gerente da CCC, em carta datada de 18 de agosto de 1889:

A fábrica sustenta aqui um “Convento” onde são recolhidas moças operárias, regido por uma senhora de excelentes qualidades e de toda a confiança, sob cujas vistas vivem moças satisfeitas, em comunidade, passeando, indo à missa no arraial que é próximo; tem médico e botica por conta da fábrica, e só se provêm de comestíveis e vestuários: a despesa de alimentação torna-se módica para cada uma, visto como é repartida entre todos, sendo a casinha uma só; assim, quanto maior for o número, mais favorável se tornará a despesa de cada uma (Copiador de Cartas Cedro, 1888/1889, fl. 419 – *Acervo do Museu*).

À primeira vista, o convento se aproximava de um simples alojamento para moças. Entretanto, sob o viés disciplinar, constituía uma estrutura de semirreclusão, pautada pelo controle integral dos dirigentes da Companhia sobre as operárias, que viviam em regime de clausura. Um dos principais braços de controle era representado pela figura da “abadessa”, normalmente, uma senhora viúva encarregada de administrar o convento e de vigiar e fiscalizar a conduta das moças, regidas por um estrito código moral. Para o cargo de abadessa, também eram buscadas mulheres pobres, pois o ordenado usualmente oferecido não era elevado. O perfil buscado condizia ao de senhoras religiosas, de postura ilibada, dotadas de razoável grau de instrução, carismáticas o bastante para manterem as moças do convento satisfeitas e, ao mesmo tempo, com seriedade e autoridade suficientes para fazer com que a ordem e o respeito reinassem. O isolamento das mulheres do convento em relação ao restante dos moradores da vila operária, em especial dos homens, era buscado a todo custo, mesmo se fosse necessário separá-las do convívio de seus familiares, como retrata o trecho a seguir.

[...] A abadessa arranjada é boa. É só mandares condução para ela, uma moça, duas meninas taludas e um rapaz. *Fiz-lhe ver que não querias lá o rapaz, para não ter desculpas de visitar a mãe e irmãos no Convento*, ela se sujeita a separar-se dele uma vez que lhe dê emprego. É rapaz sério e incapaz de qualquer má ação. Boa família. [...] Não tratei preço com a abadessa. É gente de boa raça e *muito pobres* e satisfazem-se com qualquer coisa justa e razoável. Manda buscá-los [...] (Caixa de Correspondências Recebidas, 1898 – Caixa Box 10A – *Acervo do Museu – grifos nossos*).

Arranjei a abadessa que precisas e me parece que há de desempenhar bem o cargo. É uma coitada de Diamantina e que traz muito boas referências e que a pobreza obriga a se retirar de lá, onde a vida é cara (Carta datada de 04/09/1895, assinada por Caetano Mascarenhas - Caixa de Correspondências Recebidas, 1895 – *Acervo do Museu*).

A rotina das operárias moradoras dos conventos era limitada por um perímetro de circulação fechado e incessantemente vigiado, cadenciado pela entrada e saída em espaços confinados de produção, formação e descanso – isto é, a fábrica, a escola e o próprio convento. A rigidez da disciplina e dos horários fazia lembrar o regime das instituições propriamente religiosas cujo nome foi tomado de empréstimo. O dia a dia das moradoras do convento se ajustava perfeitamente à rotina da fábrica.

Levantavam-se às cinco da manhã. Faziam a higiene pessoal, arrumavam as camas, rezavam e dirigiam-se ao refeitório: faziam a primeira refeição e iam para o trabalho. Na Cedro, saíam do Convento por uma porta lateral, desciam a escada e estavam dentro do pátio da fábrica. Voltavam pelo mesmo lugar nos intervalos previstos para a alimentação, retornando logo em seguida aos seus postos na indústria. Ao anoitecer, regressavam, lavavam-se, rezavam o terço e às 20:30 horas iam dormir. As que frequentavam a escola, faziam-no das 19 às 20:30 horas. A ida e a volta eram fiscalizadas pela abadessa, pelas colegas internas ou pelos vigias ou chefes de disciplina. O retorno, um pouco mais tarde, era particularmente vigiado, porque era uma das ocasiões em que as moças tentavam as fugas com seus namorados ou eram raptadas por Romeus apaixonados. Outras vezes, as moças burlavam a fiscalização da abadessa, saltavam o muro do Convento para realizar suas aventuras amorosas com seus príncipes encantados (Giroletti, 1991, p. 179).

Os dispositivos disciplinares utilizados para monitorar e controlar as moradoras do convento não se restringiam apenas a estatutos e regulamentos, mas também se prolongava ao arranjo *espacial* do convento. A reforma realizada em 1887 comprova esse recurso ao tornar o aposento da abadessa passagem obrigatória para todas as moças *entrarem* ou *saírem* de seu dormitório. De forma similar à fábrica, cada movimento passa a ser alvo de atenção. Dentro e fora do trabalho, era necessário manter os operários em um campo visível de *coordenadas* socioespaciais, que indicassem prontamente sua localização, denunciando se estavam cumprindo adequadamente a atividade a ser desempenhada dentro do ciclo contínuo de produção-formação-descanso-produção.

Organizei o novo Convento, para o qual abri o antigo Convento em um só dormitório, ocupando a casa grande onde morei para sala de visitas, sala de jantar, enfermaria, dispensa e *quarto da governanta, no qual passarão todas as moças para o dormitório* que pode comportar sessenta leitos (Carta assinada pelo Gerente da Fábrica de Cachoeira, datada de 15/10/1887 - Caixa de Correspondências Recebidas, 1887 – Caixa Box 11A – *Acervo do Museu*).

Para caminharmos para a análise dos enunciados e de seus efeitos sobre o cotidiano das operárias, é necessário alçar o olhar para o seu campo de adjacência e trazer à tona outra questão fundamental: a condição da *mulher* e os enunciados que tratam de sua *submissão*. “Objeto” de diferentes discursos e alvo dos regimes de verdade de diversas *instituições*, o termo *mulher* é portador de uma *historicidade* que lhe é própria, capaz de fazer emergir toda uma problemática fundamental para o contexto estudado. Ao tratar da questão das operárias que povoaram os conventos da CCC, é importante ter em mente que estamos falando de *mulheres*. *Mulheres pobres* e, em sua maioria, *desamparadas*, que viveram no final do *século XIX*, no *interior* da província de Minas Gerais. Estamos falando de mulheres quase sem alternativas, cercadas por uma “moral de homens: uma moral pensada, escrita, ensinada por homens e endereçada a homens” (FOUCAULT, 1998, p. 24). Mulheres que lutavam por sua sobrevivência em um mundo *regido e construído* sob o ponto de vista masculino, em que o lugar a elas reservado sempre esteve à margem ou “onde as mulheres só aparecem a título de objetos ou no máximo como parceiras às quais convém formar, educar e vigiar, quando estão sob seu poder, e das quais, ao contrário, é preciso abster-se quando estão sob o poder de um outro (pai, marido, tutor)” (FOUCAULT, 1998, p. 24). O papel desse “outro” era plenamente assumido pelos gerentes da Companhia, ao tomarem para a si o *encargo* pela proteção e pela formação moral e laboral dessas mulheres que apenas depois de casadas se tornariam responsáveis de seus maridos.

Tenho uma sobrinha órfã de pai e mãe, a qual acha-se em meu poder, e peço-lhe a sua valiosa proteção arranjando-me um lugar para ela no Convento e bem assim um emprego na fábrica (Carta endereçada ao Gerente em 22/07/1890 – Caixa Box 11A – *Acervo do Museu*).

Desejo receber do amigo o favor, se for possível, de aceitar aí na fábrica uma moça órfã de pai e mãe, a qual é muito bem comportada e já tem bastante prática do serviço de tecelona, visto que já estava na fábrica de Marzagão. Ela deseja levar em sua companhia uma tia e prima dela também para se empregarem no mesmo serviço, mas estas não têm prática desse serviço, e são também bem comportadas. Se for possível aceitá-las peço-lhe responder-

me com brevidade, afim delas se prepararem para seguir logo (Carta enviada ao Gerente, datada de 12/04/1892 – *Acervo do Museu*).

Quanto à admissão neste estabelecimento da família que Vmcê. me fala, não posso atendê-lo por absoluta falta de cômodos e por não haver vagas na fábrica quanto ao pessoal. Hoje tenho necessidade de pessoas e continuo a ter falta de casas, pelo que posso admitir somente as cinco moças que fazem suas despesas em comum, recebendo cada uma o saldo a seu favor. Essas moças ficam sob a direção de uma distinta senhora e *sob a imediata responsabilidade do gerente da fábrica* (Carta do gerente da CCC, datada de 15/05/1889 - Copiador de Cartas Cedro, 1888/1890, fl. 187 – *Acervo do Museu – grifos nossos*).

Para o exame do enunciado que trata da *submissão da mulher*, podemos trilhar uma via de análise similar àquela percorrida para o enunciado do *valor do trabalho*. Iniciarei pelos discursos socialmente disseminados nos veículos midiáticos, que traziam em seu bojo uma clara concepção sobre o papel social da mulher naquela época. Esse trajeto é essencial para melhor entendermos o contexto social em que se encontravam as mulheres operárias da Cia. Cedro até as primeiras décadas do século XX.

O que faremos de nossas filhas? Um jornal americano respondeu essa pergunta como se segue: Dai-lhes uma *instrução elementar*. Ensinai-lhes a lavar, engommar, remendar meias e a fazer a sua própria roupa. Ensinai-lhes a fazer o pão e explicai-lhes que uma boa cozinha tira muito dinheiro da botica. Fazei-as bem entender que um mil reis é um mil reis, e quem sabe economisar, é quem gasta menos do que ganha. Mostrai-lhes que um vestido de chita, que se pagou, assenta muito melhor do que um fiado, de seda. Informai-lhes que o rosto são e cheio, vale mais do que cincoentas pallidas bellezas languidas e cançadas de bailes e theatros. Deixai-as fazer suas compras e averiguar si o debito e o credito correspondem. Educai-as independentes, briosas e activas. Não eviteis, quando vier o tempo próprio, de lhes expor que um honrado operário na sua roupa de burel sem fortuna é melhor que o calloteiro elegante e nobre. [...] (O Labor, Bello Horizonte, 18 de Junho de 1905, anno I, num 1, p. 2 – *grifos nossos – português transcrito do original*).

Um pai que conhecia pela experiência duma longa vida o que vale numa casa e numa mulher que não é apenas objecto de luxo, querendo casar sua filha, annunciou que lhe daria de dote 20 contos de réis. Apareceram logo pretendentes. Colhidas as informações *a escolha do pai* cahiu sobre um jovem commerciante. Na véspera do casamento, chamou o seu futuro genro ao escriptorio e disse-lhe: – Meu querido filho, vou dar-te o dote de tua esposa. E tirando um papel da algibeira, leu: DOTE DE MINHA FILHA. Educação esmerada. Musica. Conhece 2 linguas. Espirito muito franco, justo e recto. Tudo isto vale bem 1.000\$. *Minha filha não é “enquette”*. Esta qualidade só, não vale menos que 4.000\$. Está habituada à ordem e à economia. Sabe dirigir uma família e tem todas as qualidades duma *perfeita dona de casa*. Aprendeu a cosinhar e faz excellentes pratos. Isto vale 6.000\$.

Não tem a paixão de andar a correr os estabelecimentos, não tem a loucura dos bailes, nem dos espectáculos, *ama sobretudo a sua casa*. Valor: 2.000\$. Tem muito boas mãos. É muito activa e em caso de necessidade poderia fazer os seus vestidos e os seus chapéus. Vale isto 2.000\$. Dou lhe 2.000\$000 em dinheiro e nas suas mãos estes dois contos de réis são uma verdadeira fortuna, pois ela é o trabalho, a economia e a providência em pessoa, 2.000\$. Total: 20.000\$000. O jovem ficou desacoroçoado ao ouvir a leitura, mas, embora com certa relutância, casou com esta menina. Alguns annos depois abraçando sua esposa, dizia-lhe: “tu foste a minha felicidade!”. Reconhecera então que *a ciência da direção duma casa é a primeira qualidade da mulher*, a primeira que nella se deve procurar como a única que serve para salvar as nossas casas. “Se nou é vero é bene trovato...” (“O dote de uma menina sem dote”. Gazeta de Paraopeba, Anno XII, nº 690, Villa de Paraopeba, 14/05/1922 – *grifos nossos – português transcrito do original*).

A função enunciativa nos dois artigos de jornal indica a construção de um *modelo ideal* de mulher, criada e educada com o intuito de se transformar em uma resignada e dedicada dona de casa. A delimitação da casa e da economia doméstica como a única zona de atuação da mulher deixa clara a noção de submissão ao marido e a busca pela legitimação de um modelo de família nuclear e patriarcal, em que caberia ao homem o sustento do lar e a autoridade sobre a família. Assim, o trabalho fora de casa só era tolerado para as mulheres solteiras. Tal assertiva pode ser verificada em cartas assinadas pelos gerentes da CCC, onde se lê: “para ser admitido como operário precisa preencher as seguintes condições: [...] sendo mulher deverá ser solteira, não se aceitam casadas” (Livro Copiador da Fábrica do Cedro 1916-1917, p.131-140 – *Acervo do Museu*). Essa diretriz é corroborada por Lima (2009) em seu competente estudo sobre a questão de gênero na Cia. Cedro. A autora realizou um levantamento sobre o estado civil das operárias registradas nos livros das fábricas do Cedro, da Cachoeira e de São Vicente, evidenciando que os postos de trabalho ocupados por mulheres casadas representavam raras exceções, pois “dentre as 213 operárias que ingressaram nestas fábricas entre a última década do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, 5 delas eram casadas, 2 eram viúvas e as demais eram solteiras” (LIMA, 2009, p. 112).

O discurso de *objetificação e mercantilização* da mulher fica explícito na pitoresca anedota, anteriormente reproduzida e datada de maio de 1922, na qual, até mesmo a escolha do pretendente é apresentada como prerrogativa do pai, legitimando a primazia da autoridade do homem sobre o livre-arbítrio da mulher. Além disso, é colocada em operação uma curiosa “*matemática das virtudes femininas*”. Na base de

cálculo erigida, nota-se que a *precificação* ostentada estabelece um jogo de diferenças entre as supostas “qualidades” do *objeto* “mulher”. Chama a atenção que os atributos mais *desvalorizados* nessa equação (ocupando o piso mínimo de um conto de réis) são a erudição (educação esmerada e falar duas línguas) e os traços de caráter da mulher (franqueza e retidão). De outro lado, a *reputação imaculada* da moça na região valeria isoladamente 400% a mais que os predicados anteriores. Não é surpresa que os atributos mais valorizados nessa *ética mercantilista masculina* seriam aqueles que contribuíam para a constituição de uma “perfeita dona de casa”, atingindo o mais elevado valor da lista, cotados em seis contos de réis. O que se coloca em evidência é uma complexa hierarquização social das qualidades femininas, construída sob o viés masculino dominante. Tais “virtudes” convergem na articulação de um denso regime de verdades, que deveria guiar a *formação* das mulheres, justificando sua submissão e transformando-as em peritas na “*ciência*” de dirigir um lar.

As políticas educacionais da época reforçavam e cumpriam claramente esse papel pedagógico na (*con*)*formação* dos papéis sociais conferidos às mulheres. Moraes (1981) recupera os escritos da edição comemorativa do Liceu de Artes e Ofícios, que, em 1881, justificava: “para que a filha seja obediente, a esposa seja fiel, a mulher exemplar cumpre desenvolver a sua inteligência pela instrução e formar seu espírito na educação”. Educação formidavelmente policiada pela Lei de 1911, que regulava a criação das escolas profissionais, determinando que o ensino das artes e ofícios fosse direcionado para os alunos do sexo masculino, enquanto às alunas do sexo feminino seriam ministrados os cursos de *economia doméstica* e prendas manuais (MORAES, 1981). A conduta social da mulher e o cerceamento de seus impulsos libidinais constituíam outras preocupações “pertinentes” retratadas nos jornais da época.

“Aos moços”

Um pratico do mundo e ainda mais de saias... com Evas dentro, - escreveu: - que para a tranquilidade geral, a mulher, só devia sahir de casa, tres vezes: a primeira para ser batizada, a segunda para se casar e a terceira... para ir dormir no cemitério! [...] – Hoje tudo mudou. As meninas de agora, cogritam para dentro: - Si um namorado é bom, dois – é excelente e tres – ainda é melhor!... Progresso ou desmoralisação? Escolham o termo à vontade e colloquem como entenderem. O namoro, – essa pescaria a secco, que nada rende, – só serve para diminuir o amor sincero e acabar com a *sagrada instituição que se chama casamento*. Rapariga que vê rapaz e gréla logo, cravando-lhe olhadelas, dando-lhe miradas e sorrisos assim mais tal... está confessando em muda linguagem: – Tu me agradas, bellezinha, gosto de ti,

querido!... Isto está direito, tudo vae bem si a cousa é com um só... Mas se ella faz o mesmo com quatro ou cinco – como é costume, – é logico que todos lhe agradam e todos lhe sabem bem. Ora *o governo e a religião* só admittem casar com um, mas si ella gosta de muitos... o futuro marido – com o egoísmo de querer para si *o que é seu* – não terá vida de rosas e a febre do ciúme não lhe dará a tranquillidade sonhada. [...] Portanto, – *rapazes inexperientes*, – quando arderem em chamma de leal paixão e virem que o *objecto* amado, dá tanto para lá, como para cá, repartindo o que devia ser só para vocês, tenham energia, coragem e força de vontade... disparem, fujam, desapareçam, para nunca mais voltar, embora levem o desespero n’alma e o coração em pedaços, a sangrar de dor. Para evitar que o barco vire, é bom saltar em terra... (A Rua, Anno 1, nº 13, Villa de Paraopeba, 19/10/1916 – *grifos nossos – português transcrito do original*).

No artigo acima reproduzido, que circulou na vila operária em 1916, a censura sobre a postura das mulheres “namoradeiras” é acompanhada de um completo silenciamento sobre qualquer cobrança mútua na conduta dos homens. Ao contrário, a eles é aconselhado que abandonem ou se afastem de suas parceiras ao primeiro sinal de “desvios” em seu comportamento. Fica claro que não se trata de um campo de significação reciprocamente arquitetado para os dois sexos. Não se busca em nenhum momento a elaboração de *condutas simétricas* exigidas de ambos os sexos. O que se nota é a nítida elaboração de um discurso *de homens e para homens*, tratando sobre a formação e o controle das *mulheres*. Essa visão é reforçada pelo próprio título do artigo, que é endereçado “aos moços” ou aos homens inexperientes, e não às mulheres, apesar de tratar, essencialmente, da crítica sobre a conduta delas. Assim, o que se percebe é a produção de efeitos de verdade *assimétricos* a partir de um mesmo discurso, prescrevendo aos homens a tarefa de *vigiar* e, paralelamente, fixando para as mulheres um *padrão de moralidade* a seguir.

Outro ponto que chama a atenção na matéria em questão é a estratégia de legitimação utilizada pelo autor do artigo ao trazer para o discurso duas tradicionais instâncias de autoridade. Assim, o autor recorre às figuras do “governo” e da “religião” para endossar o valor de verdade de seus argumentos, conferindo-lhes o lugar de sujeito na assertiva que trata sobre a validade estatutária do casamento monogâmico. Além disso, a aura religiosa recai sobre a instituição do casamento sacralizando-a, enquanto a mulher é recorrentemente tratada como *objeto e propriedade* de seu marido. Conforme já explicitado, o *saber religioso* representa um *manancial de verdades* por excelência. Sua influência repercute não apenas sobre a lógica do trabalho, como também é possível

isolar enunciados que tratem diretamente da *submissão da mulher* ou que reforcem o mito do *sexo frágil*, conforme fica evidente na passagem reproduzida a seguir.

Vós, também, ó mulheres, *sêde submissas aos vossos maridos*. [...] Era assim que outrora se ornavam as santas mulheres que esperavam em Deus; *eram submissas a seus maridos, como Sara que obedecia a Abraão, chamando-o de Senhor*. Dela vos tornais filhas pela prática do bem sem temor de perturbação alguma. Do mesmo modo vós, ó maridos, comportai-vos sabiamente no vosso convívio com as vossas mulheres, pois *são de um sexo mais fraco*. [...] (PEDRO, cap. 3, Bíblia Sagrada, 1989, p. 1544 – *grifos nossos*).

Tatear pelo campo de adjacência, voltando, mais uma vez, a análise para o discurso religioso, é decerto relevante no caso em questão. Conforme já evidenciado, a força da religiosidade e a autoridade das instituições católicas na região do Cedro se estendiam sobre todos os operários, incidindo também sobre as moças do convento. Os trechos reproduzidos a seguir demonstram que o convento também era um espaço marcado pelo *poder pastoral* da Igreja.

O que caracteriza melhor a pensão das operárias era o nome de Convento. De fato, quase todas as mulheres eram virgens, tanto quanto me é possível depor agora sobre esse assunto. Havia no Convento uma capela, com vidraças de várias cores, perturbando a luz do dia. A presença das imagens e da luz alterada mantinham ali um ambiente estranho, que infundia respeito. Nunca entrei na capela a correr. Minha tia era abadessa, diziam. Só agora percebo a ironia: porque a casa passou definitivamente a chamar-se Convento (SILVA, 1934, p. 24).

A trezena (em homenagem ao nosso padroeiro, Santo Antônio) começa no dia 31 de maio *sob a direção das moças do Convento*. Durante a trezena vem muita gente, mas só uma pequena parte acomoda-se na Capelinha do Convento. O resto fica na varanda e do lado de fora (RIBEIRO²², 1968, p.49 – *grifos nossos*).

²² Trata-se de um romance escrito por uma ex-operária da Cia. Cedro, cujo enredo é ambientado na localidade do Cedro com inúmeras referências à CCC. Existe um exemplar disponível na biblioteca do Museu Têxtil Décio Mascarenhas.

Figura 15 – Capela do Antigo Convento (Atual Museu Têxtil)



Fonte: foto retirada pelo autor.

O regime de verdades que remete ao mito do *sexo frágil* também pôde ser encontrado em uma curiosa nota de jornal que circulou na região do Cedro, em 1954. Diante de um baixo número de condenações em sua comarca, um juiz de direito teria dispensado todas as juradas mulheres sob o argumento de que tal situação se devia à compaixão feminina. Aparentemente, sequer é aventada a hipótese de que os acusados haviam se inocentado por falta de provas ou de que os casos de acusação não tivessem sido preparados de forma competente. Tal exemplo é emblemático por demonstrar a disseminação social dos estereótipos de mulher e as “*verdades*” naturalizadas que os acompanham.

Dos 87 réus julgados pelo júri de Manhuassú, nestes últimos seis anos, apenas seis foram condenados e assim mesmo com penas que variavam entre a máxima de seis [anos] e a mínima de seis meses de prisão. Alarmado com a estatística e atribuindo à piedade feminina esse excesso de absolvições, o novo juiz de Direito daquela comarca, bacharel José Maria Soares, resolveu que, a partir de agora, nenhuma mulher integrará o Conselho de Jurados e dispensou todas aquelas que haviam sido sorteadas para o exercício daquelas funções (Gazeta de Paraopeba, 01/01/1954, ano 43, nº 2331 – *Hemeroteca Digital*).

A passagem acima narrada nos remete a um importante recorte presente no campo de adjacência do enunciado sobre a *submissão da mulher* que é fundamental retomarmos: o *saber jurídico*. No Brasil, o Código Civil de 1916, baseado no velho Código Filipino de 1870, delimitava claramente as relações de poder entre os sexos, conferindo legalmente ao marido a designação de chefe da família. O saber jurídico reconheceu e legitimou a supremacia masculina, limitando o acesso feminino ao emprego e à propriedade. As mulheres casadas eram legalmente impedidas de assumir a liderança da família, salvo diante da ausência do marido. Para trabalharem formalmente, era necessária uma autorização *autenticada* pelo cônjuge.

Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer:

I. Os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos (arts. 154 a 156).

II. *As mulheres casadas*, enquanto subsistir a sociedade conjugal.

III. Os pródigos.

IV. Os silvícolas. [...]

Art. 233. *O marido é o chefe da sociedade conjugal*. Compete-lhe:

I. A representação legal da família.

II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, nº I, c, 274, 289, nº I, e 311).

III. O direito de fixar e mudar o domicílio da família (arts. 46 e 233, nº IV). (Vide Decreto do Poder Legislativo nº 3.725, de 1919).

IV. O direito de *autorizar a profissão da mulher* e a sua residência fora do tecto conjugal (arts. 231, nº II, 242, nº VII, 243 a 245, nº II, e 247, nº III).

V. Prover à manutenção da família, guardada a disposição do art. 277. [...]

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251): [...]

IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado. [...]

VII. Exercer profissão (art. 233, nº IV). [...]

Art. 380. Durante o casamento, exerce o pátrio poder o marido, como chefe da família (art. 233), e, na falta ou impedimento seu, a mulher.

(Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916 – Código Civil dos Estados Unidos do Brasil).

As pontes entre determinados saberes, em sua inexorável inflexão sobre os sujeitos e sua realidade, são virtualmente infundáveis, como não poderia deixar de ser. Ao erigirem a mulher à condição de objeto, estes saberes geram discursos que recaem e reverberam sobre vastos domínios da vida social. A superioridade garantida ao homem sobre a mulher não se limitava ao âmbito jurídico, também se estendendo a diversos outros aspectos da vida social, sendo verificada até na arbitragem de conflitos, em que, claramente, eram concedidos diferentes pesos à *palavra* de *um* ou à de *outro*. A carta reproduzida a seguir trata sobre a acusação de estupro apresentada, em 1889, por uma operária contra nosso velho conhecido: o “talentoso” *Mister James*, que ainda ocupava

na época o cargo de Mestre Geral da fábrica. Nela, o gerente da fábrica é obrigado a *julgar* o caso a partir do testemunho de ambos, inicialmente aceitando como verídica a versão do “Sr. James” em detrimento da “operária tola”, *supostamente* ofendida. Talvez a dependência em relação aos mecânicos estrangeiros poderia ter contado mais do que a questão de gênero envolvida na contenda. Entretanto, não cabe aqui especular sobre as intenções ou os “reais” motivos que levaram o gerente a tal veredito. O mais importante é destacar o desigual jogo de forças estabelecido entre uma *mulher operária* contra o *Mestre Geral* da Cia.

Em relação a minha reservada de 14, tenho a dizer-te que, embora recaiam todas as suspeitas do mal praticado à *operária tola* sobre o Sr. James, não se pode afirmar que seja ele o autor do delito e nem que a tola esteja realmente deflorada. Entretanto acabo de ter uma conferência com o Sr. James e declarei-lhe que se sua consciência lhe acusa de alguma coisa, que trate de se por o quanto antes com a família a caminho de sua pátria, visto como o crime seria grande e grande desgraça recairia sobre sua família. *Nega o crime de que é acusado* e diz estar com a consciência tranquila. Tive idéia de mandar *um médico* examinar a *suposta ofendida*, mas não animei-me a fazê-lo por não ser assim o exame revertido de caráter judicial. Apelo para o futuro. Todos os passos que dei foram combinados com opiniões de Luis e Pacífico; este era de opinião que se despachasse o James, e eu *prefiro livrar 10 criminosos a condenar um inocente*, uma vez que ninguém está livre de uma imputação dessas. Por enquanto está tudo nesse pé, o futuro descobrirá a verdade (Carta assinada pelo gerente da CCC, datada de 17/02/1889 – Caixa Box 11A – *Acervo do Museu – grifos nossos*).

Após levarem a cabo todo o “ritual de verdade” que a situação exigia, a responsabilidade do Mestre Geral foi apurada e ele foi desligado da companhia, logo após a decisão da Diretoria a favor de sua expulsão. A necessidade de preservar a moralidade do lugar e o risco decorrente do mau exemplo novamente protagonizado pela conduta insistentemente “escandalosa” do Sr. James são apontados como determinantes para sua demissão. A justiça ou a reparação feita à operária constituem nitidamente uma questão de segunda ordem na carta a seguir reproduzida, limitando-se a Cia. a indenizá-la à custa das garantias contratuais do demitido.

Com referência as minhas reservadas de 14 e 17 de fevereiro, tenho a dizer-te que as coisas relativamente ao escândalo tomaram outro e feio aspecto com subsequentes inquéritos e acareações procedidas, de cujo resultado remeto-te com esta um circunstanciado relatório. Fosse o estabelecimento de exclusiva propriedade ou tivesse eu apoio de todos os acionistas, já tinha mostrado a estrada ao inglês perverso, mas não querendo operar por mim só, consulto a Diretoria [...] O Dr. Pacífico é de opinião que *o homem está completamente desmoralizado* e que não deve por forma alguma continuar aqui. Teve a idéia de uma remoção dele para aí e daí para esta fábrica. Luis Augusto é de opinião que não servindo o homem para esta fábrica, para essa também não servirá, visto como a comp^a é uma só e *o homem está desmoralizado, e que será até mau exemplo*. A minha opinião é está: seja o perversos dispensado, e recaindo em beneficio da ofendida a quantia que ele tem depositada para garantia de seu contrato, visto como de *nada aumenta a Cia. esse pecúlio*. Assim ela se casará com algum outro idiota trabalhador e recuperada a sua honra perdida ou roubada. [...] Penso que *perdeu todas as qualidades requeridas para mestre geral da fábrica* uma vez que não só abusou da simplicidade de uma tola sua subordinada como tem praticado aqui desatinos escandalosos, o que está no domínio de todos os habitantes do estabelecimento. [...] Ele está trabalhando e nunca o vi tão cuidadoso e atento ao serviço como depois de descoberto o escândalo, e essa atenção e cuidado em minha opinião ainda depões contra ele que já estava por demais relaxado, e fez de um dia para o outro mudança tão notável (Carta assinada pelo gerente da CCC, datada de 25/02/1889– Caixa Box 11A – *Acervo do Museu – grifos nossos*).

Ainda no tocante à condição da mulher, é possível identificar práticas de interdição perpassando os limites mais tênues. O *insuspeitável* discurso “científico” da Medicina constitui um representativo exemplo, uma vez que alguns de seus enunciados se ligam claramente ao cerceamento da sexualidade das mulheres. Um exemplo cabal correlato à época em questão pode ser encontrado na dissertação de ginecologia e obstetrícia, defendida em 1915, intitulada “Educação Sexual da Mulher”. Dentre os excertos desta obra, é possível destacar a afirmação de que “as mulheres são sem exaltação erótica, o que as tornam essencialmente e biologicamente monogâmicas” (VASCONCELLOS, 1915, p. 47, *citado por* MORAES, 1981, p. 48). Em decorrência desta “constatação”, este especialista ainda assevera que o adultério feminino é crime grave e que a masturbação seria a fonte suprema da patologia sexual, sendo a clitoridectomia (remoção parcial ou total do clitóris) a solução recomendada para as masturbadoras incorrigíveis (MORAES, 1981). A partir deste *discurso de verdade* pertencente ao campo da Medicina, percebe-se a redução da sexualidade feminina aos fins de reprodução. Conforme aponta Moraes (1981) ao dessexualizar a

mulher/mãe/esposa atinge-se o efeito de qualificar o desejo sexual feminino como uma aberração, negando-se o espaço da sexualidade à mulher.

O que busquei até aqui foi fazer aflorar um *determinado* conjunto de enunciados que em *determinado tempo* tomou a “mulher” como objeto, esculpindo sua “verdade” a partir de diferentes recortes de saber. De forma similar à formação do objeto “loucura” descrito por Foucault (2008, p. 36), a “mulher” enquanto *objeto do saber* foi constituída “por tudo o que foi dito em todos os enunciados que a nomeavam, dividiam, descreviam, explicavam, [...] julgavam-na e, eventualmente, emprestavam-lhe a palavra, articulando, em seu nome, discursos que deviam passar por seus”. Assim, tais discursos edificaram todo um campo de significação, capaz de subsidiar efeitos de verdade, fomentando a “mudez” e a “surdez” que excluíram por tanto tempo a voz do *outro* (no caso, a mulher) da gênese dos enunciados que tratavam sobre a sua condição. Em outras palavras, por muito tempo a mulher foi tolhida de se enunciar, ou seja, não lhe foi permitido ocupar o *lugar de sujeito* nos enunciados que buscavam delimitá-la como *objeto*.

Enquanto o enunciado sobre o *valor do trabalho* contribuiu para delinear alguns dos regimes de verdade voltados para o *sujeito operário*, este percurso analítico fornece indicativos preciosos sobre a construção discursiva que se fez em torno do par *operária/mulher* no contexto estudado. Essa trajetória é fundamental por mostrar que uma instituição como a dos conventos da Cia. Cedro não se consolidou no vazio. Não por acaso tal instituição foi correlata à emergência de um conjunto específico de enunciados historicamente ancorados, ligados a partir de uma trama complexa, que, por sua singularidade, não permitiram que outros emergissem em seu lugar. Tais enunciados recaíram sobre a mulher, amparando efeitos extradiscursivos, como a instituição de salários inferiores aos dos homens, a imposição do modelo *esposa/mãe/dona de casa*, a sanção social e legal de sua submissão e a negação do espaço de sua sexualidade.

É importante insistir que não pretendo aqui estabelecer uma relação linear e causal entre os enunciados apresentados e as práticas sociais dos sujeitos. Ou seja, tais enunciados não podem ser responsabilizados *per si* por esta ou aquela mudança específica nas condutas deste ou daquele sujeito. Ainda que tais correlações, sem dúvidas, possam existir, elas se dão a partir de um jogo complexo o bastante a ponto de não se deixarem tão facilmente decifráveis. Além disso, conjecturar sobre o campo das intenções dos sujeitos seria desembocar na análise hermenêutica. O que importa é

mostrar a singular existência de tais enunciados, que eles não surgiram ao acaso e que estavam implicados na realidade desses sujeitos, não como uma força avassaladora que se impunha e dobrava a todos, mas que se colocavam como recursos raros e cobiçados na arena das relações de poder.

Uma vez pontuada essa precaução, existe outra questão mais basal e igualmente importante que gostaria de registrar. Ao analisar os enunciados que margearam a questão das mulheres operárias, é fundamental não perder de vista o que subjaz aos regimes de verdade e a seus efeitos de poder: a vida de mulheres reais. Tão reais quanto as duras condições de vida que marcaram suas trajetórias. As fotos a seguir são de operárias²³ contratadas pela Cia. Cedro & Cachoeira entre as décadas de 1910 e 1930. Seus olhares e expressões nos ajudam a sair da fria camada dos enunciados e a refletir acerca da gravidade do que significava ser mulher, pobre e operária nas primeiras décadas do século XX.

Figura 16 – Operárias da Cia. Cedro no Início do Século XX

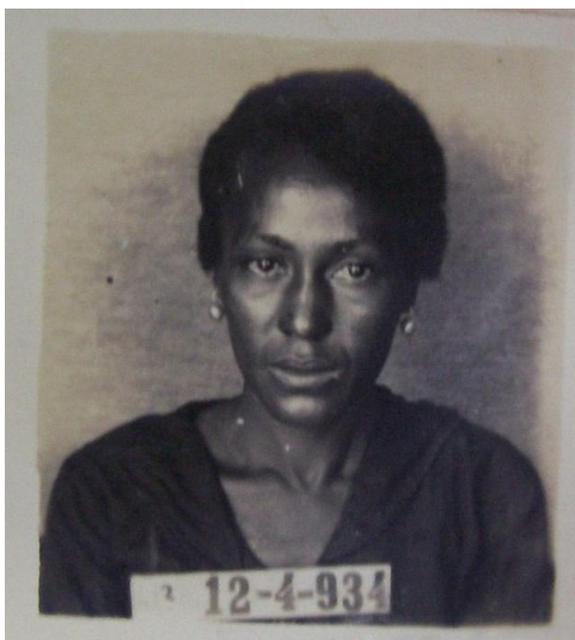


Fonte: Elaborado pelo autor a partir das fichas de operárias conservadas no *Acervo do Museu*.

²³ Da esquerda para a direita (parte superior), Alzira de Assis (contratada em 1919 como Urdideira); Maria Salomé Filha (contratada em 1920 como Fiandeira); Rosaura França (contratada em 1911 como Tecelã). Da esquerda para a direita (parte inferior), Otilia Pereira (contratada em 1915, aos 12 anos de idade, como Tecelã); Maria José Monteiro (contratada em 1914, aos 14 anos de idade, como servente); Cenira Silveira (contratada em 1902, aos 9 anos de idade, como Tecelã).

Mais do que permitirem uma efêmera imersão, julgo que as fotos nos permitem acessar algo a mais. Foucault (2008) ressalta que não são apenas as palavras que formam enunciados, mas também todo um universo de elementos que extrapolam as estruturas linguísticas. Nesse sentido, penso que os olhares, as expressões faciais e as marcas nos rostos dessas mulheres se enunciam a partir de um silêncio estrondoso, comunicando em uníssono a crueza e aspereza de suas condições de vida. Tive essa convicção ao me deparar com a foto da operária Norfina Theodoro. Os registros dessa operária indicam que ela foi admitida em 1915, aos 8 anos de idade, como fiandeira na Fábrica da Cachoeira, trabalhando por 44 anos consecutivos. Trata-se de uma mulher, negra, operária que por toda uma vida trabalhou sob o jugo da disciplina fabril cercada pelas *verdades* de seu tempo. Seu semblante grave, seu vestido humilde, sua beleza desadornada, sua postura retraída, a simplicidade e a expressão em seu olhar *enunciam* e comunicam muito mais do que penso ser capaz de aqui registrar. Mais do que buscar enunciados na mudez sonora desta foto, julguei importante incorporá-la como um lembrete de que, muito além dos enunciados, este estudo trata de sujeitos.

Figura 17 – Norfina Theodoro



Fonte: Foto extraída da ficha da operária conservada no Acervo do Museu.

Enunciados, Positividades e Resistências – a Fábrica de Realidades

Todo o caminho até aqui percorrido buscou retratar de forma lacunar e fraturada a genealogia das relações de poder nas vilas operárias da Cia. Cedro & Cachoeira, enfatizando mormente suas primeiras décadas. Ficou claro que os dirigentes colocaram em operação não apenas uma gestão voltada para a produção, mas também uma gestão do tempo, gestão dos espaços, gestão dos corpos, gestão das almas... Cabe agora questionar: Até que ponto esse projeto disciplinar obstinadamente perseguido pelos dirigentes da fábrica alcançou os resultados almejados? Vaz (1990) indica que o retorno alcançado após a fundação da Cia. Cedro havia sido positivo em termos tanto de receita quanto de produção. Embora tais resultados pudessem estar ligados ao regime disciplinar, também se conectam à melhoria do maquinário, à elevação da produção e ao gradual aumento do número de empregados. Um documento valioso, em que a questão da disciplina é particularmente enfatizada, é dado pelo testemunho de James Wells.

Havia 18 teares, que, com o resto da maquinaria eram movidos por uma turbina de 50 pés, movida à água, e solidamente construídos. Tudo estava em excelente ordem e método. O zumbido da maquinaria e a *excelente disciplina mantida no local de trabalho* era uma cena inédita de se ver no interior de Minas. A fábrica fora montada há apenas três anos, e os lucros tinham sido tão grandes que o custo já tinha sido quase todo recuperado. Ela é um sucesso tal que os proprietários estavam, na época, em vias de montar mais uma em Curvelo, há algumas milhas de distância. [...] Atrás dos prédios da fábrica e do depósito havia uma longa série de casas para os trabalhadores da fábrica, homens, mulheres e crianças; suas refeições diárias eram fornecidas em um longo galpão adjunto. Eles pareciam contentes e felizes; estavam decentemente vestidos, suas pessoas e casas eram limpas, eram econômicos, trabalhadores, sóbrios e bem-comportados. *Que mudança a diligência e a disciplina operaram nessas pessoas! Que diferença do habitual esbanjamento, semidesnutrição e inutilidade de suas vidas!* Uma disciplina estrita e excelente era mantida, e toda conversação proibida na fábrica, exceto aquela absolutamente necessária para o serviço. Este exemplo de administração brasileira só pode ser altamente recomendado e mostra o que realmente pode ser feito com as pessoas do campo em mãos boas e adequadas (WELLS, 1995, p. 180-181 – *grifos nossos*).

Conforme já citado, James Wells foi um engenheiro inglês que viajou pelo Brasil durante o século XIX. Em sua obra²⁴, descreveu sua travessia e narrou suas impressões. No ano de 1875, Wells é recebido para uma visita na Fábrica do Cedro, culminando no relato acima reproduzido. O primeiro ponto a se destacar é o *status* que emana da posição de sujeito de onde se enuncia James Wells. Em outras palavras, trata-se de um engenheiro, procedente da Inglaterra, berço da Revolução Industrial, que naquela época ainda representava uma das principais referências para a indústria têxtil e uma das maiores potências exportadoras de tecidos. O reconhecimento dessa distinção pode ser inferido pelo destaque conferido a esse depoimento de Wells, reproduzido tanto na obra de Mascarenhas (1972) quanto na de Tamm (1960). Afinal, que chancela poderia ser melhor do que aquela fornecida por um real súdito da Revolução Industrial inglesa? Wells (1995) faz referência tanto à disciplina quanto à boa postura dos operários da Cia. Cedro, demonstrando que, apesar de inaugurada há apenas três anos, o sistema disciplinar já havia sido posto em marcha, alcançando, aparentemente, um bom resultado. Chama a atenção o regime de verdade construído em torno das “virtudes” da disciplina e do valor dos “bons exemplos”, que teriam sido os responsáveis por resgatar aquelas pessoas de seu *natural* estado de “esbanjamento, semidesnutrição e inutilidade”. Ao sustentar essa relação de *verdade*, o discurso insinua que teria sido a falta de disciplina que havia condenado esses sujeitos a tal situação, ignorando e ocultando o contexto de miséria e abandono em que vivia grande parte da população residente nos rincões do sertão de Minas Gerais naquela época.

A Figura 18, apresentada a seguir, registra a imagem dos operários da Fábrica do Cedro por volta da década de 1930, transparecendo há um só tempo o asseio e a simplicidade daqueles que posaram para a foto.

²⁴ Exemplos podem ser encontrados na biblioteca da FACE/UFMG sob o título: Explorando e Viajando: três mil milhas através do Brasil: do Rio de Janeiro ao Maranhão. WELLS, James W; ÁVILA, Myriam Corrêa de Araújo. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. 2 v. (Coleção Mineiriana Clássicos).

Figura 18 – Operários da Fábrica do Cedro



Fonte: extraído de Vaz (1990, p.186).

As falas dos aposentados representam outra fonte importante, que atestam a representatividade da CCC na vida de seus operários como produtora de realidade e como base para a ancoragem de significado nas vidas de muitos deles. Afinal, em mais de 140 anos de existência, a Cia. Cedro atravessou a vida de gerações cujos pais, filhos e netos trabalharam na companhia, em um tempo em que ela representava uma das poucas fontes de sobrevivência para as famílias da região. Indivíduos que, em muitos casos, tiveram na Fábrica do Cedro seu primeiro e último emprego, sendo contratados

muito jovens e lá permanecendo até se aposentarem, como comprovam os relatos apresentados a seguir.

Eu tinha doze anos. Aí foi o início da minha carreira, quando eu fui ajudar o meu pai, pela situação que eu tinha. Trabalhava na Cedro e o salário ali não dava. [...] Eu era um cara com a vida muito difícil. Não tinha nem um calçado, [...] eu era acostumado com o meu pezinho no chão. Aquilo lá, eles me levaram a sério, eu fui trabalhar, trabalhei vinte e dois anos de ajudante de caminhão na Cedro, quando a Cedro tinha as caldeiras. Então, as caldeiras e as máquinas rodavam através do vapor. Então, eu pegava cinco horas da manhã, com meu pai [...] pegava lenha com o caminhão, dava dez viagens nas portas das caldeiras, pra poder iniciar aquele fogo, pra ajudar os caras que trabalhavam lá dentro das caldeiras. Depois eu ia trabalhar com os caminhões. Trabalhava oito horas por dia. Tinha horário de almoço, uma hora de almoço e depois a gente voltava, pegava às cinco e saía às duas. [...] Mas eu lutei, criei minha família e agradeço muito à Cedro, porque tudo que eu tenho hoje, [agradeço] primeiro a Deus, eu sou muito devoto. Hoje eu tenho... Criei uma família maravilhosa, estudei meus filhos. Meus filhos são maravilhosos, nunca precisei de bater. E hoje, tudo que eu tenho [agradeço] primeiro a Deus, depois à Cedro. [...] Quando eu aposentei, eu fiquei um ano e meio à toa na Cedro. Eu aposentei, aí eu fiquei um ano e meio parado na Cedro. Aí eles me chamaram, para eu cumprir férias lá no pátio, cortar grama, varrer o escritório, limpeza no escritório, varrer o pátio, mexer com o museu. [...] Aí eu fui pra lá, pra trabalhar um mês. De um mês, eu fiquei cinco anos (Sr. Pedro – operário aposentado da Cia. Cedro).

Aposentei com quarenta e quatro anos de idade, porque era trinta anos de fábrica e eu fiz quatorze anos de idade dentro da fábrica. Aposentei ainda muito nova. [...]

- E a senhora gostava do trabalho?

Demais... Nossa, adorava. Quando eu saí da fábrica eu fiquei apaixonada. [...] Graças a Deus sempre fui amiga dos gerentes, dos chefes. Então, tenho uma lembrança muito boa do tempo que eu trabalhei. Tenho amigos ainda, igual essa família aí, todos são meus amigos, né? [...] [A Fábrica] representava tudo de bom. [...] Todo mundo trabalhava na fábrica, não tinha outra coisa pra fazer, né? Trabalhava, como diz, a população trabalhava toda na fábrica. Meu pai trabalhou, minha mãe trabalhou. [...]

- E qual foi a fase mais difícil?

[...] Vou falar com você seriamente. Tinha de fácil, difícil, muito por causa da pobreza. [...] Na escola, eu cheguei a desmaiar de fome. Cheguei a cair, não tinha merenda, não tinha nada e a gente ia sem comer. Porque não tinha. A mãe ficava chorando, mas queria que a gente fosse estudar. E na fábrica, no princípio, foi bem difícil. Ficar, passar fome mesmo não, mas tinha dificuldade, né? Assim, financeiramente, porque a pobreza era muita, né? A gente trabalhava e vivia daquele ordenadinho, né? Mas foi muito bom. [...] Minha casa era lá no fundo, uma casinha de adobe. A gente conseguiu fazer esse barracão. Eu falo, eu falo mesmo, eu me considero rica, porque graças a Deus não me falta nada. Graças a Deus não falta nada (Sra. Sebastiana – operária aposentada da Cia. Cedro).

Meu pai entrou ainda menino na fábrica com 8 anos para varrer lixo. Cresceu sempre trabalhando na fábrica, se casou e criou a família. Meus pais tiveram 8 filhas mulheres, criou todas debaixo da família Mascarenhas. Família ótima para nós. Quando eu nasci, não tinha nada em casa, nem comida nem roupa para eu vestir, a avó de Dr. Aníbal Mascarenhas, levou comida, roupa e cobertor para mim, minha casa encheu. Essa família Mascarenhas matou a fome de todo mundo. Meu pai trabalhou nas caldeiras e nas cardas quando aposentou. No meu tempo essa família amparou todo mundo do Cedro. A minha mãe trabalhava na fábrica desde o tempo de moça. Era uma vida difícil, começava a trabalhar às 3 horas da manhã. A Cia. fornecia a casa e a gente podia trocar de casa, e a Cia fazia a mudança. Quando foi instalada a eletricidade, meu pai virou rondante, trabalhando de dia na fábrica e à noite acendendo as luzinhas. As casas eram de tijolo e o chão era entijolado. A casa era à escolha do operário. A gente tinha liberdade, entrava na fábrica, quando quisesse, levava a merenda fora de hora para os parentes na fábrica. [...] Quando houve aquelas bobagens de revolução em Minas, a Cia preocupada com a falta de alimentos, encheu os escritórios de comida, era arroz, feijão, sacadas de bacalhau para não faltar para os operários. A Cia foi muito boa. Era bom aquele tempo. Eu era bobinadeira, pegava as canelas que vinham do filatório e enchia para a engomadeira, depois iam para o tear. O convento era muito bom. As moças ficavam lá só para trabalhar na fábrica e fazer comida, não namoravam, eram moças velhas. Tinha uma rua por detrás da fábrica, para onde foram as moças do convento quando ele acabou. Não me lembro quando ele acabou. Era muito gostoso aquele tempo. A vida dos operários era maravilhosa, eles tinham muita liberdade. A fábrica dava muita coisa, muito pano, dava leite, tinha umas vaquinhas. A Cia era uma pureza, uma santidade. As minhas irmãs se perderam e o gerente Theóphilo falou para o meu pai: “eu terei que tomar a sua casa se as suas duas filhas que procedem mal continuarem morando aqui”. Meu pai mandou que elas saíssem. Elas foram para Paraopeba, deu muito trabalho para o meu pai. [...] A mulher solteira tinha que ser casta. O coronel Caetano conversava com a gente, lembro dele até hoje, andando pela fábrica com a mão para trás, falava grosso, gostava muito de falar com as crianças. A Cia. foi adiante porque eles fizeram muita caridade. O caminhão da fábrica levava os operários doentes para Belo Horizonte. A minha irmã Clarice entrou com 8 anos e saiu com 50 anos. Saiu aposentada recebendo 10.000 mensais, o meu pai saiu aposentado com 20.000 mensais, o que valia isso, 10 reais hoje. Ela trabalhava dentro de um caixote limpando as canelas. Em vez de ir para a escola foi para a fábrica. Ela foi para a escola antes dos 8 anos, mas a professora deu uma varada nela, e a minha mãe a tirou de lá, não tolerou. Eu fui à escola, tirei a 4ª série. As leis da Cia eram muito severas, era muito rigor. Eles vigiavam tudo, porque eram muito ricos e os pobres tinham que ficar mesmo debaixo dos pés deles. Eles tinham que ser muito bravos, mas eram muito bons. [...] A gente calçava alpercatas feitas com tiras de couro e pneu da fábrica. Meu pai fazia e gente ir trabalhar assim. [...] Quem tinha uma mãe boa, um pai bom não precisava trabalhar. Na fiação não era muito bom trabalhar, tinha que emendar os fios que arrebentavam, dava muito trabalho. Homem e mulher viviam na santidade dentro da fábrica. Os Mascarenhas buscavam uns homens que entendiam das máquinas, não sei onde. A mulher casada não tinha que trabalhar mesmo, porque naquela época a gente pensava assim que o homem casava e tinha que sustentar a casa, os filhos, a mulher. Hoje é que está tudo liberado e a mulher acha que tem ser independente (Relato de Dona Lia, operária aposentada da Cia. Cedro – extraído de LIMA, 2009, p.187-188).

Nos relatos reproduzidos, é visível a reverência prestada pelos aposentados à CCC. Mesmo diante do rigor disciplinar, dos horários rígidos e dos baixos ordenados a Fábrica emerge como uma entidade redentora, que cruza os diversos campos de significação dos sujeitos, cuja veneração à Companhia parece se equiparar à forte devoção religiosa. O forte elo de significação mantido entre a Fábrica e os sujeitos é ilustrado pelo retorno de um dos entrevistados ao trabalho, mesmo depois de se aposentar. Neste sentido, é possível isolar na fala desses sujeitos aspectos relacionados aos principais enunciados até aqui estudados que abarcaram o valor do trabalho, a obediência e a religiosidade, incidindo *positivamente* na conformação das subjetividades.

Outra referência ao elevado sucesso demonstrado pelo sistema disciplinar que foi empregado no processo de constituição dos sujeitos operários da Cia. Cedro pode ser encontrada no trecho a seguir, proferido por um dos diretores durante uma reunião da Assembleia de Acionistas, ao que tudo indica, na década de 1940. Nele fica nítido que, geração após geração, os operários da Cia. Cedro se tornaram referência de disciplina, obediência e dedicação ao trabalho.

[...] O operário do cedro pertence a uma geração de trabalhadores formada há três quartos de século na *verdadeira escola da ordem e da disciplina*, constituindo, portanto, uma plêiade de operários verdadeiramente dignos da confiança dos seus chefes, pelo amor ao trabalho, dedicação e interesse pela produção e pelo desenvolvimento da Companhia [...] (Ata de Assembleia de Acionistas da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira. S/D, possivelmente década de 1940 – citado por Lima, 2009, p. 101-102 – *grifos nossos*).

A fábrica para funcionar precisa do operário e este para trabalhar precisa da fábrica, portanto são mútuos os interesses dos patrões e dos empregados. Uma máquina não poderá produzir bom trabalho se suas peças não estiverem bem engendradas e se seus movimentos não forem harmônicos; assim também uma comunidade como a nossa marcharia mal se não houvesse harmonia entre todos os seus componentes, entre dirigentes e dirigidos. E é justamente porque aqui há essa harmonia, e é porque o espírito de disciplina sempre existiu entre nós, no mais alto grau, que tem sido possível trabalhar-se com grande eficiência para levar [...] as dificuldades dos tempos adversos e tirar o melhor proveito quando os ventos nos são favoráveis (Coleção pessoal Décio M. Mascarenhas – *Acervo do Museu*).

Em um dos trechos anteriores é possível perceber que o enunciado sobre o valor do trabalho reveste-se de um “brilho” *pedagógico*, ao se equiparar a fábrica a uma “*verdadeira escola da ordem e da disciplina*”. Tal assertiva leva a crer que, após algumas décadas, os dispositivos disciplinares, somados à cruzada empreendida pela *conversão dos hábitos*, haviam cumprido seu papel. Aparentemente, surtiram os efeitos desejados as tradicionais alianças que, dos micropoderes aos macropoderes, amalgamaram os discursos e as práticas sustentadas por diversas instituições, como a Fábrica, a Igreja e o Estado. É claro que entre a variedade de discursos disseminados por tais instituições também se camuflam disputas, embates e antagonismos. Mas no caso em questão o que busquei foi cerzir seus pontos de contato e de reforço para sublinhar a relação de sustentação existente entre os micropoderes e os macropoderes. Isso equivale a dizer que todos os discursos sobre o trabalho, a obediência, a ética religiosa e a moral que recaíram, orientaram, assediaram e marcaram com seus efeitos de verdade a realidade desses sujeitos operários década após década haviam, por fim, conseguido vergá-los e docilizá-los. Será mesmo? E o que dizer, então, das resistências que seriam inerentes às relações de poder?

De fato, não há dúvidas de que todo um afloramento de resistências existiu e continuamente se manifestou no seio das relações de poder que marcaram a história da Companhia. Inicialmente, cabe dizer que os elementos pertencentes ao sistema disciplinar encontram-se mais visivelmente registrados e preservados nos documentos, dogmas e conjuntos de leis a que se afiliam, tornando mais imediato o acesso a eles e sua análise. De outro lado, são poucas as referências preservadas que tratam, direta ou indiretamente, da questão da resistência. Isso não é de surpreender, uma vez que tudo aquilo que contradiz a lógica organizacional tende a ser prontamente combatido e eliminado como disfunção, insubordinação ou erro. Raramente tais “aspectos indesejáveis” são registrados e catalogados nos arquivos das corporações. Fortuitamente, em meio ao vasto acervo do Museu Têxtil Décio Mascarenhas foi possível localizar alguns rastros e documentos que trataram, ou ao menos margearam, a questão da resistência dos operários. A obra de Giroletti (1991) também foi de grande valia ao trazer elementos importantes sobre esta questão.

Cada uma das relações de poder mantidas no cotidiano da fábrica, por mais desiguais que fossem, guardavam em seu bojo as sementes da resistência. Giroletti (1991) corrobora essa visão ao ressaltar que a estratégia de enquadramento e docilização

dos operários “não foi um processo pacífico, cordial ou sem conflitos [...]. Foi marcado, o tempo todo por reações e oposições individuais ou de grupo” (GIROLETTI, 1991, p. 253). Mesmo continuamente vigiados e pedagogicamente cerceados, os sujeitos encontraram formas de resistir. Afinal, o que dizer de algumas moças do convento que, apesar de vigiadas e enclausuradas, foram capazes de driblar a vigilância e fugir para viverem seus amores? E as crianças cuja áspera pedagogia do trabalho industrial lhes era endereçada desde cedo, mas mesmo assim se rebelavam e escapavam?

[...] Afinal se descobriu o ladrão das moças; o tintureiro, segundo dizem, está metido no meio da história; uma das moças era do convento. Diz a abadessa que ela escapuliu na hora em que as moças saiam da escola noturna (Carta assinada pelo Gerente, datada de 02/09/1900 – Caixa Box 30A – *Acervo do Museu*).

A fábrica vai bem, trabalhando regularmente, mas muita falta de operários, mulheres e meninos. Há pouco fugiram 3 meninos dos que de lá vieram e não se sabe que rumo levaram e 2 são tutelados da Cia., que devem entrar em bulas e voltar (Carta assinada por Caetano Mascarenhas, datada de 31/11/1893 – Caixa de Correspondências Recebidas, 1893 – *Acervo do Museu*).

É nosso dever dizer ao primo que o menino José Claudino é também preguiçoso e manhoso, que para tal não serve, é absolutamente imprestável, a menos que se lance mão de meio fortes para obrigá-lo a trabalhar. Até foge, oculta-se (Carta assinada por Bernardo Mascarenhas, datada de 24/04/1873 – Copiador de Cartas CE, nº1, p. 44 – *Acervo do Museu*).

E de “mais”, sabes que estou lutando com muita dificuldade para aumentar a produção da fábrica e aperfeiçoá-la [...]. Estou com o pessoal da tecelagem quase todo bisonho. Ninguém calcula as dificuldades com que tenho lutado depois da abolição. As lavouras em completo atraso pelo quase completo abandono dos trabalhadores. A fábrica em completa transformação pela mesma causa. Entretanto, na aldeia de Soledade estão 10 escravas d’aqui, boas operárias, batucando e bebendo cachaça (Carta assinada pelo administrador da Fazenda São Sebastião, Victor Mascarenhas, datada de 29/08/1888 – *Acervo do Museu*).

Por incorrigível, insubordinado e desmoralizador me vi obrigado a dispensar dos serviços o tecelão Cesário, que [...] procurava criar todos os embaraços possíveis, insubordinar a seus empregados e desgostar outros (Carta assinada por Francisco Mascarenhas, datada de 16/02/1894 – Copiador de Cartas do Cedro de 1893 a 1894, p.458 – *Acervo do Museu*).

Os trechos anteriores revelam que mesmo as crianças, as mulheres libertas e os demais operários resistiram, cada um a seu modo, a partir de um sem número de estratégias. Muitas vezes, tal resistência se deu de forma isolada ou a partir de pequenos

grupos. As formas de resistência mais passivas e de cunho individual compreenderam atos de insubordinação, faltas sem justificativa, abandonos dos postos, redução proposital do ritmo de trabalho, etc. (GIROLETTI, 1991). Já em relação a ações mais incisivas, é possível citar a quebra intencional de maquinários ou, mesmo, ações criminosas, como princípios de incêndio ou tentativas de sabotagem, como a descrita a seguir.

Uma má estrela paira sobre esta Cia, que até aqui tem sido e continua a ser protegida pelo nosso grande protetor o glorioso Santo Antônio. Não sei se por força de simpatia ou por mera coincidência, o caso que aconteceu aqui teria trazido consequências muito mais desastrosas de que o incêndio aí. A fábrica não era fiscalizada ou rondada aos domingos, eu julguei que era desnecessária essa vigilância, o que foi um erro de minha parte. Um malvado com chaves falsas ou gazuas conseguiu entrar na fábrica, ou então lá ficou trancado desde sábado, desatarraxou os mancais das duas turbinas, cujos tarraxos consumiu; com um serrotinho que tirou da carpintaria, serrou os solões das turbinas em diversos lugares, e cortou à faca ou canivete as solas de diversos filatórios. Valeu-nos Deus as turbinas serem dotadas de dois mancais de segurança, senão estariam os eixos partidos e nós comentando muitas desgraças. [...] O fiscal das turbinas, logo foi examiná-las e achou os mancaes sem as tarraxas, e elas jogando muito, tudo para todos os lugares. Parada imediatamente a fábrica que já funcionava há uma hora é que vi o perigo em que andamos. Se não é o mancal de segurança, os eixos partiam e grandes massas de ferros eram atiradas sobre as tecelonas, matando-as a muitas. [...] Os operários se mostraram indignados e teriam linchado o criminoso se o descobrissem. Estamos em pesquisas com muito critério e prudência; ofereci já 1.000.000 a quem me denunciar o criminoso que provado o crime *terá o castigo merecido, não judicial porque a justiça infelizmente não previu esses casos*. [...] O malvado, seja qual for, existe entre nós e tenho fé em deus que brevemente será descoberto. Tomes todas as precauções aí, que aqui não haverá dúvida (Carta do Gerente da Fábrica de Cachoeira ao Superintendente da CCC, datada de 02/12/1890, Cx. De Correspondencias Recebidas, 1890 – citado por Giroletti, 1991, p. 259).

Na minha última de 2 relatei-te o atentado de que fomos vítimas aqui e que mercê de Deus não produziu o efeito desejado.[...] Recaíram suspeitas sobre o fogueiro, pelo fato de guardar a chave das caldeiras, que dá ingresso para o pátio da fábrica [...] e sobre o ferreiro Theodoro, há pouco severamente repreendido. Requisitei força à justiça, ao advogado e procedeu-se *rigorosíssimo inquérito policial*, prendendo-se os suspeitos que ficaram algemados e incomunicáveis, e detendo-se incomunicáveis todas as mulheres e indivíduos que algum esclarecimento podiam trazer nas diligências. Aberto o inquérito, rigoroso e severo, soltei logo o fogueiro que se inocentou com a prova evidente de que a entrada não foi pela sua repartição. Não pudemos chegar à evidência, mas tudo, tudo nos induz a crer que o autor do atentado foi o ferreiro Theodoro, não só pelas contradições nos depoimentos como pelo exame rigoroso e confronto de rastros, que se não são seus não há coisa mais semelhante. Não havendo matéria para requerimento da prisão preventiva, nos depoimentos de 12 ou 14 testemunhas inquiridas mandei

tirar-lhe os ferros [...] dispensando-o do serviço e ficando sua vida hipotecada por qualquer acidente proposital que se dê, que é hoje difícil visto a vigilância. O inquérito continua aberto e tenho fé em Deus que brevemente será descoberto o malvado, e castigado conforme merece, seja ele quem for, mandante ou mandatário. Não sei como dar graças a Deus de não estarmos hoje lamentando muitas mortes e a fábrica parada por uns 5 ou 6 meses [...]. Inquirimos ontem desde o meio dia até meia noite, e o aparato da justiça, a força pública, soldadesca, as prisões preventivas, tudo fará abortar qualquer plano sinistro que porventura ainda haja. [...] Não só o Sr Castro Leão, advogado, falou aos operários, como tenho feito também diversas práticas mostrando-lhes as consequências de que seriam todos vítimas e incitando-os às pesquisas. Quem sabe se o princípio de incêndio aí tem alguma relação com o que se deu aqui. É mister estudar isto (Carta do gerente da fábrica de Cachoeira ao Superintendente da CCC, datada de 06/12/1890, Cx. De Correspondências Recebidas, 1890 – citado por Giroletti, 1991, p. 260-261).

Do ponto de vista dos movimentos coletivos, as manifestações reivindicatórias organizadas pelos trabalhadores foram mais tímidas, raramente envolvendo todo o corpo de operários. Tais movimentos, usualmente, buscavam melhorias salariais ou a ampliação dos serviços prestados pela CCC, como a criação dos armazéns. Giroletti (1991, p. 253) assinala que “as primeiras reivindicações vão acontecer a partir de 1889 como reação defensiva ao encarecimento do custo de vida que se verificou naquele período”. O forte programa disciplinar, a educação meramente instrumental providenciada pelas escolas pertencentes à fábrica e a vaticinação religiosa são elementos indicativos de que não houve espaço para que o operariado se educasse politicamente ou desenvolvesse o que, esquematicamente e com ressalvas, podemos chamar de “identidade de classe”. Sem dúvidas, o esvaziamento político foi um forte aliado da estratégia disciplinadora dos dirigentes, que combateram severamente qualquer tentativa de associação política entre os operários.

A “questão de classes”, implicitamente comunicada no último parágrafo, me direciona a mais um importante e necessário deslocamento analítico antes de finalizar este capítulo. A análise enunciativa que me empenhei em tecer até aqui reclama um instante de nossa acurada atenção. Como recurso analítico, acabei por localizar, *de um lado*, os dirigentes, com seu acesso privilegiado aos enunciados e aos regimes de verdade das principais instituições e, *de outro*, os operários, resistindo e se constituindo em meio a esse embate de forças. De fato, os diferentes papéis ocupados por esses indivíduos os levaram a estabelecer entre si relações de poder desiguais e, em muitos casos, antagônicas. Entretanto, não devemos incorrer no risco de confundir ou igualar

essa *provisória separação analítica* a uma análise que pretenda tratar exclusivamente da “luta de classes”. Entendo que limitar a análise à lógica do “capital *versus* trabalho” seria nos mantermos na camada do óbvio. Partir deste clássico embate representa uma opção coerente e válida, mas levaria apenas à inequívoca e incessantemente comprovada conclusão histórica de que o homem foi (e ainda é) dominado por outros homens. Além disso, como alerta Foucault (1992), tropeçaríamos no risco de enxergar o poder como detentor de uma essência ou substância, capaz de ser possuído ou monopolizado por uma classe, um grupo ou um indivíduo. Reduzir a discussão do poder a essa visão dualista é deixar escapar por entre os dedos a rara oportunidade de analisar o *cotidiano de uma fábrica e vila operária* como o campo político dos exercícios de poder, substituindo o par “opressores *versus* oprimidos” por “sujeitos *versus* sujeitos”.

É fundamental não reduzir a complexidade das lutas sociais a uma lógica maniqueísta do bem contra o mal, que tende a apagar os sujeitos deste ou daquele flanco. Esse risco é também assinalado por Paes de Paula (2012) ao analisar a questão dos embates paradigmáticos presentes no meio acadêmico. A autora ressalta que, de um modo geral, “os funcionalistas ignoram os trabalhadores e os teóricos críticos e pós-modernos ignoram os gerentes: todos desaparecem enquanto sujeitos, os primeiros considerados como ‘engrenagens do sistema’ e os últimos, como os ‘caras maus’” (PAES DE PAULA, 2012, p.19).

Mascarenhas (2011, p.83) também corrobora com a crítica a essa visão maniqueísta ao afirmar:

[...] considero importante que nos afastemos de qualquer pensamento dualista. Não raro somos tentados a separar o mundo entre dominantes e dominados, esquecendo que os dominantes também se sujeitam nas relações, e que os dominados tem lá os seus momentos de dominação. Esse modo de produção social parece-me bastante complicado. Primeiro, porque reforça de modo indevido uma narrativa em que o outro cristaliza-se como vítima ou vilão de um contexto social, o que cria vários problemas para a prática política (por exemplo, essa postura de querermos pleitear para nós o direito e o glamour de “salvar” as minorias. Novos jesus-cristos andando por aí). Segundo, porque essa visão dicotômica não dá conta de outras possibilidades, caminha sempre de modo linear na História, não admite a criação de outros modos de existência...

Caminhar seriamente pela perspectiva foucaultiana é extrapolar essa visão estrutural binária de poder e trazer a lume toda a complexidade e o caos relacional que atravessa seu exercício. É fazer aflorar em seus mais rizomáticos detalhes a mecânica do poder, que não pode se resumir a simplesmente indicar ou denunciar no *outro*, no adversário, a face repressiva do poder. É mostrar que os circuitos discursivos do poder estão sempre abertos a ressignificações, saques, acidentes, rupturas e novas elaborações. É bradar a todos os ventos que mesmo no seio das desproporcionais relações de poder estabelecidas entre gerentes e operários TODOS estavam implicados. *Não há exterioridade.*

Disciplina, Teimosia e Fé – a constituição dos sujeitos fundadores

Ao analisar o perfil dos dirigentes e proprietários da CCC, Giroletti (1991) resgata alguns aspectos importantes sobre a visão do trabalho e de outros elementos constituintes da trajetória de vida desses sujeitos. No entanto, ao final de sua análise, acaba acenando para pressupostos ontológicos calcados no modelo de um *homo economicus*, sustentando que os dirigentes seriam detentores de

[...] *uma única visão de mundo* que tem como ponto comum uma mentalidade utilitarista e uma ética comum, voltada para o trabalho e imbuída de um profundo senso de dever e responsabilidade. É utilitária e possessiva, porque voltada para o rendoso emprego do dinheiro, a produção do lucro, a distribuição de altos dividendos e os ganhos pessoais. Em suma, a visão de mundo que subjaz à prática dos empresários é capitalista, voltada pra uma economia de mercado da qual a fábrica era a mais nova e mais representativa unidade (GIROLETTI, 1991, p. 228 – *grifos nossos*).

O ideário liberal e a busca pelo lucro estão inegavelmente impregnados no discurso dos empresários. Contudo, reduzir a figura desses sujeitos a esse arquétipo sem substância é desenhar uma cínica caricatura, interditando o caminho para uma análise mais visceral. A noção de luta de classes está fortemente presente na obra de Giroletti (1991), tornando lógica a opção por retratar os dirigentes a partir de um modelo como o *homo economicus*. Contudo, para sustentar a convicção de uma “ontologia histórica de nós mesmos” que abraço neste estudo, é necessário me desviar dessa linha de pensamento e realizar a curva que me leva a indagar: De que forma esses empresários se constituíram como sujeitos? Só assim será possível dar conta de evidenciar como em seu contexto histórico e cercados dos enunciados que lhe eram próprios naquele tempo esses sujeitos se constituíram e enveredaram pela trilha industrial.

Vaz (2005, p. 17) no início de sua obra que trata da biografia de Bernardo Mascarenhas, coloca a seguinte questão: “Como uma pessoa nascida e criada em um meio agrário e escravocrata, herdeiro de um dos proprietários rurais mais abastados da região [...] direcionou seu interesse para a atividade industrial”? Afinal, nada se ajustaria melhor à alcunha de “*homo economicus*” do que maximizar a fortuna da família prosseguindo no caminho seguro e promissor já traçado pelo patriarca. Entretanto,

Bernardo e Caetano assumiram riscos e dificuldades suficientes para dissuadir indivíduos movidos exclusivamente pela lógica utilitarista do lucro. Não buscarei aqui desvendar as intenções ou impulsos que os moveram. Em suma, o que buscarei evidenciar nas próximas linhas são os rastros e as pistas que esses sujeitos nos deixaram sobre os regimes de verdades presentes em sua construção de mundo.

Um ponto que merece atenção é a forma como o enunciado sobre o “*valor do trabalho*” se tornou um legado para os fundadores da Cia. Cedro, introjetado desde a infância como uma via ascética de realização. Vaz (2005) resgata a trajetória do velho patriarca da família, “Major” Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas, que viveu de 1796 a 1884, falecendo como um dos maiores latifundiários de Minas naquela época. Embora sua versão se afaste da narração heróica de Tamm (1960), a questão do trabalho continua presente desde cedo na vida do patriarca. Vaz (2005) evidencia que, após ficar órfão, Antônio Mascarenhas cresceu sob a proteção de parentes e tutores e, aos 15 anos, decidiu aprender o ofício de caldeireiro. Aos 19 anos, pediu a emancipação legal de seus tutores, a fim de administrar diretamente o capital e os bens que havia herdado. A partir daí, o que se presume é que Antônio Mascarenhas se estabeleceu e enriqueceu como comerciante na região de Tabuleiro Grande (Tamm, 1960; Mascarenhas, 1972), até comprar a Fazenda de São Sebastião, em 1836 (VAZ, 2005). Nessa época, já estava casado com Policena Moreira da Silva, mudando-se com os seis filhos que já eram nascidos para a fazenda. Lá nasceram outros sete filhos do casal, dentre eles Caetano e Bernardo, perfazendo o total de 13 herdeiros. A trajetória de trabalho e de conquistas direcionou a forma de criar e disciplinar os filhos sob a égide da “teimosa ocupação” do trabalho. Bernardo e Caetano foram criados na Fazenda de São Sebastião sob o rigor da disciplina do pai, auxiliando-o nas atividades da fazenda, como a criação do gado e a feitoria dos escravos. O valor dado à dedicação e ao trabalho fica nítido no relato que James Wells faz do encontro com o Major Mascarenhas e também no testamento deixado pelo velho patriarca aos filhos.

Era um senhor inteligente e bem falante, talvez um pouco antiquado em suas ideias [...] ele me disse francamente, como algo de que se orgulhava, que começara a vida como um órfão sem um tostão e sem estudo e que, por meio de trabalho, empreendimento e economia, chegara a independência financeira e ao conforto de que gozava em sua velhice. Seus filhos haviam evidentemente herdado a energia do pai, pois conceberam e levaram adiante a ideia de montar a fábrica de algodão perto de Tabuleiro Grande, onde estão enriquecendo rapidamente (WELLS, 1995, p. 204).

Adeus, serenas cordas de meu coração. Eu vos saúdo, agradecendo a vossa norma de conduta, com a qual em tudo e por tudo guiaste as nossas muito amadas e abençoadas filhas *ao temor de Deus e ao trabalho*. Honra-me deixá-las em suas fazendas, com bons maridos, amadas de todos e da pobreza. Meus filhos – *de pequenos educados com temor de Deus, sã consciência e teimosa ocupação* – logo vi que o trabalho faz a vida alegre e independente, e que a sã consciência torna o sono sereno e sem remorsos. Assim fostes criados desde pequenos, para não estranhardes grandes trabalhos; frequentastes seis colégios, para não ficardes propriedade de espertalhões. Fazei por bem guiar vossos filhos [...] (Trecho do Testamento do Major Mascarenhas, 1884 – reproduzido por Tamm, 1960, p. 115).

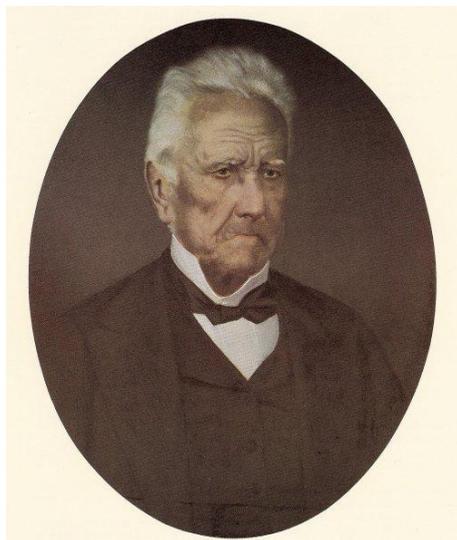
Ao analisarmos o testamento, fica nítida a aproximação entre os enunciados sobre o “valor do trabalho” e o “temor de Deus”, que são apresentados de forma *conjugada* como um *legado* tanto para os filhos como para as filhas. Em relação às diferenças existentes entre a criação dos homens e a das mulheres, salta aos olhos o quesito da “sã consciência”, que parece fazer referência ao envio dos filhos homens para os colégios de padres, a fim de aprimorarem sua educação formal. O *valor do trabalho* repassado pelo pai é reconhecido pelos filhos em diversas cartas, deixando explícito que tal enunciado se entrelaçou à aura do *exemplo*, encarnado e irradiado pela trajetória de vida do patriarca.

[...] devemos nos lembrar que nosso bom Pai é um nobre homem que durante 60 anos chamuscou-se nas caldeiras de melaço, na forja como caldeireiro, bateu na bigorna, tem por título de nobreza a sua imaculada probidade, e sua glória é o seu trabalho e educação de virtude que soube dar aos filhos. É deveras um nobre homem (Carta de Victor Mascarenhas, datada de 26/06/1878 – Copiador de Cartas – 1878-1888 – citado por VAZ, 2005 p.49).

Com o terrível golpe que infelizmente levei, do falecimento de Nosso Muito Santo, Honrado e Sempre Pranteado Pai do Coração, estive passando muito mal. Hoje, com uma carta que recebi do Pacífico, escrita da Fazenda e dizendo-me que Nossa Santa e Adorada Mãe está resignada, fiquei mais animoso. Seguirei os passos de Nosso Santo Pai em toda minha vida, pedindo-lhe sempre para lá do céu velar sobre seus humilhíssimos filhos e netos que cá ficaram neste mundo enganador (Carta assinada por Francisco Mascarenhas, datada de 17/01/1884 – Copiador de Cartas da Fábrica de Cachoeira, de 02/05/1883 a 02/09/1884, fl. 276 – *Acervo do Museu*)

Os dois trechos apresentados a seguir evidenciam que as práticas discursivas e os regimes de verdade repassados pelo Major Mascarenhas aos fundadores da CCC foram apropriados, ressignificados e transportados pelos dirigentes tanto para as fábricas de tecido quanto para a criação das novas gerações da família. Em tom de homenagem, a figura paterna passa a ser cultuada em todas as fábricas como o derradeiro fundador da CCC.

Figura 19 – Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas



Fonte: Vaz, 1990, p.36.

[...] Hoje foi nesta fábrica a missa do 7º dia, *assistida por todos os habitantes desta fábrica*, e amigos do Curvelo. Tendo de pelos retratos que o Pacifico tem que são muito perfeitos, mandar já reproduzir no Rio, para nossa casa, consulto-te se posso mandar vir um de Nosso Santo Pai, um pouco maior, para o escritório desta fábrica que estará na ocasião decentemente tratado para receber tão respeitável efigie: *o retrato do fundador de todas as fábricas pertencentes a nossa família, feitas e por se fazer* (Carta assinada por Francisco Mascarenhas, datada de 19/01/1884 - Copiador de Cartas da Fábrica de Cachoeira, de 02/05/1883 a 02/09/1884, fl. 277 – *Acervo do Museu – grifos nossos*).

Em entrevista com um bisneto do Major Mascarenhas, José Canuto, educado com o tio-avô, Cel. Caetano Mascarenhas, disse que era proibido, quando menino, de brincar com as crianças de sua idade. Terminadas as aulas, tinha que ocupar o tempo livre na carpintaria, onde aprendia o ofício de marceneiro com um mestre italiano, que trabalhava para a Cedro. Não tinha tempo livre, nem podia ocupar-se com jogos ou brincadeiras. O tempo devia ser usado em coisas úteis: estudar, trabalhar, aprender uma profissão, incorporar um sistema de valores caracterizado pela moderação e pela austeridade. Na época em que foi entrevistado, já octogenário, dirigia-se ao clarear do dia à oficina localizada num barracão ao lado de sua casa, onde fazia dois expedientes, trabalhando o número de horas que seu estado físico ainda lhe permitia (GIROLETTI, 1991, p. 229).

A citação anteriormente reproduzida sobre a infância de um dos bisnetos do patriarca deixa claro que a família dos dirigentes também assumia a incumbência de cuidar da “*ortopedia da alma*” de seus herdeiros, disciplinando-os desde cedo dentro da circumspecta moral do trabalho, que passava a regê-los vida afora. Isso revela indícios de que os enunciados sobre a moral ou o valor do trabalho não eram direcionados apenas aos filhos dos operários, mas estendidos igualmente aos membros da família empresária. Evidentemente, nem todos os descendentes da família se dobravam tão facilmente à tão ríspida *pedagogia*. A carta transcrita a seguir retrata a resistência de um jovem familiar às condições disciplinares da fábrica.

A resposta do nosso sócio e irmão Caetano [...] veio claramente expressar a relutância que tivemos em aceitar ao pedido do Antonino e Nhá Policena, como eles mesmos puderam te informar, por que já prevíamos as consequências... A razão foi a certeza que tínhamos [...] do dilema: ou obrigar o menino a sujeição, negando-lhe a última liberdade que sua idade reclama, desagradando assim a ele e a Vmcê. que dele teria de receber participações; ou deixá-lo completamente livre como os mais que aqui trabalham, o que seria prejudicial a ele, mas não nos faria incorrer no seu desagravo. Aceito enfim o menino, adotamos o segundo caso. Mas (falamos agora com franqueza) tão incorrigível e insubordinado se mostrou, que foi-nos necessário pedir-lhe indiretamente a sua retirada daqui. Da nossa carta de 30 de abril que por ele lhe dirigimos e (cuja cópia a esta juntamos por não termos certeza que lhe entregasse às mãos) claramente expusemos a falta de sujeição que ele tinha (Carta assinada por Mascarenhas e Irmãos, datada de 18/06/1873 e endereçada para a prima Maria Evangelista - Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, nº 1 – p. 61 – *Acervo do Museu*).

A posição de sujeito assumida pelos dirigentes na carta acima espelha seu desconforto quanto à sobreposição das diferentes posições ocupadas no discurso, uma vez que falavam como empregadores, mas também como parentes. Ou seja, a imposição da disciplina industrial não podia ser aplicada tão eficientemente quando se tratava de indivíduos pertencentes também à família, salvo quando existisse a total anuência de seus responsáveis diretos.

Outro enunciado trabalhado na discussão sobre a vila operária se refere à “salvação pelo trabalho”, pautado pela aproximação e ajustamento do enunciado sobre o “valor do trabalho” ao discurso religioso. A forte religiosidade não era uma característica exclusiva da massa de operários, mas também estava solidamente enraizada na família dos fundadores. A Fazenda São Sebastião contava com uma capela,

visitada mensalmente por um padre, que lá celebrava missa. A presença do elemento religioso na rotina da fazenda é retratada na passagem a seguir:

Antes que o sol nascesse um sino despertava os escravos que se formavam em fila no terreiro. O feitor e seus ajudantes chegavam, rezavam uma oração que todos repetiam em câoro, partindo, logo após, para os trabalhos das roças, depois de distribuída a ração da manhã. [...] Ao pôr do sol regressavam à fazenda, e, passada a revista pelo feitor, cada um recebia sua ceia, composta de um prato de canjica adoçada com rapadura. Depois subiam a escada da Casa Grande e se espalhavam pelos degraus, acompanhando em câoro o terço que D. Policena *todas as noites, rodeada pelas pessoas da família*, rezava na vasta sala que dava para a varanda, e em cuja parede o Major Mascarenhas mandara embutir um oratório ocupado por bela imagem de Santo Antônio, mandada vir da Côrte (TAMM, 1960, p. 69).

São várias as referências religiosas encontradas nas cartas, que comumente vinham acompanhadas de saudações ou expressões desta natureza, como aquela enviada por Francisco Mascarenhas em que relatava a tentativa de sabotagem: “uma má estrela paira sobre esta Cia, que até aqui tem sido e continua a ser protegida pelo nosso grande protetor o glorioso Santo Antônio”. A veia religiosa dos fundadores podia ser facilmente percebida pela ornamentação religiosa das fábricas. Na Fábrica do Cedro, por exemplo, além de existir a pequena capela do convento, foram instalados estandartes com imagens religiosas, que identificavam as diferentes seções dentro da fábrica.

Figura 20 – Identificação das Seções na Fábrica do Cedro



Fonte: Acervo do Museu.

Mesmo após gerações, a força da religiosidade ainda encontra-se disseminada nos cartões natalinos da CCC, em que o elemento religioso é fundido à própria história da companhia. O cartão reproduzido a seguir, datado de 1987, aglutina a mensagem de paz ao espaço organizacional, aparentemente transferindo para este a possibilidade de responder às necessidades existenciais dos sujeitos. Ao vincular o texto à imagem da Igreja de São Sebastião, localizada na fazenda em que os fundadores cresceram, reforça-se a raiz religiosa dos dirigentes, sustentando algo próximo de uma “*versão sacra*” da origem da companhia.

Figura 21 – Cartão de Natal CCC - 1987



Fonte: Caixa Box 238A - Acervo do Museu.

A instrução moral e religiosa dos fundadores foi complementada por sua passagem pelo Colégio do Caraça²⁵, fundado em 1820 e mantido por padres lazaristas franceses até o seu fechamento, em 1968. Lá, além das matérias tradicionais de ensino, como Gramática, Álgebra e Aritmética, os seminaristas também estudavam Música, Filosofia Moral e Racional, *Teologia Moral e Dogmática*. Bernardo e Caetano estudaram no Caraça de 1860 até 1863 (VAZ, 2005).

²⁵ Nos arquivos da biblioteca do Colégio do Caraça foi possível encontrar os nomes de Bernardo Gonçalves da Silva Mascarenhas e Caetano Gonçalves da Silva Mascarenhas, com entrada datada de 1860 (Lista de ex-alunos do Colégio do Caraça, 1820-1968 – Arquivo da Biblioteca do Caraça).

Figura 22 – Colégio e Santuário do Caraça



Fonte: Arquivo fotográfico do Caraça.

As noções preliminares presentes no *Regulamento* do Colégio do Caraça, abaixo transcritas, evidenciam claramente a função a ser desempenhada pelo seminário na *formação* de seus alunos.

Uma casa de educação bem organizada é um grande tesouro para a Igreja e para os Impérios: nela a mocidade ao mesmo tempo que adquire as ciências, *forma o coração* sobre a forte base, a virtude e deste modo felicita a si mesmo e *torna-se útil à sociedade*; é nas casas de educação, aonde um moço mais facilmente conhece sua natural vocação, o que muito convém para os progressos da vida. [...] *Sendo nós obrigados por natureza, e por instituição não só atender a nossa felicidade; mas também a fazer-nos úteis à sociedade, e à Igreja*; e como os fins se não podem obter sem os meios proporcionados, e *não pode haver ordem sem regra, nem sociedade sem leis*, é por isso que depois de muita meditação, e depois de ponderar o que pode haver de inconveniente nas casas de educação me animei a dar por escrito as presentes regras as quais praticadas nos formarão grandes diante de Deus e dos homens. Observai-as, pois, porque elas vos felicitarão, e vos guardarão (Regulamento do Seminário do Caraça, 1835, Noções Preliminares – *Arquivo da Biblioteca do Caraça – grifos nossos*).

O papel assumido pelo colégio então seria formar sujeitos *úteis* à sociedade e à Igreja, isto é, preparados para exercer com competência uma *função produtiva* ao retornarem para o seu meio social e, ao mesmo tempo, mantendo-se fiéis e obedientes aos preceitos da doutrina cristã. Tacitamente, o enunciado do *valor do trabalho* liga-se à noção de “utilidade” social. A posição de sujeito, neste caso ocupada por uma

autoridade eclesiástica, por si só garante o alinhamento do discurso do trabalho à moral religiosa. Tal relação ainda é complementada pela dupla missão de formação do colégio, provendo o conhecimento formal das ciências, mas igualmente buscando “*formar o coração*”. Ou seja, também era preciso operar sobre os alicerces do caráter, *converter os hábitos* e constituir sujeitos morais, “grandes diante de Deus e dos homens”, capazes de colocar a própria felicidade em segundo plano, pela busca de um ideal ascético de trabalho e de virtude. Isso remete ao fato de que os fundadores, muito antes de idealizarem a construção das fábricas, já haviam sido expostos a nexos discursivos capazes de sustentar um campo de *coexistência* para enunciados acerca do trabalho, da religião e da conversão dos hábitos. Não pretendo de forma precipitada, sugerir que tal construção discursiva foi simplesmente replicada pelos fundadores no seio da vila operária, pois, evidentemente, as condições de existência e a instância de diferenciação dos indivíduos no contexto do Colégio do Caraça eram outras. Contudo, é válido apontar que o caminho para essa custosa e delicada operação já constituía uma paisagem familiar aos fundadores, afinal o campo discursivo é feito de *rapinas* e está sempre aberto *reelaboraões*.

A formação moral e a religiosa não foram as únicas dimensões cinzeladas durante a estada no colégio, afinal o seminário do Caraça era regido por um estrito código disciplinar, aplicado sob a incessante vigilância dos padres.

ORDEM DO DIA

1. Levantar-se às 5 horas ao toque do sino.
2. Na primeira meia hora lavar-se, vestir, e compor a cama.
3. As 5 e meia, ao sinal do sino, ir com modéstia, e silêncio ao Oratório e fazer os atos Religiosos, que todo o cristão deve fazer pela manhã, cujos atos durarão de um quarto a meia hora findo o qual ato cada um se recolherá a seu aposento a estudar suas lições, e cada um dos decuriões presidirá a sua decuria até as 7 horas.
4. Às 7 horas ao sinal do sino irão ouvir Missa.
5. No fim da Missa segue-se o almoço.
6. Findo o almoço voltarão ao estudo.
7. Às 9 horas os Estudantes receberão os professores com respeito.
8. Principiarão todos os atos com a Anã e Oração do Espírito Santo e concluirão com a Anã e Oração de N. S^a. que começa concede.
9. Às 11 horas concluirão as aulas para ao toque do sino irem jantar, e durante a refeição haverá lição no púlpito de história ou vida de homens ilustres.
10. Depois do jantar terão uma hora de recreação divididos em classes segundo a ordem das idades.
11. A cada classe presidirá um Diretor para tudo estar debaixo de Ordem.

12. Nas recreações permitem-se os jogos, especialmente aqueles que exercitem as forças corporais.
 13. Finda a recreação haverá silêncio para se aplicarem aos estudos até as 3 horas.
 14. Às três horas, estarão todos prontos ao toque do sino para as aulas do mesmo modo que pela manhã.
 15. Às cinco horas ao toque do sino se dá conclusão para as aulas.
 16. No fim das aulas da tarde haverá um quarto de hora para merendarem.
 17. Às 5 e meia haverá música, canto-chão, e Cerimônias Eclesiásticas para os que quiserem e os que não aplicarem a estes estudos, cuidarão nas lições do dia seguinte.
 18. Antes da Ceia ao toque do sino irão ao Oratório rezar o Terço de N. S^a.
 19. No fim do Terço segue-se a Ceia.
 20. No fim da Ceia, uma hora de recreação debaixo da mesma Ordem que pela manhã.
 21. Finda a recreação, ao toque do sino, farão os atos que o cristão deve fazer antes de repousar, e rezarão as Ladainhas de N. Snr^a. em cujo ato não gastarão mais de um quarto de hora.
 22. Recolherão depois em silêncio ao aposento, e poderão estudar, até às 10 horas da noite, e ao toque do sino apagarão as luzes, e descansarão.
 23. As quintas-feiras serão feriados não havendo dia Santo na semana. As férias serão no mês de Agosto e Setembro em razão do frio.
- (Regulamento do Seminário do Caraça, 1835, cap. 7, § 2 - *Arquivo da Biblioteca do Caraça – adaptado do original*).

Figura 23 – Refeitório do Colégio do Caraça



Fonte: Arquivo Fotográfico do Caraça S/D.

O sistema disciplinar aplicado estabelecia um regime sobre os corpos e um detalhado esquadramento do tempo e do espaço. Para cada atividade um horário e um espaço específicos, de modo a cobrir toda a duração de um dia dos indivíduos, sem arestas ou brechas para qualquer desvio. Como foi possível perceber, a rigidez e a

exatidão que pautam cada ato dessa rotina lembram enormemente o nível de controle e o *modus operandi* da disciplina industrial. Não importa se nos referimos a Escola, Indústria ou Convento, para todos o problema da disciplina girava em torno dos corpos e dos espaços. O Regulamento do Caraça ainda definia e detalhava as responsabilidades de cada uma das funções existentes, abarcando os oficiais, os superiores, os diretores, os professores, os procuradores, os cozinheiros e os porteiros, sem deixar de fora os estudantes. Analisando, por exemplo, as funções do superior, é possível levantar pistas sobre o *ritual disciplinar* operado no Colégio do Caraça.

1. O Superior é o primeiro responsável pelos abusos dos Oficiais e Estudantes.
 2. Dever ser o primeiro exemplar.
 3. Deve ser vigilante. [...].
 10. Na correção guardará a ordem da caridade: nunca a correção seja pública, *quando o crime não for escandaloso*. [...].
 12. Ninguém será repreendido *em lugar e horas impróprias*; a saber: nem no refeitório, nem na recreação por ser impróprio ajuntar as lágrimas, ou a amargura com tempo necessário para aliviar o espírito e refazer as forças. A correção aproveita melhor, no fim da lição espiritual ou da Oração.
 13. *Mandar ler o regulamento uma vez no mês*.
- (Regulamento do Seminário do Caraça, 1835, cap. 2 - *Arquivo da Biblioteca do Caraça – adaptado do original*).

O trecho acima permite isolar importantes elementos da arquitetura disciplinar do Caraça. Dentre eles, pode-se citar a leitura periódica do *Regulamento*, reavivando-o recorrentemente, de modo a torná-lo familiar a todos, um *léxico da verdade* regimentar. Outra questão importante é o *valor do exemplo*, que deve ser fornecido pelo superior e também era extraído da aplicação de punições públicas a “crimes escandalosos”. Castro (2007) apresenta uma passagem emblemática de como esse *valor do exemplo* era operado, tanto sob o viés negativo quanto positivo, entre os alunos do Colégio do Caraça.

Aos alunos considerados preguiçosos havia também, além de prováveis castigos físicos, castigos morais. Um dos professores de latim levou para a sala de aula um punhado de capim e pôs em frente à carteira de um aluno que não respondia corretamente as lições quando arguido. A humilhação não durou mais alguns dias porque os outros alunos intervieram a favor do colega de classe. O sistema de entrega de notas promovia a exaltação dos melhores alunos e a desonra daqueles que se saíssem mal nos exames. Após as provas finais todos os alunos eram reunidos no salão para ouvirem as notas de um por um (CASTRO, 2007, p.18-19).

Figura 24 – Aluno do Colégio do Caraça na Biblioteca



Fonte: Arquivo Fotográfico do Caraça S/D.

Na passagem anterior fica claro que todo um conjunto de práticas se ligava ao Regulamento a fim de colocar em movimento os jogos de diferença entre os estudantes. Neste sentido, a leitura das notas havia sido estabelecida como um *ritual público*, em que os estudantes periodicamente eram comparados uns aos outros, em um jogo de diferenças que demarcava a distância dos “bons” para os “maus” alunos. A força dessas práticas sobre a construção dos regimes de verdade e sobre a socialização dos sujeitos é atestada pelos relatos de Salles (1993, p. 406), ex-aluno do Caraça, ao afirmar que:

O pequeno que não estudava, por si mesmo se punia, porque os companheiros evitavam brincar com ele, admiti-lo em seus grupos, de medo de se contaminarem com a sua falta de brio. No Caraça a crença geral era de que só não estudava o aluno sem-vergonha.

Figura 25 – Aulas no Colégio do Caraça



Fonte: Arquivo Fotográfico do Caraça S/D.

Para os desregramentos menos graves deveriam ser observados os momentos e os espaços adequados. Assim, as punições poderiam ser aplicadas, deixando um hiato para a prática da *reflexão*, fundamental para a internalização das *verdades* reavivadas. Esse aspecto é particularmente pertinente por se tratar de uma instituição religiosa, tradicionalmente calcada em práticas confessionais, de meditação e de exegese. Alguns desses elementos também podem ser percebidos no capítulo do Regulamento que traz as advertências aos estudantes.

1. Se um estudante se revestir de honra, brio e religião, ele será um tesouro: virá a ser um bom Pai de família, ou um bom Eclesiástico, ou um bom Magistrado, será um bom Cidadão.
2. No princípio do ano letivo farão os *exercícios espirituais por 5 dias, nos quais especialmente meditarão nos deveres do homem para com Deus, para com o próximo, e para consigo mesmo*, os benefícios, de Deus recebidos e os novíssimos do homem, e confessar-se-hão, e comungarão. Deste modo purificada a alma de muitas distrações quase inseparáveis do tempo das férias torna-se mais apta para o estudo da Sabedoria. [...]
5. Eles devem persuadir-se que não vem só para aprender os estudos, e ciências, mas também as virtudes, e é o que os Pais mais desejam de seus filhos. *Vale mais um homem de conhecimentos medianos sendo virtuoso, do que o grande sábio sem virtudes.* [...] (Regulamento do Seminário do Caraça, 1835, cap. 7 – Arquivo da Biblioteca do Caraça – adaptado do original – grifos nossos).

Dobrar-se sobre si mesmo, assimilar as virtudes e operar sobre sua própria conversão eram os objetivos dos *exercícios espirituais*, que guardam as bases da prática de exegese cristã. Aos seminaristas era reservado um tempo para que exercitassem a reflexão e meditassem sobre os deveres que lhe eram apresentados, assimilando como *verdade* o discurso do outro. Ou seja, o importante era *vincular o sujeito e a verdade*, procedimento fundamental para a constituição deles como sujeitos. Sujeitos morais, responsáveis por suas práticas sobre si e sobre os outros. Sujeitos *virtuosos*, amparados pelo *êthos* contido nos cânones religiosos. Sujeitos *úteis*, exercitados a partir de sua postura ascética em relação ao trabalho. Esse caráter formativo era continuamente reforçado pelos papéis sociais (pai, padre, profissional bacharelado) alçados como propósitos a serem alcançados após a conclusão dos estudos. Ainda assim, estabelecia-se um jogo de diferenças entre eles, ao apontar, por exemplo, que um homem virtuoso e de parca erudição estava acima de um sábio esvaziado destes predicados. Além do fomento às práticas de si, o Regulamento do colégio também possuía seus elementos de

interdição, endossados pelo viés repressivo do poder. As proibições e penalidades podem ser encontradas na versão de 1854 do Regulamento, transcrita a seguir.

- 1.º Dever reinar no Seminário o mais profundo silêncio [...]
 - 7.º *É proibido tocarem-se uns aos outros, puxar pelos vestidos, correr pelos corredores, atirar pedras, subir às árvores; jogar a dinheiro ou com cartas; entrar nas oficinas, cozinha e refeitório sem licença.*
 - 8.º É proibido a familiaridade demasiada.
 - 9.º Esforçar-se-hão em se mostrar sempre e para com todos, benévolos, pacientes, honestos, oficiosos e edificantes [...]
- CASOS GRAVÍSSIMOS E DE EXCLUSÃO
- 1.º Escarnecer dos exercícios de piedade que se praticam no Seminário.
 - 2.º Lançar mãos violentas em outro, ou dizer-lhe injurias grosseiras com escândalo.
 - 3.º Proferir discursos *contra a fé* ou *contra a moralidade*; ou ter em seu poder livros que contenham impiedades.
 - 4.º *Embriagar-se*, ou fazer excessos semelhantes.
 - 5.º Introduzir no Seminário bebidas, ou armas de defesa.
 - 6.º *Não querer sujeitar-se* ao regulamento (Regulamento do Seminário do Caraça, 1854 – *Arquivo da Biblioteca do Caraça – adaptado do original – grifos nosso*).

O Regulamento compilava toda a gama de atividades e/ou condutas julgadas inadequadas para o colégio, abarcando a disciplina, a moral e a sexualidade. Basta passar os olhos pelas regras para sermos impelidos a estabelecer um paralelo entre o *Regulamento* do internato do Caraça e os *Regulamentos* da Cia. Cedro & Cachoeira que, quase duas décadas depois entrariam em vigor nas fábricas. Novamente, insisto que não cabe aqui afirmar que os fundadores utilizaram este ou aquele documento como matriz para criar seus regulamentos. O que importa é indicar a existência de um encadeamento discursivo que atravessa ambos os documentos, estabelecendo um *êthos moral* compatível aos dois conjuntos. Importa igualmente mostrar que o processo de constituição dos fundadores como sujeitos foi perpassado por todo um regime disciplinar (da fazenda ao internato), que incidiu sobre seus *corpos* e sobre a formação de seu caráter (ou *alma* se preferirem).

E o que esse tipo de análise pode nos dizer sobre as relações de poder estabelecidas nas vilas operárias da Cia. Cedro? Ouso afirmar que tudo acena para uma operação de *transposição* do “modelo” familiar e moral internalizado como ideal pelos fundadores para a vida de seus operários. Ao invés da simples imposição de um sistema disciplinar capaz de levar aos resultados organizacionais esperados (que, sem dúvidas, era visto como imprescindível), é colocada em marcha toda uma “*missão civilizadora*”,

que buscava formar operários não apenas dóceis e disciplinados, mas também que compartilhassem os valores e a visão de mundo de seus dirigentes.

Outro ponto fundamental a destacar é que este percurso analítico guarda o mérito de fornecer indícios consistentes para rechaçar qualquer pretensão *modelo universal de Homem* que se pudesse utilizar para enquadrar ou definir tais sujeitos. Quebrar, ainda que brevemente, pelas esquinas pertencentes à trajetória de formação desses indivíduos é trazer à tona a complexidade e as sinuosidades existente no processo de constituição de cada sujeito. Processo este, contingente e histórico, cercado dos discursos que lhe são próprios e permeado por toda sorte de contradições. Procedimento custoso, singular e gradual, que, pela sua complexidade e por estar ancorado em táticas locais, não permite uma exata repetição ou generalização. Assim, qualquer tentativa de impor um modelo universal de Homem é frustrada logo de saída pela incontornável *historicidade* dos sujeitos e de seus discursos. Eis um valioso indicativo sobre a importância de se trabalhar sob uma perspectiva ontológica historicizada. Evidentemente, tal percurso não me permite afiançar coisa alguma sobre os “reais” sentimentos, intenções ou paixões que moveram os sujeitos fundadores. Cínicos capitalistas? Convictos filantropos? Heróis progressistas? Coronéis impiedosos? Malditos ou inocentes? Deixarei essas questões suspensas, ou melhor, latentes nas reptantes escarpas das conjecturas hermenêuticas.

Bem, quando afirmei que os fundadores e dirigentes da Cia. Cedro estavam *implicados* nas relações de poder presentes no contexto da fábrica, não me referia exclusivamente ao trajeto de sua constituição como sujeitos ou aos enunciados que manejavam com maestria (que de fato são fundamentais). Somado a isso, quis dizer que eles estavam forçosamente mergulhados em um complexo jogo de forças, que nem sempre lhes favoreciam. Os Gerentes da CCC mantinham-se em um estrato interposto entre os operários e os acionistas. De montante à jusante, eles eram convocados a mediar disputas, prestar esclarecimentos e impor a ordem e a disciplina. Não se tratava apenas de mediações hierárquicas ou consuetudinárias inerentes ao cargo, mas justamente do jogo que as extrapolava. Por muito tempo, os gerentes ou dirigentes das fábricas foram escolhidos entre membros da família, contribuindo para a sobreposição de papéis, demandas e discursos provenientes dessas ambíguas posições de sujeito. Ainda, é preciso lembrar toda a extensa lista de papéis e prerrogativas que esses gerentes comumente desempenhavam na vila operária. Em meio a esse turbilhão de

contendas, diversos gerentes desabafavam em cartas sobre o “fardo” que carregavam. Em alguns casos, os gerentes chegavam a solicitar a exoneração de seus cargos. Até mesmo Bernardo Mascarenhas, idealizador e fundador, após 14 anos à frente da Superintendência da Companhia, não foi capaz de resistir às pressões.

[...] Posto que hoje [haja] crise industrial em todo mundo, ela ainda não afetou o Brasil e nem poderá afetar, protegidos como estão os fabricantes pelas tarifas aduaneiras. Por isso não receio estabelecer uma pequena fábrica de brins finos [em Juiz de Fora], que mais é para me divertir – ganhar alguma coisa para minha despesa – do que para grandes negócios. E se não conseguir por algum motivo estabelecer a pequena fábrica, tratarei de outro – menos o de ser empregado, do que estou completamente farto. Ainda mais, que seja de opinião geral de que não há nada melhor do que ser gerente de fábrica ou companhia, etc. etc.; posto que seja muito bom o ordenado da Superintendência da Companhia, eu prefiro ganhar menos em qualquer outro negócio meu próprio. Alguém pode supor que faço jogo para depois fazer restrição de altos ordenados, etc. Muito longe estou disso, e não aceito de forma alguma posição remunerada na Companhia para futura administração, seja qual for o ordenado. Tratemos de saber onde ficará o Escritório Central, se na CA ou na CE e quem dele se encarregará [...]. Me parece que qualquer um dos atuais gerentes das fábricas dará conta, tendo bom guarda-livros. (Carta assinada por Bernardo Mascarenhas, datada de 30/12/1880 – Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro de 18/05/1886 a 21/05/ 1887, p. 264 – *Acervo do Museu*).

[...] Estou muito só, às vezes doente, como estou hoje, e não posso trabalhar regularmente por causa das continuadas interrupções – chamado a todo instante para aqui e acolá – fiscalização de tudo, tudo – despachar, aviar pedidos, etc etc. de modo que nunca levei uma vida tão pesada. Não se pode deixar a fábrica a mercê dos maquinistas e nem as obras aos carpinteiros. [...] (Carta assinada pelo fundador e gerente Francisco Mascarenhas, datada de 14/07/1886 – Caixa Box 4A – *Acervo do Museu*).

Pelos dizeres de suas cartas e pelo que estou informado, vejo que me acusam de imprevidência, passeio, gente demais por aqui, ordenados altos, etc., etc., [...] Quanto ao meu ordenado, julgado tão exorbitante, me parece que se Vmcê. quiser imparcialmente confrontar, verá que não é mais vantajoso do que o que Vmcê. aí ganha, livre de todas as despesas e com facilidade de negociar em grande escala, e modéstia à parte, o serviço aí e os daqui não são para se comparar. Com isto, não faço censura alguma, mesmo porque não tenho a ver com os negócios de São Sebastião; é apenas um confronto para o que chamo sua atenção comparativa e mais nada. Ganho muito, é certo; e com isto, deveria estar eu agarrado como uma ostra ao emprego. Entretanto, ando tão satisfeito que já dei meu aviso de retirada, e posso lhe garantir que ao contrário, estou aflito para deixar o lugar a quem melhor desempenhe e mais, muito mais barato. Nunca desejei sair daqui precipitadamente, sem dar aviso de grande prazo, para assim não causar à Companhia transtornos e dificuldades, pois pode estar certo que mesmo Vmcê. e Dr. Pacífico, os maiores sócios, podem ter, como creio, muito interesse por esta Companhia, mas nunca mais do que eu; mas desde que há má satisfação, censuras, estou pronto a sair já, bastando que me indiquem o substituto para eu entregar, com

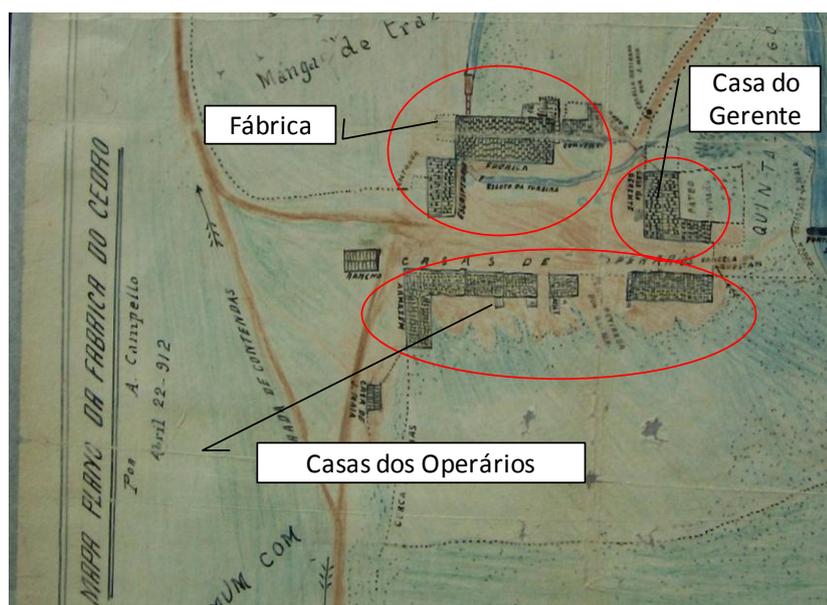
o que terei grande prazer. Desde que numa Carta do Ricardo, nos pondo a todos da Companhia como gatunos ladrões, foi julgada muito sensata e muito aplaudida, nada mais devo estranhar e tudo posso esperar (Carta trocada entre um Gerente e o Superintendente/Acionista da CCC, datada de 29/08/1900 - Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, de 14/11/1899 a 08/10/1900, fl. 414-415 – *Acervo do Museu*).

As cobranças provenientes dos acionistas da CCC hodiernamente tratavam de questões como valor dos ordenados, custos operacionais da fábrica, prestações de contas e, é claro, valor dos dividendos a serem pagos. De outro lado, nas vilas operárias e, mesmo, no convívio com os familiares, desenhava-se outro conjunto de relações, em que o que estava em voga era a vida privada dos gerentes. Afinal, os gerentes da CCC pertencentes às primeiras gerações *trabalhavam e residiam* nas vilas operárias. Giroletti (1991, p. 158) descreve esse contexto da seguinte forma:

Na maior parte das fábricas, gerentes, acionistas, superintendentes ou diretores sempre residiram (quando não nasceram) nas próprias vilas operárias ou nas imediações. Os proprietários não eram pessoas estranhas ou de fora: eram do meio e elementos importantes nas tramas das relações sociais locais. Conheciam todas as pessoas, moradores, chefes de família, as autoridades, os adversários e os inimigos. Tinham informações precisas e detalhadas sobre o que acontecia nas vilas. O grau de controle sobre as pessoas e os acontecimentos era quase total. [...] As vantagens de residir no local para fins do exercício correto do poder são diversas: permitem dominar uma rede ampla de relações e de informações; facultam o conhecimento das circunstâncias e do momento mais propício para a ação e das medidas a serem adotadas; possibilitam o cultivo das relações pessoais, o uso dos recursos – a concessão de favores, a distribuição de benefícios materiais e a manipulação de mecanismos simbólicos ou o emprego da força para a preservação do poder e da dominação.

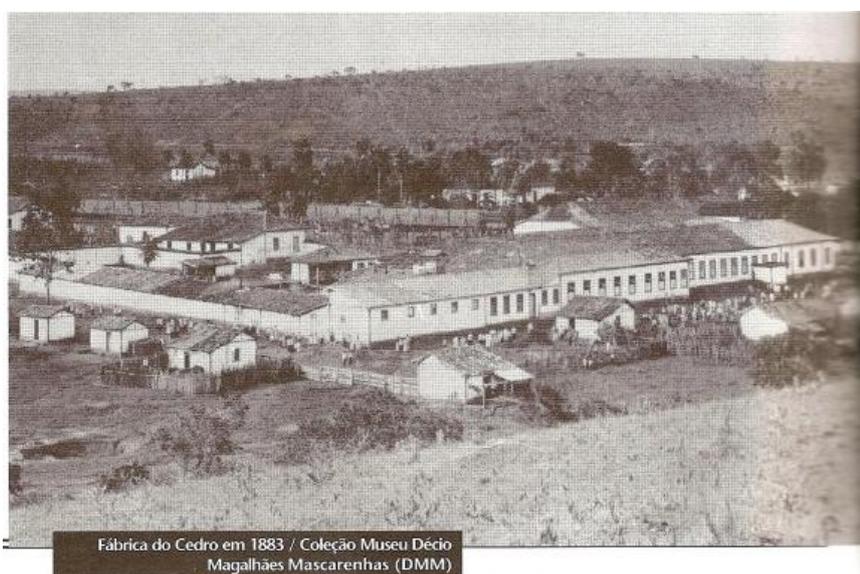
De um lado, a presença imediata e contínua dos gerentes nas vilas operárias representava um valioso recurso e um posicionamento vantajoso junto à gênese das relações de poder. No entanto, nem sempre essa imódica exposição contribuiu apenas para ratificar as práticas paternalistas ou assegurar sua pretensa “dominação”. O que se estabelecia, em certos momentos, era uma espécie de “panóptico às avessas”, uma vez que a residência do Gerente ocupava um lugar central e privilegiado, com condições de vigiar a quase todos, mas também totalmente à mercê dos olhares e comentários sobre a rotina dos que ali residiam.

Figura 26 – Mapa da Vila do Cedro



Fonte: Acervo do Museu, S/D.

Figura 27 – Fábrica do Cedro e Vila Operária em 1883



Fonte: Vaz, 2005, p. 8.

A Figura 26 é um mapa da vila da Fábrica do Cedro, esboçada pelos fundadores, deixando claro que desde o princípio a vila operária foi concebida mantendo uma enorme proximidade entre a fábrica, a residência do gerente e as casas dos operários. Ou seja, como o anonimato do *panóptico* não estava presente, estabelecia-se uma recíproca vigilância social. A carta reproduzida a seguir, retirada da obra de Vaz (2005), evidencia muito bem esse outro lado da moeda.

Cada vez me capacito mais que feliz é aquele que mora há muito e muito longe de seus irmãos. Em uma família grande como a nossa, é impossível deixar de haver muitos mexericos! [...] Não ignoras que há muito e muito tempo dei em frequentar muito pouco o Curvelo, e que desde que falaram a nosso bom Pai que eu estava sustentando raparigas lá, fiz protestos solenes de ir a esse lugar só quando me fosse indispensável a presença lá. [...]. [Tenho] passado aqui por homem imoral que entretenho relações ilícitas com empregadas, e que saio com todas as mulheres, que tenho tomado mulheres de empregados. E que fazer? Suportar tudo como Jesus Cristo suportou da pesada madeira. A minha consciência é pura e o futuro tudo recobrirá. Bem criança ainda passei aqui por esbanjador, vadio, perdulário, ladrão, etc quando estava trabalhando aqui como escravo e vencendo ordenado de jornalista. Se hoje sou homem adoentado, agradeço a tantos desgostos que tenho tido. Realmente que [ilegível] Fulano disse que sócio fez isso – Beltrano disse que este fez aquilo – Sicrano disse que você tem dado a essa sociedade prejuízo de 20 contos ou trinta, tudo fazia-me uma [ilegível] tal que o meu desabafo era com minha pobre mulher e chorarmos a nossa sorte de ter empregado aqui quase todo meu pequeno capital (Carta de um Gerente da CCC a seu irmão, datada de 26/06/1878 – Copiador de Cartas de 1878 a 1887, p. 31-37).

É notório na carta acima que o Gerente faz referência a diferentes momentos em que sua vida havia sido atravessada pelo incessante assédio dos regimes de verdades sustentados pelos padrões morais vigentes. A trajetória narrada remonta da infância à fase adulta, evidenciando o quanto as relações de poder desenrolavam-se de forma difusa e abrangente, não poupando aos Gerentes e a suas famílias de se tornarem alvos das atenções e das táticas locais de valoração social. Afinal, é de se supor que tais indivíduos, pela *posição de sujeito* que ostentavam, seriam enormemente cobrados a sustentar imagens correlatas aos “elevados” valores morais que buscavam inculcar nos operários. Ou seja, para que sua sanha reformadora surtisse o efeito desejado, ela deveria ser acompanhada de condutas coerentes aos padrões morais idealizados e engendrados pelos dirigentes, deslocando um dos focos da produção de *sinais* e *exemplos* para si mesmos. Não importa se dirigentes ou operários, todos estavam implicados e imersos nas tramas das relações de poder.

Até aqui busquei trazer à lume uma diminuta, porém significativa, parcela dos enunciados e seus regimes de verdade que atravessaram o cotidiano de acionistas, dirigentes e operários nas vilas e fábricas da Cia. Cedro & Cachoeira, dando maior ênfase às primeiras décadas após a sua fundação. Na próxima seção, deslocarei o olhar para um marco importante que impactou diretamente as relações de poder na vila operária da Fábrica do Cedro. Mais precisamente, analisarei alguns acontecimentos

discursivos que marcaram a transição da vila operária para a condição de município independente, evidenciando o papel protagonizado por dirigentes e acionistas da CCC diante deste processo.

A Emancipação

O povo da vizinha cidade comemorou em vibrantes manifestações de júbilo, a 1º, 2 e 3 do mês corrente, a instalação do município de Caetanópolis. Este nome dado à nova comuna é homenagem merecida à memória do nosso inesquecível conterrâneo Cel. Caetano Mascarenhas, que colaborou em todos os empreendimentos de progresso desta terra, sendo seu principal trabalho a fundação da fábrica de tecidos do Cedro [...]. As solenidades tiveram início com uma salva de tiros na passagem de 31 de Dezembro para 1º de Janeiro [...]. Às 11 horas houve missa cantada, em ação de graças, seguindo-se, depois, às 12 horas, um churrasco de muitas rezes e centenas de litros de chope. [...] Pela manhã do dia 1º de Janeiro foi realizada uma concorrida romaria ao túmulo do saudoso Cel. Caetano Mascarenhas, no cemitério desta cidade (Gazeta de Paraopeba, 10 de Janeiro de 1954, ano 43, nº 2332 – *Hemeroteca Digital*).

A data de 1 de janeiro de 1954 marca a emancipação político-administrativa da vila operária do Cedro, que até então estava sob a jurisdição do distrito de Paraopeba. Marca também o início da organização política no município, que deveria se preparar para eleger seu primeiro prefeito. A reverência à CCC se faz sentir até mesmo no nome da nova cidade, conferido em tom de homenagem a um de seus mais proeminentes fundadores. As comemorações descritas na matéria acima deixam transparecer o misto de celebração religiosa e de folguedo popular que levou os moradores do vilarejo às ruas para comemorar seu novo *status* de “município”.

A romaria relatada na reportagem demonstra a aura heroica emanada pelo vulto do Coronel Caetano Mascarenhas, que havia falecido em 1938, deixando o legado de sua figura lendária. Cofundador e administrador da Cia. Cedro, nasceu e residiu por toda a sua vida na região, tornando-se um ícone, pelo seu perpétuo discurso sobre o valor do trabalho e pelos traços paternalistas que o distinguiam. As narrações heroicas em torno da figura do Coronel Caetano podem ser encontradas em diversas reportagens veiculadas pelos jornais locais. A comemoração de seu aniversário de noventa anos, por exemplo, foi estampada na primeira página do jornal *Gazeta de Paraopeba*, periódico da região, cujos excertos são apresentados a seguir.

O Sr. Coronel Caetano Mascarenhas [...] comemorou, a 7 do corrente, o seu 90º aniversário natalício. Notadamente a nossa terra deve a esse ilustre e venerado filho serviços que não poderão nunca ser esquecidos [...]. Uma revista ao passado do Sr. Cel. Caetano e estará justificada a admiração que

lhe votam os seus conterrâneos que o têm como um benemérito desta terra. [...] Da edição desta folha, número 112, de 1º de junho de 1913, extraímos o seguinte: “[...] Quando há 45 anos Taboleiro Grande, quase uma aldeia, e Cedro, uma fazenda quase abandonada, se esterilizavam e morriam apodrecidos na polé do atraso por falta de estímulo e à míngua de um sopro animador – foi o Coronel Caetano Mascarenhas que, rompendo obstáculos insuperáveis, tentou guiar esta terra pela estrada luminosa do progresso. Sim, foi ele e mais dois de seus ilustres irmãos que tiveram a iniciativa de despertar essas energias adormecidas, fazendo mais tarde vibrar o patriotismo deste, hoje, altivo povo!”. [...] A sinceridade de sua crença política é toda argamassada de patriotismo. Espírito conciliador, amigo da paz e do povo tem prestado inolvidáveis serviços a este município [...] e onde a sua benemerência, quer como Presidente da Câmara, quer como cidadão, ou como católico, é assinalada por atos que robustecem cada vez mais o grande conceito em que o tem a opinião pública. [...] (Gazeta de Paraopeba, 11 de Agosto de 1935, ano 25, nº 1372 – *Hemeroteca Digital*).

É importante analisar os recortes de jornais com cautela, enxergando-os como mecanismos privilegiados na produção de verdades, a partir dos quais são reforçados determinados enunciados e suas positivities, como já evidenciado na análise da vila operária. Assim, não cabe aqui sustentar qualquer discussão entre as possíveis distâncias entre a “biografia do homem” e o “mito do coronel”. O importante é desnudar quais discursos se amarram a essa importante figura que marcou a história do lugar e teve seu nome incorporado ao do novo município. Nesse sentido, a reportagem faz emergir um “coronel progressista”, responsável por salvar a região do ostracismo em companhia de seus irmãos fundadores. Além disso, é edificado em torno de sua figura um *modelo moral*: patriota, religioso e abnegado “político do povo”. Outro traço distintivo de seu caráter seria sua visão sobre o *valor do trabalho*, que pode ser encontrada no relato de um ex-operário ao prestar-lhe uma homenagem após sua morte no mesmo jornal.

Eu era tipógrafo, isto é, trabalhava numa tipografia, em minha terra. Aos treze anos de idade, fiquei órfão de pai; fui obrigado a sair da escola primária, porque minha mãe e meus cinco irmãozinhos necessitavam do produto do meu serviço para suavizar a nossa aflição. Admitiram-me, então, na Fábrica do Cedro, como menino de filatórios [...]. O coronel Caetano Mascarenhas, logo que reassumiu a gerência da Companhia Cedro e Cachoeira, começou a me ensinar a trabalhar e, mais ainda, me ensinou a ter muita fé no triunfo pelo trabalho. Era enérgico e às vezes rigoroso comigo, mas foi sempre extremamente compadecido e bom – possuía uma alma de elite. Após a morte do meu pai, que era o tipo do cidadão e do homem austero e leal, foi ele, o coronel Caetano Mascarenhas, a primeira mão generosa que me acolheu. Promoveu-me logo a auxiliar da sala de expedição de panos; fui caixeiro de balcão e viajante, tendo chegado à responsabilidade de guarda-livros, que fui, da fábrica. [...] Ao desaparecer para sempre dos meus olhos a figura do

coronel Caetano Mascarenhas, penso que não esquecerei, nunca, a sua caridade, a sua bondade, a sua estima para comigo (Gazeta de Paraopeba, 06/02/1938, ano 27, nº 1502 – *Hemeroteca Digital*).

A partir da análise dos recortes de jornal, fica evidente que a imagem cultuada do Coronel Caetano se articula fidedignamente aos principais enunciados trabalhados na análise da Vila Operária. Isto é, amarram-se claramente ao *valor do trabalho* e à *salvação pelo trabalho*, pautados pela austera *disciplina*, que sempre cadenciou o cotidiano das fábricas. Em suma, seja pela influência política da família fundadora na região, seja pelo carisma irradiado por este atípico “coronel da indústria”, o fato é que seu nome se infiltrou no imaginário da população e ficou imortalizado, perpetuando seus valores para as novas gerações de familiares e de operários. Outro importante indicativo da força dos enunciados e das tradições até aqui discutidos pode ser evidenciado pela análise do novo brasão escolhido para a cidade, durante a legislatura de seu primeiro prefeito.

Figura 28 – O Brasão de Caetanópolis



- A) O escudo de fundo azul representa a família, célula-mãe da sociedade;
 - B) A cruz branca representa a Paz e DEUS;
 - C) As estrelas do Cruzeiro do Sul evocam a Pátria e a proteção divina;
 - D) O fuso de fiar e engrenagem representam a indústria têxtil, base histórica da economia local;
 - E) O ramo de louro à direita remete à vitória;
 - F) O ramo de oliveira à esquerda faz nova referência à paz;
 - G) O lema traz as expressões “Inteligência e Ordem”.
- (Fonte: <http://www.caetanopolis.mg.gov.br>).

O brasão e sua legenda são capazes de aglutinar imageticamente os valores sociais e os regimes de verdade historicamente construídos e disseminados pelos dirigentes da CCC e pelas principais *instituições* presentes na Vila Operária. Nela o *trabalho* na indústria têxtil é habilmente cerzido junto à *religiosidade*, ao *dever pátrio* e ao *perfil ordeiro* esperado de toda a população desta nova cidade. Ou seja, a força simbólica dos fundadores da CCC e a representação de seus enunciados permearam até mesmo o processo de emancipação do Cedro, ficando assinalados em seu nome e em seu brasão. Diante desse cenário, cabe agora questionar: Será que todo esse processo se deu em tom tão sereno e festivo? Qual teria sido a reação dos dirigentes da CCC diante do movimento de emancipação?

Foram várias tentativas frustradas. [...] Houve muita resistência. Achavam que não seria viável. Após diversas reuniões, rebatidos todos os argumentos da diretoria da Cedro, o projeto de emancipação foi aceito em 12 de dezembro de 1953, instalando-se o novo município em 1º de janeiro de 1954. No dia da instalação, houve grande festa, e receberíamos o nosso Intendente (homem que iria governar, organizar a Prefeitura até a eleição). Ele chegou aqui tão alcoolizado, que entrou em coma alcoólico. Era o Sr. Raul Lisboa, que teve de ser substituído pelo Dr. Salomão. Este ficou pouco tempo e nada fez. O Intendente Marinho Nicácio foi quem organizou a Prefeitura. E a Prefeitura funcionou na pensão do Ildeu Moura até a eleição. [...] O Cedro era um distrito de Paraopeba, e com a emancipação tivemos que trocar o nome de Cedro, pois já existia outro Cedro no estado do Ceará. Então o Dr. Guilherme sugeriu homenagear Caetano, um dos fundadores da Fábrica do Cedro, e os políticos da época aceitaram a sugestão.
(Fonte: <http://www.caetanopolis.mg.gov.br>).

O texto anterior, extraído do site oficial da atual prefeitura de Caetanópolis, deixa transparecer as dificuldades iniciais decorrentes da aparente “inexperiência” de seus primeiros intendentes e a provisoriedade das primeiras instalações da prefeitura. Também indica que a impossibilidade de manter o nome de Cedro foi que motivou “os políticos da época” a acatarem a sugestão apresentada pelo neto do coronel. Além disso, fica claro que o processo de emancipação não ocorreu sem resistências por parte da Administração da CCC. Afinal, por mais de oitenta anos a cidade repousou sob a tutela da Cia. Cedro que, como visto, implantou diferentes serviços de utilidade pública e desempenhou diversas prerrogativas de Estado. Por décadas, a importância social ostentada pelos gerentes da companhia permitiu-lhes, com relativa facilidade, acessar e direcionar as autoridades ou “forças da lei” no enalço de seus interesses. Basta retomar o caso de nosso já conhecido “tintureiro sedutor” para reavivarmos em nossa mente o

grau de arbitragem que os dirigentes da CCC possuíam perante as autoridades públicas. Na carta reproduzida a seguir, a rede de influências é ativada com o objetivo de “acelerar” a marcha de um processo judicial. O intuito era claramente colher o mais rápido possível os efeitos do *exemplo* de moralidade que se esperava infundir na Vila Operária com a punição dos envolvidos.

[...] Afinal [se] descobriu o ladrão das moças; o tintureiro, segundo dizem, está metido no meio da história; [...]. O ladrão principal é casado, filho do Thomaz Cesário; estou tocando processo de rapto contra tais audazes, para exemplo dos demais e respeito do lugar. Todos os acionistas daqui foram de opinião que deviam ser processados para exemplo e moralidade do estabelecimento. Ajustei um advogado e estou tocando o processo para adiante, porém noto muita má vontade no tal Sr. Delegado daqui, que apesar do Juiz substituto requerer o auto de corpo de delito, ele negou-se a fazer, desobedecendo ao Juiz. *Se o Antônio²⁶ estiver por aí diga para vir já para assumir a jurisdição, a fim de poder concluir o inquérito que o tal delegado está muito parcial [...]* (Carta assinada pelo Gerente, datada de 02/09/1900 – Caixa Box 30A – *Acervo do Museu*).

Permitir a emancipação do povoado representava um passo a ser cuidadosamente calculado pelos dirigentes. De um lado, poderiam se ver livres do ônus de propiciar e manter diversos serviços públicos. Aparentemente, tais serviços geravam mais gastos do que retornos e, por vezes, foram criticados pelos acionistas da companhia. De outro lado, seu nível de autoridade e de controle sobre os mais variados aspectos políticos e sociais da localidade tenderia a diminuir sensivelmente após a emancipação. De fato, a primeira eleição de Caetanópolis representou um episódio marcante, que impactou diretamente as relações de poder presentes no dia a dia da fábrica. Lançar o olhar para esse acontecimento singular representa a oportunidade de analisar algumas das perturbações ou reflexos ocorridos na trama das relações de poder e de seus enunciados, que circularam da esfera municipal para o interior da fábrica.

Antes de mergulharmos na análise é necessário, porém, uma ressalva. Os documentos encontrados sobre essa questão atestam o nível de tensão política e as acirradas contendas que giraram em torno da primeira disputa eleitoral, ocorrida há cerca de sessenta anos na localidade. Nesse sentido, é importante frisar que a conduta dos sujeitos envolvidos não se encontra aqui em discussão – afinal, ao tatearmos pelo

²⁶ Vaz (2005) assinala que Antônio Cândido Mascarenhas ocupou durante 23 anos o cargo de subdelegado de Taboleiro Grande.

passado muitas vezes avaliamos, involuntariamente, as ações e as práticas sociais dos sujeitos de determinada época a partir de nossos valores pessoais e/ou contemporâneos. Esse olhar anacrônico, por vezes, nos leva mais a realizar julgamentos morais do que abrir novas vias de entendimento. O que importa é analisar as *posições de sujeito* ocupadas pelos indivíduos e os *regimes de apropriação* a elas vinculados, evidenciando os regimes de verdade que buscaram reforçar a partir de seus enunciados.

Dito isto, é válido apontar as precauções tomadas pelos dirigentes antes de darem sua “benção” para que o processo de emancipação pudesse tomar corpo.

PEDIMOS A ATENÇÃO DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA PARA OS TERMOS DO DOCUMENTO ABAIXO:

Ilmos. Srs. Diretores da Cia. Cedro e Cachoeira. Como me comprometi, na reunião desta Diretoria, e dos grandes acionistas desta firma, de fazer cientes aos operários do Cedro, do perigo e consequências que podem advir de um movimento impensado, referente à política, venho agora à presença desta distinta Diretoria para reportar os acontecimentos a este respeito [...]. No dia 18 de dezembro de 1953, às 7:30 horas, [...] reuniram-se por solicitação minha, 54 pessoas, todos homens de responsabilidade, pois são chefes de família, para ficarem cientes dos perigos de um movimento desinteligente com a Cia. Cedro. Aberta a sessão, [...] comecei a expor, para os presentes, que a causa mais forte que impedia aos dirigentes da Cia. Cedro de darem o *consentimento paternal* para a nossa emancipação era justamente a preocupação de haver atritos políticos entre os operários e a Cia. [...]. Tendo eu explicado clara e demoradamente aos chefes de família que *uma desinteligência entre os operários e a Cia. pudesse provocar a retirada de uma parte da Fábrica, ou toda ela*, em detrimento exclusivo do nosso lugar, e da nossa população, eles se comprometeram a não ir contra a Cia. [...] Em seguida expus a eles que nós não queríamos que o operariado não tivesse liberdades políticas. Desejamos a liberdade do operário, só pedimos para não nos molestar, para nos respeitar, como um filho de maior idade, que embora emancipado não poderá nunca desgostar a seus pais, *sob pena de ser punido biblicamente* (Carta assinada por um Acionista da CCC, datada de 22/12/1953 – *Acervo do Museu* – Caixa Box 955D).

O documento destacado anteriormente traz indicativos do grande receio demonstrado pelos dirigentes sobre o processo de emancipação. O acionista e “porta-voz” da Cia. Cedro perante os operários evidencia em seu discurso quais teriam sido os artifícios utilizados para “alertar” os operários sobre os riscos de incorrerem em desagravos com a CCC. Por trás de um discurso polido e bem concatenado, emerge a franca ameaça de retirada da Companhia da região e, com isso, uma das mais

importantes bases empregatícias do lugar. Tal operação teve por objetivo minar qualquer movimento de resistência operária que pudesse aflorar após a emancipação e, paralelamente, garantir aos dirigentes que um *pacto moral* havia sido selado. Considerando o aviso inicial – registrado no topo do documento original em letras garrafais – fica nítido o intuito de ratificar e estender a advertência a todo o corpo de operários. Outro ponto a destacar é a analogia sustentada pelo discurso ao comparar a relação entre os dirigentes e os operários àquela entre pais e filhos. Assim, recorrendo a alegorias pinçadas do discurso religioso, busca-se enfatizar que qualquer dissidência operária seria equiparável ao “imperdoável” pecado incorrido por um filho ao desrespeitar o próprio pai. Ou seja, o regime de verdade erigido deixa claro que a suposta liberdade política garantida aos operários surge, desde o princípio, condicionada à obediência e à tutela da companhia.

Uma vez ocorrida a emancipação, o passo seguinte seria a definição dos candidatos a prefeito. É justamente durante esse processo que tem início todo o embate que estava por vir.

Amigo Geraldo, [...] Na ocasião da emancipação o Sr. José Dale me apontou como candidato único à Prefeitura o que aceitei de todo coração, pois ser prefeito de minha terra muito me honra [...]. Sendo formado o PSD, e o Sr. José Dale, feito seu presidente [...] ele achou fácil lançar a sua candidatura deixando de lado seu compromisso comigo. E de fato está firme em se candidatar. De minha parte me sinto humilhado, pois não sou nenhum moleque irresponsável, para servir de brinquedo do Sr. José Dale. De outro lado, o PTB quer me lançar como candidato, [...] se compromete a afastar por completo o Deputado Ilacir Pereira Lima, a bem de Caetanópolis, uma das condições que impus, sem a qual, não poderia aceitar a minha candidatura [...]. A situação aí está, mais ou menos esclarecida a você, *para o seu controle*. Se você pudesse dar um “pulo” aqui, seria interessante porque você poderia sondar o ambiente imparcialmente. A atitude do Sr. José Dale é um pouco precipitada, desrazoada [...]. Não sou político. Estou para o que o povo quiser. Mas para o Sr. José Dale eu só cedo nas urnas. Sem mais para o momento, subscrevo-me atenciosamente, Antônio Joaquim (Carta enviada para um dos diretores da CCC, datada de 05/08/1954 – *Acervo do Museu – Caixa 955D – grifos nossos*).

O primeiro ponto que se torna evidente é que a CCC continuou a ocupar um papel central na arena política mesmo após a emancipação. Com o descortinamento desse novo cenário político, angariar o apoio da CCC passa a ser o grande objetivo dos dois candidatos à prefeitura. Correspondências buscando o apoio da Cia., enviadas pelos

candidatos ou por representantes de seus respectivos partidos atestam essa afirmação. Na carta anterior, é importante destacar as condições colocadas pelo candidato para aceitar a sua filiação ao PTB, fazendo referência ao afastamento de um deputado sindicalista de sua época, que era visto como uma ameaça pelos dirigentes industriais. Essa alusão denota o empenho do candidato em antecipar e eliminar os empecilhos que pudessem desencorajar o eventual apoio da companhia. Diante das consultas e das pressões, os dirigentes da CCC tomaram inicialmente a posição de “neutralidade”.

Ilmo. Snr. Gerente da Fábrica do Cedro [...]. Respondendo por esta a algumas consultas que temos tido a respeito da política Municipal de Caetanópolis, vimos informar a V. Sa., para os devidos fins, que a Diretoria desta Cia. resolveu o seguinte: Em se tratando de dois candidatos perfeitamente capazes, ambos em condições de promoverem o progresso e a harmonia nessa futura cidade, não tomar o partido de nenhum, uma vez que qualquer dos dois satisfaz plenamente as condições necessárias para o difícil cargo de Prefeito dessa nova comuna. A administração da Cia. fica, pois, em posição de equidistância em relação aos dois candidatos [...] (Carta da Diretoria, datada de 20/08/1954 – *Acervo do Museu* – Caixa 955D).

A posição apartidária assumida parecia acenar para a habilidade política dos dirigentes, já de longa data exercitada por eles à frente de seu papel e das múltiplas demandas que tradicionalmente mediavam na antiga vila operária. Afinal, ao se posicionarem de forma imparcial, os dirigentes evitariam entrar em atrito com qualquer um dos lados na disputa, mantendo o diálogo aberto a quem quer que vencesse a eleição. Entretanto, a certa altura, os ventos mudam de direção, a tensão política se elevou e os membros da diretoria foram até Caetanópolis a fim de propor que as partes em disputa entrassem em “acordo”. Como o impasse se mantinha, foi realizada uma inusitada reunião entre a Diretoria e os principais acionistas da Companhia para ponderar sobre o encaminhamento da situação política em Caetanópolis, cujos trechos da ata podem ser lidos a seguir.

[...] [Com a chegada das eleições municipais em Caetanópolis] duas correntes se formam, ambas tendo à sua frente bons e dignos elementos, merecedores da consideração de todos nós. Por este motivo, a administração da Cia. resolveu assumir uma atitude de imparcialidade, sugerindo e esperando que as duas correntes, por seus chefes, entrassem em entendimento, estabelecendo um acordo ou conduta harmônica, que permitisse a continuação do clima sereno e pacífico que sempre existiu em Cedro. Não tendo havido esse entendimento, depois de formadas as chapas, no dia 09 de Setembro deste ano, a Diretoria da Cia. foi pessoalmente a Caetanópolis, em demonstração cabal de consideração a todos os candidatos de um e outro

partido, para verificar se com a sua presença e o seu empenho reiterado, poder-se-ia restabelecer aquela harmonia histórica e constante que recebemos dos exemplos de nossos antepassados e que vem constituindo um dos maiores padrões de glória da nossa indústria. Estabelecendo o contato com um dos candidatos a prefeito, José Dale, ele se dispôs imediatamente a solicitar de seus companheiros, o que fez, a renúncia de seu nome para facilitar os entendimentos e atingir-se o objetivo da pacificação. Ouvido o outro, os diretores sugeriram-lhe gesto idêntico e, mais ainda, que ele próprio indicasse um terceiro nome que seria por todos aceito, possibilitando o desaparecimento de quaisquer melindres, a pacificação dos espíritos e a coesão necessária ao clima de serenidade. Este Candidato, Antônio Joaquim, não atendeu ao nosso pedido naturalmente apresentando suas razões pessoais [...]. Tememos as consequências futuras, derivadas dessa dissidência atual e surgida já inicialmente, quando o município vai começar os seus primeiros passos de independência. Por este motivo [...], os presentes deliberaram que a administração não deve se manter mais em atitude de imparcialidade, deliberando ainda que devem ser apoiados os candidatos do PSD [de José Dale] [...] mesmo porque foi este partido que lutou pela elevação de Cedro a município. Ficou também claramente estabelecido que essas resoluções não representarão qualquer desconsideração ou crítica aos chefes do outro partido local [...] e sim, apenas, uma tomada de posição partidária, o que é um ato corrente e normal nas democracias (Ata da Reunião de 15/09/1954 – *Acervo do Museu* – Caixa Box 955D).

Chama a atenção a forma como o discurso é construído na ata de reunião. Ao invés de um ato de interferência na vida política do recém-surgido município, a visita dos diretores é envolta pela ideia de uma “*missão conciliadora*”, cujo interesse altruísta gira em torno apenas do resgate da “harmonia histórica” do lugar, sustentando tal regime de verdades a partir dos exemplos irradiados pelos fundadores e antepassados. Porém, esse desinteressado “acordo” que a Diretoria buscou mediar implicava, basicamente, a *dissolução* das chapas em prol da construção do consenso em torno de um único candidato. Caso esta proposta fosse aceita, o controle da CCC sobre o processo político se elevaria com o apadrinhamento desse novo e único candidato. Paralelamente, o limitado exercício de escolha que estava sendo colocado ao operariado e aos demais moradores da cidade seria praticamente anulado. Tal operação evitaria a politização da massa operária, que, como vimos, foi sistematicamente afastada dessa possibilidade nas vilas operárias. A razão apresentada na ata sustenta que a opção em apoiar o PSD se deu pela sua participação ativa no processo de emancipação do povoado. Ora, tal argumento torna-se contraditório ao se considerar as resistências colocadas pela própria CCC diante do processo de emancipação. Ao sondar o campo de adjacência, afloram outros registros que se alinham diametralmente às preocupações dos

dirigentes industriais da época: a atuação de sindicalistas. Dentre eles, cabe destacar o caso do já citado deputado estadual Ilacir Pereira, filiado justamente ao PTB. Segundo Mendes (2008), o deputado em questão havia conseguido projetar-se politicamente, militando pela criação de sindicatos junto às indústrias têxteis a partir de meados da década de 1940. O autor ainda apresenta um relato sobre este personagem histórico com base na fala de um ex-gerente da Companhia Têxtil Cachoeira de Macacos²⁷, que demonstra muito bem a imagem que os dirigentes industriais da época faziam dele:

O Ilacir Pereira Lima, um assecla do Getúlio, um sujeito terrível, terrível... Ele procurava a animosidade ao máximo entre patrão e empregado. Aqui na Cedro, por exemplo, ele fez muita balbúrdia. Lá em Belo Horizonte, fez o diabo nas fábricas. Ele era mau. O negócio dele era reivindicar ao máximo, mas a poder de ferro e fogo (MENDES, 2008, p. 64).

Outro ponto fundamental atestada pela ata é que a questão política na região do Cedro foi realmente debatida na alta cúpula da Companhia, demonstrando como, mesmo após a década de 1950, as práticas discursivas dos dirigentes continuavam a atravessar os planos da fábrica, a vida social e as liberdades políticas dos operários. Mais do que continuidade, o momento sugere uma ruptura. Pela primeira vez em muito tempo, as prioridades sociais e as decisões políticas sobre os rumos da localidade passariam a ser decididas fora dos escritórios da CCC. Ao declarar seu apoio a um dos lados na disputa, os dirigentes na CCC projetam para dentro da fábrica a “luta pelo poder”, direcionando aos operários toda uma série de práticas e discursos para garantir o “alinhamento” político entre estes e a Companhia.

[...] Tivemos, por pessoas da mais alta responsabilidade, notícias de que, no meio dos tristes espetáculos que essa campanha política vem apresentando, se tem até procurado diminuir a sua autoridade, bem como a de outros membros da administração, perante o operariado. Apresso-me a dizer-lhe, na qualidade de Diretor da Cia., que jamais lhe faltará o integral apoio da Diretoria para *todos os atos* que vem praticando e que vier a praticar na defesa dos interesses da Cia., econômicos, sociais ou políticos, muito particularmente nesta quadra difícil em que o exercício do seu cargo lhe vem proporcionando os maiores dissabores e as mais injustas acusações. *É imperioso que a Companhia seja vitoriosa nessa campanha política* em que se viu na contingência de entrar, a fim de preservar o ambiente de trabalho e o prestígio dos administradores. Será grande decepção a derrota, pois demonstrará que o operariado, conhecendo o pensamento da Companhia, o

²⁷ A fábrica de tecidos de Cachoeira dos Macacos localizava-se a cerca de 60 km da Fábrica do Cedro e existem documentos, citados por Mendes (2008), que atestam a troca de correspondências entre gerentes das duas companhias.

seu interesse pela vitória de um partido, nega-se a apoiá-la. *Se os candidatos do PSD não forem vitoriosos, ficará provado que o operariado não está com a Companhia.* Externo meu pensamento, não para coagir ou para ameaçar, mas para esclarecer, com minha habitual franqueza, que se sofrermos tal decepção, não mais teremos ânimo para aplicar capitais aí, e, não tenho dúvidas, o grande plano de remodelação da Fábrica não deverá ser executado. Com que prazer poderemos executar o programa de vendas de casas e terrenos, com financiamento, se provam que estão contra nós? (Carta de um Diretor para o Gerente da Fábrica do Cedro, datada de 30/09/1954 – *Acervo do Museu* – Caixa Box 955D).

A descrição realizada até aqui é importante para demarcar os contornos do campo de forças, das posições de sujeito e das práticas discursivas que cercaram esse momento singular na história da localidade. A definição da posição da CCC em um dos flancos da batalha marca o momento em que a arena das relações de poder é definitivamente remodelada. Não se trata mais da disputa entre dois candidatos pela prefeitura, mas da declarada luta dos dirigentes da CCC pela manutenção de seu *status quo* perante o operariado, que por tanto tempo esteve exclusivamente sob sua influência. A carta anterior não deixa dúvidas sobre essa questão ao evidenciar o que estava em jogo na visão de um dos diretores. De forma literal, é apresentado como fundamental que “a Companhia seja vitoriosa nessa campanha política”. Ou seja, a CCC passa a ocupar no discurso o lugar central na disputa, não mais como um importante curral eleitoral, mas, de fato, entrincheirada como um dos competidores do embate. Essa ideia é reforçada por um curioso diário de campanha encontrado entre os documentos do museu. Tal diário foi configurado a partir de três colunas e compreende o intervalo de 10 de setembro a 3 de outubro (dia da votação). Na primeira coluna, são indicadas as datas; na coluna do meio, as ações da “Gerência ou Companhia” para cada um dos períodos indicados e; na terceira coluna, os respectivos movimentos do candidato do PTB, Antônio Joaquim. Esse documento sugere que a disputa passa a ser visualizada entre esses dois “candidatos”. A partir daí, opor-se ao PSD passa a ser sinônimo de oposição à própria CCC. Estabelece-se e é operada uma linha de diferenciação, acompanhada por todo um regime de verdades, que busca diferenciar os fiéis operários (apoiadores do PSD) daqueles considerados detratores ingratos (eleitores do PTB). O empenho dos dirigentes da CCC durante a corrida eleitoral pode ser apreendido a seguir, a partir de um dos trechos do diário de campanha ora citado.

24 de Setembro [de 1954] – sexta feira. [Um dos diretores] conversou com os auxiliares de confiança da fábrica. – 9 horas – reunião no escritório com as moças da Sala de Pano e 2 chefes. – Pedido de apoio a Cia. A derrota do PSD é a derrota da Cia. – Mudança da fábrica de 7 Lagoas. – Dificuldade se a Cia. fosse derrotada – atraso de 20 anos – Não poderia a Cia. ter a mesma boa vontade. – Conversa com o Sr. Alvaro ([Diretor] presente) – aceitou o convite para suplente de Juiz de Paz do PTB porque a Cia. estava neutra. Idem Cuica. – Aceitou porque lhe prometeram emprego para a filha. – Renúncia do Sr. Alvaro. – Passagem de José Dale pelo Cedro (Diário de Campanha, S/D – *Acervo do Museu* – Caixa 9555D).

A visível militância dos dirigentes e o apoio incondicional às ações do gerente da Fábrica do Cedro deixam claro que medidas de qualquer natureza poderiam e deveriam ser tomadas para garantir os resultados almejados. Do ponto de vista das relações de poder, essa nova orientação baliza o momento em que os tradicionais dispositivos disciplinares passam a ser acompanhados de todo um novo conjunto de práticas, cuja função não mais se resumia ao imperativo da produtividade, mas emergem centradas no controle sobre o exercício político dos indivíduos. Ou seja, é elaborado todo um novo repertório de dispositivos que não substituem os antigos, mas se somam, ou melhor, são trabalhados de forma paralela e sincrônica a eles, buscando assegurar que o operariado permaneça sob a tutela política da Companhia. Relatos e documentos apontam que tais práticas foram marcadas pelo seu caráter repressivo.

No período da política [...] no início, se a gente fosse contra o partido, não servia pra Companhia Cedro. [...] tinham ameaças muito grandes e, às vezes, essas ameaças, elas eram de colocar pra fora mesmo. [...] Eram direto as reuniões. [...] “se você votar nesse partido, você vai ser mandado embora, a família toda”. [...] E ali eles ficavam pesquisando, pesquisava. [...] como se fosse uma polícia investigando calada. Às vezes, conversando com a pessoa, e ali ele colhia tudo aquilo caladinho. Aí, no dia das reuniões da gerência, né? Aí se ele colocava aquela pessoa, ela estava condenada. [...] Aquela pessoa que era operária, ela ficava visada ali. [...] Marcada. *Esses espões eram operários?* Sim, operários espões (D. Tereza, operária aposentada da CCC).

Aqui, vemos as práticas que se relacionavam ao enunciado da “*ameaça de retaliação*”, traduzido por promessas de demissão e de retirada de setores da fábrica; reuniões internas para intimidar os opositores políticos; advertências sobre as consequências de desacatar a “vontade da Companhia” e; até mesmo, o incentivo aos operários para delatarem seus colegas de trabalho. Tudo isso nos dá ideia do tom coercitivo das práticas levadas a cabo durante a campanha política que invadira a

fábrica portões adentro. E como reagiram os operários diante de todas essas práticas das quais foram alvo? Tudo indica que o mantra foucaultiano de que todo poder gera resistência mais uma vez se verificou. No dia 3 de outubro de 1954, o candidato de oposição, filiado ao PTB, Antônio Joaquim, foi eleito prefeito de Caetanópolis. Evidentemente, é importante levar em conta que este candidato também soubera habilmente se valer da resistência que pouco a pouco vira aflorar entre o operariado, pautando sua estratégia de campanha justamente no *contra-discurso* da perseguição. Ou seja, o candidato opositor foi capaz de trazer para si a responsabilidade de denunciar as perseguições políticas, projetando-se enunciativamente como o “*protetor do povo*”, enquanto desqualificava seus oponentes como frios algozes. Em suma, as práticas repressivas aparentemente operadas pelo gerente da fábrica acabaram por contribuir enormemente para o sucesso da campanha do adversário. Tal fato sinaliza para o complexo jogo de forças que marca as relações de poder, sublinhando o papel das estratégias dos sujeitos ao investirem seus enunciados.

[Houve por parte dos dirigentes] a promessa de que não haveria perseguição política e que os operários votariam livremente [...]. Desmentidos, logo depois, [...] por atos de perseguição praticados por membros da administração da fábrica e especialmente pelo Dr. José Dale, *caminhei, impavidamente para a denúncia pública e em comício a céu aberto apontei a deslealdade de quantos faltavam assim à palavra empenhada* e se prevaleciam de sua força e superioridade econômica para oprimir e subjugar, aos seus caprichos e vaidades, humildes trabalhadores [...]. Feridas as eleições, tive a consoladora alegria de verificar que o nobre povo caetanense soube cumprir o seu dever. Sem uma atitude de indisciplina, sem um gesto de rebeldia, sem uma palavra de desacato ou de desrespeito a seus superiores e chefes, caminharam os trabalhadores para as urnas e sagraram os nomes de seus preferidos, numa maioria realmente expressiva (Carta de Antônio Joaquim aos acionistas da CCC, datada de Abril de 1955 – *Acervo do Museu – Caixa Box 955D – grifos nossos*).

Passada as eleições, a rivalidade originada entre os dirigentes da CCC e o novo prefeito é mantida. A partir daí o que se observa no cerne das relações de poder é a perene alteração entre estas duas figuras. A questão dos serviços públicos de água e luz, por exemplo, se arrastou em um jogo cruzado de acusações. Foram diversas propostas, recusas, projetos e retrocessos, mas o fato é que tais serviços permaneceram sob a posse da CCC durante todo o governo do primeiro prefeito. Os discursos que tangem esta questão se desdobram em um verdadeiro “jogo de empurra”, em que os

dirigentes da CCC culpavam a Prefeitura, enquanto o prefeito se dizia “sabotado” pela Companhia. Independente de qual lado detinha a “razão”, o impasse gerado forneceu elementos para subsidiar os regimes de verdades de ambos. Em outras palavras, a CCC continuou a ocupar um lugar central no discurso do prefeito, que continuamente acusava seus dirigentes pelos obstáculos e pelos problemas de sua gestão. Com essa manobra enunciativa, o prefeito construía argumentos para, sempre que necessário, justificar a carência dos serviços públicos que deveriam ser assumidos e providos pelo poder municipal, transferindo a responsabilidade pela morosidade ou pelas falhas para os dirigentes da CCC. De outro lado, de forma espelhada, essa mesma estratégia era utilizada pelos gerentes da CCC para sustentar o discurso contrário de que os serviços públicos só não eram encampados pela prefeitura devido à falta de interesse ou de competência do prefeito, desqualificando sempre que possível seu adversário político. Além disso, ao manter-se como provedora desses serviços essenciais para a população, a CCC foi capaz de assegurar que o seu controle e a sua influência sobre a antiga vila operária permanecessem, no mínimo, expressivos.

Recebemos do Sr. Prefeito de Caetanópolis officio datado de 2-11-57, solicitando interferência desta Divisão relativamente ao fato de estar essa Companhia fazendo uma reforma geral na rede de distribuição, mudando os postes sem manter as lâmpadas da iluminação pública, gradativamente deixando às escuras a Cidade. Esclarece, outrossim, que essa Empresa prefere esquivar-se a fazer contratos com a Prefeitura, e ceder arbitrariamente luz e força à população, não tendo procedência, outrossim, a alegação de estar dependendo de resolução da Câmara a lavratura de tais contratos. Solicitamos-vos urgentes esclarecimentos sobre o assunto (Carta assinada pelo diretor da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura enviada a CCC em 15/02/1958 – *Acervo do Museu – Caixa Box 955D*).

Vimos esclarecer a V.Sa. que tais reclamações não procedem visto como nós estamos à disposição do referido Sr. Prefeito para assinarmos com ele o contrato de transferência do serviço de abastecimento de energia elétrica, uma vez que ele nos apresente a lei da Câmara Municipal de Caetanópolis autorizando-o para tanto e após cumpridas as exigências legais. [...] O fato de alguns trechos da cidade terem estado temporariamente às escuras é muito natural, porquanto, como o próprio Sr. Prefeito confessa, nós estamos em obras [...]. Queremos ainda esclarecer à V.Sa. que a cidade de Caetanópolis não passa de uma vila operária que foi inteiramente construída por esta Cia. e que vive, quase que também exclusivamente em função desta. A essa vila nós vimos fornecendo há quase um século, água e esgoto e, posteriormente, também energia elétrica e tudo o mais que ali existe – gratuitamente (Carta resposta da CCC ao Ministério da Agricultura, datada de 25/02/1958 – *Acervo do Museu – Caixa Box 955D*).

Quando assumi a chefia do município outra aspiração não tinha senão trabalhar pelo desenvolvimento moral, social e material de meu povo. Porém os políticos do lugar, a Câmara e a Administração da Fábrica não compreenderam as altas finalidades do meu propósito de bem servir a todos, e temendo talvez que eu viesse a me projetar na esfera política ou industrial, tudo fizeram para desmoralizar a minha administração municipal e a minha pessoa. [...] A Cia. Cedro obstinou-se em não vender ao município os serviços de água e luz. Por isso o povo sofre a falta desses dois elementos de progresso, que são distribuídos partidariamente [...]. (Boletim Político assinado pelo prefeito Antônio Joaquim e publicado para a população em Abril de 1958 – *Acervo do Museu* – Caixa Box 955D).

Os fragmentos acima ilustram a maneira conturbada como foram conduzidas as relações entre o prefeito e os dirigentes da CCC. Ao recorrer à esfera federal, o prefeito deslocou a discussão sobre a distribuição da energia elétrica para um círculo mais amplo de poder, buscando legitimar seu pleito a partir da autoridade do Ministério da Agricultura. Por sua vez, os dirigentes da CCC rapidamente foram capazes de rebater os argumentos, trazendo novamente a questão para um jogo de soma zero. Saltam aos olhos os elementos discursivos selecionados pelos dirigentes, ressaltando a dependência histórica da região em relação à Companhia e a dívida de gratidão que deveria ser reconhecida pelos serviços prestados. Além do jogo recíproco de transferências de responsabilidade, os trechos anteriores são capazes de delinear algumas das principais posições de sujeitos ocupadas no campo de forças configurado após a eleição. O discurso do prefeito deixa claro que, além dos dirigentes da CCC, outros indivíduos supostamente haviam criado entraves para o seu mandato, referindo-se diretamente aos vereadores da Câmara Municipal, citada, inclusive, nos três trechos supracitados. A querela existente entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo no município estabeleceu-se desde o princípio do mandato do prefeito, tornando-se pública e tomando proporções realmente inusitadas. O aumento dos impostos municipais instituído pelo prefeito sem a anuência da Câmara foi apontado como o estopim dos embates iniciais. Contudo, o prefeito valeu-se de sua privilegiada posição de enunciação para, em inúmeras cartas ou, mesmo, nos jornais locais expor o que seria um conluio mantido entre a CCC e os vereadores para derrubá-lo do cargo.

Caro Amigo. No mesmo dia que você perguntou-me como o Sr. [Gerente], demonstrava estar trabalhando contra a minha administração municipal e eu não pude lhe responder positivamente, reuniam-se [...], todos os vereadores da Câmara de Caetanópolis para verificar momentoso assunto político. Nesta reunião realizada dia 4 de Agosto, para combinarem a cassação do meu

mandato de Prefeito nesta Comuna, [...] [foi transmitido] aos presentes o desejo do Sr. [Gerente e de um dos diretores da CCC] [...], para que tal acontecimento fosse realizado. Aí está a prova de que o Sr. Gerente continua se imiscuindo e encabeçando a politicalhada suja e irrazoável nesta terra (Carta assinada pelo prefeito, datada de 15/08/1956 – *Acervo do Museu – Caixa Box 955D*).

Notícia que nos manda o correspondente deste jornal em Paraopeba informa que está a cidade de Caetanópolis vivendo momentos de intensa agitação política. A Câmara Municipal local, por seis votos contra dois, baixou resolução cassando o mandato do prefeito Antônio Joaquim, fato que vem provocando acesas discussões sobre sua legalidade. [...] Adianta o correspondente do Estado de Minas que em torno da questão há grande expectativa, já se falando, inclusive, que o vice-prefeito ou o presidente da Câmara assumirá a direção do município. Por outro lado, consta que o atual prefeito não se dispõe a deixar o cargo e só o fãria “a poder de bala”, por considerar a atitude da Câmara precipitada e fora da lei (Jornal Estado de Minas, 12/09/1956 – *Acervo do Museu*).

Apesar da tentativa de cassação, o prefeito não deixou seu cargo, ficando a questão para ser deliberada pela Assembleia Legislativa Estadual. Nesse ínterim, as relações entre a Prefeitura e a Câmara continuaram turbulentas. No ano seguinte, em julho de 1957, o prefeito decidiu publicar em um jornal local uma carta que havia enviado à Câmara, na qual apresentava o que seriam as “possibilidades” por ele enxergadas para resolver o impasse e alcançar a cooperação entre essas duas instâncias municipais.

Senhores Vereadores. Depois de um período mais ou menos calmo, que sucedeu à cassação do meu mandato de Prefeito, pudemos observar um desânimo constrangedor de ambas as partes, desânimo este razoável mas que deverá ser combatido porque é prejudicial a Caetanópolis, pela falta de ação dos homens eleitos para dirigir os destinos do nosso povo. [...] Com a devida vênha passo a sujeitar à consideração desta Câmara, três fórmulas que julgo serem as únicas aconselháveis ao caso em questão. [...] 1 - Cassar definitivamente o meu mandato de Prefeito, se persistir o desejo de minha eliminação [...]. 2 - Reconhecer o erro cometido pela Câmara e propor ao Executivo uma fórmula conciliatória que não fira tudo aquilo que foi feito pelo Executivo em bases legais, como a revisão dos valores mobiliários, etc. [...]. 3 - Deixar seus assentos vagos na Câmara de Caetanópolis para que outros mais desimpedidos de compromissos a ocupem a fim de que assim possamos unir o Governo Municipal em benefício de um esforço conjunto, a bem do nosso lugar (Gazeta de Paraopeba, 21/07/1957 – *Acervo do Museu*).

O “gentil” apelo do prefeito realmente conseguiu chamar a atenção dos vereadores, que prontamente responderam, cassando, pela segunda vez, seu mandato. Estava, assim, coroada a desavença histórica que tomou corpo e se prolongou durante todo o governo do primeiro prefeito de Caetanópolis. Apesar de anteriormente apresentar a opção pela sua cassação como uma das três alternativas viáveis, diante do fato consumado, o prefeito voltou atrás e se recusou novamente a deixar seu cargo. Mais uma vez, a mídia é utilizada para sustentar sua posição e acusar publicamente os dirigentes da CCC como os “reais mentores” de todas essas maquinações.

Movido pela ignorância de certos Vereadores à Câmara Municipal e na defesa dos meus direitos como Prefeito deste Município, faço público, para o conhecimento dos interessados [...] que a Câmara local, com objetivos escusos, ilegais e inconfessáveis veio, novamente, cassar o nosso mandato [...]. Ante tamanha imbecilidade e tamanha prova de ignorância, trago ao conhecimento da população ordeira e laboriosa da minha terra que **NÃO TRANSMITIREI O MEU CARGO DE PREFEITO** [...]. A Câmara Municipal não tem nem nunca teve competência nem credenciais para cassar mandatos de autoridades legitimamente eleitas. **NÃO DEIXAREI A PREFEITURA senão ao término do meu mandato ou compelido pelas leis.** Por quaisquer acidentes que possam decorrer desta caótica situação atual, responsabilizo os dirigentes da Companhia Cedro e Cachoeira, porque é de onde os Vereadores buscam elementos e apoio para cometerem tais desrespeitos, e, também, porque a Companhia pertence à mesma corrente dos meus adversários, conforme declaração publicamente feita por um dos seus Diretores (Jornal Estado de Minas, 04/09/1957 – *Acervo do Museu – Maiúsculas e negrito no original*).

A questão da cassação do prefeito só alcançou seu desfecho a partir da deliberação da Assembleia Legislativa Estadual que decidiu por sua manutenção no cargo. Ainda assim, o isolamento entre a Prefeitura e a Câmara não cessou de existir. Uma vez delineado todo este intrincado embate sustentado no seio da emancipada vila operária, é necessário voltar o olhar para dentro da fábrica, a fim de apreender os contornos e as práticas que moldaram as relações de poder após a eleição. Ou seja: De que forma foi estabelecido o jogo de exterioridade entre as relações de poder dentro e fora da fábrica de tecidos? Isso é fundamental por demonstrar a indelimitável trama das relações de poder que extrapolam os limites de qualquer recorte analítico. Ou seja, os novos arranjos nas relações de poder na esfera municipal ressignificaram, em certa medida, a trama das relações de poder no interior da Companhia. Contudo, esse imbricamento de práticas e discursos não deve ser apreendido a partir de uma simples

relação de causa-efeito, mas justamente a partir da complexidade e provisoriedade que os tornam, em grande parte, inantecipáveis.

Devo também levar ao seu conhecimento, que as “pirraças” do Sr. [Gerente] continuam. Agora ele está interessado em um caso policial, acontecido fora do recinto da fábrica. Trata-se de um rapaz que bateu em um outro, porque este, havia levado denúncias para o gerente. É sabido que o Gerente tem uma rodinha de amigos que denunciam. Aliás, todo aquele que denuncia os companheiros dentro da Fábrica é tido como bom operário, amigo do Gerente e amigo da Cia. O Gerente tendo o Delegado sob suas ordens, por ser empregado da Cia. e oferecendo vantagens às autoridades, afirma que a Cia. está grandemente interessada neste processo. E o Sr. Delegado, forçado pelo Gerente, está cometendo injustiça dentro do inquérito, o que eu como Prefeito não consentirei (Repito: não consentirei injustiças). (Carta enviada pelo Prefeito Antônio Joaquim a um dos diretores da CCC, datada de 26/04/1955 – *Acervo do Museu* – Caixa Box 955D).

O caso exposto pelo prefeito, à primeira vista, não configuraria novidade para a análise até aqui desenvolvida. Afinal, já foram evidenciadas diversas passagens em que a ingerência dos dirigentes recaiu sobre aspectos da vida privada ou, mesmo, direcionou a atenção das autoridades públicas para assuntos de interesse da Companhia. O caso do tintureiro, retomado no início deste capítulo, ilustra muito bem esse tipo de episódio. Entretanto, no caso ora aludido não se trata de fomentar um exemplo de moralidade para o lugar. Igualmente, não se busca refinar o controle sobre a disciplina dos corpos, nem operar sobre a conversão dos hábitos. Permeadas pelo cenário político que atravessava seu campo de adjacência, as práticas discursivas passam a incidir sobre a liberdade política dos indivíduos. Passam a ser paralelamente operados dispositivos *não formalizados*, “*paraorganizacionais*” ou, mesmo, *ocultos*, para escrutinar, marcar e separar dentro da massa operária aqueles que apoiam daqueles que se opõem ao posicionamento político assumido pelos dirigentes da Companhia, mesmo após a eleição. Ou seja, desta vez o jogo de diferenças é operado entre os “operários partidários” *versus* “operários opositores”. Especialmente nesse contexto politicamente conturbado, esse jogo de diferenças parece se justapor ou, mesmo, ser priorizado como critério nos processos de dispensa e contratação, deixando em segundo plano o histórico disciplinar e de conduta dos sujeitos até então largamente utilizado. Essa perspectiva sinaliza para um deslocamento fundamental nas relações de poder e nos regimes de verdade que passam a afluir no cotidiano do chão de fábrica. Diante desta constatação é válido questionar: qual seria o discurso dos acionistas diante da adoção, ainda que

implícita, de parâmetros políticos ao invés de critérios de produtividade e eficiência para o recrutamento do operariado da fábrica?

Sinto-me na obrigação de dar uma satisfação aos Senhores que atenderam sinceramente o nosso pedido, concordando em que o Cedro passasse à Cidade. Foi grande o benefício que fizeram a este lugar, sou grata. Também com isso beneficiaram a CCC aliviando-se de despesas e responsabilidades desnecessárias. Como acionista, agradeço. Afirmi naquela ocasião que o povo e operariado do Cedro, com exceções naturalmente, é bom e amigo. [...]. Por terem negado o seu voto a José Dale, não deixaram de ser amigos da CCC visto que o deram a pessoas que realmente são muito mais amigas e como os senhores interessados diretamente na empresa. [...] Enfim, não souberam fazer a política para ganhar, culpam o povo como inimigo e castigam-no. A política foi só de ameaças, fortes advertências, sem nenhuma promessa [...]. Com a neutralidade, prudentemente fixada a princípio a CCC só teria a ganhar com quem ganhasse. Proponho que, para o bem do nome da CCC e de nossa família, já que perderam, que percam com mais altruísmo e não continuem a realizar as ameaças, muito principalmente em retirar d'aqui a estampanaria (conforme prometeu José Dale, em nome da CCC) [...]. Também como acionista venho pedir aos Senhores, que a bem dos trabalhos da Companhia, que esta se abstenha de política [...]. Assim trabalham todos em harmonia, sem ressentimentos. Não se gasta dinheiro de acionistas que nada tem com a política ou mesmo contra seus interesses políticos. Não se gasta energia operária contra outros operários. A empresa é para tecer chita e não brigas na família e no meio operário. [...] A minha terceira proposta afinal será como que uma anistia aos operários políticos. Que operários reconhecidamente bons e de famílias tradicionais no lugar, que foram dispensados só por política (e os há muitos) sejam devolvidos ao trabalho em lugar de se admitir pessoas estranhas à indústria, eleitores de José Dale. Ele se diz amigo da CCC mas Antônio Joaquim e o [Vice-prefeito] são realmente parte da CCC como sabem por tradição, sentimentos e finanças (Carta de uma acionista dirigida à Diretoria da CCC, datada de Abril de 1955 – *Acervo do Museu – Caixa Box 955D*).

A autora da carta transita por várias *posições de sujeito*, como a de membro da família, acionista da CCC e moradora de Caetanópolis. Ao circular por essas diferentes posições, a autora do documento é capaz de amarrar enunciados que se revezam, evidenciando ora a gratidão pela emancipação como moradora, ora a crítica como acionista ou, por fim, a tentativa de apaziguamento como familiar. Ao se enunciar como acionista, deixa clara a reprovação da inserção da CCC na cena política, sustentando que os donos do capital não deveriam ter seu patrimônio dilapidado ou ameaçado ao sabor dos reveses da política da região. Tal argumento é reforçado em seu *valor de verdade* ao trazer para o discurso qual seria a *atividade fim* da empresa, que deveria estar focada apenas na produção de tecidos. Os enunciados provenientes da *posição de*

acionista são revestidos por um *status* de autoridade e relevância aos olhos dos dirigentes, uma vez que são articulados pelos donos do capital, estatutariamente superiores aos próprios gestores. A autora também faz um apelo pela recontração de “operários reconhecidamente bons”, censurando a dispensa de mão de obra qualificada apenas por motivos de ordem política e, também, criticando a contratação de “estranhos” como estratégia clientelista.

Outro ponto de suma importância é descortinado pela autora no documento ao apontar que o atual prefeito ocupa ainda outra importante *posição de sujeito*. Os embates analisados até o momento podem nos remeter à ideia de que o prefeito era um indivíduo não pertencente à família empresária, que ousou lutar contra a primazia econômica e política da CCC na região, sustentando em seu discurso a imagem de um “*verdadeiro* protetor do povo”. Porém, contendas à parte, o prefeito Antônio Joaquim não era um estranho à companhia ou um simples opositor político da região. Uma nota de jornal publicada na época de sua vitória nas urnas esclarece essa questão.

Foi eleito prefeito de Caetanópolis, o Sr. Antônio Joaquim Barbosa Mascarenhas, pela legenda do PTB (grupo do Sr. Ilacir Pereira Lima, presidente do Sindicato dos Tecelões). O curioso é que o novo prefeito trabalhista é filho [...] [de um dos] maiores acionistas da Cia. Fiação e Tecelagem Cedro e Cachoeira (quatro fábricas de tecido, com capital de 170 milhões de cruzeiros) (Diário de Minas, 07/12/1954 – *Acervo do Museu*).

Eis senhores, que, ao lançarmos luz sobre a origem familiar do prefeito, toda a análise se reveste repentinamente de novos matizes. Ou seja, a partir da atenta análise das posições de sujeito é possível lançar ao chão as cortinas que margeiam a arena discursiva, evidenciando a ancoragem dos sujeitos no campo discursivo e suas possibilidades de enunciação. Em outras palavras, toda a disputa política até aqui narrada não foi capaz de ultrapassar as fronteiras do clã familiar que historicamente governou a localidade. Nunca se tratou de uma luta *contra* o poder da família, mas, no *interior* da família empresária. Até mesmo o candidato rival José Dale *Mascarenhas* também era membro da família, comprovando que toda a disputa ocorreu dentro de limites bem específicos.

A capacidade de oscilar entre suas posições de sujeito, articulando convenientemente cada um de seus discursos, é uma habilidade demonstrada por

Antônio Joaquim nos diversos tipos de documentos que assina. Nesse sentido, ele foi capaz de se colocar como acionista e interessado nos assuntos da Companhia em cartas destinadas aos demais proprietários ou à Assembleia de Acionistas, em que buscava alertar sobre o risco de os dirigentes terem se lançado precipitadamente na política e suas consequências negativas para os resultados financeiros da CCC. Soube também se valer de sua posição de prefeito para substanciar sua aura de “protetor do povo”, mostrando ser capaz de lutar pelo bem do município até mesmo contra seus mais poderosos parentes. Além disso, continuamente, buscou justificar os óbices de seu governo a partir da oposição orquestrada pelos dirigentes da Companhia. Ainda, chamam atenção as transformações ocorridas em seu discurso antes e após assumir o cargo de prefeito, quando entrou em atrito com a CCC. Afinal, um dos principais “porta-vozes” da CCC na época da emancipação fora nada menos que Antônio Joaquim. Sim, foi ele próprio que não hesitou em assombrar os operários com ameaças de retirada da fábrica em casos de “desinteligências²⁸”. Após a cisão com os dirigentes da CCC, o novo prefeito mudou radicalmente de postura e obstinou-se em denunciar e combater tais práticas como evidencia o trecho a seguir. As motivações ou razões para a mudança no teor de seus enunciados, apesar de óbvias, não constituem a matéria da análise aqui elencada. O que busco frisar são os deslocamentos estratégicos e as correspondências entre as práticas e os discursos dos sujeitos na arena das relações de poder.

Pensando bem sobre o caso, [...] resolvemos combater a saída da estamparia: 1º - Porque vemos nisto uma afronta política à minha pessoa e não um motivo técnico de interesse da Cia; 2º - Porque se consentirmos esta injustiça nada nos garantirá contra outras e mais outras, que certamente virão; 3º - Porque o povo de Caetanópolis e eu, como seu representante, estamos dispostos a sofrer as consequências de um possível fracasso, para adquirir uma justa compreensão, para suprir uma tão almejada melhoria no nosso ambiente que até então não passou de um “FEUDO”, onde todos vivemos submetidos (Carta enviada pelo Prefeito Antônio Joaquim a um dos Diretores da CCC, datada de 26/04/1955 – *Acervo do Museu – Caixa Box 955D*).

Ao final de seu belicoso mandato, o prefeito buscou recrutar possíveis sucessores, ao mesmo tempo em que procurou desacreditar a campanha de seu primo e eterno rival, José Dale. Explorando a questão do sobrenome familiar, chegou a lançar um *slogan* no mínimo original:

²⁸ Vide documento transcrito na página 247, cuja identidade do autor é aqui revelada como Antônio Joaquim Barbosa Mascarenhas.

Antônio Joaquim lançou [seu sucessor] para a Prefeitura e, na previsão de que aquele seu parente, competidor da primeira vez, volte a candidatar-se, já preparou um “slogan”: “Chega de Mascarenhas”. Se outra pessoa lançasse um “slogan” como este haveria forte reação, mas é um Mascarenhas que faz a campanha e o povo a aprecia, curioso (Diário de Minas, 06/12/1957 – *Acervo do Museu*).

Independente de todo o esforço, o prefeito não conseguiu formar um sucessor a tempo, alegando que seus pré-candidatos se recusaram, um a um, temendo represálias. Dessa forma, José Dale concorreu como *candidato único*, sendo eleito em 1959 como o segundo prefeito de Caetanópolis. Com a mudança, alterou-se também a trama das relações de poder, que, novamente, reagiu às mudanças de posições-chaves na equação de poder da localidade, demonstrando a provisoriedade e a dinâmica das relações de poder. Como era de se esperar, a nova fase inaugurada pela entrada do novo prefeito não afastou a influência da CCC, mas, ao contrário, fortaleceu a aliança política e familiar entre esses dois *centros decisórios*, levando o novo município a repousar novamente sob o “paternal” olhar dos dirigentes da companhia.

Tenho a grata satisfação de comunicar a esta Companhia, na pessoa de seu ilustre Presidente, que em 1º do corrente mês assumi o cargo de prefeito deste município. Sendo a nossa comuna o produto do esforço de gerações passadas, e sobretudo da Companhia Cedro e Cachoeira, núcleo central de nosso progresso, pioneira que foi do desenvolvimento deste rincão, ao assumir a direção dos destinos de nosso município, eu solicito a alta administração da Companhia o seu valiosíssimo apoio ao meu governo que ora se inicia, para que *em íntima e recíproca colaboração* façamos o progresso de Caetanópolis, desta cidade da Companhia e de seus operários, cujas mãos abençoadas tecem a grandeza de nossa terra (Carta enviada ao Presidente da CCC, assinada por José Dale e datada de 04/02/1959 – *Acervo do Museu* – Caixa Box 955D – *grifos nossos*).

Com a vitória do Candidato da Cia. Cedro, estamos vendo os já esperados resultados. A referida Cia. está estendendo nova rede de água pelas ruas [...]. Está recolocando as lâmpadas nos postes já se dispôs outra vez a vender lotes e casas ao povo, conforme era seu desejo, antes que a vitória me sorrisse (Nota publicada por Antônio Joaquim na Gazeta de Paraopeba em 26/10/1958 – *Acervo do Museu*).

Na próxima seção, darei continuidade à nossa marcha ascendente, direcionando a análise para a dimensão dos macropoderes. Esse esforço é fundamental por evidenciar a articulação da “Gestão” a círculos mais amplos de poder, exigindo de seus sujeitos novas estratégias discursivas e a busca por outros tipos de enunciados. Inicialmente,

nosso olhar focará os fundadores e dirigentes, lançando luz sobre a forma como as relações de poder foram estabelecidas entre os primeiros industriais têxteis e os representantes do Estado no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

A Árdua Marcha para o Progresso

Um dos mais bellos fructos da iniciativa individual, entre nós, são as fábricas de tecidos estabelecidos ao norte da província. Devemos essa fecunda propaganda ao gênio emprehendedor e tacto industrial da distincta família Mascarenhas – residente no município de Curvello. Sem auxílio dos poderes públicos, contando somente com os próprios capitais, os irmãos Mascarenhas, investindo contra preconceitos, a rotina e descrença geral, vencendo embaraços desanimadores, fundaram na freguesia de Taboleiro, município de Sete Lagoas [...], a primeira fábrica de tecidos movida por força hydraulica. Os brilhantes resultados desse nobilíssimo commettimento despertaram, nos municípios visinhos, o espírito industrial e hoje conta a nossa província nove fábricas que elevam ao importante algarismo de cerca de 12.000 metros de panno a produção diária, e dão trabalho a 700 operários (Trecho do Relatório do Presidente da Província de Minas, Dr. Antônio G. Chaves à Assembleia Legislativa em 02 de Agosto de 1883 – reproduzido no Museu Têxtil Décio Mascarenhas – *Acervo do Museu – português transcrito do original*).

O discurso acima, proferido pelo presidente da Província de Minas Gerais na Assembleia Legislativa em 1883, sustenta claramente a ponte entre os valores do esforço e da perseverança demonstrados pelos irmãos Mascarenhas na fundação da CCC com os benefícios colhidos na *esfera pública* por toda a região, enfatizando o número de empregos e as taxas de produção decorrentes desse surto industrial inaugural. Mais do que reforçar a aura heroica dos fundadores, este discurso sinaliza para um enunciado fundamental para este capítulo: *as indústrias têxteis como “engrenagens do progresso”*. Afinal, por gerações a Cia. Cedro se constituiu como uma das principais fontes de emprego e renda em sua região, além de sua crescente produção gerar riquezas e elevar a arrecadação de impostos pelo Estado. As benesses colhidas pela província decorrentes da instalação da CCC também estavam muito claras para os fundadores, permitindo-lhes se *enunciarem* em um circuito mais amplo de poder e projetarem sua importância para além das fronteiras das vilas operárias.

Antes de prosseguir, é importante transitar pelas *condições de enunciação* conferidas aos fundadores da CCC pelo *status quo* que possuíam. Esse resgate é importante por demonstrar que a influência política dos fundadores, em sua localidade, não se inicia com a inauguração das fábricas de tecido. Tal importância já se fazia há muito presente, pois diversos membros da família desempenhavam papéis de destaque,

atuando como fazendeiros, comerciantes e/ou financistas bem sucedidos e reconhecidos em toda a região. Vaz (2005), ao retratar o perfil de Antônio Cândido, um dos sócios fundadores da CCC, explicita muito bem o grau de influência familiar e política detidos por ele, que chegou a ser agraciado com o título de “Barão de Sete Lagoas”, em 1879.

Aliada a toda experiência comercial de Antônio Cândido, havia ainda sua condição de primogênito com reconhecida influência na família – notadamente junto aos irmãos mais novos –, seu prestígio local – foi subdelegado de Tabuleiro Grande durante 23 anos –, sua influência política – quando assumiu uma cadeira na Assembleia Provincial com políticos que mais tarde iriam ter influência nacional, como, por exemplo, Afonso Celso de Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, que se tornou seu amigo ao longo do tempo –, sua condição de correspondente de importantes comerciantes do Rio de Janeiro, a tudo isso veio juntar a sua atividade de financista, que foi a que lhe proporcionou fortuna, além de dar-lhe conhecimento sobre o comportamento dos comerciantes, fazendeiros e particulares diante de seus compromissos financeiros (VAZ, 2005, p. 110).

O conhecimento e a experiência comercial acumulados pelos fundadores, como explicitado no caso de Antônio Cândido, auxiliaram diretamente no desenvolvimento de um arcaico sistema de registros e de classificação dos clientes que, pouco a pouco, foi sendo estruturado na CCC. O que se vê é um gradual refinamento deste sistema de registro que buscava *individualizar* e *examinar* os perfis dos diferentes fregueses da companhia, operando um jogo de diferenças que separava os bons dos maus pagadores. O Quadro 7, reproduzido a seguir, apresenta as qualidades inventariadas de alguns fregueses²⁹ da CCC entre os anos de 1880 a 1900. Esse documento ilustra a tentativa dos fundadores de se precaverem de possíveis prejuízos oriundos da inadimplência de compradores das principais cidades e povoados da região.

²⁹ Na versão do documento exposta em um dos salões do Museu Têxtil Décio Mascarenhas e aqui reproduzida, os nomes reais dos fregueses foram substituídos por iniciais maiúsculas a fim de preservar suas identidades.

Quadro 7 – Classificação de Fregueses da Cia. Cedro (1880 a 1900)

Cidade	Freguês	Descrição
Curvelo	R.A.U	Pandego, descansado, tomou-se muito atrevido, não serve
Bom Fim	D.N.P	Ordinário, sem brío, perdido, não convém
Bom Fim	J.F.S.F	Pequeno e bom
Japão	C.A	Péssimo, assassino
Pedras	L.E	Foi abandonado pelo Dr. X e seu sócio, mas não presta para nada.
Gouvêa	M.F.S	Quebradíssimo.
Itabira M.D	G.A.F	Refinado tratante
São Gonçalo	A.J.A	Velhaco orgulhoso, atrevido, péssimo
Capelinha	F.P.M	Rico, garantido, compra muito, mas exigente, reclamador, especulador
Brumadinho	M.S.P.C	homem de bem, negócio entregue à mulher.
Oliveira	F.J	Turco, sumido, péssimo
Oliveira	A.A	Muito atrevido, não serve.
Japão Grande	M.L.F	Fazendeiro de primeira ordem
Prados	S.T.A	Quebrado
Papagaio	L.C.A	Deve, não há meios de pagar, homem de bem, muito atrevido
Paioi	B.S.F	Velhaco, quebrado, não serve
Paioi	A.J.F	Atrevido, quebrado, velhaco, não presta para nada.
Sta. Quitéria	D.R.M	Não é negociante, comprou cinquenta mil reis e foi preciso dois cobradores para poder liquidar.
Sta. Quitéria	D.P.F	Atrevido, jogador, não presta
Conceição do Serro	S.M.A	Quebrou por velhacaria, pagou-nos com badulaques o negócio, péssimo
Patrocínio	C.P.J	Cunhado de J.M, tão velhaco um como o outro.
Bom Fim (Costas)	R.F.S	Negócio bem sortido, muito seguro, tomou-se ruim freguês
Bom Fim	E.R.M	Fregues regular para pouco

Fonte: adaptado do *Acervo do Museu*.

Retomando a questão da influência da família na região, é importante ressaltar que o prestígio político não se restringiu à figura de Antônio Cândido, uma vez que a carreira política despontou como rota de ascensão para diversos outros irmãos ou familiares. A família Mascarenhas contou com o ingresso de diversos membros na cena política, como o Dr. Sebastião Mascarenhas, irmão dos fundadores, eleito para a Câmara dos Deputados-Gerais (1886-1889); Francisco Mascarenhas, um dos fundadores da Fábrica de Cachoeira, assume como vereador na Câmara Municipal de Curvelo em 1877; ou o Dr. Viriato Diniz Mascarenhas, que desempenhou em diversos mandatos o cargo de deputado constituinte estadual. Ainda cabe destacar a trajetória política do Dr. Pacífico Mascarenhas, que inicialmente filiado ao Partido Liberal, tornou-se deputado na Assembleia Geral (1886-1889), após a proclamação da República, foi deputado federal Constituinte (1891-1895) e chegou a vice-presidente do Estado de Minas Gerais (1902-1906). Dessa forma, fica claro que a vocação política já estava presente no seio da família muito antes das eleições à prefeitura ocorridas na década de 1950.

Também é notório que as pressões políticas junto às fábricas existiram em períodos anteriores aos da época da emancipação. A carreira política de Pacífico, por exemplo, gerou repercussões diretas no dia a dia da CCC. É possível assinalar os desdobramentos de sua campanha a deputado, em 1886, que foi acompanhada de insistentes pedidos de emprego por parte de seus potenciais eleitores. Ao ocupar simultaneamente as *posições de sujeito* de empresário industrial e candidato político, ficou claro o apelo clientelista gerado (intencionalmente ou não) para uma massa de indivíduos dispostos a trocar seus votos por empregos. A carta a seguir evidencia as pressões “eleitoreiras” enfrentadas pelos gerentes das fábricas da CCC.

Para satisfazer a certas exigências eleitorais do 5.º distrito, preciso que me façam uma carta mais ou menos assim: “Até hoje não pude (e nem há esperanças de arranjar, em vista de estarem preenchidos todos os empregos) obter o emprego para a família recomendada pelo Pacífico e pelo Revmo. Pe. Guilherme de Cajuru, o que muito sinto. Sabes que não se pode inventar empregos, senão estaria tudo remediado”. É uma carta mais ou menos assim para eu mandar ao Pe. Guilherme. Isto de política é uma alhada dos diabos. O eleitorado quer agora empregos a todo custo (Carta assinada pelo Gerente da Fábrica de Cachoeira endereçada ao Gerente da Fábrica do Cedro, datada de 25/07/1886 – Cx. de Correspondências Recebidas, 1886 - citado por Giroletti, 1991, p. 69).

Evidentemente, os contatos políticos cultivados pela família representavam uma valiosa rede de influências que, sempre que necessário, era acionada em prol dos objetivos da CCC. Vaz (2005) recupera alguns documentos da época da fundação das primeiras fábricas que ilustram a utilização desse mecanismo. Fica claro que o enunciado das fábricas como *engrenagens do progresso* é utilizado desde cedo, municiando os argumentos elencados pelos fundadores para acessarem a arena macropolítica das relações de poder.

Queremos, eu e meus manos, importar da União Americana um maquinismo manufatureiro de pano de algodão, e pretendemos a isenção de direitos da importação e se for possível, um privilégio [...]. Tomarás em consideração este nosso empenho, tão *animador do progresso* na nossa decadente província. Conto certo que sim. Meu irmão lhe falará a respeito (Carta assinada por Antônio Cândido enviada para o deputado José Xavier da Silva Capanema, datada de 01/08/1870 – Copiador de cartas de Antônio Cândido, 1869-1872, p. 235).

Nem opulentos senhores de terras, nem visionários capitães da indústria, mas fruto da peculiar simbiose desses dois universos, fazendo emergir a atípica figura que denominei: “*coronéis da indústria*”, indivíduos nascidos e criados no berço da aristocracia agrária brasileira, que, inusitadamente, desviaram sua atenção e seus recursos para a atividade industrial. Esses herdeiros do latifúndio e de seus valores escravocratas também foram capazes de transitar pelo discurso progressista tão caro à República que veriam eclodir. É dessa insólita trama de posições de sujeito que emanava a força de enunciação que os fundadores e seus familiares possuíam, deixando claras as condições ímpares “*de onde*” falavam. Ou seja, pela representatividade e pela multiplicidade de posições disponíveis aos mesmos, tais indivíduos contavam com um privilegiado *regime de apropriação*, apoderando-se legitimamente de um leque de *raros e cobijados* recursos: os enunciados.

Vale agora seguir para a análise de tais enunciados, retomando a questão das *indústrias têxteis como engrenagens do progresso*. O importante é evidenciar a plasticidade e a utilidade de tal discurso, destacando os diferentes usos e as diferentes construções discursivas a que foi vinculado.

Se a nossa província tivesse umas 20 fábricas bem colocadas, por certo que estaria em condições mais vantajosas nas suas finanças e progresso, pois os milhões de metros de fazenda que fossem fabricados seriam consumidos na Província, lançando fora dos mercados as ordinárias drogas européias, e assim deixar-se-ia de exportar bons milhares de contos por ano, que, ficando na Província, dariam grande impulso à lavoura e ao comércio, e à indústria, tríplice base que faz a grandeza, o progresso e a independência das nações (Carta assinada por Bernardo Mascarenhas no ano de 1879 – *citado por Mascarenhas, 1954, p. 56*).

A construção discursiva sustentada pelo fundador no trecho anterior demonstra não apenas sua consciência sobre a representatividade das fábricas de tecido, como também os desdobramentos político-econômicos desta atividade. O enunciado sobre as fábricas como *engrenagens do progresso*, revestido por um tom nacionalista, é potencializado a partir da projeção das vantagens econômicas que poderiam ser alcançadas caso o setor têxtil se desenvolvesse e se expandisse na província. Em seguida, o enunciado articula-se à exposição de seu efeito multiplicador, que seria capaz de dinamizar diversos outros segmentos da economia além do têxtil, rompendo os grilhões da dependência externa, mantendo os capitais circulando internamente e

tornando a balança comercial favorável. Para analisar as *condições de emergência* deste discurso, é fundamental atentar para as molduras históricas que o suportam. Afinal, em 1879 o Brasil adentrava a fase de decadência do segundo reinado de Dom Pedro II, acompanhado do fortalecimento do movimento republicano (VICENTINO e DORIGO, 1998). Essa ancoragem histórica lança as tonalidades específicas do discurso em questão, demonstrando onde ele se apoiava e quais regimes de verdade buscava engendrar. A saber, a busca por uma política nacionalista e a defesa da nascente indústria brasileira por meio de medidas protecionistas.

Dentre as solicitações dirigidas ao governo pelos industriais têxteis, foi possível encontrar entre os documentos preservados no museu pedidos de isenção de impostos sobre as matérias primas importadas e solicitações de projetos de infraestrutura, como a construção de pontes e estradas.

Illmo. e Exmo. Snr. Pedir a V.Excia. a *sanção do aditivo ao orçamento provincial* que manda construir uma ponto no Ribeiro do Cedro na povoação da nossa fábrica de tecidos deste nome é nosso fim [...]. No ano de 1870 morto era, ou não tinha ainda nascido neste decadente centro da província o espírito de associação, que maravilhas opera. Ninguém falava em fundar a primeira fábrica de tecidos. Nós, os três irmãos Bernardo Mascarenhas, Caetano Mascarenhas e Antônio Cândido da Silva Mascarenhas fomos os primeiros a aventurar nosso capital nessa empresa, e em 1872 a fábrica do Cedro, primeira que a nossa província teve foi inaugurada a 120 léguas do Rio de Janeiro. *O Cedro, de campo ermo que era, é hoje florescente povoação* [...] (Carta assinada por Mascarenhas e Irmãos, enviada ao desembargador Francisco Pereira, data de 06/11/1878 – Caixa 12A – Correspondências Recebidas Expedidas – 1868 a 1883 – *Acervo do Museu – grifos nossos*).

Tendo sido regulamentado agora o dispositivo de lei federal, que manda conceder auxílios às estradas trafegadas por automóveis industriais, seguido o disposto no orçamento da viação, é de toda a oportunidade lembrar-se a construção de uma estrada de rodagem – a que se poderia chamar com muita propriedade – uma estrada industrial, na sua verdadeira acepção [...]. É esta estrada que se projeta construir do que se torne uma realidade o auxílio conseguido no orçamento da União. Como se vê a sua importância se impõe de modo claro e evidente, tanto é certo que ela tocará em três municípios, quatro distritos, uma colônia agrícola, três fábricas de tecidos [...] sem se referir aos povoados, pondo-os todos em contato direto com os grandes centros consumidores por intermédio da E. F. Central do Brasil. Quando ainda não se quisesse levar em conta o benefício que diretamente receberia o povo da importante zona compreendida no projeto, talvez bem a Cia. Cedro e Cachoeira, por si só, merecesse o auxílio do Governo da União. [...] tem sido a Companhia uma grande tributária das rendas públicas, não havendo exagero em afirmar que os impostos que paga anualmente orçam por mais de cem contos de réis. Atentando-se a todas estas considerações ver-se-á

claramente que se trata de uma verdadeira estrada industrial (Carta assinada por Bernardo Mascarenhas – S/D – Caixa 2A – Correspondências de Bernardo Mascarenhas – 1882-1903 – *Acervo do Museu – sublinhado no original*).

Nos dois trechos, é possível perceber que a função enunciativa sobre as fábricas como agentes do progresso são legitimadas por meio de diferentes procedimentos. No primeiro caso, liga-se à assertiva sobre as transformações operadas na localidade do Cedro, que, após a chegada da CCC, passa de um “campo ermo” para uma “florescente povoação”. No segundo trecho, a noção de progresso funde-se ao elevado nível de contribuição da CCC para o orçamento da União, em forma de recolhimento de tributos. Também se funde, de forma implícita, ao conceito de “*verdadeira estrada industrial*”. A conotação atribuída à estrada deixa clara a noção de progresso latente, que seria colhido pela facilitação do escoamento da produção propiciado pela nova via. Sendo, portanto, a CCC digna de usufruir de tais obras públicas, cuja importância é colocada como igual (senão superior) à população residente da região. Nos dois casos, a função enunciativa cumpre o papel de justificar a contrapartida do Estado ao papel de desenvolvimento protagonizado pela indústria têxtil em sua região. Ainda é importante destacar o papel da *seleção lexical* perpassando os *saberes específicos* que circundam as relações de poder na esfera pública. Ou seja, os fundadores se referem diretamente a *instrumentos e dispositivos legais* que suportariam e viabilizariam as solicitações enviadas, demonstrando a habilidade dos mesmos na construção de seus discursos. O apelo embasado nos recolhimentos de impostos efetuados sobre a Cia. Cedro também pode ser identificado nos pedidos de tradução de compêndios e manuais técnicos, essenciais para o setor têxtil.

Ora, se Minas contribui com pagamento de impostos que são aplicados a garantia de juros para a fundação de tais engenhos n'outras províncias, é fora de dúvida, que tem também o direito de alguma coisa obter para suas fábricas, que já são seis fundadas em 6 anos e saindo na proporção de uma por ano. À medida que tomamos a liberdade de lhe lembrar, sendo da mais alta conveniência, tem também a vantagem de pouco onerar os cofres públicos. Ela cifra-se apenas na tradução do inglês para a língua nacional de alguns manuais de maquinistas e de tinturaria, três dos quais vão indicados na lista inclusa. A impressão convém que seja feita nas mesmas oficinas do original em razão das estampas, que são indispensáveis, e na Europa tais trabalhos são baratíssimos. E que as obras sejam distribuídas grátis ou vendidas às fábricas. Contamos que tomará o nosso pedido em consideração [...]. Ainda quanto à tradução e impressão dos manuais, se V. Excelência arranjar isso, terá feito às fábricas benefício imenso: removerá o óbice

imenso chamado maquinista inglês que, gente de baixa classe no seu país, tornam-se muito grandes por se julgarem indispensáveis. Há os que vencem 16.000 diários (Carta de Mascarenhas e Irmãos a Ignácio Antônio D'assis Martins, datada de 10/11/1878 - Livro Copiador da Fábrica do Cedro – *Acervo do Museu*).

A carta anterior, enviada para um deputado de destaque, pleiteava a tradução de manuais têxteis com o objetivo de livrar os fundadores da dependência de mão de obra estrangeira, que, como vimos, gerava problemas que iam além da questão salarial. Percebiam que o requerimento gira em torno da democratização de um *saber*, inacessível à maioria, pela barreira do idioma, e que garantia aos técnicos estrangeiros uma condição privilegiada em relação aos demais operários. Ainda é interessante notar que os fundadores justificam seu pedido ao indicarem os privilégios concedidos para a criação de engenhos em outras províncias. Essa particularidade histórica é importante ao se considerar novamente o contexto das fábricas em 1878. Afinal, ao longo de todo o regime do Império, que perdura até 1889, os interesses oligárquicos dos grandes proprietários rurais, notadamente os produtores de açúcar do Nordeste, predominaram sobre as demais atividades (VAZ, 2005). Assim, por um longo período os subsídios governamentais, distribuídos por um Estado visivelmente patrimonialista, privilegiaram a criação de estradas de ferro que ligavam as grandes plantações aos portos de exportação, desprezando a criação de rotas internas que pudessem impulsionar outras atividades, como o comércio e a indústria. Para autores como Stein (1979, p. 24), “todo o protecionismo³⁰ antes de 1879 teve caráter acidental, pois o aumento das taxas alfandegárias visava, acima de tudo, cobrir as crescentes despesas governamentais”. Essa demarcação histórica é fundamental por indicar as condições de emergência e o campo de adjacência dos discursos destes sujeitos, evidenciando os obstáculos enfrentados por essa incipiente elite industrial no final do século XIX.

Na carta transcrita a seguir, Bernardo se corresponde com Tomás Pompéu de Souza Brasil, deputado e fundador da primeira indústria têxtil do Ceará. Este

³⁰ Villela (2005) corrobora indicando a baixa efetividade das medidas protecionistas do Segundo Reinado, sendo a mais expressiva delas a Tarifa Alves Branco de 1844. O autor ainda enumera as tarifas que se seguiram a Alves Branco: Wanderley (Decreto n. 1914, de 28/3/1857); Souza Franco (Decretos n. 1967, de 26/8/1857 e n. 2139, de 28/3/1858); Ferraz (Decreto n. 2684, de 3/11/1860; Itaboraí (Decreto n. 4343, de 22/3/1869); Rio Branco (Decreto n. 5580, de 31/3/1874); Ouro Preto (Decreto n. 7552, de 22/11/1879); Saraiva (Decreto n. 8360, de 31/12/1881); Belisário (Decreto n. 9746, de 22/4/1887) e João Alfredo (Decreto n. 10170, de 26/1/1889). A primeira Tarifa a ser baixada na República ficaria conhecida pelo nome do Ministro da Fazenda do governo provisório, Rui Barbosa (Decreto n. 836, de 11/11/1890).

documento traz indícios sobre a formação de alianças entre os empresários das indústrias têxteis de diferentes partes do Brasil. Nele, a bandeira do progresso é novamente hasteada, enumerando um conjunto de medidas que deveriam ser tomadas pelo governo para acelerar o desenvolvimento do setor.

Dando resposta à carta que V. Excia. dirigiu ao gerente da Fábrica do Cedro [...] nos manifestamos relativamente às medidas que deve tomar o governo para auxiliar a nascente indústria do nosso País isentando-a de direitos sobre drogas, coreame, caneleiras especiais para filatórios e filetes para cardas, bem como redução nos fretes na Estrada de Ferro do governo, vê V. Excia. que *desejamos o desenvolvimento da indústria têxtil*. Este estabelecimento foi o primeiro no gênero fundado na Província, de nossa iniciativa nasceram muitos outros, pois hoje a Província conta com dez estabelecimentos da ordem deste, entretanto, nunca pedimos ao governo o menor favor; lutamos, é certo, com dificuldades, sendo uma das maiores o pessoal sem nenhuma educação industrial. Temos nos admirado do governo e dos nossos homens de Estado e do nosso Parlamento, não desconhecendo que é a indústria uma das nossas maiores esperanças para o futuro do país e não terem até hoje se ocupado senão da política (Carta de Bernardo Mascarenhas a Tomás Pompéu de Souza Brasil, datada de 22/08/1882 - Livro Copiador de Cartas Fábrica do Cedro, 1882-1883, p.217 – *Acervo do Museu – grifos nossos*).

O teor reivindicatório da carta é acompanhado da utilização do enunciado sobre *as engrenagens do progresso*, afirmando que a atividade industrial constituiria o “futuro do país”. A relevância vindoura da indústria é aventada para justificar os auxílios reclamados e o resgate do ostracismo a que teria sido relegada pelo Estado. O importante nessa discussão é apontar a capacidade dos dirigentes de, recorrentemente, adaptarem o “enunciado do progresso”, realizando em cada caso as operações necessárias para que esse discurso se revestisse dos caracteres de verdade imprescindíveis para serem tomados como legítimos. Afinal, como insiste Foucault, não importa apenas *de onde* se fala, mas também *o que* se fala. A questão da formação de alianças também pode ser encontrada em outra carta recebida pelos dirigentes da CCC, seis anos depois, acenando para o amadurecimento das iniciativas associativistas no setor têxtil.

No pensamento de obter o maior número de informações sobre a indústria de fiação e tecidos de algodão no Império, estamos nos dirigindo a algumas fábricas que atenciosamente têm correspondido aos nossos intuitos. Nosso fim é compendiar o que for relatado a esta indústria e dar publicidade as informações que recebermos a fim de *mostrar aos poderes públicos os progressos que ela tem feito*. É tempo de mostrar aos que dirigem os destinos do país que não devem expor esta indústria aos golpes e tarifas fiscais,

desprotegendo o que a iniciativa nacional tem conseguido. [...] esperamos que nos envie qualquer publicação relativa à fábrica que dirige e na falta as seguintes informações e outras que espontaneamente nos queira prestar: capital da fábrica, seus lucros [...], sua procedência, consumo de algodão em luma, de combustível, de lubrificante, nº de operários, salário médio, preço das fazendas, suas qualidades, força do motor empregado, nº de fusos e teares etc... (Carta enviada pelos dirigentes da Fábrica de Tecidos Cearense para o Gerente da CCC, datada de 29/09/1888 – *Acervo do Museu*).

Num contexto em que a nascente elite industrial disputava recursos com os grandes produtores rurais, tanto do Nordeste açucareiro quanto do Centro-Sul cafeeicultor, a opção por formar alianças desponta como essencial para a estratégia de crescimento do setor. Nesse sentido, a questão do progresso é trabalhada de maneira cumulativa e incremental no trecho anterior. Ou seja, o discurso centra-se em defender a importância do setor a partir de um levantamento das indústrias têxteis em todo o País, a fim de demonstrar os impactos econômicos que geram e que se multiplicam em todas as regiões. O princípio organizador do discurso também é outro, pois, ao invés de articular o enunciado do progresso com a aclamação do desenvolvimento das localidades ou com a indicação da margem de contribuição em tributos gerados pelas indústrias têxteis, o que se busca é *inventariar*, *quantificar* e *somar* cada fator financeiro ou econômico, a fim de não deixar dúvidas sobre a relevância da indústria têxtil em escala nacional.

Outro fator relevante indicado pelos documentos prende-se à batalha movida contra os produtos têxteis importados, notadamente o inglês. A qualidade dos tecidos da Cia. Cedro foi gradativamente sendo aprimorada, perdendo, inicialmente, em escala e em qualidade para os tecidos ingleses. Além disso, por mais de um século a Inglaterra contou com diversos privilégios alfandegários³¹ que tornava ainda mais acirrada a concorrência com os produtos nacionais. Diante da concorrência inglesa, os fundadores da CCC buscaram estabelecer rotas comerciais alternativas e abrir novos mercados, além de, gradativamente, elevar a qualidade do maquinário e dos tecidos produzidos (VAZ, 2005). A disputa interna pelo apoio do governo somada à disputa de mercado

³¹ No século XVIII, despontam os tratados de Methuen, assinado em 1703, também conhecido como “Tratado dos Panos e Vinhos”, em que Portugal abria as fronteiras para os têxteis britânicos em troca do mesmo tratamento para seus vinhos na Inglaterra, e o Alvará de 1785, assinado pela rainha D. Maria I, que proibia a instalação de indústrias e manufaturas no Brasil, perdurando até a sua revogação, em 1822 (VICENTINO e DORIGO, 1998). Vilella (2005) complementa indicando que no século XIX foi assinado o tratado de “Comércio e amizade”, em 1810, por meio do qual os produtos provenientes da Inglaterra tinham a alíquota de importação fixada em apenas 15%. Essa taxa só seria elevada 34 anos depois, com a promulgação da tarifa Alves Branco, que tinha como base a alíquota modal de 30%.

com os produtos estrangeiros demonstram a importância da atuação e da formação de alianças setoriais para fazer frente aos entraves enfrentados pelos empresários do setor têxtil.

[...] Em tempo algum me enviará toalhas de qualidade alguma, bem como colchas, mesmo porque não se vende aqui por preferirem as estrangeiras que são mais baratas e com muito mais fantasias. [...] (Carta enviada pelo comerciante Manoel Gonçalves ao Gerente da CCC, datada de 28/04/1886 – *Acervo do Museu*).

Remetemos [...] algumas amostras de tecidos que como Vossa Senhoria verá varia de preço e qualidade de 300 réis a 580 réis [...]. Esperamos que Vossa Senhoria não deixará de vir fazer um pedido, concorrendo assim para ajudar a desenvolver a indústria no nosso Município a fim de irmos dispensando os produtos estrangeiros que nos levam o nosso dinheiro, é a principal causa da nossa decadência (Copiador de Cartas da Fábrica do Cedro, 1879-1881, p. 40 – *Acervo do Museu*).

Sou industrial e há 20 anos que trabalho na indústria algodoeira, [...] tendo já montado nesta Província quatro³² fábricas de tecidos entre as quais duas da Cedro & Cachoeira, [...] sendo as fábricas movidas exclusivamente por água, e, se não o fora, não teriam suportado a terrível guerra de concorrência que sofri a princípio de negociantes estrangeiros na Corte, intermediários ou comissários dos fabricantes ingleses, que sempre procuravam abaixar e desmoralizar a indústria nacional (Carta assinada por Bernardo Mascarenhas, enviada ao Visconde de Figueiredo, datada de 16/11/1888 – citado por Mascarenhas, 1954, p. 55-56).

Nos trechos anteriores foi possível verificar a emergência do enunciado da *ameaça dos importados*, encarnado nas figuras dos fabricantes e representantes dos produtos ingleses. Ao povoar o discurso com esses personagens, passa a ser possível aos dirigentes operarem um jogo discursivo importante, no qual o enunciado sobre o progresso é retomado, mas agora ativado em um jogo de forças em que é confrontado à compra dos produtos ingleses. Dessa forma, é possível sustentar o regime de verdades de que para evitar a decadência e caminhar para o progresso, é necessário dar preferência aos produtos das indústrias nacionais. Essa metáfora da “terrível guerra de concorrência” se soma ao campo relacional de forças traçado até aqui, sinalizando para novas margens e campos de adjacência que afixam o nível de abertura do campo discursivo e das intermináveis redes de relações que poderiam ser tecidas.

³² Além das duas Fábricas (do Cedro e da Cachoeira), Bernardo também refere-se aqui às fábricas de São Sebastião, por ele planejada e construída na fazenda dos pais, entrando em funcionamento no ano de 1885, e a Tecelagem Mascarenhas, inaugurada em Juiz de Fora, em 1888, após sua saída da Superintendência da Cia. Cedro.

Tateando pelos vestígios discursivos analisados até o momento, busquei evidenciar as estratégias utilizadas pelos dirigentes da CCC para acessarem e se enunciarem nos círculos políticos de seu tempo. O primeiro ponto tratou do prestígio social de que gozava a família, mesmo antes de se lançarem na atividade industrial. Tal situação permitiu aos fundadores contar logo de partida com um regime de apropriação privilegiado. A seguir, tratei do discurso sobre a relevância econômica e social das indústrias têxteis, o que habilitou os dirigentes a manejarem de forma plural o enunciado que atrelava o progresso à necessidade de apoio do Poder Público. O enraizamento do regime de verdades de tal enunciado representava uma via de articulação fundamental para os industriais, sobretudo em um contexto em que os investimentos do Estado estavam comumente voltados para financiar um modelo agrário-exportador. Por fim, indiquei a formação de alianças estratégicas entre os empresários do setor para pressionar o governo por medidas protecionistas e combater os produtos importados, seus principais “inimigos” externos.

A partir desse sucinto percurso, busquei demonstrar que a atuação dos fundadores e dirigentes não se limitou às relações de poder sustentadas entre a CCC e seus operários, extrapolando as fronteiras das fábricas e, mesmo, das vilas operárias. Busquei revelar o enredamento das relações na fábrica a círculos mais amplos de poder, enfatizando que os sujeitos transitam por uma colossal constelação de relações, assumindo diversas posições de sujeitos e buscando fazer operar distintos regimes de verdade. Isso equivale a dizer que, no tocante às relações de poder, o papel dos dirigentes é ampliado e imbuído de uma complexidade usualmente pouco abordada no campo da Administração, fazendo emergir a figura de um gestor-político-estrategista. Todo esse panorama traçado e a longevidade da companhia estudada possibilitam ousar um deslocamento transversal que seria impossível para a análise de outras empresas. Afinal, a Cia. Cedro já conta com mais de 140 anos de história. Assim, cabe questionar: Quais seriam as condições, os regimes e os enunciados que se colocam aos dirigentes da CCC na arena política atual? Evidentemente, não busco traçar aqui nenhum tipo de análise “evolutiva” do setor nem sustentar inadvertidos efeitos causais. O que interessa é contrastar os discursos presentes nos dois contextos, investigando seu grau de *remanência*, suas *reelaborações* e a nova trama desenhada na arena das lutas políticas.

Da Questão Inglesa à Invasão Chinesa

Meus amigos, já há algum tempo lutamos no setor têxtil. Há alguns anos sou Presidente de uma empresa em que trabalho há 43 anos – a Cedro e Cachoeira, uma indústria têxtil de Minas, de Belo Horizonte. Essa é a primeira indústria têxtil do País que tem 140 anos de existência. Fui convidado para a Presidência da ABIT [...] nesse período em que presido a ABIT, tive a oportunidade de participar de vários momentos do setor têxtil nacional, às vezes irritado, às vezes insatisfeito, mas a maioria do tempo com um grande sentimento de nacionalidade e uma preocupação profunda de estarmos, por ingenuidade e talvez com pouca inteligência, destruindo a indústria têxtil nacional. [...] estamos caminhando para, se não o aniquilamento, ao menos um problema muito sério com a indústria nacional. Assim, espero que possamos fazer desta oportunidade, do momento que vivemos nesta Assembleia Legislativa, uma caixa de ressonância, para trabalharmos em prol da indústria têxtil de confecção mineira, da indústria têxtil de confecção brasileira e da indústria nacional [...]. A indústria têxtil de confecção nacional emprega 1.700.000 pessoas, diretamente. Somos o segundo gerador de emprego da indústria de transformação brasileira – o primeiro é a indústria de alimentos e bebidas. A indústria têxtil de confecção é o quinto pagador de salário da indústria de transformação brasileira. A indústria têxtil de confecção brasileira investiu no ano passado US\$2.200.000.000,00. É uma indústria que se moderniza (Presidente da Cia. Cedro - 3ª Reunião da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, ocorrida na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 09/04/2013 – *Notas Taquigráficas*).

A partir do discurso proferido pelo presidente executivo da Cia. Cedro na Assembleia Legislativa, é possível delinear alguns pares de enunciados que se vinculam ao campo de forças em que a indústria têxtil está inserida atualmente. Se confrontarmos esse discurso com aquele proferido na Assembleia Legislativa em 1883, há 130 anos, podemos observar como as transformações históricas afetaram o campo discursivo. No tocante ao enunciado das *indústrias têxteis como engrenagens do progresso*, amplamente utilizado pelos sujeitos de outrora, é possível verificar que sua base de sentido persiste, entretanto, ressignificada, caminhando para algo próximo a: *indústrias têxteis como alicerce econômico*. É possível constatar que a projeção de progresso que estava por vir (no discurso de 1883) se converteu na efetiva representatividade ocupada pela indústria têxtil no cenário político-econômico atual. Tal importância tem seu efeito de verdade reforçado pelos dados setoriais apresentados pelo presidente, traduzido em números de empregos mantidos, volume de salários, nível de investimento, etc. A indicação desses dados é importante por sustentar o *status* da indústria têxtil, colocando-

a em relação a outros segmentos da indústria, a partir da referência a um *ranking* nacional.

O levantamento e a divulgação desses dados também denotam outro desdobramento fundamental: a consolidação da indústria têxtil e de suas alianças setoriais. Percebam que o presidente ocupa duas posições de sujeito intimamente concatenadas, fazendo seu discurso oscilar de presidente executivo da Cia. Cedro para presidente da Associação Brasileira das Indústrias Têxteis (ABIT), delimitando um regime de apropriação *diferenciante e diferenciado*. Ou seja, ao iniciar seu discurso, remetendo-se ao orgulho de dar continuidade à tradição familiar, dirigindo a indústria têxtil mais antiga do país, gera-se um efeito de verdade que atesta a vasta experiência por ele possuída para debater com propriedade sobre esse assunto. Na sequência, quando o discurso pendula para seu papel desempenhado na ABIT, o efeito de verdade alcançado reforça sua competência para tratar do tema, evidenciando que o presidente também está atualizado, de forma privilegiada, sobre os desafios do setor têxtil como um todo. Toda essa laboriosa construção para se legitimar na ordem do discurso tem sua razão de ser, justificada em vista do apelo apresentado a seguir, em que é introduzida a questão central que motivou todo o encontro e que dá o tom dos enunciados elencados. A indústria têxtil não está ali em pauta para ser ovacionada ou aplaudida: *ela precisa ser salva do aniquilamento*. Mas, dessa vez, qual seria a ameaça?

Na verdade, o que o setor têxtil de confecção mineiro e brasileiro vêm enfrentando é uma *guerra* por postos de trabalho, uma guerra por uma inclusão no mundo. Essa inclusão vem sendo feita pelos países asiáticos de maneira muito eficiente, tanto é que todos eles já tiveram o seu *market share* da economia mundial ampliado na última década de maneira muito contundente. Essa evolução dos países asiáticos se dá com uma política muito grande de incentivos fiscais tributários, mas também trabalhistas e financeiros para os setores produtivos da economia chinesa e também indiana. [...] Ou seja, esses países decidiram se industrializar, sem se importar com o custo para a sociedade. É uma estratégia que vem dando certo. Nos últimos 25 anos, a China tinha um PIB menor que do Brasil, mas, em breve, o PIB brasileiro não chegará a um décimo do PIB chinês. Ou seja, a estratégia deles, por mais que seja criticada, vem dando certo. É uma *estratégia de guerra* que vem cooptando o mercado dos demais países. Na verdade, *o que nós, empresários do Brasil, estamos enfrentando é uma guerra* (Vice-Presidente da FIEMG, na 3ª Reunião da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, ocorrida na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 09/04/2013 – *Notas Taquigráficas – grifos nossos*).

[...] Se tivermos que cair, cairemos lutando. Se formos aniquilados pela China, Deputado – e se Deus quiser, não seremos, Nossa Senhora Aparecida está do nosso lado – se tivermos que cair, cairemos lutando. A história contará que o nosso setor foi exterminado pela China, mas que pessoas de honra, honestas estiveram nesta Casa, iniciaram aqui um processo para lutar contra isso (Diretor da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Jacutinga, na 3ª Reunião da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, ocorrida na Assembleia Legislativa de Minas Gerais no dia 09/04/2013 – *Notas Taquigráficas*).

Os dois trechos anteriores, matizados pelo tom belicoso, apresentam não apenas a ameaça que aflige a indústria têxtil, como também o enunciado que a acompanha: a *invasão dos produtos chineses*. No primeiro trecho, a magnitude do problema é delineada pela indicação da estratégia de industrialização da China e dos incentivos recebidos pelo setor têxtil naquele país. Já no trecho seguinte o tom inflamado e acompanhado da metáfora da aniquilação se amarra ao movimento de resistência que se propõe a impetrar. Se retomarmos a questão dos produtos ingleses no século XIX, fica claro que não se trata aqui apenas da substituição de uma ameaça por outra na ordem do discurso, inserindo a China no lugar da Inglaterra. Afinal, todo o contexto econômico foi alterado, fazendo emergir um campo discursivo pautado pelas novas regras do jogo, por condições de emergência específicas para os enunciados e por relações de poder que não podem ser simplesmente equiparadas ou justapostas àquelas presentes no século XIX. Ao contrastar a análise desses dois conjuntos históricos, no máximo, pode-se apreender que a identificação e a problematização de quem são aqui e acolá os “inimigos” da indústria têxtil continua despontando como uma estratégia discursiva importante na fala de seus dirigentes.

A China tem mais de 28 tipos de incentivos e subsídios para a indústria têxtil de confecção. A China propicia todos os incentivos existentes na face da terra para a indústria têxtil de confecção chinesa. Nas oportunidades em que temos estado em Brasília [...], temos dito que a indústria têxtil brasileira pede somente uma coisa: *situação igualitária de competição*. Como vamos conseguir essa situação igualitária de competição, com o Brasil perdendo competitividade a cada dia? Temos a mais alta carga tributária do mundo. A nossa energia elétrica [...], ainda é das mais caras do mundo - hoje, se não for a terceira, é a quarta. Como competir? Precisamos mudar a cabeça do governo, o que só se faz com movimento político [...] (Presidente da Cia. Cedro - 3ª Reunião da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, ocorrida na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 09/04/2013 – *Notas Taquigráficas – grifos nossos*).

Como várias vezes ouvi o Presidente [da Cia. Cedro] parafrasear, se se trouxesse uma indústria chinesa para ser instalada em solo brasileiro, seguindo as legislações brasileiras, tenho certeza de que eles teriam um índice de produtividade menor que o nosso; como de fato têm, segundo os diversos organismos internacionais que medem a produtividade do setor têxtil. Ou seja, no que se refere a homem-hora por quilo de produção, somos mais produtivos que os chineses. No entanto, quando se reúnem as condições que eles têm de competitividade lá, aí, sim, o produto sai mais barato (Vice-Presidente da FIEMG, na 3ª Reunião da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, ocorrida na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 09/04/2013 – *Notas Taquigráficas*).

O enunciado sobre a *invasão dos produtos chineses* é trabalhado no trecho acima a partir de um importante jogo de diferenças que busca evidenciar, no tocante ao setor têxtil, a enorme disparidade existente entre os dois países. Ao indicar esse gargalo, é possível legitimar a luta por *condições isonômicas* de competição. Entretanto, a responsabilidade por prover tais condições é transferida para o Estado. Essa transferência é reforçada ao se trazer para o discurso a *verdade* de pareceres gerados por *organismos internacionais* que atestariam que a produtividade da indústria nacional é superior à da indústria chinesa, deixando claro que os entraves para sua competitividade provêm das condições colocadas pelo governo. Isso equivale a dizer que se espera do Poder Público um pacote de incentivos e/ou medidas protecionistas que freiem a entrada dos produtos chineses no Brasil. A partir da sustentação de um “inimigo” da estatura da China, tal regime de verdade adquire não apenas o peso necessário para ser levado em consideração como também os contornos de seu *caráter emergencial*.

A indústria da China precisa criar empregos, por problemas políticos e econômicos. Conheço fábricas na China que têm tantas irregularidades que, se qualquer fábrica no Brasil tivesse 10% das irregularidades que vi ali, o Ministério Público e a Polícia Federal fechariam a entidade na hora. E é essa turma que exporta para o Brasil. Somos ingênuos e permitimos isso. *Não podemos desempregar um pai de família brasileiro para empregar um pai de família na China. Não podemos! É defesa mesmo!* (Presidente da Cia. Cedro - 3ª Reunião da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, ocorrida na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 09/04/2013 – *Notas Taquigráficas – grifos nossos*).

Levantamentos demonstram que, hoje, o produto chinês que entra no Brasil tem em média 40% de subsídio do governo chinês, fora o câmbio. Estamos ainda implantando o subsídio. Estamos destruindo o emprego aqui para criar emprego lá. Depois que nossa indústria estiver destruída, será que eles manterão o subsídio quando venderem para o Brasil? Eles estão fazendo investimentos; esse subsídio é investimento. Quando acabar a indústria nacional, não virá mais nada baratinho, mas no preço necessário para

remunerar o produto naquela hora, acrescido de todo o passado de subsídio que deram (Vice-Presidente da FIEMG, na 3ª Reunião da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, ocorrida na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 09/04/2013 – *Notas Taquigráficas*).

As falas anteriores são capazes de articular os dois enunciados tratados até o momento. Esse efeito é alcançado ao deixar claro que aceitar a entrada indiscriminada de produtos chineses no Brasil equivale a retirar o emprego de um cidadão brasileiro para fomentar um posto de trabalho análogo na China. Ou seja, enquanto essa “*invasão*” se mantiver, mais se enfraquecerá um dos *sustentáculos econômicos* da indústria no Brasil: o setor têxtil. No segundo trecho, é também sustentado o argumento de que, uma vez desbaratada a indústria nacional, ocorrerá o conseqüente aumento do preço dos produtos chineses. Em outras palavras, aceitar a situação atual representaria o risco de uma aguda *desindustrialização* para o País no médio ou no longo prazo. Outros argumentos também são elencados para justificar a intervenção do governo na regulação das importações, como evidenciam os trechos a seguir.

A conseqüência social dessa desindustrialização do Circuito das Malhas é arrepiante, é de não dormir. Imagine a conseqüência social de se perder um setor que emprega 50 mil pessoas! Vi pelo jornal que a BMW se instalou ontem, em Santa Catarina. É ótimo para o Brasil, maravilhoso! Vão ser gerados 3 mil empregos; o Governador foi lá e cortou a fita vermelha. É tudo lindo e maravilhoso para 3 mil empregos, e nós com 50 mil? As condições não são iguais. A ABIT pede isonomia, e compartilhamos; a FIEMG pede isonomia. Não queremos favorecimento; não queremos favor do governo; queremos condições iguais. [...] o problema social criado quando a indústria têxtil for exterminada deste país é abominável. Quero ver o governo federal, o Ministério de Desenvolvimento, sejam quais forem os responsáveis da época, empregarem 1.700.000 pessoas neste país. Cortar fita vermelha para fábrica de 3 mil empregados é uma maravilha, é ótimo, até porque é uma marca mundial. Isso dá uma mídia absurda, mas a conseqüência social da perda desses empregos é desastrosa. Talvez o Brasil demore cinco décadas para tentar resolver esse problema, se é que não vamos quebrar tudo antes (Diretor da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Jacutinga, na 3ª Reunião da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, ocorrida na Assembleia Legislativa de Minas Gerais no dia 09/04/2013 – *Notas Taquigráficas*).

O enunciado da *ameaça de desindustrialização* emerge no discurso anterior, articulado ao seu par-opositor, o enunciado da *indústria têxtil como alicerce econômico*. Assim, descortina-se para o governo o fantasma do desemprego que poderia ser gerado

e as dificuldades de absorção do elevado número de trabalhadores que seriam dispensados da atividade industrial. Caminhando para os contornos históricos dessa questão, o discurso presente no trecho anterior possui em seu campo de adjacência uma ressonância no campo de saber da Economia, em que a questão da desindustrialização é atualmente debatida (OREIRO e FEIJÓ, 2010). Longe do consenso observado na fala dos dirigentes, deputados e representantes do setor, o debate acadêmico pendula entre dois extremos. Existem discursos que corroboram o argumento de que o País vem realmente passando por processo de desindustrialização nos últimos vinte anos (LOURES, OREIRO e PASSOS, 2006; BRESSER-PEREIRA e MARCONI, 2009) e, de outro lado, existe uma linha mais ortodoxa que assevera que as transformações econômicas vivenciadas no Brasil nas últimas décadas não afetaram negativamente a indústria (NASSIF, 2008). Cada uma dessas perspectivas recorre a um conjunto de dados econométricos específicos e a metodologias de análise diferentes para sustentar seus respectivos pontos de vista e *regimes de verdade*. Contudo, o foco da análise aqui desenvolvida não repousa em descortinar qual perspectiva seria a mais válida, mas evidenciar o aspecto contingente presente no discurso dos sujeitos, carregando sua historicidade e interligando-se a um sem-número de discurso que reverberam em seu campo de adjacência. Outro argumento apresentado para corroborar a licitude das demandas do setor têxtil nacional se liga a questões de ordem moral ou, ainda, ao contemporâneo discurso da Responsabilidade Corporativa.

[...] Enquanto produtores, enquanto industriais, enquanto empresas que geram empregos, geram atividade econômica no país, [...] a gente tem que arcar com determinados custos e com determinadas responsabilidades que são justas e que são corretas. Exemplo: uma legislação trabalhista, uma legislação tributária, uma legislação ambiental que acabam acarretando em custos aos nossos produtos. Produtos que vêm de fora não possuem o impacto dessas legislações [...] Se essa é uma posição que o governo, a sociedade no Brasil, defende como sendo necessária pra condição da vida humana, porque aqui tem que existir e o que vem de lá não tem que ter? O de lá tem que ter também, tem ter esse mesmo custo lá, porque se não os produtos não são iguais, não são produzidos em igualdade de condições, e, aí, a agência que regula, que é o governo que regula essa condição de competição, aí faz sentido você falar em barreiras... Tem uma frase que é sensacional de um empresário de São Paulo, ele falou o seguinte: que os *containers* asiáticos são os novos navios negreiros. Ele estava se referindo ao trabalho escravo. [...] A gente importa trabalho escravo, a gente importa trabalho infantil, a gente importa meio ambiente degradado... Mas, aqui dentro, a gente não permite que isso aconteça, e não deve permitir. Por que que a gente estimula, então, isso num outro país? Cadê a coerência nisso?

Essa é a questão setorial e é essa a bandeira que está sendo defendida (Diretor de Gestão de Pessoas e futuro CEO da Cia. Cedro).

No trecho anterior, a necessidade de criar barreiras para os produtos chineses se justifica pelo combate às injustiças sociais e aos danos ambientais provocados pela atividade têxtil na China. Com base nos enunciados analisados até aqui, salta aos olhos a capacidade dos sujeitos de utilizarem de todo um repertório discursivo que se reforça mutuamente, que gera séries lógicas e que amarra de forma cuidadosa os enunciados a seus efeitos de verdade. Em outras palavras, combater a invasão de produtos chineses representa a um só tempo: proteger a indústria têxtil nacional de seu “aniquilamento”, evitar o aumento da taxa de desemprego no país, conter o processo de desindustrialização, impedir que a China controle e dite os preços dos têxteis no País e lutar contra as injustiças sociais e os abusos ambientais ocorridos nos países asiáticos.

Partindo para a análise das políticas governamentais, é interessante lembrar que, em pleno século XIX, a nascente elite industrial teve que encontrar seu caminho diante de um modelo de desenvolvimento agroexportador. Por um longo tempo, a atividade industrial permaneceu relegada a segundo plano, deixando cristalizados no discurso dos fundadores os apelos que clamavam por reconhecimento e por medidas protecionistas. Deslocando a análise para o século XXI, foi possível identificar e extrair do discurso dos dirigentes quais seriam os entraves internos enfrentados, despontando questões relacionadas à globalização e ao nível de abertura da economia brasileira orquestrada pelo Estado.

Vejam o pensamento político do governo. Há uma coisa chamada PMDR, sigla para Países de Menor Desenvolvimento Relativo. O governo estava querendo que o Brasil abrisse as portas, sem limite de cota, sem imposto de importação, para países do PMDR, que são 49, entre eles Camboja e Bangladesh, que exportam, cada um, U\$18.000.000.000,00. O Brasil exporta U\$1.000.000.000,00, em produtos de confecção. [...] Vimos que o governo tinha inserido em uma MP, de que não sei o número, o PMDR. Se isso passasse, iriam acabar com a indústria têxtil. Se isso passasse, eu iria convocar o Conselho da empresa em que trabalho e falar para desmobilizarmos. Mas Deus nos ajudou – o Papa é Argentino, mas dizem que Deus é brasileiro – e conseguimos uma vitória no Plenário da Câmara dos Deputados – vejam a força do Legislativo. Por telefone, conversamos com alguns Deputados da Frente³³, e o PMDR não passou. Guardem isso: se o

³³ Frente Parlamentar Mista José Alencar para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e da Confecção do Brasil, que conta com 188 deputados signatários e 35 senadores. (Fonte: www.camara.gov.br).

PMDR passar, podemos fechar as nossas portas (Presidente da Cia. Cedro, 3ª Reunião da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, ocorrida na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 09/04/2013 – *Notas Taquigráficas*).

O risco para a indústria têxtil decorrente da abertura das fronteiras corrobora a visão de que as mudanças devem ocorrer no plano político e regulatório, no rol das prerrogativas do governo brasileiro. O trecho anterior acena para a força política do movimento de defesa em prol do setor têxtil, que já conta com uma frente de parlamentares que foi capaz de derrubar a medida provisória em questão. Esse apontamento é fundamental por indicar os desdobramentos dos enunciados e de seus efeitos de verdade no palco das relações de poder engendradas em nível de Estado, tornando evidente a *natureza discursiva do poder*. Afinal, como bem observa Foucault (1994; p. 254) “é preciso considerar o discurso como uma série de acontecimentos, como acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado”. Outras medidas protecionistas pleiteadas para melhor entrincheirar o setor têxtil nacional estão presentes no excerto de entrevista reproduzido a seguir.

Fiz algumas viagens à China, assinamos alguns memorandos de entendimento com a China e temos conseguido várias coisas pra barrar essa importação predatória. Nós fizemos acordo com a Receita Federal pra ver a qualidade do produto que está entrando, nós conseguimos que os portos fossem melhor fiscalizados, a gente está preparando, agora, uma salvaguarda para indústria têxtil, já protocolamos no Ministério da Indústria e do Comércio, eles pediram novas informações. Isso nunca foi feito na indústria têxtil. [...] Nós estamos trabalhando para um regime tributário competitivo da confecção, para que a confecção seja desonerada. [...] eu participei, olha que coisa interessante, três vezes na Comissão de Assuntos Econômicos. [...] Eu participei sobre a chamada guerra dos portos, conseguimos mudar a guerra dos portos. Eram os estados que incentivavam a importação, subsidiando com a alíquota de ICMS e isso nós conseguimos mudar, um trabalho muito forte da ABIT (Presidente Executivo da Cia. Cedro).

Enunciar é fazer algo; é muito mais do que simplesmente desempenhar um exercício retórico ou realizar um ato de escrita. Como ressalta Foucault (2008, p. 234), o ato de “somar um enunciado a uma série preexistente de enunciados, é fazer um gesto complicado e custoso que implica condições”. Ou seja, os trechos dos discursos reproduzidos até aqui trazem em seu bojo muito mais do que uma amostra da competência linguística de seus sujeitos. Tais excertos indicam o intrincado exercício

que estabelece as pontes entre os enunciados e as práticas sociais que efetivamente afetam e transformam a realidade social.

O trecho apresentado a seguir apresenta parte dos trâmites que envolvem uma das ações setoriais em execução, evidenciando como os discursos se mesclam às práticas que o acompanham.

Há um outro assunto. No final deste mês, a ABIT vai protocolar uma proposta chamada RTCC - Regime Tributário Competitivo para Confecção. Quero dizer a vocês que a ABIT não é contra a importação. Não podemos falar isso. Na verdade, *somos favoráveis à importação daquilo que o Brasil não produz e que não tem competitividade para produzir*. Então, em hipótese alguma podemos falar que estamos querendo fechar portos, pois o mundo hoje é muito globalizado. [...] Um estudo feito por *economistas de primeira ordem* está nos mostrando que, se pegássemos as confecções do Brasil e reduzíssemos as tributações a 5%, seria mais ou menos como se fizéssemos um *investimento*. [...] No quinto ano, estaria pagando mais impostos do que pagaríamos hoje se pegássemos todas as confecções, independente do tamanho, e aplicássemos uma tributação máxima de 5%. Portanto, é um estudo maravilhoso que, com a ajuda de Deus, iremos protocolar ainda neste mês de abril no Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (Presidente da Cia. Cedro na 3ª Reunião da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, ocorrida na Assembleia Legislativa de Minas Gerais no dia 09/04/2013 – *Notas Taquigráficas – grifos nossos*).

O trecho anterior comporta uma interessante construção enunciativa que demonstra muito bem a densidade e o nível de articulação necessários para sustentar um regime de verdades. A fala é iniciada comunicando qual será a próxima ação impetrada pela associação de indústrias do setor. Na sequência, esclarece que o objetivo não é fazer o Brasil caminhar na contramão da globalização econômica, mas apenas protegê-lo de suas distorções. Esse passo é importante por afastar a bandeira hasteada pelo setor têxtil de qualquer discurso mais drástico ou radical. A seguir, a figura dos economistas “de primeira ordem” é trazida para o discurso, para demonstrar que a *verdade* deste discurso não provém de qualquer lugar, mas emana diretamente daqueles que são socialmente reconhecidos e que falam de um recorte de *saber* oportuno. Evidentemente, o *status* dos economistas consultores se soma ao *status* do sujeito que ocupa a posição de enunciação, endossando seu valor de verdade. Esse procedimento é importante para sustentar a seguir o argumento de que a redução tributária requisitada pelos industriais têxteis representa, na realidade, um *investimento*, amarrando-se ao ideal de que todos

sairiam ganhando – as empresas elevando sua competitividade e o governo arrecadando mais impostos.

Sabemos [...] que a indústria têxtil de confecção está no Brasil inteiro, desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul. [...] Ora, Minas é o berço da indústria têxtil nacional. O meu sonho é que, com a liderança da Assembleia de Minas, tivéssemos uma forma de fazer um *pool* de questionamentos das 27 Assembleias Legislativas - afinal, todas têm o mesmo problema da indústria têxtil - [...] e formatássemos um *documento da indústria têxtil nacional*. A ABIT está 100% à disposição para formatar esse documento, assinado e entregue em uníssono por todos os Presidentes de Assembleias. Esse é o pleito da indústria têxtil nacional [...] a ABIT está inteiramente à disposição pela chancela de uma unidade nacional. Quem sabe também pegamos a assinatura dos Presidentes das federações das indústrias, como o Presidente Robson, da CNI, um mineiro de alta estirpe. Se conseguíssemos isso, [...] *seria uma forma de em curto espaço de tempo chegarmos ao governo federal* e termos uma real sensibilidade para o problema da indústria têxtil (Excertos da fala do Presidente da Cia. Cedro na 3ª Reunião da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, ocorrida na Assembleia Legislativa de Minas Gerais no dia 09/04/2013 – *Notas Taquigráficas – grifos nossos*).

A fala acima reproduzida delinea um exercício fundamental executado pelo sujeito: ele é capaz de preparar a transição dos enunciados para um círculo ainda mais amplo de poder, possibilitando que a discussão migre plenamente consolidada da esfera estadual para a esfera política federal do País. Tal procedimento depende da articulação entre as Assembleias Legislativas de todo o Brasil, construindo, ao final, um instrumento fortemente blindado e representativo das indústrias têxteis nacionais. Evidentemente, esse documento seria capaz de satisfazer as condições necessárias para representar todo o setor têxtil industrial, transmitindo um *valor de verdade* encampado por todas as assembleias do País, pela associação do setor e federações da indústria, representando uma “ponta de lança” para se infiltrar na cúpula decisória governamental.

Em suma, os discursos aqui analisados e sustentados pelos sujeitos não serão considerados verdadeiros se não se revestirem dos caracteres de legitimidade necessários para acessar a ordem do discurso. Tal caráter de verdade perpassa as posições de sujeito, as condições de emergência e o regime de apropriação. O que busquei sublinhar é que ao se enunciarem esses sujeitos efetivamente consubstanciaram práticas e agiram sobre a sua realidade. Afinal, a possibilidade de falar e de ser ouvido não está aberta a qualquer sujeito. Sem dúvidas, enunciar é fazer algo.

Afinal, qual é a sua tese?

How many roads must a man walk down
Before you can call him a man?
How many seas must a white dove sail
Before she can sleep in the sand?
Yes, and how many times must cannonballs fly
Before they're forever banned?

The answer, my friend, is blowin' in the wind
The answer is blowin' in the wind

Yes, and how many years can a mountain exist
Before it's washed to the sea
Yes, and how many years can some people exist
Before they're allowed to be free?
Yes, and how many times can a man turn his head
Pretend that he just doesn't see?

The answer, my friend, is blowin' in the wind
The answer is blowin' in the wind

Yeah and how many times must a man look up
Before he can see the sky?
Yes, and how many ears must one man have
Before he can hear people cry?
Yes and how many deaths will it take till he knows
That too many people have died

The answer, my friend, is blowin' in the wind
The answer is blowin' in the wind?

Quantas estradas um homem terá de percorrer
Antes que você possa chamá-lo de homem?
Quantos mares uma pomba branca precisará
sobrevoar
Antes que ela possa repousar na areia?
Sim, e quantas balas de canhão precisarão voar
Até serem para sempre banidas?

A resposta, meu amigo, está soprando ao vento
A resposta está soprando ao vento

Sim, e quantos anos uma montanha pode existir
Antes que ela seja dissipada pelo mar?
Sim, e por quantos anos algumas pessoas podem
existir
Antes que elas possam ser livres?
Sim, e quantas vezes um homem pode virar sua
cabeça
E fingir que ele simplesmente não vê?

A resposta, meu amigo, está soprando ao vento
A resposta está soprando ao vento

Sim, e quantas vezes um homem precisará olhar
para cima
Antes que ele possa ver o céu?
Sim, e quantas orelhas um homem precisará ter
Antes que ele possa ouvir as pessoas chorarem?
Sim, e quantas mortes ele causará até saber
Que pessoas demais morreram

A resposta, meu amigo, está soprando ao vento
A resposta está soprando ao vento?

(Letra da canção "Blowing in The Wind" – Bob Dylan, 1963 – tradução livre).

É fascinante como algumas vezes as perguntas mais simples podem ser as mais inquietantes, as mais intrincadas e as mais trabalhosas para se responder. Decerto, também as mais significativas! Ao ensaiar as últimas linhas deste estudo, é necessário não apenas retomar seus pontos norteadores, como também discutir particularmente em que sentido os extrapolamos. Após arrastar nossas retinas pelas escarpadas paisagens do poder e dos discursos e após mergulhar na tortuosa sina de homens e mulheres, receio que ao final não possuo, em termos formais, uma “hipótese científica” a acastelar. Afinal, durante todo o percurso não defendi modelos. Julgo não ter consolidado teorias. E, de fato, não gerei ferramentas administrativas em prol dos imperativos da

produtividade e da eficiência organizacional. “Então para que serviu esta tese”? “Qual justificativa seria capaz de sustentar tamanho impropério”?

Vale resgatar qual era o intento no exato momento de minha partida. Pretendi discorrer sobre os sujeitos e seus discursos. Busquei evidenciar como eles se constituíram como sujeitos na acidentada trama de suas relações, nas movediças cadeias discursivas de seu tempo. Empenhei-me em problematizar as relações de poder nas quais estavam imersos e implicados. Penso, modestamente, que este intento foi cumprido. Que partindo de enunciados, saberes e suas verdades naturalizadas foi possível fazer ressurgir das falas e dos documentos amarelados os contornos das relações de poder e preciosos indícios dos processos de constituição desses sujeitos. O intento não foi simplesmente realizar uma anacrônica crítica ao passado, denunciando a aspereza de suas condições, mas fazer aflorar traços da “política geral de verdade”, ostentada em cada um dos distintos recortes históricos com que operei. Conforme reverberado por Foucault (1992), cada sociedade sustenta um determinado regime de verdades, evocado para diferenciar os discursos acolhidos como verdadeiros daqueles desqualificados como falsos, conferindo aos primeiros seus efeitos específicos de poder. Partindo dessa ideia é que busquei problematizar os arranjos de poder sustentados nas fábricas e vilas operárias ou, mesmo, na esfera dos macropoderes, a partir da análise dos enunciados e das posições dos sujeitos que lhe conferiram vida.

Ao direcionar o olhar para as relações de poder sustentadas no plano das primeiras fábricas, foi possível isolar alguns dos dispositivos de poder utilizados para disciplinar os corpos e acoplar de forma otimizada homem e máquina. Deparamo-nos com regulamentos, práticas de vigilância, regras continuamente reavivadas, punições exemplares, todo um leque de recursos já presentes num chão de fábrica, incógnito nas remotas entranhas das Minas Gerais do final do século XIX. Foi possível identificar todo um conjunto de técnicas, empregadas com o objetivo de circunscrever o espaço a partir do qual os mecanismos de poder poderiam ser operados de forma quase absoluta. Enfim, foi possível evidenciar as operações utilizadas para unir sujeito e máquina em um *continuum* disciplinar interdependente. Disciplina que, de maneira formidável, estendeu-se de forma centrípeta das fábricas para as vilas operárias.

Paralelamente, busquei evidenciar que a docilização dos corpos não foi alcançada somente pelo viés repressivo do poder, mas que toda uma orbe de práticas foi

operada sob sua faceta positiva, produzindo sentido e fabricando realidades para os sujeitos. Ao ampliar nossa perspectiva para as margens das vilas operárias, foi possível apontar que os enunciados dos dirigentes das fábricas não ecoaram em um vazio incorpóreo e atemporal, mas encontraram ressonância em todo um conjunto de enunciados historicamente balizados pelas principais *instituições* de seu tempo. Assediados pelos regimes de verdades de seu contexto, homens e mulheres se constituíram enquanto sujeitos, ora resistindo, ora se apoiando na substância das verdades que lhes eram colocadas, a fim de conferir sentido ao seu mundo.

Ao analisar os diferentes enunciados e as práticas discursivas espalhados pelas vilas operárias, ficou claro que a disciplina *per se* não foi o único centro de forças polarizador do discurso. O *corpo*, por mais central e imprescindível, não foi tomado isoladamente, pois a *alma* se tornou, igualmente, o alvo e a guarida do poder. Toda uma *ortopedia da alma* foi apoiada em discursos difusos, em dispositivos sutis, no jogo das diferenças, em rituais de verdade, nas estratégias cotidianas, nos saberes legitimados. Era necessário amalgamar corpo e alma, subsumindo-os na conversão dos hábitos, nos exercícios morais, na (con)formação de um operário padrão, cuja vida pública e privada eram tuteladas pelos dirigentes da companhia. Esses complexos feixes de poder convergiram para a constituição de um sujeito útil e disciplinado, sujeito moral que se espelha nos valores de seus padrões e ancora seu dever pátrio no valor do trabalho, sujeito ético que baliza suas práticas de si em busca de sua salvação extraterrena.

A análise dos conventos, por sua vez, descortinou o conjunto de enunciados que circundou não apenas os regimes de verdade direcionados aos operários, mas às mulheres daquele determinado contexto. Mulheres e operárias atravessadas pela sobreposição de um denso conjunto de verdades que, por longo tempo, justificou (ou ainda justifica?) práticas de exclusão e de submissão. Tal análise foi essencial por ilustrar que os sujeitos não se encontram inseridos em um conjunto bem determinado e estanque de relações de poder. Qualquer recorte provisório das relações de poder representa meramente um recurso analítico. E qualquer tentativa de delimitação rígida das fronteiras das relações de poder é frustrada logo de saída, pois jamais será possível delimitar de forma exata um campo relacional que é marcado justamente pelas tramas complexas e inantecipáveis de embates e relações em perpétuo movimento. Ou seja, o que se percebe são constelações de poder que atravessam de forma simultânea e sobreposta os diversos sujeitos e as diferentes posições que ocupam em sua

singularidade histórica. Operária, mulher, mãe, esposa, católica, para cada posição incidem diferentes enunciados, que se mesclam, se tensionam, se chocam ou se ocultam numa trama rizomática e indelimitável de desdobramentos. Em suma, analisar o poder a partir de um campo relacional de forças requer que se dissolvam as certezas, se suspendam os compromissos com as lógicas causais e se renuncie à pretensão de estabelecer seus limites. Analisar o poder é se deixar perder por seus meandros.

Outro deslocamento importante foi aquele realizado para a infância dos fundadores, cujos vestígios de seu processo de constituição denotam que tais sujeitos não devem ser precipitadamente reduzidos às silhuetas pálidas de estereótipos e modelos definidos *a priori*. Ao peregrinar pelo processo de constituição dos fundadores, busquei trazer à tona alguns dos regimes de verdades implicados em sua trajetória, evidenciando, por exemplo, que a questão da religiosidade, do trabalho e da disciplina estiveram desde muito cedo presentes em suas vidas. Não se trata, porém, de buscar uma justificação ou a redenção para os atos ou práticas destes sujeitos. O valor deste tipo de análise repousa em demonstrar que os *modelos universais de sujeito* devem ser suspensos ao se trabalhar com a perspectiva foucaultiana. Afinal, todo e qualquer modelo pretensamente universal de Homem representa uma via pobre para seu entendimento. Para serem forjados, tais modelos são obrigados a reduzir todos os sujeitos a um núcleo ou essência comum, fomentando arquétipos supra-históricos, que não passam de pálidas caricaturas e de serventia duvidosa. Ora, o que este percurso evidenciou foi a densa e inescapável historicidade dos sujeitos. É na história e pela história que os sujeitos se constituem por meio das práticas e dos enunciados que encontram à sua disposição ou lutam para obter, em seu tempo e contexto. Analisar a contingência das relações de poder requer que um *descentramento* da noção de sujeito, a fim de considerarmos os homens também em sua condição histórica, situada e singular.

Além disso, é primordial encarar o poder a partir das tramas discursivas que forma e que o extrapolam. Ao nos desvencilharmos de perspectivas dualistas, como a noção de “lutas de classes”, torna-se viável deixar de lado o maniqueísmo ostentado por clivagens como “opressores *versus* oprimidos”. Só assim é possível adentrarmos descalços e desguarnecidos de (pre)conceitos e certezas no campo efetivo das lutas dos sujeitos. Meu intuito não é esvaziar o valor do conceito de classes, muito menos desautorizar a crítica, mas justamente lançá-la no plano concreto e caótico dos sujeitos e de suas relações. Não se trata, pois, de contrapor o bem e o mal, mas de ir além de

ambos, encarando a desconcertante evidência de que os sujeitos escamoteiam-se uns aos outros em seus constantes embates e em sua trajetória agonística para se colocar no mundo. Amamos, odiamos, lutamos e sangramos por *verdades* que, evidentemente, não se deixam aprisionar apenas pelas molduras estanques de conceitos como o de classes. É a partir desse campo relacional de forças caótico e contingente que a crítica se torna ainda mais essencial. Crítica inadiável e que deve ser realizada sem sustentar linhas divisórias que me habilitem a indicar confortavelmente no outro a figura do culpado ou do adversário, mas que nos incite a refletir sobre alternativas a partir de nosso tempo e das tramas de nossas relações, que, de forma inexorável, nos revelam reciprocamente implicados em nossas relações de poder.

É preciso lembrar que a questão das resistências também foi depositária de atenção ao ressaltar recorrentemente que os sujeitos não foram simplesmente massacrados pelos dispositivos do poder. Diversas formas de resistências individuais ou coletivas puderam ser inventariadas, apesar da relativa escassez de seus registros. Homens, mulheres e crianças que, por meio de fugas, recusas, abandono de seus postos, quebra de maquinários, diminuição intencional do ritmo de trabalho ou, mesmo, sabotagens, resistiram. Mesmo diante da enorme influência e força política dos dirigentes, os sujeitos resistiram. Mesmo sem qualquer espaço para sua politização ou para se organizarem coletivamente, os operários resistiram. Mesmo acossados e politicamente perseguidos, eles se negaram e resistiram.

Esse último ponto nos remete à particular passagem histórica marcada pela constituição do novo município de Caetanópolis. O deslocamento realizado para a análise do processo de emancipação da vila operária não apenas reforçou a máxima de que todo exercício de poder gera resistência, como também atestou o caráter dinâmico das relações de poder. Afinal, esse acontecimento singular na trajetória da localidade reclamou nossa atenção justamente por retratar de forma ímpar os profundos rearranjos nas relações de poder que tiveram seu centro deslocado em decorrência do primeiro processo eleitoral, com reflexos dramáticos sobre o cotidiano da fábrica. A partir deste acontecimento, foi possível evidenciar as perturbações ocorridas no interior da fábrica, cujos imperativos de gestão passaram a competir com critérios políticos de recrutamento e dispensa de operários. Tal episódio ratifica a natureza inconstante das relações de poder, que não devem ser visualizadas como estruturas cristalizadas, mas como um quiasma complexo de relações que se expande, se desvanece, se transforma,

se subverte ou se perde ao sabor dos abalos e solavancos verificados na realidade social, no ritmo de sua lentidão modificável.

Finalmente, é válido apontar para o descortinamento dos enunciados manejados pelos sujeitos no plano dos macropoderes. A partir de um percurso ascendente, foi possível acessar novas dobras discursivas ao nos deslocarmos gradativamente do plano dos micropoderes até atingirmos a esfera dos macropoderes. Nesta dimensão, todo um novo repertório discursivo se fez necessário para que os sujeitos pudessem se enunciar legitimamente. Nestes interstícios, foi possível localizar fenômenos de coagulação e fortalecimento entre nexos discursivos que conservaram bases de significação semelhantes, como no caso do enunciado das *indústrias têxteis como engrenagens do progresso*, no século XIX, rearticulado na assertiva do *setor têxtil como alicerce econômico*, no século XXI. Mais do que similitudes, foi possível trabalhar as mudanças nas condições de existência e dos jogos de exterioridade que marcaram os regimes de verdades na esfera política. Também foi possível destacar algumas das estratégias discursivas operadas pelos sujeitos para fazerem reverberar seus enunciados nas altas instâncias do Estado. Dos micropoderes aos macropoderes, ficou claro que se enunciar, sem dúvidas, é um gesto custoso, cercado de condições e desencadeador de importantes efeitos.

A retomada de todo o percurso analítico supracitado elucida até que ponto o propósito deste estudo foi alcançado em termos lineares³⁴, mas julgo que ainda sequer fui capaz de responder à indagação inicialmente colocada – “Qual é a sua tese?”. Para me aproximar de tal desfecho, será necessário mais fôlego a fim de destrinchar quais são as implicações deste trabalho nas diferentes dimensões em que se insere. Ou seja, que deslocamentos produz no campo dos Estudos Organizacionais? Que caminhos abre ou multiplica em termos da analítica proposta? Que tipo de relação estabelece com o *saber* da Administração? Enfim, que *etceteras* acarreta, autoriza, prolifera ou interdita? Chegou a hora de suplantar suas margens e refletir sobre tudo aquilo que o faz transbordar...

Entendo que este trabalho se soma a todo um conjunto de iniciativas que buscam angariar bases de pensamento provenientes de outros campos do saber, como a

³⁴ Aqui, quando me refiro ao termo linear, quero designar o cumprimento das expectativas circunscritas ou limitadas pelo delineamento da pesquisa. Ou seja, me remeto ao conjunto de reflexões alcançadas que não extrapolaram as intenções inicialmente declaradas.

Sociologia, a Filosofia, a História ou a Psicanálise, e ancorá-las no campo dos Estudos Organizacionais. Tal exercício é primordial para se ampliar as possibilidades de se pensar os fenômenos organizacionais, abraçando a pluralidade que nosso campo de conhecimento reclama e desvencilhando-se da herança positivista consolidada pelo *mainstream* da Administração. Neste sentido, “*defendo a tese*” de que a perspectiva foucaultiana descortina alternativas promissoras para se pensar a realidade das organizações e de seus sujeitos, permitindo deslocamentos valiosos e pouco usuais. Defendo que o pensamento de Foucault nos auxilia a desconstruir premissas e “verdades”, a fim de apreender a questão do poder fora dos limites formais e hierárquicos das organizações, fazendo aflorar seu caráter relacional e contingente. Pensar o poder fora de seus grilhões tradicionais é acessar de maneira privilegiada a rica trama das relações e dos discursos que constituem as bases dos fenômenos sociais e, conseqüentemente, dos fenômenos organizacionais, levando em conta que estes representam nada mais que um recorte particular daqueles. Em suma, este estudo se conecta ao necessário esforço de *produzir possibilidades*.

Para acessar a trajetória dos sujeitos e suas relações de poder, foi necessário assumir o risco de trabalhar com as moveáveis noções de discurso sustentadas por Foucault. Risco que esbarrou na tentativa de driblar seu suposto teor estruturalista. Tentativa de torção e amarração, sem que fossem desvirtuadas as bases de pensamento do autor. Tentativa, digna de um equilibrista, de buscar caminhar de enunciados a saberes, de saberes a enunciados, sem sucumbir a lógicas causais e sem ceder a apelos reducionistas. Enfim, tentativa formidável de *desexplicar*, *desnaturalizar* e *descentrar* discursos e sujeitos. Mais do que simplesmente transitar pelo pensamento do autor, foi necessário tomar de empréstimo elementos e instrumentos presentes nos escritos foucaultianos para construir *artesanamente* uma via pertinente de análise. É diante deste exercício que “*defendo e insisto na tese*” de que o investigador social deve ocupar um papel central no desenvolvimento de sua investigação, assumindo a responsabilidade de construir seus próprios instrumentos. É necessário tomar as rédeas da investigação, enveredando pelo caminho que melhor se adequa ao problema de pesquisa assumido. A função de qualquer instrumento metodológico é auxiliar o investigador a atravessar a realidade em que se lançou. Ora, nesse processo é o intelecto do investigador que deve se sobressair aos meios adotados, e nunca o oposto. É necessário lidar com os métodos a partir de uma postura de oportunismo e desconfiança,

apoderando-se dos elementos que se mostrarem de alguma serventia e suspeitando de qualquer rótulo que remeta ao seu “valor derradeiro”. Enfim, é fundamental que os instrumentos ou métodos das ciências sociais não sejam assumidos meramente como uma estratégia para que o pesquisador legitime seu próprio discurso em meio aos imperativos do “metodologismo”, “cientificismo” ou “academicismo” imposto por seus pares.

E qual é o valor da *analítica bastarda* aqui proposta? Como já dito, ela constituiu uma tentativa. Uma tentativa árdua e necessária de elaborar uma analítica de inspiração foucaultiana deslocada e orientada para o plano dos sujeitos e de seus enunciados. A partir dela, foi possível cunhar um misto de cajado e astrolábio, que me ajudou a melhor tropeçar pelo caminho trilhado. Foi graças a esse instrumento, intencionalmente torto e inacabado, que pude me dedicar ao exercício quase insensato de desconstruir e remanejar um quebra-cabeças cujas peças remanescentes encontram-se desgastadas e deformadas. Peças que insistem em construir uma paisagem fragmentada e dispersa por excelência, muito aquém do que inicialmente prometiam. Este talvez seja o mérito e a contribuição quimérica desta analítica: trazer para o debate não a possibilidade palpável de operar com discursos e enunciados em busca da decifração de uma suposta ordem recôndita, mas, ao contrário, transluzir justamente o caos que impera e se assenta entre sujeitos em luta constante, sujeitos que se conformam, transformam e reinvestem práticas e discursos na construção sempre instável e provisória de suas relações de poder. Ainda é necessário lembrar que tal analítica encontra-se aberta a todos os ventos e a todos os espíritos que possam reinvesti-la, remanejá-la, ressignificá-la e, de novo, colocá-la em movimento. Afinal, ela nasceu justamente para ser errante e libertina.

No tocante à subjetividade que se impregnou a este trabalho, sobejando aqui e ali certa dose de lirismo, espero esta seja colocada como seu traço distintivo, como testemunho de sua singularidade. Espero que este estudo não seja replicável, que as interpretações e verdades aqui erigidas sejam tomadas na estreiteza de sua precariedade, que quaisquer pretensas contribuições se traduzam não pelo que se disse, mas, justamente, por tudo que não dei conta de dizer, por tudo que não foi possível extrair coerentemente do caos. E é esta demonstração que se torna especialmente admirável e necessária: passar a olhar a realidade social não como um conjunto coeso e naturalizado, mas como um fluxo caótico de relações e sujeitos, uma trama não racionalizável e não

prontamente compreensível, marcada pelo poder e pela desordem. O que busquei aqui registrar é um apelo ao trágico encanto de desnaturalizarmos antes de olhar. Talvez, um convite ao devaneio. É *mister* que abracemos o caos.

E o que dizer do campo da Administração? Ou, mesmo, da administração enquanto prática e atividade central de nosso tempo? A necessidade de organizar a vida produtiva e social é um ato apontado como inerente a qualquer agrupamento humano (MARX, 1989). São diversos os autores que sustentam assertivas indicando que a Administração se tornou uma *metalinguagem* (GAULEJAC, 2007), isto é, que nossa contemporaneidade estaria impregnada pela ideia de que tudo é passível de ser gerido: as empresas, o tempo, os corpos, a família, a saúde, o Estado, etc. Se tal assertiva corresponde à realidade, mais do que nunca, é necessário pensar a gestão fora de seus limites habituais, levando à problematização de seus fundamentos, com o intuito de desatrelar sua prática, pesquisa e ensino de uma visão meramente instrumental. A importância dessa discussão não se assenta somente na proposta de trazer bases epistemológicas mais “sólidas” para a produção acadêmica em nossa área. O que deve ser seriamente considerado são as consequências políticas e sociais decorrentes da visão instrumental que prevalece no campo da Administração. Evidentemente, diversos estudiosos já assumiram para si essa responsabilidade fundamental de produzir novos caminhos. Basta citar os estudos seminais de Alberto Guerreiro Ramos (1981; 1983), Fernando Prestes Motta (1981) ou Maurício Tratenberg (1974; 1980), que denunciaram o caráter ideológico da gestão e as consequências de sua racionalidade instrumental, buscando construir alternativas à visão hegemônica da Administração. Contemporaneamente, é válido assinalar o empenho de estudiosos como Paes de Paula (2012), que, ancorada em uma perspectiva freudo-frankfurtiana, possibilita o descortinar de novas formas para se pensar os indivíduos e suas possibilidades de transformação. Ou, ainda, autores como Faria (2013), que além de estudar a problemática do poder também apresenta possibilidades de se pensar a gestão a partir de contribuições da Teoria Crítica.

Neste sentido, “*defendo a tese*” de que o pensamento foucaultiano também autoriza a abertura de novas vias de reflexão. Em especial, tal perspectiva nos habilita a enxergar e a problematizar quais são os efeitos de *saber* e *poder* gerados pelo discurso da Administração. As críticas comumente direcionadas à perspectiva funcionalista, apesar de coerentes, nem sempre levam em conta os desdobramentos efetivos de tais

regimes de verdade sobre a realidade social. Ou seja, independente de quão esquemática, rasa ou pueril a perspectiva funcionalista possa ser, ela gera e consubstancia um *saber* aceito e legitimado como neutro e verdadeiro, alimentando uma visão míope e estreita desta prática vital para que os indivíduos se organizem socialmente. No plano das pesquisas, os regimes de verdade sustentados pelo *saber* da Administração excluem como *exceção estatística* ou desqualificam como *anormal* qualquer elemento ou relação que não se enquadre nos fenômenos aceitos como “naturais”, “úteis” ou “verdadeiros” em relação aos parâmetros instrumentais adotados nas organizações. Assim, é possível ocultar o caráter ideológico da gestão e reificar um modelo de organização que maquinalmente exclui a voz do outro ou que enxerga as inerentes relações de poder como perturbações que devem ser extirpadas “pelo bem da empresa”. Senhores, este é o pensamento que continuamente tem sido replicado, reproduzido e repassado em grande parte das disciplinas, que genericamente podemos aqui designar sob o termo *Gestão*, espalhadas pelos mais variados cursos de ensino em nosso País. Assim, formamos e legitimamos o discurso de indivíduos que tomarão para si a responsabilidade de “gerir” hospitais, escolas, creches, asilos e todos os demais tipos de organizações sociais, muitas vezes, sob uma lógica instrumental similar àquela utilizada nas grandes corporações. E o que dizer dos efeitos desta lógica sobre os sujeitos que se tornam alvos de suas técnicas?

É provável que as jornadas e as condições de trabalho retratadas na análise das fábricas de tecido do final do século XIX nos pareçam por demais estafantes ou francamente desumanas. Sem dúvidas, a aspereza que marcou a vida desses indivíduos é inquestionável. Contudo, ao menos em parte, essa percepção talvez se deva ao estranhamento que experimentamos ao mirar uma realidade temporalmente distante de nosso tempo e que nos separa de tais sujeitos. Porém, não posso deixar de pensar que práticas tão ou mais severas e extenuantes ainda persistem em nosso contexto organizacional contemporâneo, travestidas em enunciados que gotejam o verniz do discurso da humanização do trabalho. Diversas condições de trabalho tão ou mais perversas ainda recaem sobre sujeitos que cometeram o imperdoável erro de nascerem pobres. Se tais abusos não se mostram tão aparentes para a maioria dos administradores, é sinal de que nossas caras teorias da Administração têm cumprido de forma brilhante sua função: a de nos convencer da neutralidade e utilidade de suas técnicas, através de seus insípidos manuais e inspiradores “*cases* de sucesso”. Justamente na medida em que

tenta se desvencilhar de seu inegável viés ideológico, oculta suas contradições e desqualifica qualquer movimento de contestação como “meras disfunções organizacionais” ou “ilegítimos levantes”. Se a presente discussão porventura houver contribuído para se pensar em todo o universo de miudezas abafadas, dramas microscópicos e detalhes “estatisticamente desprezíveis”, este estudo cumpriu o seu intuito. Se fui capaz de lançar luz sobre as verdades que marcaram a existência de sujeitos que representam uma lacuna nos manuais de Administração (cujo silêncio é necessário para manter incólume a neutralidade dessa ciência), penso que caminhei mais um passo. Se fui capaz de indicar, ainda que de maneira lacunar e fragmentada, que toda essa discussão trata de sujeitos, que sempre tratou de sujeitos, da ação do homem sobre o homem – de forma *demasiadamente humana* –, e que urge construirmos alternativas a partir de nossa historicidade, penso que este estudo não apenas cumpriu, mas, de fato, ultrapassou seu objetivo.

Essa reflexão me leva a outra grande contribuição oriunda da perspectiva foucaultiana: a *desauratização* da verdade. A herança nietzschiana que permeia toda a obra de Foucault nos conduz à crítica da verdade, a partir da problematização de sua condição histórica e, portanto, precária. Muito do que tomamos em nossa sociedade por *verdade* (verdades sociais, verdades morais, verdades existenciais, *verdades científicas e, por que não, verdades da gestão*) possui nome, sobrenome e até certidão de nascimento. Ou seja, ao encararmos tais verdades a partir de uma perspectiva genealógica, cai por terra o embuste que buscava ancorá-las em qualquer origem transcendental ou atemporal. Seu caráter histórico e situado é um lembrete de que tais verdades não foram construídas e mantidas ao acaso, mas que se ligam a todo um conjunto de efeitos de poder. E da mesma forma que foram criadas, podem ser combatidas e desbaratadas. É a partir desta convicção que “*defendo a tese*” de que a *crítica da verdade* constitui um passo elementar para a desconstrução de diversas “morais caducas” que ainda nos assolam, como também das teorias hegemônicas da gestão, em particular. Entendo que esse caminho pode fomentar um movimento de crítica que não se limite apenas a atacar e indicar no outro o problema, o obstáculo ou o inimigo. Afinal, como já dito, *todos estão implicados*. O importante é dar conta de uma crítica que, ao partir de outras bases, seja capaz de construir propostas de ação, de resistência e de transformação. Entretanto, tais propostas devem refutar a construção de “novas verdades”, trabalhando com a natureza contingencial e precária de qualquer

alternativa erigida. Em outras palavras, as possibilidades devem ser pensadas a partir dos problemas de nosso tempo, estando ininterruptamente abertas ao debate, à contestação e à ressignificação. Após banirmos as “Verdades irrefutáveis”, não devemos permitir que outras sejam entronizadas.

No tocante aos sujeitos, suspender a aura intocável das *verdades* é mostrar o quanto elas são frágeis e vulneráveis. Colocar as verdades em xeque é conceder aos sujeitos a liberdade necessária para que sejam gerados e legitimados movimentos de contestação, frentes de luta, *contra-discursos* e *contra-efeitos*. É a partir deste exercício que podemos nos permitir trilhar novos caminhos, ou andar pelos mesmos caminhos de forma diferente ou, mesmo, quem sabe, o direito de não trilhar caminho (teleológico) algum. Afinal, como bem dizia Sartre, “quando, alguma vez, a liberdade irrompe numa alma humana, os deuses deixam de poder seja o que for contra esse homem”.

Finalmente, quero assinalar as implicações deste estudo em uma última e essencial dimensão: a do sujeito investigador. Não há dúvidas de que este trabalho por si só representa uma condição *sine qua non* colocada a todos que busquem *se enunciar* como pesquisador ou acadêmico, ou seja, que busquem falar e serem ouvidos a partir de um recorte muito específico do saber. Não nego, muito menos desmereço, esse percurso e seus inseparáveis rituais de verdade. Não é sem esforço que busquei até aqui cumprir as suas condições. Entretanto, o que gostaria de registrar é o papel essencial que este estudo – e o intervalo de quatro anos que o comporta – representou para a minha formação enquanto pesquisador e sujeito, indicando caminhos e descaminhos na trajetória que se abre. Pois, muito mais do que o desfecho de um trajeto, enxergo os contornos de novas portas e o luzir de um novo conjunto de escolhas logo à frente. Em suma, a partir de todo este exercício pude ressignificar para mim mesmo qual é a atividade do pesquisador e quais são as implicações do ato de lecionar. O estudo contido nestas linhas é o que me extravasa e o que me salva. Afinal, para que *serviu* esta tese? No fim das contas, ela é minha salvação, minha alforria e meu ponto de partida. Quem sabe o que trarão as novas portas que se anunciam? A possibilidade de atravessá-las, contorná-las ou derrubá-las? Quem sabe, um dia, a possibilidade de sequer necessitar delas... *Travessia...*

Referências

ADAIR-TOTTEFF, C. Protestant ethics and the spirit of politics: Weber on conscience, conviction and conflict. *History of the Human Sciences*, February 2011; vol. 24, 1: pp. 19-35., first published on January 21, 2011.

AHONEN, P.; TIENARI, J.; MERILÄINEN, S.; PULLEN, A. Hidden contexts and invisible power relations: A Foucauldian reading of diversity research. *Human Relations*. vol. 67, 3: pp. 263-286. March, 2014.

AILON, G. What Be Would Otherwise Do: A Critique of Conceptualizations of 'Power' in Organizational Theory. *Organization*, November 2006; vol. 13, 6: pp. 771-800.

ALBERTI, V. *História oral – a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1990.

ALCADIPANI, Rafael. Dinâmica de Poder nas Organizações: A Contribuição da Governamentalidade. *Comportamento Organizacional e Gestão*, v. 14, p. 97-144, 2008.

ALCADIPANI, Rafael. *Michel Foucault, poder e análise das organizações*. São Paulo: FGV, 2002. Dissertação de Mestrado.

ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada: Colégio do Caraça*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ARANGO, L. Família, trabajo e identidad de género. Analogias y contrastes entre dos categorías socioprofesionales en América Latina. In: ABRAMO, L.; ABREU, A. *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo, Rio de Janeiro, ALAST, 1998. (Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho).

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

AVELINO, F.; ROTMANS, J. Power in Transition: An Interdisciplinary Framework to Study Power in Relation to Structural Change. *European Journal of Social Theory*, November 2009; vol. 12, 4: pp. 543-569.

BARDON, Thibaut; JOSSERAND, Emmanuel. A Nietzschean reading of Foucauldian thinking: constructing a project of the self within an ontology of becoming. *Organization*, vol. 18, 4: pp. 497-515, July, 2011.

BARROS, Manoel de. *Poemas Rupestres*. RJ: Record, 2007.

_____. *Ensaaios Fotográficos*. RJ: Record, 2000.

_____. *Exercício de ser criança*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1999.

_____. Livro sobre nada. 3. ed. - Rio de Janeiro: Record, 1997. 85 p.

BERGER e LUCKMANN. *A construção social da realidade*. Petrópolis. Vozes, 1985.

BITTENCOURT, Luciana Aguiar. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: BIANCO, B. F.; MOREIRA LEITE, M. L. (orgs.). *Desafios da Imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Papirus: São Paulo, 2006.

BITTENCOURT NETO, Epaminondas. *Sistemas de influência e poder nas organizações: um estudo de caso na Mannesmann*. Minas Gerais: Cepead, 2005 (Dissertação de Mestrado).

BORGES, Jorge Luis. Elogio da Sombra. In: *Jorge Luis Borges - Obras Completas*, vol. II. São Paulo: Globo, 1999.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. T. A. Queiroz: São Paulo, 1983.

BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. Doença Holandesa e Desindustrialização. *Valor Econômico*, 25 de novembro, 2009.

BRETAS, Marcos Luiz . A guerra das ruas : povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Arquivo nacional, 1997.

BRUNI, José Carlos. *Foucault: o silêncio dos sujeitos*. Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 1(1): 199-207, 1. Sem. 1989.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 6, n.1, p. 1-23, jan./jun., 1989.

BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organization analysis*. London: Routledge, 1979.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu* (11) 1998: pp.11-42.

BUTLER, Nick; DUNNE; Stephen. Duelling with dualisms: Descartes, Foucault and the history of organizational limits. *Management & Organizational History*, vol. 7, 1: pp. 31-44. February, 2012.

CANDIOTTO, Cesar. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CASTRO, Fabíola Fabiana Braga. Arduíno Bolívar: a trajetória de um intelectual tradicional na cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica. *Dissertação de Mestrado*, 2007.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; SOUZA, Eloisio Moulin; AGUIAR, A. R. C. Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. *RAC. Revista de Administração Contemporânea* (Online), v. 18, p. 78-95, 2014.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; DINIZ, Ana Paula; SOUZA, Eloisio Moulin; MENEZES, R. S. S. Gender and Work: Representations of Femininities and Masculinities in the View of Women Brazilian Executives. *BAR. Brazilian Administration Review*, v. 10, p. 281-303, 2013.

CAVALCANTI, M. F. R.; ALCADIPANI, R. Em Defesa de uma Crítica Organizacional Pós-Estruturalista: Recuperando o Pragmatismo Foucaultiano-Deluziano. *Revista ANGRAD*, v. 12, p. 577-603, 2011.

CLEGG, S. *Frameworks of Power*. London: Sage, 1989a.

_____. Radical Revisions: Power, Discipline and Organizations. *Organization Studies*, January 1989b; vol. 10, 1: pp. 97-115.

_____. Weber and Foucault: social theory for the study of organization. *Organization*, July 1994, pp. 149-178.

COOK, Deborah. Adorno, Foucault and Critique. *Philosophy & Social Criticism*. Vol. 39, pp. 965-981, December, 2013.

COSTAS, Jana; GREY, Christopher. The Temporality of Power and the Power of Temporality: Imaginary Future Selves in Professional Service Firms. *Organization Studies*, January, 2014.

COURPASSON, D. Managerial Strategies of Domination: Power in Soft Bureaucracies. *Organization Studies*, January 2000; vol. 21, 1: pp. 141-161.

COURPASSON, D.; CLEGG, S. Dissolving the Iron Cages? Tocqueville, Michels, Bureaucracy and the Perpetuation of Elite Power. *Organization*, May 2006; vol. 13, 3: pp. 319-343.

CROZIER, M. *O fenômeno burocrático: ensaio sobre as tendências burocráticas dos sistemas de organização modernos e suas relações na França, com o sistema social e cultural*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. *El actor y el sistema: las restricciones de la acción colectiva*. México: Alianza Editorial Mexicana, 1990.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. *Cadernos do PPGAS*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1974.

_____. *Carnavais, malandros e heróis*. 3ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DAUDI, P. *Power in the organization: the discourse of power in managerial praxis*. New York: Basil Blackwell, 1986.

DAVEL, E.; COLBARI, A. *Pesquisas sobre Organizações Familiares: Instigações e Contribuições*. In: XXVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, ENANPAD XXVII, 2003, Atibaia/SP. *Anais...* Rio de Janeiro: ENANPAD, 2003.

DEAN, M. Power at the heart of the present: Exception, risk and sovereignty. *European Journal of Cultural Studies*, November 2010; vol. 13, 4: pp. 459-475.

ETZIONI, Amitai. *Análise comparativa de organizações complexas: sobre o poder, o engajamento e seus correlatos*. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: Ed. Univ. S. Paulo, 1974.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

FAIRCLOUGH, N. *Media Discourse*. London: Edward Arnold, 1995.

FARIA, J. H. de ; MARANHÃO, C. M. S. A. ; MENEGHETTI, Francis K. Reflexões Epistemológicas para a Pesquisa em Administração: Contribuições de Theodor W. Adorno. *RAC. Revista de Administração Contemporânea* (Online), v. 17, p. 642-660, 2013.

FARIA, José Henrique. *Economia política do poder: fundamentos*. V.1. Curitiba: Juruá, 2004.

_____. *Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração*. V.2. Curitiba: Juruá, 2004.

_____. *Economia política do poder: as práticas do controle nas organizações*. V.1. Curitiba: Juruá, 2004.

_____. Poder e Relações de Poder nas Organizações. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. *Organizações, Instituições e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

FARIA, A. A. M. LINHARES, P. T. F. S. O preço da passagem no discurso de uma empresa de ônibus. In: MACHADO, I. L. (Org.). *Análises de discursos: sedução e persuasão* (Caderno de Pesquisa n.º 13, v. 10.). Belo Horizonte: NAPq FALE/UFMG, 1993, p.32-38.

FEIJÓ, C.A; CARVALHO, P.G; ALMEIDA, J.S.G. *Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?* São Paulo: IEDI, Novembro, 2005.

FERREIRA GULLAR. *Em alguma parte alguma*. São Paulo: José Olympio, 2010.

- _____. *Poema Sujo*. 6. ed. São Paulo: José Olympio, [1975], 1995.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em Educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, nov., 2001. p. 197-223.
- FISCHER, B. T. D. Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais. In: *Memoria, conocimiento y utopia*. Anuário de la Sociedad Mexicana de Historia de la Educación, n.1, Jan. 2004 - Mai. 2005.
- FLEMING, P.; SPICER, A. Beyond Power and Resistance: New Approaches to Organizational Politics. *Management Communication Quarterly*, February 2008; vol. 21, 3: pp. 301-309.
- FONSECA, M. *Foucault e o Direito*. São Paulo: USP, 2001. Tese de Doutorado.
- FOUCAULT, Michel; DEFERT, Daniel; EWALD, Francois; LANGRANGE, Jacques. *Dits et écrits: 1954-1988*. Paris: Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1966.
- _____. Structuralism and post-structuralism: an interview with Michel Foucault. *Telos*, n.55, p.195-211, 1983.
- _____. *Vigiar e Punir*. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. *Microfísica do Poder*. 10 ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- _____. Verdade e subjetividade. *Revista de Comunicação e linguagem*. nº 19. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 203-223.
- _____. O Sujeito e o Poder. in: RABINOW, P. e DREYFUS, H. *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para Além do Estruturalismo e a Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. 2ª Rio de Janeiro: NAU Editora, 1999.
- _____. *Por uma Vida Não Fascista*. Org. Coletânea Sabotagem, 2004.
- _____. *História da loucura na idade clássica*. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005 [1961], 551 p.

_____. *A Arqueologia do Saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Segurança, Território e População*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GAJDUSCHEK, G. Bureaucracy: Is It Efficient? Is It Not? Is That The Question?: Uncertainty Reduction: An Ignored Element of Bureaucratic Rationality. *Administration & Society*, January 2003; vol. 34, 6: pp. 700-723.

GALBRAITH, J. K. *Anatomia do poder*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

GALEANO, Eduardo. “El Viaje”. Mini Letras/ H KlicZKOWSKI, primera edición: septiembre de 2006., p. 21.

GARCIA MARQUEZ, Gabriel. *O amor nos tempos do cólera*. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GARRIDO, Joan del Alcàzar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, pp. 33-54, set 1992/ago.1993.

GAULEJAC, Vincent de. Crítica dos fundamentos da ideologia de gestão. IN: CHANLAT, J-F., FACHIN, R., & FISCHER, T., *Análise das organizações: Perspectivas latinas* (Vols. 1). Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS. Cap. 15 - p. 413-436, 2007.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, convento e disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

GONZÁLEZ REY, F. *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. Editora Thomson. São Paulo, 2005.

GUERREIRO RAMOS, A. *A nova ciência das organizações – uma reconceituação da riqueza das nações*. São Paulo: FGV, 1981.

_____. *Administração e Contexto Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

GREENWOOD, R.; LAWRENCE, T.B. The Iron Cage in the Information Age: The Legacy and Relevance of Max Weber for Organization Studies. Editorial. *Organization Studies*, April 2005; vol. 26, 4: pp. 493-499.

HAMMERSLEY, Martyn; TRAIANO, Anna. Foucault and Research Ethics: On the Autonomy of the Researcher. *Qualitative Inquiry*. Vol. 20, 3: pp. 227-238. March, 2014.

HARDY, C.; CLEGG, S. Some dare call it power. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Eds.). *Handbook of Organization Studies*. London: Sage, 1996. p.622-641.

- HATCHUEL, A. The Foucaultian Detour: a rebirth of Organization Theory? *Human Relations*. vol. 52, no. 04, 1999.
- HEISKALA, R. Theorizing power: Weber, Parsons, Foucault and neostructuralism. *Social Science Information*, June 2001; vol. 40, 2: pp. 241-264
- HOBSON, J. M.; SEABROOKE, L. Reimagining Weber: Constructing International Society and the Social Balance of Power. *European Journal of International Relations*, June 2001; vol. 7, 2: pp. 239-274.
- IGGERS, Georg G. *Historiography in the Twentieth Century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Hanover, University Press of New England, 1997.
- JORGE, Higor Vinicius Nogueira. Vadiagem e Mendicância. Higor Jorge, Santa Fé do Sul, *Jornal Regional de Santa Fé do Sul – SP*, 14 de maio de 2004.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Imagem e narrativa ou, existe um discurso da imagem? *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, UFRGS, IFCH, PPGAS. Ano 5, n.12, p. 59-68, dez.1999.
- LASH, S. Power after Hegemony: Cultural Studies in Mutation? *Theory, Culture & Society*, May 2007; vol. 24, 3: pp. 55-78.
- LIMA, Junia de Souza. De meninas fiandeiras a mulheres operárias: a inserção da mão-de-obra feminina na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (1872 –1930). Dissertação (Mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2009.
- LINSTEAD, Stephen; MARÉCHAL, Garance; GRIFFIN, Ricky. Theorizing and Researching the Dark Side of Organization. *Organization Studies*, Vol. 35, 2: pp. 165-188, February, 2014.
- LOPES, F. T.; CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. Relações entre poder e subjetividade em uma organização familiar. *Organizações & Sociedade* (Impresso), v. 20, p. 225-238, 2013.
- LOUNSBURY, M.; CARBERRY, E. From King to Court Jester? Weber's Fall from Grace in Organizational Theory. *Organization Studies*, April 2005; vol. 26, 4: pp. 501-525.
- MACHADO, R. Por uma Genealogia do Poder. IN: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- MAIA, A. Sobre a Analítica do Poder de Foucault. *Tempo Social*. vol. 6. no. 1-2, 1995.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1970. V. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MASCARENHAS, Leonardo Balbino. *Entre vagabundear por aí e embutir o insólito no café da manhã eu fico com o almoço (que eu mesmo esquentei): o que fazem estes dois pontos no meio do título?* Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

MASCARENHAS, Geraldo Magalhães. *Centenário da Fábrica do Cedro: histórico 1872-1972*. Minas Gerais: Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (Edição particular), 1972.

MASCARENHAS, Nelson Lage. *Bernardo Mascarenhas: o surto industrial em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Aurora LTDA, 1954.

MCKINLAY, Alan; WILSON, James. "All they lose is the scream": Foucault, Ford and mass production. *Management & Organizational History*; vol. 7, 1: pp. 45-60. February, 2012.

MCKINLAY, Alan; CARTER, Chris; PEZET, Eric. Governmentality, power and organization. *Management & Organizational History*, vol. 7, 1: pp. 3-15, February, 2012.

MCKINLAY, A.; STARKEY, K. *Foucault, Management and Organization Theory*. London: Sage, 1998.

MENDES, Bruno de Araújo. *O Outro Lado de Cá: histórias e memórias de Cachoeira da Prata*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Dissertação de Mestrado, 2008.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MINTZBERG, H. *Power in and around organizations*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1983.

MISOCZKY, M. C. Poder e institucionalismo: uma reflexão crítica sobre as possibilidades de interação paradigmática. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. *Organizações, Instituições e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MORAES, Â. T. O discurso em Foucault: noções para uma prática jornalística. Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, XII. *Anais...* Goiânia, 2010.

MORAES, Maria Quartim de. *Família e Feminismo*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (37): 44-51, Maio, 1981.

NASSIF, A. Há Evidências de Desindustrialização no Brasil? *Revista de Economia Política*, Vol. 28, N.1., 2008.

NERUDA, Pablo. *Últimos Poemas*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007 [1973].

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Além do bem e do mal, ou, Prelúdio de uma filosofia do futuro*. São Paulo: Hemus, 2004.

_____. *Genealogía de la moral*. [Madrid]: M. E. Editores, 1994.

_____. *Vontade de potência*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1986.

NOTO, Carolina de Souza. *A ontologia do sujeito em Michel Foucault*. Dissertação de Mestrado em Filosofia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010.

ORTEGA, F. *Amizade e Estética da Existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

PAES DE PAULA, Ana Paula. *Repensando os estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistemológicas e a abordagem freudo-frankfurtiana*. Tese (Titular) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

_____. *Teoria Crítica nas organizações*. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

PAGÈS, Max. *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas, 1987.

PARSONS, Talcott. *The social system*. Glencoe: Free Press, 1951.

_____. *Sociological theory and modern society*. New York: The Free Press; London: Collier-MacMillan, 1967.

PEREIRA, R. D.; OLIVEIRA, J. L.; CARRIERI, A. P. O Poder, a Analítica Foucaultiana e Possíveis (Des)Caminhos: uma reflexão sobre as relações de poder em organizações familiares. *Gestão.Org*, v. 10, p. 623-652, 2012.

PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença – uma introdução*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PFEFFER, J. *Power in Organizations*. Pitman Books: London, 1981.

PORTOCARRERO, V.; BRANCO, C. *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2000.

PHILLIPS, N.; DOMENICO, M. L. D. Discourse Analysis in Organizational Research: Methods and debates. *The Sage Handbook of Organizational Research Methods*, Londres: Sage, 2009. p. 549-565.

PIMENTEL, T.D. *A espacialidade na construção de identidade*. Dissertação (mestrado em administração) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PRESTES MOTTA, Fernando C. O Poder Disciplinar nas Organizações Formais. *Revista de Administração de Empresas*: Rio de Janeiro. vol. 21, no. 4, 1981.

_____. *Burocracia e Autogestão*. A proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Controle social nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, jul./set., 1979; p. 11-25.

PRIORE, Mary Del. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

RABINOW, P. e DREYFUS, H. *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para Além do Estruturalismo e a Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

RANDALL, Julian; MUNRO, Iain. Foucault's Care of the Self: A Case from Mental Health Work. *Organization Studies*, vol. 35, March, 2010.

RIBEIRO, Carlos Eduardo. *Foucault: uma arqueologia política dos saberes*. Tese de Doutorado em Filosofia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

RIBEIRO, Maria Helena. *Fazenda da Ponte*. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1968.

RIMBAUD, Arthur. *Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1954.

RUIZ, Castor Bartolomé. *Os paradoxos do imaginário*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

SALLES, Joaquim de. *Se não me falha a memória*. São Paulo: Instituto Moreira Salles: Ed. Giordano, 1993.

SANTO, A. F. E; PAULA, J. A.; PEREIRA, O. A. V. Percepção de Trabalhadores de uma Indústria Têxtil sobre os Riscos de seu Ambiente de Trabalho. *Revista Enfermagem Integrada* – Ipatinga: Unileste-MG. Vol.2, nº.1; Jul./Ago. 2009.

SEARLE, John. Uma taxinomia dos atos ilocucionários. In: *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala*. 2 ed. São Paulo : Martins Fontes, 2002. pp. 01-50.

SEGNINI, L. *Bradesco: A liturgia do poder*. São Paulo: EDUC, 1986.

- SILVA, Jair. *Buena-dicha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1934.
- SKINNER, Diane. Foucault, Subjectivity and Ethics: towards a self-forming subject. *Organization*. Vol.20, pp. 904-923, November, 2013.
- SOUZA, Eloisio Moulin; PETINELLI-SOUZA, S.; SILVA, A. R. L. O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: da busca pela emancipação à constituição do sujeito. *RAC. Revista de Administração Contemporânea* (Online), v. 17, p. 198-217, 2013.
- SOUZA, Eloisio Moulin; MACHADO, Leila Domingues ; BIANCO, Mônica de Fátima. O Homem e o Pós-Estruturalismo Foucaultiano: Implicações nos Estudos Organizacionais. *O&S. Organizações & Sociedade*, v. 15, p. 71-86, 2008.
- SOUZA, Eloisio Moulin; DOMINGUES, Leila; BIANCO, Mônica de Fátima; SOUZA, Robson Carlos de. Análise Genealógica: o estudo do poder nas empresas sob uma visão foucaultiana. *Revista Aulas (UNICAMP)*, São Paulo, v. 03, p. 1-15, 2007.
- SOUZA, E. M.; BIANCO, M. de F.; MACHADO, L. D. *Análises Sobre Poder: Comparativo entre a Perspectiva Foucaultiana e a Funcionalista*. Anais do XXX Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, Salvador: ANPAD, 2006.
- STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- TAMM, Paulo. *Uma Dinastia de Tecelões*. Minas Gerais: Edição Particular, 1960.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Moraes, 1980.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo, Ática, 1974.
- VAZ, Alisson Mascarenhas. *Cia. Cedro e Cachoeira: história de uma empresa familiar 1883-1987*. Minas Gerais: Ed. Formato, 1990.
- VAZ, Alisson Mascarenhas. *Bernardo Mascarenhas: desarrumando o arrumado – um homen de negócios do século XIX*. Minas Gerais: O Lutador, 2005.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: *Individualismo e Cultura - Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1998.
- VILLELA, André. Política tarifária no II Reinado: evolução e impactos, 1850-1889. *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte, v.15 (1), p.35-68, janeiro-abril, 2005.

WALTON, E. J. The Persistence of Bureaucracy: A Meta-analysis of Weber's Model of Bureaucratic Control. *Organization Studies*, April 2005; vol. 26, 4: pp. 569-600.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB, 2000, 2009 (reimpressão), 464 p.

WEID, Elisabeth Von der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O Fio da Meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil*. Rio de Janeiro: FCRB-CNI, 1986.

WOOD Jr., T.; PAES DE PAULA, A. P. Pop-management: contos de paixão, lucro e poder. *Organizações & Sociedade*, v.9, n.29, p.39-51, maio/ago. 2002.

APÊNDICE A

Fontes Consultadas do Acervo do Museu

1. Cartas e Correspondências

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1878 a 1880

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira –1880 a 1883

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira –1880 a 1881

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira –1881 a 1882

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1884 a 1886

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1886 a 1887

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1887

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1889 a 1890

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira –1890

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1891a 1892

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira –1892

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1892 a 1893

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1892a 1894

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1893 a 1894

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1894

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1894 a 1895

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1895 a 1896

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1896a 1897

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1899 a 1900

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1899 a 1900

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1900 a 1901

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira –1901

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1902

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1904

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1905

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1906

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1907

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1909

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1921 a 1924

Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1928
Copiador de cartas da Fábrica da Cachoeira – 1930 a 1931
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1872 a 1879
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1879 a 1881
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1881 a 1883
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1882 a 1883
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1885 a 1887
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1888 a 1889
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1889 a 1890
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1890
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1890 a 1891
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1891 a 1892
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1892 a 1893
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1893 a 1894
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1894
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1894 a 1895
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1895 a 1896
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1896 a 1897
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1897 a 1898
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1898
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1898 a 1900
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1900 a 1901
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1901
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1901 a 1902
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1903
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1903 a 1904
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1907 a 1908
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1915 a 1916
Copiador de cartas da Fábrica do Cedro – 1928 a 1932
Copiador de Cartas de Francisco Mascarenhas – 1878 a 1887
Copiador de cartas Antônio Cândido Mascarenhas – 1869 a 1872
Copiador do Escritório Central de 1912-1913
Copiador de cartas do Escritório Central – 1921 a 1922
Copiador de cartas do Escritório Central – 1922 a 1924

Copiador de cartas do Escritório Central – 1926 a 1929

Correspondências recebidas de 1886 a 1930 – Caixas Box de 01 a 106

2. Relatórios e balanços da Administração

Relatórios – CCC - Pasta de relatórios de 1884 a 1903

Relatórios e balanços da Fábrica de São Vicente – caixa Box nº 192

Relatórios e balanços da Fábrica da Cachoeira – Caixa Box nº 216

Relatórios e balanços da Fábrica do Cedro – Caixas Box nº 204 e 218

3. Regulamentos e Estatutos

Regulamento para Operários da Fábrica do Cedro de 1872

Regulamento interno dos banheiros de vitalidade da Fábrica do Cedro

Conselhos para uma vida feliz. Villa de Paraopeba: Typ. Theodoro, 1917

Estatutos da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1891.14p.

4. Registros de Trabalhadores

Livro de Registro de Funcionários da Fábrica de São Vicente – nº1 – Arquivo da Fábrica do Cedro

Livro de Registro de Funcionários da Fábrica do Cedro – Nº 1 – Arquivo da Fábrica do Cedro

Livro de Registro de Funcionários da Fábrica da Cachoeira – s/n – Arquivo da Fábrica do Cedro

Relação de Funcionários Demitidos da Fábrica de São Vicente – Arquivo da Fábrica do Cedro

Relação de Funcionários Demitidos da Fábrica da Cachoeira – Arquivo da Fábrica do Cedro

Relação de Funcionários Demitidos da Fábrica do Cedro – Arquivo da Fábrica do Cedro

Dossiês de operários da Fábrica do Cedro – Arquivo da Fábrica do Cedro

Dossiês de operários da Fábrica da Cachoeira – Arquivo da Fábrica do Cedro

Dossiês de operários da Fábrica de São Vicente – Arquivo da Fábrica do Cedro

Livro de ponto da Fábrica de São Vicente - Jan/1895 a Set/1898

Livro de ponto da Fábrica de São Vicente - Out/1898 a Jul/1901

Livro de Ponto Fábrica de São Vicente - Ago/1901 a Abr/1904

Livro de Ponto da Fábrica de São Vicente - Mai/1904 a Jan/1907

Livro de Ponto da Fábrica de São Vicente - Fev/1907 a Set/1909

Livro de Ponto da Fábrica de São Vicente - Ago/1913 a Dez/1924

Livro Folha de Pagamento da Fábrica de São Vicente - Jan/Fev/1934

Livro Folha de Pagamento da Fábrica de São Vicente - Fev/Mar/1942

Livro de ponto da Fábrica do Cedro - Jan/1873 a Jun/1878

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Abr/1881 a Fev/1883

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Fev/1883 a Abr/1885

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Abr/1885 a Mar/1886

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Mai/1890 a Ago/1892

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Set/1892 a Dez/1894

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Jan/1895 a Mai/1896

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro – Jun/1896 a Dez/1898

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Jan/1899 a Ago/1901

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Dez/1905 a ago/1907

Livro de Ponto da Fábrica do Cedro - Dez/1931 a Ago/1932

Livro de ponto da Fábrica do Cedro - Out/1940 a Ago/1941

Livro de Pagamento da Fábrica do Cedro - Jul/1909 a Jul/1913

Livro de Pagamentos da Fábrica do Cedro - Ago/1915 a Mar/1917

Livro de Pagamentos da Fábrica do Cedro - Abr/1917 a Ago/1920

Livro de Pagamento da Fábrica do Cedro - Set/1920 a Dez de 1923

Livro de Pagamento da Fábrica do Cedro - Jan/1927 a Ago/1929

5. Jornais

A Defesa, Vila de Paraopeba, Ano I, nº 1, 28 ago 1915.

A Defesa, Vila de Paraopeba, Ano I, 02 set 1915.

A Defesa, Vila de Paraopeba, Ano I, nº 6, 3 out 1915.

Folha do Cedro, Fábrica do Cedro, Ano I, nº 37, 10 dez 1911, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

A Folha do Cedro, Fábrica do Cedro, ano II, nº 57, p.1. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

A Folha do Cedro, Fábrica do Cedro, nº 52, 07 abr 1912, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

A Folha do Cedro, Fábrica do Cedro, Ano II, nº 57, 12 mai 1912, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

A Folha do Cedro, Fábrica do Cedro, Ano III, Nº 111, 25 mai 1913, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

Folha do Cedro, Vila de Paraopeba, Ano III, nº 129, 28 set 1913, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

A Rua, Vila de Paraopeba, Ano 1, nº 13, 19 out 1916

A Rua. Vila de Paraopeba, ano 1, nº 14, 26 out 1916

A Rua, Vila de Paraopeba, nº16, 9 nov 1916

A Rua, Vila de Paraopeba, Ano I, nº 19, 08 dez 1916

A Rua, Vila de Paraopeba, Ano I, nº 20, 14dez 1916

Gazeta de Paraopeba, Vila de Paraopeba ano IV, nº 177, 30 ago 1914, p.4.

Gazeta de Paraopeba, Vila de Paraopeba, Ano IV, nº 203, 28 fev 1915.

Gazeta de Paraopeba, Vila de Paraopeba, nº 335, 02 set 1917.

Gazeta de Paraopeba, Vila de Paraopeba, Ano VII, nº 337, 16 set 1917.

Gazeta de Paraopeba, Villa de Paraopeba, Ano VIII, nº 507, 15 set 1918.

Gazeta de Paraopeba, Vila de Paraopeba, Ano XI, nº 684, 02 abr 1922.

Gazeta de Paraopeba, Vila de Paraopeba, Ano XII, nº 690, Villa de Paraopeba, 14 mai 1922.

Gazeta de Paraopeba, Vila de Paraopeba, Ano XII, nº691, 21 mai 1922.

Gazeta de Paraopeba, Vila de Paraopeba, Ano XII, nº 707, 07 set 1922.

Gazeta de Paraopeba, Vila de Paraopeba, Ano XII, nº 709, 24 set 1922.

Gazeta de Paraopeba, Vila de Paraopeba, Ano 25, nº 1372, 11 ago 1935

Os operários do Cedro. Gazeta de Paraopeba. Villa de Paraopeba, ano VIII, nº 507, 15 set.1818, p.1.

Reflexões. O Sexo Feminino. Campanha, Ano I; nº 27, 04 abr 1874, p.4. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro

O Autônomo, Queluz de Minas, ed. 8, 14 set 1900, Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro.

O Divulgador, Vila de Paraopeba, Ano I, nº 5, 16 set 1923.

O Divulgador, Vila de Paraopeba, Ano I,nº 6, 30 set 1923.

O Elephante, Taboleiro Grande, (19..?).

O Labor, Belo Horizonte, Ano I, nº1, 18 Jun 1905, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

O Mimo, Taboleiro Grande, Ano I, nº 17, 16 jan 1910.

O Operário, Belo Horizonte, Ano I, ed.34, 03 ago 1904, Belo Horizonte: Hemeroteca.

O Pobre, Juiz de Fora, edição 15,19 ago 1900, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

A Rua, Vila de Paraopeba, nº 16, 9 nov 1916.

O Tabuleirense, Taboleiro Grande, Ano II, nº 20, 03 mai 1904.

O Tabuleirense, Taboleiro Grande, Ano I, nº XV, 7 abr 1904.

O Tabuleirense, Taboleiro Grande, Ano II, nº 26, 23out 1904.

O Tabuleirense Taboleiro Grande Ano II, nº 30, 25 dez 1904, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro

O Tabuleirense, Taboleiro Grande, Ano II, nº 33, 29 jan 1905, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro

ANEXOS

FOTOS E DOCUMENTOS DO MUSEU

Museu Têxtil Décio Mascarenhas (foto registrada pelo autor)



Fazenda São Sebastião (1947) – *Acervo do Museu*



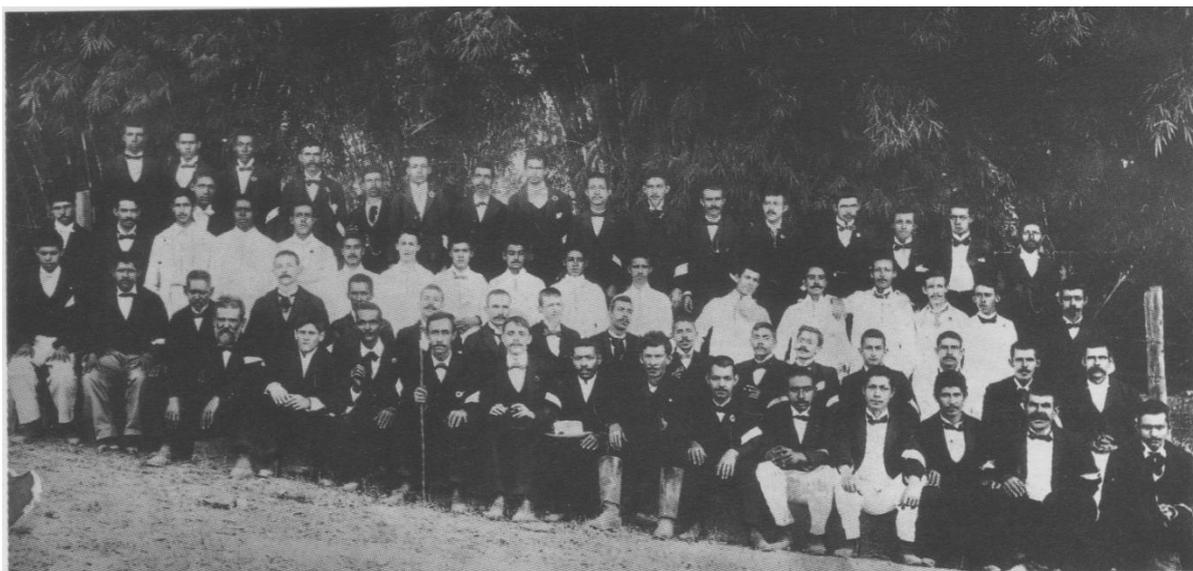
Sala de Batedores da Fábrica do Cedro – S/D – Acervo do Museu



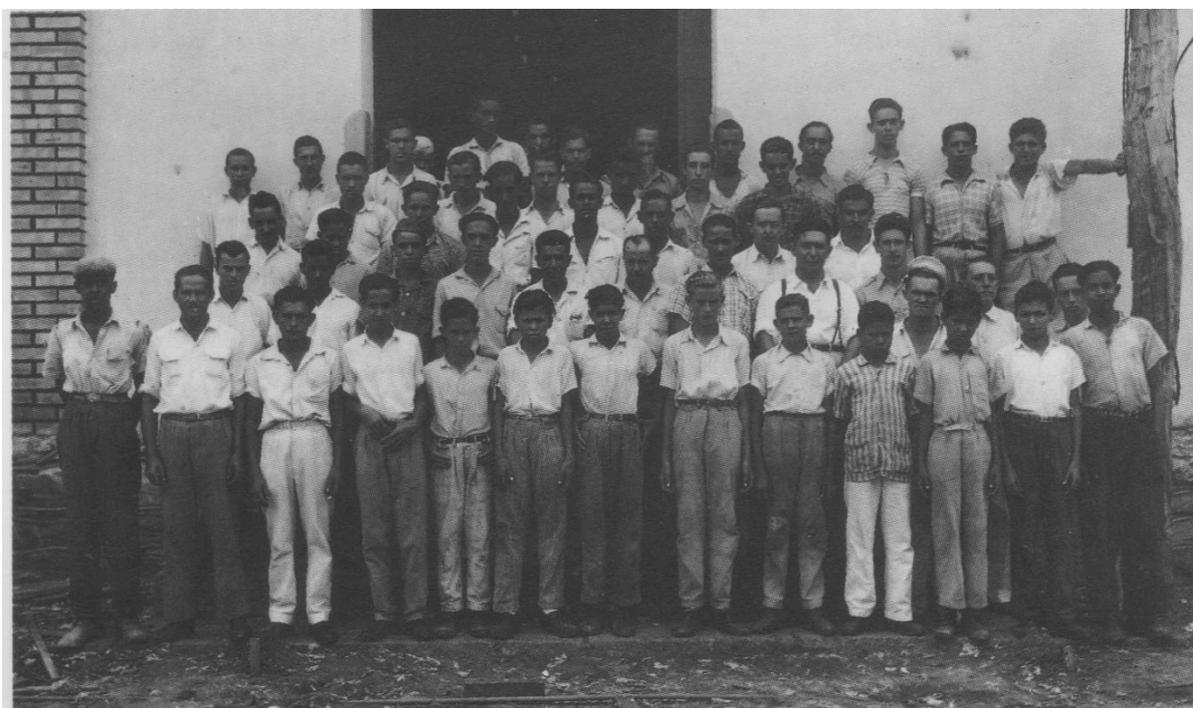
Tecelagem da Fábrica do Cedro (Extraído de Vaz, 1990, p. 108)



Operários da Fábrica de Cachoeira no início do séc. XX (Extraído de Vaz, 1990, p. 182)



Operários da Fábrica de Santo Antônio, década de 1950 (Extraído de Vaz, 1990, p. 182)



Fábrica da Cachoeira, década de 1920 (Extraído de Vaz, 1990, p. 92)



Operários da Fábrica da Cachoeira S/D – *Acervo do Museu*



Operários da CCC – S/D – Acervo do Museu



Fábrica do Cedro – “Secadeira” – S/D – Acervo do Museu



- 7.º Fazer aparacéis ou curacos, nas ruas e praças, ou quintais, de maneira a estagnar as aguas ferrudas ou de chuma.
- 8.º Fazer alvarozas, pelas ruas, praças, ou praças ~~publicas~~ perturbando o sossego publico - principalmente depois da hora da noite.
- 9.º Conservar aguas estagnadas, lamias podres, ou quaisquer imundicies, nas testadas de frente e de trás de suas casas, que deverão se conservar sempre limpas.
- 10.º Criar furos, cabrilos ou carneiros, sotto nas ruas, devendo ser fechados as abozas que amamentarem crianças.
- 11.º Engordar copados, sotto em quintais, conservando-seas immundas, ~~em suas casas~~ ^{em suas casas} ~~em suas casas~~ - que encorajam a virulencia -
Pena fr.ª as § 3.º a 12.º - Admuntadas - na contravencao pelo § 1.º ~~em suas casas~~, Multa de Rs 500 r.º na reincidencia - Multa de Rs 1000 pela demora, ~~na~~ ^{em suas casas}.
- 12.º Utilizar-se de moris, materia, ^{geralmente} ~~em suas casas~~ ^{lombos}, ou quaisquer objectos pertencentes a fabrica.

Campe Negro 30 de Novembro de 1898

Resposta Amabilissima.

Tenho a tua de 26 a que respondo
 O Brevetado, que até te tinha
 enviado o contrato de que me fizeste
 tanto se comprometes a tirar
 para fazer para si, um curso
 e outro para mim; Ora que
 até fizeste o pagamento do primeiro
 d'elles. Deste que não o fizeste até
 agora e estante se intentas pro-
 dexas se intentas com elle, so-
 luto se des um qualquer quantum
 e quanto para respo. de lhu e
 mandas apressar-o, pagando
 a preço que obter.
 A distancia e de duas leguas me-
 no ou mais.

Santa.

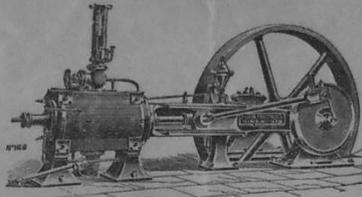
Parente e Amigo
agradecido

Stephilo Nazareo

Com Tempo:

Dispondo de pau emo seu.

Regrada
Victor Usklaender & C.
Rua do General Câmara n. 33
Caixa 542
TELEGRAMM ADRESSE
USKLAENDER, Riojaneiro.
A. I. Code.



Systema "Corliss"

Rio de Janeiro,

29 de Agosto de 1900

Illmo. Sr.

Jose' Joaquim Fernandes Ramos

Estação de Sete Lagoas

Amo. & Sr.

Por ordem da Cia. de Fiação e Tecidos
Bedro e Cachoera temos expedido para ahi
dous fardos com fio d'algodão sob marca CC
#100 e 101 e incluímos a esta o respectivo conheci-
mento da E. de Ferro, ^{lob. n.º 1057} para que o amigo possa re-
tirar da Estação e despachar para a Companhia
acima referida.-

Somos com toda estima e conside-
ração,

De V. M. e.
Amo. & R.ºs Ob.ºs

Victor Usklaender Jr.

Recibo do Banco do Comércio datado de 27/07/1888



Conselhos para uma Vida Feliz – Acervo do Museu

